

MENSAGEM

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO
1944-1994

Número Especial



UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

UCCLA
Lisboa 2015

MENSAGEM — NÚMERO ESPECIAL, 1944-1994

FICHA TÉCNICA

1.ª Edição: Associação da Casa dos Estudantes do Império

Coordenação: P. Borges; A. Freudenthal; Tomás Medeiros; H. Pedro

Edição subsidiada pela Fundação Calouste Gulbenkian

Direção Gráfica: Judite Cília

Capa: Pintura de António Ole e arranjo gráfico de Judite Cília

Composição e Impressão: Gráfica 2000

Tiragem: 1500 exemplares

Depósito Legal: N.º 112 415/97

ISBN: 972-8254-02-4

Lisboa 1997

2.ª Edição: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA)

Coordenação editorial: Maria do Rosário Rosinha e Aida Freudenthal

Direção Gráfica: Judite Cília

Capa: Pintura de António Ole e arranjo gráfico de Judite Cília

Pré-impressão: Fotocompográfica, Lda. Almada

Impressão: CML/Imprensa Municipal

Tiragem: 750 exemplares

Depósito Legal: N.º /14

ISBN: 978-989-96607-1-7

Lisboa 2015

É permitida a reprodução parcial dos textos inseridos nesta edição, desde que seja referida a sua origem. A reprodução total requer a concordância dos Autores e do Editor.

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	7
EDITORIAL — A MENSAGEM e a CEI	9

BALANÇO HISTÓRICO DA CEI

1. A CEI no contexto da política colonial portuguesa <i>Fernando Rosas</i>	15
2. Casa dos Estudantes do Império (1944-65): uma síntese histórica <i>Cláudia Castelo</i>	25
3. Prolegómenos a uma história (verdadeira) da CEI <i>Tomás Medeiros</i>	33
4. Uma Ilha Africana na Duque d'Ávila <i>Alfredo Margarido</i>	43
5. Mensagem, Neo-realismo e Negritude <i>Francisco Soares</i>	47
6. Reflexões em torno dos contributos literários na Mensagem da CEI <i>Ana Maria Martinho</i>	53
7. «Eu não vejo essa África». A CEI e as imagens de África e do Africano <i>João Carlos Paulo</i>	65

MEMÓRIAS DA CEI

1. TESTEMUNHOS

Meio século da CEI. Maputo 1993	75
Memória de um tempo <i>Alda Espírito Santo</i>	89
Preocupações políticas dos estudantes ultramarinos em Coimbra nos anos 40 <i>Fernando Campos</i>	93
Recordando a CEI <i>Manuel dos Santos Lima</i>	97
A Editorial <i>Costa Andrade</i>	99

A Casa e eu <i>Arnaldo Santos</i>	101
CEI, uma ponte entre Luanda e Lisboa <i>Adolfo Maria</i>	103
A CEI nos anos de fogo <i>Edmundo Rocha.</i>	105
A CEI fez de mim um escritor <i>Pepetela</i>	115
O «espírito» da CEI <i>Jorge Querido</i>	117
Uma nova «Casa» <i>Percy Freudenthal</i>	119
2. FRAGMENTOS	
A propósito de um poeta cabo-verdiano <i>Mário Pinto de Andrade</i>	123
Memória dos anos 50 <i>Fernando Mourão</i>	125
Les étudiants noirs parlent	129
A aventura cultural de Lisboa <i>Maria do Céu Reis</i>	139
Era no Tempo das Acácias... <i>Carlos Ervedosa</i>	143
Escritores falam... <i>Antero de Abreu, Fernando Ganhão e Manuel Lima</i>	149
Os Netos de Norton <i>Orlando da Costa</i>	155
A Geração da Utopia <i>Pepetela</i>	161
DOCUMENTOS	
Um olhar sobre a CEI (nos Arquivos de Salazar e da Pide) <i>Aida Freudenthal</i>	167
Carta aos jovens coloniais de Lisboa	207
Do Programa de Actividade Social da CEI. 1959-1960 <i>Gentil Viana</i>	215
Programa de Actividades para 1963-64.	219
A CEI na Imprensa	223
Imagens da Memória	241
BIBLIOGRAFIA SOBRE A CEI	261
ADENDA (2015)	265
EDIÇÕES DA CEI	269
CRONOLOGIA	270
ORIGEM DAS ILUSTRAÇÕES	272

À Memória de Amílcar Cabral
Mário de Andrade
Carlos Ervedosa

e daqueles que partiram cedo demais.

Ao Dr. Arménio Ferreira, cuja generosidade e apoio
nos anos difíceis prolongaram a existência da Casa.

Aos ESTUDANTES AFRICANOS de hoje e do futuro.

NOTA PRÉVIA

A Casa dos Estudantes do Império (CEI) foi criada em 1944 pelo então Ministério das Colónias e pelo Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa sendo destinada ao enquadramento dos estudantes oriundos das Colónias portuguesas (de África, Índia, Macau e Timor).

O eco das independências africanas ocorridas ao longo da década de 50 repercutiu-se no império colonial português, onde o regime do Estado Novo registava então grande contestação.

Neste contexto histórico muitos jovens estudantes associados à CEI procuraram caminhos de descoberta / construção da identidade dos territórios de que eram originários com diversas iniciativas culturais, entre as quais a atividade editorial.

A Associação Casa dos Estudantes do Império (ACEI), constituída por associados da CEI, em 1994 e com existência até 1997, reeditou, pela passagem do 50.º aniversário da Casa, dois volumes das Antologias de Poesia de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe e elaborou um Número Especial da MENSAGEM, um Boletim publicado pela CEI, de forma irregular, de acordo com as vicissitudes vividas, entre 1948 e 1964.

A União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) deliberou levar a efeito uma homenagem aos associados da CEI, iniciada numa cerimónia que teve lugar no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, em outubro de 2014, ano em que se perfizeram 70 anos da criação da CEI.

Nessa homenagem iniciou-se a distribuição das reedições das referidas Antologias, com novo formato e ainda a distribuição de uma *pen* com os nomes de todos os associados da CEI, resultado de uma pesquisa levada a efeito na Torre do Tombo.

Para 2015, ano em que se perfazem 50 anos sobre a extinção da CEI pela PIDE programaram-se vários eventos. De entre esses eventos constam debates, um Colóquio Internacional, a realizar na Fundação Calouste Gulbenkian, uma exposição na Câmara Municipal de Lisboa e, por fim, a sessão de encerramento no dia 25 de maio, Dia de África, em que intervirão como oradores todos os associados da CEI que vieram a ser Presidentes da República ou Primeiros Ministros dos territórios de onde eram originários.

A reedição deste Número Especial da Revista MENSAGEM integra-se nesta justa homenagem.

Vítor Ramalho
(Secretário Geral da UCCLA)

EDITORIAL

A Mensagem e a CEI

1. À medida que se aproximava a data histórica dos 50 Anos da fundação da Casa dos Estudantes do Império (CEI), a sua comemoração promoveu alguns encontros, durante os quais um grupo de antigos sócios decidiu empenhar-se na reconstituição do património da CEI e na sua posterior divulgação.

Daí à constituição de uma Associação que retomou a designação inicial — CEI — e elaborou propostas de acção junto dos actuais estudantes africanos em Portugal, foi um passo. Na verdade, a ACEI tem desenvolvido esforços no sentido de constituir um espaço onde a juventude africana partilhe as suas interrogações num ambiente propício ao debate e à criação cultural. Enquanto se aguarda a concretização desse projecto, partiu-se para a concepção de um programa editorial do qual resultou ainda em 1994 a reedição de todas as Antologias de Poesia da CEI.

O acolhimento prestado a essa iniciativa revelou entretanto o interesse de um público mais vasto em conhecer o percurso da Casa ao longo dos vinte anos da sua existência, já que a memória de três décadas decorridas sobre a sua extinção tem revelado visões contraditórias entre os indivíduos que em diferentes momentos viveram a CEI. Apesar das dificuldades que à partida se pressentiam, a ACEI decidiu responder ao desafio, promovendo um primeiro balanço histórico da Casa, a única associação que, nas décadas finais do colonialismo, agregou em Portugal uma larga maioria dos estudantes originários das colónias de Ásia e África.

Para tal, propôs-se não apenas reafirmar o contributo inestimável que alguns membros da CEI deram às literaturas dos seus países, tema que nos últimos anos tem atraído a atenção de estudiosos

de África, como desvendar a génese de uma parte do processo de consciencialização cultural e política que no seu meio tomou forma e sobreviveu à sua extinção, ao projectar-se nas independências das novas nações africanas de língua portuguesa.

Foi um Boletim associativo — MENSAGEM — publicado em Lisboa entre 1948 e 1964, de modo irregular, ao sabor das vicissitudes da CEI, que assumiu a expressão mais clara dos interesses, das identidades, das opções e dos projectos dos estudantes africanos. Na realidade, ao ultrapassar o círculo das suas preocupações, a MENSAGEM projectou ainda uma imagem facetada dos problemas que as sociedades coloniais iriam mais tarde transferir para as novas nações africanas. O tempo entretanto decorrido não parece ter esgotado algumas questões enunciadas nas suas páginas, delas irradiando por vezes uma actualidade que surpreende.

A publicação de um número especial da MENSAGEM, que reunisse a colaboração de diversas sensibilidades e de distintas opções políticas, viria pois encontrar o seu fundamento nessas motivações, acrescidas ainda de um novo factor: a oportunidade de revelar ao grupo de estudantes africanos em Portugal uma parte do património cultural legado pelas gerações que os antecederam. Julgamos com efeito que para muitos africanos envolvidos no processo das independências, alguns dos textos editados pela CEI são ainda hoje considerados “manifestos” das respectivas culturas nacionais, o que só por si justificaria a sua reedição tantos anos volvidos.

De facto, a Casa empenhou-se na difusão de obras cuja temática mergulhava as suas raízes de forma inequívoca na realidade africana, embora

uma parte considerável dessa produção se integrasse ao mesmo tempo em movimentos literários que nas décadas de 50 e 60 se difundiam no mundo afro-americano.

Interessou-nos igualmente proceder à caracterização do meio associativo e dos grupos onde se afirmaram e divulgaram esses valores culturais africanos, ainda que afrontados pela ideologia e pelo regime colonial. Para essa caracterização ser possível haveria que inventariar e proceder à análise das iniciativas editoriais da CEI, que divulgaram textos ainda hoje indispensáveis ao entendimento de um período muito particular das literaturas africanas de língua portuguesa.

Finalmente, importava colher os testemunhos de muitos membros da CEI, depositários de informação preciosa sobre os momentos mais marcantes da vida da Casa, dados que a juventude e incúria dos participantes relegou para a memória individual, sujeita inevitavelmente ao desgaste dos anos.

2. Com base nos pressupostos atrás enunciados, desenvolveu-se ao longo de dois anos um trabalho que possibilitou a reunião de muito material inédito, em torno da CEI e da MENSAGEM, que em parte preenche as finalidades da edição.

Assim o leitor encontrará numa primeira parte, o **Balanço Histórico da CEI**, através de estudos que vieram preencher várias lacunas no conhecimento sobre a associação, ao situá-la no contexto histórico da sua existência entre 1944 e 1965; ao identificar as referências culturais e políticas das gerações que percorreram a Casa até à sua participação nos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas; ao perspectivar a adesão dos jovens escritores a várias temáticas e ao movimento da Negritude, identificando os contributos insertos nas páginas da Mensagem; ao descodificar o conteúdo de textos fundamentais do Boletim, despidos da roupagem subtil necessária à protecção, na época, dos autores e da CEI.

Estamos convictos que, graças a estes contributos, nova luz foi lançada sobre a CEI, enquanto espaço de reflexão no âmbito das identidades nacionais emergentes, ao mesmo tempo que instrumento único de afirmação em Portugal de uma imagem valorizada de África e dos Africanos. Igualmente se evidenciou a projecção sobre a CEI dos desígnios das políticas imperial e ultramarina do Estado Novo, o que de modo algum impediu que em devido tempo tenham sido subvertidos os objectivos para que a Casa fora criada.

Nas **Memórias da CEI**, procedeu-se à apresentação de alguns **Testemunhos** inéditos de sócios que viveram a CEI em Lisboa e em Coimbra, quer no seu quotidiano mais ou menos acidentado em período de ditadura e sob constante vigilância policial, quer no convívio pautado por uma prática associativa solidária e democrática, permeada no entanto por alguns conflitos raciais e de classe; e testemunhos daqueles que participaram no debate sigiloso de questões essenciais relativas ao presente e ao futuro dos respectivos países como na elaboração de projectos culturais e políticos mais ou menos utópicos, como o futuro viria a demonstrar; e ainda dos intervenientes, na fase mais comprometida com o processo de libertação, no exercício da actividade associativa como prelúdio de outras intervenções políticas no período que antecedeu e sucedeu às independências.

Em **Fragmentos**, reproduzem-se textos já anteriormente publicados, na sua maioria de antigos elementos da CEI, cujo conteúdo se aproxima da crónica sobre a vida de estudantes em grande parte desenraizados, em busca da própria identidade; alguns exprimindo visões críticas do passado e do presente, questionando particularidades nacionais, outros mitificando no dia-a-dia a terra distante, ansiando por um retorno às origens. A vivência na Casa viria por outro lado a inspirar obras de ficção escritas em português, nas quais a CEI proporciona um cenário onde as personagens se movem. Dessas obras foram extraídos alguns fragmentos que nos pareceram mais significativos.

Finalmente, considerámos oportuna a publicação de alguns **Documentos**, nomeadamente textos inéditos ou de circulação reservada aos sócios da CEI, como programas de actividades e relatórios e alguns textos de responsáveis políticos e agentes policiais que denunciam a estratégia do poder em relação à CEI. Revela-nos essa documentação aspectos menos conhecidos da Associação, como alguns princípios orientadores, estratégias e áreas de actuação, e também os projectos, os desencantos e a escassez de meios na fase final. Como suportes da memória, algumas gravuras e fotografias proporcionam imagens da vida associativa na sua dimensão quotidiana.

Inclui-se ainda uma breve selecção de recortes de imprensa referentes à CEI, cuja projecção se fez sentir não só em Portugal como na imprensa colonial e brasileira, em particular quando a questão colonial portuguesa se internacionalizou a partir da década de 50.

A encerrar o volume, inclui-se uma **Bibliografia** sobre a CEI, que não sendo de modo algum exhaustiva, poderá no entanto constituir um instrumento de pesquisa sobre questões relacionadas com a dimensão temporal da CEI. Pelo facto de em edições recentes se terem registado lacunas nas referências ao acervo editorial da CEI, considerou-se oportuna a apresentação de uma lista completa das mesmas, seguida de uma **Cronologia** que permitirá situar com mais rigor a Casa no seu tempo.

3. A evocação da CEI revelou-se mais difícil do que prevíamos no início do trabalho. Registava-se à partida o facto de o espólio se encontrar disperso e desaparecida uma parte substancial do mesmo (por efeito da extinção e confisco dos bens da CEI em 1965), o que obrigou a inúmeros esforços no sentido de reunir o que restava em mãos de particulares (sócios e amigos). Além do recurso à documentação integrada em Arquivos só recentemente abertos à consulta pública (Salazar e Pide), houve que proceder à recolha de testemunhos junto de antigos sócios. Enquanto uns que viveram a CEI corresponderam prontamente ao apelo, outros, por razões que desconhecemos, não responderam às solicitações que lhes foram dirigidas. Simultaneamente, os Coordenadores desta edição lamentam com profundo pesar que outros companheiros da CEI não se encontrem já entre nós para relembrar o tempo da sua geração...

Lamentamos particularmente não ter recebido mais colaboração de modo a assegurar a representação de todos os países africanos de língua portuguesa. Por certo a distância e as ocupações profissionais não permitiram que se concretizasse uma amostra mais ampla dos grupos e das tendências que integraram a Casa, o que daria sem dúvida um quadro mais completo do que foi a vivência extraordinária das gerações da CEI.

Espera-se no entanto que ao trabalho agora iniciado se sigam outras oportunidades de complementar esta recolha, e de aprofundar a multiplicidade de experiências que no seu conjunto deram corpo à CEI. Surgirão por certo novos testemunhos daqueles cuja memória será desperta pela leitura destas páginas, enquanto outros poderão buscar a abundante colaboração dispersa em jornais e revistas de autores que referiram a Casa ao longo dos últimos 50 anos. Outros ainda vasculharão porventura velhas estantes em busca de papéis esquecidos, de imagens esbatidas pelo tempo...

Questão não resolvida pela própria natureza das memórias recolhidas, reportando-se algumas a factos ocorridos haverá cinquenta anos, é a do carácter subjectivo de que elas se revestem. É evidente que os testemunhos valem enquanto tal, pelo que as afirmações produzidas nas páginas desta MENSAGEM são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não implicam a concordância dos responsáveis da edição com os seus pontos de vista.

Perante a limitação de não se encontrar por ora reunida uma massa substancial de dados, não constituiu objectivo deste Número Especial proceder ao confronto entre testemunhos coevos, nem efectuar um estudo crítico dos textos que nele se incluem. Crê-se por outro lado ter assegurado o direito à expressão de pontos de vista pessoais e por vezes contraditórios, transmitindo desse modo uma imagem mais de acordo com a pluralidade existente na CEI.

Exprime o Editor o desejo de num futuro próximo se poder dar continuidade a uma recolha que viabilize avaliações tão rigorosas quanto possível do papel cultural e político desempenhado pela CEI, tarefa que agora apenas se inicia.

Apesar da qualidade e diversidade das intervenções aqui reunidas, muitos sectores da vida associativa permanecem no entanto obscuros. Enumeremos alguns que se afiguram importantes: o perfil sociológico dos associados da CEI e a respectiva representatividade nacional; a participação das mulheres na CEI; as sessões culturais e os debates produzidos entre a assistência; o papel do Meridiano na CEI de Coimbra; o peso do desporto como componente muito valorizada entre os jovens das colónias; a difusão da música e das danças afroamericanas em sessões culturais e nos bailes da CEI; o contributo de individualidades que colaboraram com a CEI de Coimbra, de Lisboa e do Porto, no domínio das artes plásticas, da música, do teatro e das letras, para uma formação cultural de carácter universal e especificamente africano; a intervenção dos sócios da CEI nas Associações Académicas, nomeadamente em cargos directivos e outras formas de intercâmbio associativo; os percursos dos sócios da CEI em associações e partidos sediados em Portugal e nos movimentos de libertação dos seus países, durante a diáspora na Europa e em África; as clivagens sociais, raciais e culturais dentro da Casa e suas projecções, etc.

Se muito fica por cumprir em relação ao plano inicial, isso se deve em boa parte à dimensão excessiva da tarefa e aos obstáculos imponderáveis

que surgiram ao longo do percurso. Apesar das limitações enunciadas, estamos em crer que a iniciativa da ACEI agora trazida a público representará um esforço no sentido de abordar questões relevantes não apenas no âmbito da CEI como da estratégia global do Estado Novo em relação às colónias. Igualmente indispensável se afigura a busca dos fundamentos que conduziram à elaboração de um discurso ideológico do poder em África.

Neste regresso ao passado, ocorre-nos um juízo sumário três décadas após o desaparecimento da CEI: se é certo que os propósitos daquela associação estudantil se cumpriram enquanto sobreviveu, grande parte dos problemas enunciados no seu seio persistem muitos anos após a sua extinção. Com efeito, a actividade da Casa não se esgotou na discussão teórica em torno de opções estéticas e ideológicas, tendo existido em toda a sua actividade uma acentuada preocupação com os problemas do desenvolvimento e com a sobrevivência dos povos, questões que continuam actuais neste final de século.

Estando claramente fora de questão fazer renascer a CEI ou o seu boletim MENSAGEM, passados que foram trinta anos sobre o seu desaparecimento e radicalmente transformado o contexto histórico da sua existência, importa colocar uma outra questão que reputamos extremamente importante: não é verdade que se tem referido a necessidade de uma nova tribuna africana em Portugal,

nestes derradeiros anos do século xx? Existirá afinal um público interessado em encontrar nas páginas de uma revista o tratamento de questões que não encontram outro espaço para se exprimir? Existirão vozes dispersas procurando ser ouvidas numa comunidade de interesses?

Por alguns sinais já detectados, parece evidente que os estudantes africanos em Portugal sentem a falta de um meio através do qual possam debater as questões que relevam da sua identidade e da sua situação transitória em país estrangeiro. E o que dirá a vasta comunidade africana aqui radicada há muitas décadas, se atendermos apenas à realidade mais próxima?

Publicações periódicas já existentes demonstram por certo a sua oportunidade particularmente no sector económico e da cooperação. Porém, no que toca a questões sociais e culturais, a imprensa escrita tem-se revelado não só escassa como episódica, num país onde já no início deste século se faziam ouvir algumas vozes africanas, rompendo o bloqueio cultural então existente. Afigura-se-nos por isso necessário criar um espaço onde a comunidade africana exprima as questões específicas da sua identidade, da sua (des)inserção social, das suas expectativas futuras. É um voto que formulamos.

Os Coordenadores

Agradecimentos

Na concepção do projecto inicial desta edição, foi fundamental o ânimo resultante das palavras do historiador Elikia M'bokolo, profundo conhecedor da história contemporânea de África, nomeadamente dos movimentos associativos da diáspora africana na Europa. Para ele o nosso sincero agradecimento.

Para a concretização deste projecto colectivo concorreram inúmeras vontades e muitas palavras amigas. Com particular apreço registamos a inclusão de estudos da autoria de investigadores portugueses de História e de Literatura, que finalmente repõem a verdade de muitos factos relativos à CEI e à Mensagem e cujo valioso contributo calorosamente agradecemos.

Uma vez mais reiteramos os nossos agradecimentos à Fundação Calouste Gulbenkian que, na sequência do apoio concedido nos distantes anos 60 à CEI, nos atribuiu um subsídio para o programa editorial da ACEI, possibilitando a materialização do trabalho iniciado. Estamos bem conscientes de que sem tal apoio não seria possível desenvolver este projecto.

Este Número Especial da MENSAGEM foi também exequível graças à boa vontade e empenhamento pessoal de numerosos sócios da CEI que têm apoiado a actual Associação. Uns mais próximo, outros à distância de milhares de quilómetros, encontraram razão suficiente para mais uma vez serem solidários com a Casa, através do envio das suas memórias e dos seus artigos, bem como da morosa busca de dados e da cedência de documentação de todo o tipo. Em particular de Maputo chegou-nos a participação mais rápida e entusiástica, graças à iniciativa de Orlanda Mendes

que viveu a Casa nos anos 60, e à adesão de participantes de todas as idades numa mesa-redonda realizada na Rádio Moçambique.

Permitam-nos ainda destacar aqueles que puseram à nossa disposição parte do precioso espólio fotográfico e documental da CEI: Arménio Ferreira, Alberto M. Mano de Mesquita, Fernando Mourão, Celme Cruz, Eduardo Medeiros, Acácio Cruz, Vasco Valadares, Augusto e Aurora Pestana, Manuel Monteiro, Emílio Serrano, Miguel Hurst, Edmundo Rocha, Gentil Viana. Se outros houve cujo nome tenhamos omitido, que nos perdoem a falta involuntária. Sem esse material ciosamente guardado durante décadas, tornava-se inviável qualquer tentativa deste tipo.

O nosso agradecimento a Cláudia Castelo pela colaboração e pelas informações sobre a documentação da CEI existente no Arquivo da PIDE e a Olga Neves pelas referências à CEI na imprensa moçambicana e nos Arquivos portugueses.

O nosso profundo reconhecimento vai também para os amigos que aceitaram responsabilizar-se pela qualidade gráfica da edição: Henrique Abranches autor do desenho inédito datado de 1961, António Ole, autor da pintura para a capa e Judite Cília responsável pela capa e pelo arranjo gráfico.

Last but not least, um agradecimento muito especial a Rute Magalhães, companheira das lides africanas, desde a CEI, e colaboradora desde a primeira hora da ACEI e especialmente deste número da MENSAGEM, e a Ana Paula Tavares, pelas sugestões e críticas sempre oportunas que nos proporcionou.



Balanço Histórico da CEI

A CEI no contexto da política colonial portuguesa*

FERNANDO ROSAS**

Nesta incursão absolutamente desprezível, vou partir da consideração de três grandes períodos da política colonial após o seu estabelecimento e tentar reflectir um pouco sobre o comportamento da Casa em cada um deles.

Numa primeira fase, a que se poderia chamar a fase imperial da política colonial do Estado Novo, obviamente entre 1930, altura em que é publicado o Acto Colonial e é consagrada, do ponto de vista legal e até constitucional, a noção do Império, e 1950, o primeiro vinténio do regime do Estado Novo. Realmente, em 1931, um pouco sob os efeitos da crise de 1929, muda o paradigma ideológico do colonialismo português. O colonialismo português não nasce com o Estado Novo, havendo naturalmente um colonialismo monárquico, um colonialismo republicano, mas o Estado Novo, sobretudo através da ideologia insita no Acto Colonial, altera em alguns aspectos muito importantes esse paradigma ideológico e também as políticas coloniais até às seguidas pela administração portuguesa.

Desde logo, criando o próprio conceito ontológico e organicista do Império. O Império é alguma coisa de essencial à nação portuguesa, o Império é também a expressão do reencontro da nação com o seu passado que com o Estado Novo se operara e portanto esse reencontro da nação com as suas tradições autênticas expressava-se na existência dessa noção ontológica que era a existência de um império. Um império correspondente a uma missão, um império correspondente a uma ideia de

nação, um império ele próprio organicista. Organicista no sentido de ter uma cabeça, de ter membros, de ter partes, a cabeça sendo a metrópole, as partes, os filhos ou os membros — o organicismo dá para o corpo ou dá para a família — seriam os diversos territórios coloniais submetidos à protecção tutelar da metrópole, à cabeça do império sita em Lisboa e tornada possível de reaparecer e existir graças à existência do Estado Novo.

Segundo aspecto de novidade do paradigma ideológico: naturalmente, este império ontológico é um império inalienável, indiscutível, permanente que corresponde à própria essência da nação e portanto não se discute. É consagrada constitucionalmente a sua existência, é indivisível, não é negociável, é perene e permanente, e portanto esta noção, que vai durar ao longo do Estado Novo, é muitíssimo importante para se compreender a força ideológica do conceito, para além do tempo e sobretudo nos períodos conturbados dos anos 60. O império é essência da nação. O império corresponde a uma missão, o império é um todo, o império não se discute, não se divide, é inalienável. [...]

O homem português teria nascido com essa missão especial de evangelizar, de colonizar, de expandir a fé e o império e portanto isso correspondia a alguma coisa de verdadeiramente essencial, à manifestação de uma espécie de darwinismo social, a uma missão do homem português, uma missão do homem branco de elevar as raças que, do ponto de vista da teoria do darwinismo social corrente na

* Texto extraído da alocução proferida na sessão de lançamento das Antologias de Poesia da CEI — 1951-1963, na Fundação Gulbenkian em 15.12.1994. (N.E.)

** Historiador e Professor de História na Universidade Nova de Lisboa (FCSH).

época, eram raças que precisavam desse impulso ascendente promovido pelo colonizador branco e, no caso português, essa era uma missão particularmente atribuída e radicada na sua própria história, no seu próprio imaginário plurissecular.

Daqui surgiram, com o Estado Novo, várias medidas políticas importantes. Desde logo, o império correspondeu a uma drástica centralização política e administrativa, ao fim dos períodos de autonomia política e financeira experimentados durante a República, sobretudo na Angola de Norton de Matos, e portanto a essa situação contrapõe-se uma política de estrita centralização política, administrativa e financeira e portanto também a uma adopção, do ponto de vista económico, de uma política de pacto colonial. Há uma distribuição funcional das tarefas no império. As colónias produzem matérias primas que a metrópole tem o dever de receber e, em contrapartida, as colónias devem receber os produtos acabados da metrópole. Portanto esta troca entre as matérias primas e os produtos acabados, este pacto, este renascimento do pacto colonial corresponde à essência também da ideia imperial em termos de economia.

E culminando este conjunto de importantes novidades ideológicas político-administrativas e até económicas, o Estado Novo introduz uma outra ideia muito importante, é que se o império corresponde à nação e até à possibilidade de a nação se manter independente, o Estado Novo é a forma política necessária para que o império se mantenha: e portanto o império não só é da essência da nação, não só é inalienável, como a sua manutenção depende da existência desse Estado que não é mais um regime político possível mas que é a nação feita estado, que é a nação tornada política, que é o Estado Novo. E portanto, do ponto de vista do discurso ideológico e do peso determinante que ele vai ter no futuro, surge esta associação total entre o império, a inalienabilidade e o Estado Novo, tudo ligado entre si. Não é por acaso que quando cai o império, o Estado Novo não vai poder deixar de ir atrás dele.

Naturalmente as realidades nos anos 30 e 40 estão um pouco além do discurso: a ocupação nas principais colónias — mesmo nas colónias de ocupação, Angola e Moçambique — é muitíssimo limitada; quase nula a formação de elites locais, de elites autóctones; a integração no sistema colonial de elites é praticamente inexistente; é mais o funcionário mandado para lá ou o colono que se instala e que a partir daí pode dar alguma educação aos seus filhos.

O investimento directo é muitíssimo limitado nos anos 30 e 40, quer da parte do estado, quer da parte das empresas, a percentagem da empresa pública aplicada nas colónias ao longo dos anos 30 e 40 é qualquer coisa de permanente à volta dos 3,4% do orçamento sem nenhuma alteração. A exportação de capital é talvez ainda mais pequena: o que há é uma exploração comercial importante por parte de famílias e de sectores económicos de grande importância que assenta na submissão formal das economias locais, quer dizer, a instalação de culturas obrigatórias, a instalação do trabalho forçado, a expropriação de terras.

Estes três instrumentos, culturas obrigatórias, trabalho forçado, expropriação de terras, servem para que grandes companhias comerciais, sem alterar ainda profundamente as relações de produção tradicionais existentes, as submetam no seu conjunto à lógica de uma exploração essencialmente periférica e comercial. Ainda não há uma subversão profunda dos sistemas de produção existentes mas há sim a sua submissão a uma lógica de exploração comercial periférica por parte de grandes companhias que ainda não introduziram revolução na produção do algodão mas que exploram o algodão das safras camponesas tradicionais africanas, através do mecanismo de preços e de um mecanismo de ajudas complexo que aqui não cabe referir, e de relações comerciais ditadas pela política de pacto colonial (com o dever da metrópole receber a matéria prima colonial, e o dever da colónia receber os produtos da metrópole, nomeadamente industriais e agrícolas, como o vinho para o preto, o pano para o preto, coisas que não tinham hipótese nenhuma de ser vendidas como excedentes no mercado nacional, nem tinham hipóteses de concorrer no mercado internacional). Esses produtos eram colocados no mercado colonial reservado, tendo como contrapartida a obrigatoriedade de a metrópole importar e aceitar o café, as oleaginosas, o algodão, o açúcar e outras matérias primas de origem colonial que eram nessa altura muito piores e muito mais caras do que aquilo que era acessível no mercado internacional.

Portanto este pacto colonial vai originar uma outra mudança importante em termos de políticas que é um certo incremento das relações comerciais da metrópole com as colónias, incremento esse que se dá sobretudo no contexto da 2.^a guerra mundial, por virtude das dificuldades de trocas internacionais, por virtude do bloqueio económico, em que as colónias se constituem realmente como

um factor muito importante de abastecimento da metrópole e as relações comerciais, aí sim, dispararam de níveis que andam à volta dos 7,8% nos anos 30 para níveis que chegam quase aos 20% ao terminar a 2.^a guerra mundial. Ou seja, apesar destas relações, deste tipo de colonização ser ainda um tipo de colonização relativamente incipiente, do ponto de vista da relação comercial há um estreitar muito importante das relações com as colónias no contexto da 2.^a guerra mundial.

Fase imperial do Estado Novo, “fase imperial” da Casa dos Estudantes do Império. Aliás, como sabem (peço desculpa de ir dizer coisas que alguns de vocês sabem muito melhor do que eu e portanto corrigir-me-ão se eu me enganar), a Casa dos Estudantes do Império, que começa por ser em fins de 43 Casa dos Estudantes de Angola, pede ao Professor Marcelo Caetano, exactamente em 43, a tutela do Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa para a protecção e o apoio aos estudantes dessa Casa de Angola obtendo também apoio de algumas firmas coloniais. Em 1944, sob o impulso do Ministro Francisco Vieira Machado, Ministro das Colónias da altura, a Casa dos Estudantes de Angola tinha entretanto visto surgir uma Casa dos Estudantes de Moçambique, uma Casa dos Estudantes de Cabo Verde, uma Casa dos Estudantes da Índia, uma Casa dos Estudantes de Macau. O Ministro das Colónias, exactamente no verão de 44, promove a unificação das Casas numa única Casa dos Estudantes do Império. Tratava-se de consagrar, também no que tocava aos estudantes residentes em Portugal, o império, a unidade do império (não deveria haver casas separadas se o império era um só) e tratava-se também de facilitar de alguma maneira a tutela dos órgãos centrais do estado, nomeadamente da Mocidade Portuguesa e do então Ministério das Colónias sobre os estudantes que aqui existiam. A centralização correspondia à realização do ideal de império e simultaneamente ajudava ao controlo político e policial sobre a Casa.

Em Novembro de 1944 já a Casa dos Estudantes do Império funciona na Av. Duque de Ávila, n.º 23.

Os estudantes da Casa dos Estudantes do Império são (tanto quanto é possível ir sabendo actualmente, pelos ficheiros que se encontram no arquivo da PIDE) na sua maioria, filhos de brancos, de colonos brancos, de quadros da administração branca, também alguns mestiços e, no início, um pequeno número de negros — até porque isso correspondia às possibilidades reais de as famílias das colónias

mandarem os seus filhos estudar na Universidade em Lisboa ou noutros estudos, o que correspondia a uma grande despesa e a um grande investimento que só uma elite muitíssimo restrita tinha possibilidade de pagar, ainda mais nos anos 40.

Em 1945 a Mocidade Portuguesa faz publicar nos seus boletins a ideia de que a Casa dos Estudantes do Império, estou a citar, “é uma filha da Mocidade Portuguesa”. Marcelo Caetano faz uma série de conferências sobre a formação colonial da juventude e digamos que a Casa vive um pouco esta fase imperial sem uma contestação aparente.

Mas há vários sintomas que começam a indicar que, desde o fim da 2.^a guerra mundial, a Casa dos Estudantes do Império se começa a transformar no seu contrário. Desde logo porque mantém no interior da Casa as secções por cada colónia, quer dizer, rodeia a imposição ministerial da federação recriando secções, criando a secção de Angola, a secção de Moçambique, a secção de Cabo Verde, a secção da Índia, etc, etc. Em segundo lugar foi possível apurar que em 1946 a maioria dos corpos gerentes da Casa dos Estudantes do Império é já subscritora da lista de apoio ao movimento de unidade democrática e boa parte dos seus corpos gerentes também já aderiu ao MUD juvenil formado, como sabem, também em fins de 45, princípios de 46.

Em 1944, Agostinho Neto está na Casa dos Estudantes do Império em Coimbra, na delegação de Coimbra; aí os relatórios da PIDE acusam-no, juntamente com o Lúcio Lara, de ter relações com Joaquim Namorado, com o Ateneu de Coimbra e, pelos primeiros relatórios da PIDE sobre a Casa dos Estudantes do Império de Coimbra, onde é acusada de albergar perigosos comunistas que têm contactos com meios oposicionistas abertos, sobretudo esses meios do neo-realismo e do Ateneu de Coimbra. Num dos relatórios da polícia, Agostinho Neto é mesmo acusado de ter pretendido levar Norton de Matos a fazer uma sessão de esclarecimento em Coimbra em 1949 e não há dúvidas que em 45, 46, 47, 48, 49 há um grande número de elementos de responsabilidade da Casa dos Estudantes do Império que, do ponto de vista, pelo menos, dos relatórios da polícia, são já claramente acusados não só de serem subscritores de lista do MUD, de serem membros ou aderentes do MUD juvenil e de terem ambíguas e perigosas relações com os meios oposicionistas de Lisboa e de Coimbra. É também neste período que sai em Coimbra o Meridiano, uma espécie de boletim de

poesia da Casa dos Estudantes do Império, onde começam a despertar essas primeiras expressões de uma literatura de resistência, não talvez de uma literatura nacional mas de uma literatura de resistência colonial.

A segunda fase deste período é a fase a que eu chamarei a “fase ultramarina” da política colonial do Estado Novo, 1952-1960. É um período de grande mudança, de grande mudança na política colonial, no mundo e de grande mudança também na Casa dos Estudantes do Império.

O novo condicionalismo do pós-guerra é por demais conhecido para eu me estar a alongar sobre ele. É a grande primeira vaga das independências do pós-guerra, a independência da Índia, as lutas de libertação na Indochina e as derrotas francesas na Indochina, a Indonésia, o Próximo Oriente e com os novos ventos a soprarem e a aproximarem-se de África a partir da segunda metade dos anos 50. Os movimentos independentistas deslocam-se do Oriente, da Ásia, do Próximo Oriente, para África e isso é absolutamente claro e previsto frequentemente no interior do próprio regime.

Os novos ventos para África vão embater no império português e o Estado Novo prepara-se para responder a esta situação. A resposta do Estado Novo é formulada, se quiserem e de uma forma muito resumida, do ponto de vista estratégico. Salazar começa a formular um desenvolvimento importante da ideologia imperial. Começa a defender publicamente a ideia de que, para que a Europa possa sobreviver apertada entre a Rússia Soviética, vitoriosa da 2.^a guerra mundial, e os EUA, outro grande vencedor da 2.^a guerra mundial, para que a Europa, enquanto entidade cultural e geoestratégica pudesse manter-se, era necessário guardar e defender a grande âncora de África. A África era vital para a sobrevivência da Europa enquanto entidade autónoma nos grandes espaços do mundo e, naturalmente, era indispensável à sobrevivência de Portugal como nação independente, até como contrapeso atlântico para essa pressão hegemónica de Espanha, que nunca teria deixado de se fazer exercer; e tira conclusões desta visão estratégica, nomeadamente reforçando aquilo que vai ser, a partir daí, a política de integrismo oficial das colónias.

O Acto Colonial é revogado enquanto tal e é transformado num capítulo da Constituição da República: a matéria respeitante às colónias passa a ser, de pleno, matéria de direito constitucional português e as colónias transformam-se em provín-

cias ultramarinas com a revisão constitucional de 1951. Algumas ténues tendências de manutenção de algum espaço autónomo para as colónias, que então afloram dentro do regime, são claramente vencidas nos debates que só hoje se sabe terão tido lugar ao nível de alguns altos aparelhos de estado; as oposições prudentes de Caetano e de Armindo Monteiro são na realidade postas em minoria a favor de uma corrente integrista muito clara: Portugal não tem colónias, não tem que dar satisfações sobre as colónias; Portugal tem províncias ultramarinas, a matéria colonial passa a ser matéria de direito constitucional normal, as colónias passam a ser províncias ultramarinas do Minho a Timor.

E portanto este integrismo é acompanhado de uma muito importante viragem económica para África do colonialismo português. Inicia-se então, realmente, quer por parte dos núcleos, dos embriões dos grandes grupos económicos — nomeadamente da Cuf e de Champalimaud — uma verdadeira exportação de capitais para África, no sentido do investimento directo de capitais nas economias africanas coloniais, exploração de matérias primas, lançamento de grandes infraestruturas, portos e caminhos de ferro sobretudo, lançamento da indústria cimenteira e de várias indústrias de bens de consumo, nomeadamente a indústria têxtil e as indústrias alimentares, desenvolvimento do sistema da banca e dos seguros nas colónias, intensificação das relações comerciais.

O paradigma da economia colonial começa a mudar do ponto de vista da exportação de capitais. É a altura dos primeiros grande ensaios, finalmente, após longos anos de debate, de colonizações brancas, experiências de colonização do planalto central em Angola, da Cela, do Limpopo em Moçambique, etc., e portanto no sentido de criar alimentação barata para o esforço do desenvolvimento económico que está em curso; intensificação também, sobretudo nos anos 50 e no início dos anos 60, então sim, do processo de desestruturação acelerada das comunidades africanas tradicionais e portanto uma intensificação muito notória, nos anos 50, das políticas de contratos, de trabalho compelido, de culturas obrigatórias, uma desestruturação muito violenta. A penetração do capital e o investimento directo originam o reforço da violência desestruturante das comunidades tradicionais e das suas relações tradicionais.

No entanto esta tentativa de adaptação aos novos ventos que começam a soprar é contrariada desde logo, com o surgimento, a partir do final

dos anos 40, princípio dos anos 50, da questão do chamado Estado Português da Índia, ou seja, das reivindicações da União Indiana sobre os territórios coloniais portugueses na península do Indus-tão. E isso é um processo que rapidamente se agu-diza. É o primeiro contencioso colonial sério do estado português, em crescendo ao longo da pri-meira metade dos anos 50.

Mas não só, é também o período, dos anos 50 até praticamente ao princípio dos anos 60, em que surgem as primeiras rupturas espontâneas, as gra-ves revoltas sociais em territórios africanos, bruta-lmente reprimidas pelo colonizador, que deixa logo um sinal sobre a maneira como vai lidar com esse problema.

- 1953, os tumultos nas roças de São Tomé e Príncipe, castigados pelo Coronel Gorgulho.
- 1956, a agitação dos contratados no norte de Angola.
- 1959, o massacre de Pidjiguiti, no porto de Bis-sau.
- 1961 (Jan.), a revolta dos trabalhadores da Bai-xa do Cassanje.

Todos estes grandes levantamentos populares espontâneos são violentamente respondidos. No Cassanje, com bombardeamentos de aviação, com baixas violentíssimas. Começam a estar hoje dis-poníveis alguns relatórios sobre o massacre da Baixa de Cassanje, onde de facto os indícios da violência que foi cometida são coisas absoluta-mente impressionantes. Tratava-se de esmagar, a ferro e fogo, qualquer tentativa de revolta. Mas as revoltas começavam a aparecer na Guiné, em Angola, em Moçambique.

Finalmente, ainda como indícios de mudança que é importante referir, logo após a adesão de Portugal às Nações Unidas, no início dos anos 50, as Nações Unidas solicitam ao governo português informações sobre os territórios sob administração colonial e, na prática, a recusa de Portugal aceitar que tem territórios sob administração colonial e de recusar essas informações, inicia, logo a partir de meados dos anos 50, um longo contencioso com as Nações Unidas àcerca da existência e da manu-tenção de territórios sob administração colonial e de violação às disposições das Nações Unidas acerca dessa matéria.

Se isto se passa, se estas primeiras nuvens ne-gras começam a passar sobre o império, também

no interior há algumas mudanças que são impor-tantes para se situar um pouco a Casa dos Estu-dantes do Império.

Primeiro, mudanças de orientação importantes da oposição, quanto à questão colonial.

O oposicionismo português era um oposicionis-mo fortemente marcado por uma tradição republi-cana, jacobina, e um certo nacionalismo colonialis-ta muito impregnado, que vinha desde os tempos da resistência ao Ultimato, que tinham constituído uma tradição muito forte na representação republi-cana, na representação democrática dos republica-nos; tradição essa que se tinha mantido mesmo no Partido Comunista Português ao longo dos anos 30. E, na realidade, o primeiro documento político que claramente defende o direito à independência dos povos das colónias é uma resolução do 4.º Con-gresso do Partido Comunista Português, em 1957. É o primeiro documento que, com toda a clareza e fazendo-se eco dos tempos, reconhece o direito à auto-determinação, à independência, e é possível, é admissível, que isso tenha tido algumas conse-quências orgânicas importantes, no sentido de liber-tar de tarefas de oposição, em organismos nacio-nais, muitos quadros nacionalistas das colónias que vão-se desligando do MUD, do MUD juvenil, do próprio Partido Comunista. Vão começar a voltar-se mais claramente para as tarefas, os objectivos e a militância em organizações de carácter nacionalista que começam já a constituir-se, desde meados dos anos 50.

Naturalmente, *last but not least*, e muitíssimo importante, surgem as primeiras organizações de li-bertação nacional das colónias portuguesas. Não vou aqui dar-vos a lista, naturalmente, mas na Gui-né em 1956, em Angola em 1954 e em 56, em Mo-çambique no fim dos anos 50. Ou seja, na segunda metade dos anos 50, entre 54 e 59, está constituído o principal espectro político dos movimentos de li-bertação nacional que vão conduzir as guerras colo-niais a partir de 1961. São movimentos que têm uma vida complexa, que têm uma evolução com-plexa até se cristalizarem nas formações políticas que vão na realidade conduzir a luta armada no ter-reno. Mas o seu processo de gestação e afirmação dá-se sensivelmente entre 1954 e 1959-60, altura em que, quando se iniciam os combates armados, essas organizações estão praticamente cristalizadas na forma que vão ter nos anos posteriores.

É uma grande mudança do ponto de vista da política colonial, da economia colonial, das oposi-ções quanto à questão colonial, da organização dos

povos das colónias também no que toca à questão colonial. É portanto uma grande revolução em todo o panorama que existia anteriormente, com o regime a recuar para posições integristas, tentando defender-se, com a contestação a surgir e, naturalmente, a Casa dos Estudantes do Império vai reflectir todo este ambiente numa forma extraordinariamente exuberante, segundo me parece, do que me lembro e sobretudo do que pude consultar das investigações feitas sobre o assunto.

A nova fase da Casa dos Estudantes do Império, a partir de 1958, é uma fase de enormíssima exuberância de actividade. A Casa vai transformar-se no alfobre de uma nova elite política, que em parte irá dirigir alguns dos movimentos de libertação nacional. Uma elite de brancos, de mestiços, de alguns negros, estudantes de formação cultural europeia, fortemente influenciados pela cultura anti-fascista, pelo marxismo e vai ser, na realidade, uma espécie de grande escola de convívio, de aculturação e de formação política para um grande número de dirigentes dos movimentos, ou de parte dos dirigentes de alguns dos movimentos de libertação nacional posteriores.

No entanto, os anos 50 são complicados para a Casa. Se não me engano, em 1950, Agostinho Neto já está em Lisboa, onde se encontra com Amílcar Cabral, Vasco Cabral, Mário Pinto de Andrade e Marcelino dos Santos, todos sócios da Casa dos Estudantes do Império. Exactamente em 1950, a secção da Índia da Casa dos Estudantes do Império recusa-se a promover e a subscrever um documento condenatório do primeiro-ministro da União Indiana, Neru. E isso origina o primeiro relatório sério da polícia para o Ministério das Colónias onde, pela primeira vez, a Casa é explicitamente acusada de ser “um antro da oposição e de cripto-comunistas”, estou a citar, iniciando-se a partir daí uma política muito clara da PIDE relativamente à Casa, que é pressionar o governo para a sua dissolução. Sobretudo a PIDE de Coimbra, dirigida pelo inspector Sachetti, tem desde o princípio uma posição muito clara: é preciso acabar com eles enquanto é tempo. E portanto, inicia-se aqui, exactamente a partir deste incidente de 1950, em que o Ministro das Colónias pede à PIDE para saber quem é este pessoal que se recusa a assinar o documento contra Neru, e portanto a PIDE faz um relatório bastante completo sobre a própria vida e origens da Casa, onde constam as primeiras acusações sérias políticas e a primeira defesa de que é preciso, na realidade, acabar com a CEI. E por isso aliás,

em 1952, o governo vai seguir uma política sempre muito prudente nesta matéria. Quer dizer, o governo não pode acabar com a Casa dos Estudantes do Império. Era um pouco como acabar com um bocado do império, não é? E portanto esta contradição entre os propósitos e as necessidades de segurança policial e o peso formal da ideologia paralisa muito o governo na sua actuação contra a Casa.

O que é facto é que, entre 52 e 57, o Ministro das Colónias impõe uma Comissão Administrativa à Casa dos Estudantes do Império, estendida também à Casa de Coimbra, em 1955. Entre 52 e 57 há muitos sócios que saem. A Casa mantém os seus serviços assistenciais, mas do ponto de vista do seu activismo, da sua intervenção e da sua prática cultural conhece um certo abrandamento. Em 57 acaba a Comissão Administrativa. Há o regresso às Direcções eleitas, há uma aprovação de estatutos, por exigência do governo, onde são eliminadas as secções por colónias. Portanto isso era um indício de separatismo independentista que o ministro das colónias impõe que seja eliminado nos novos estatutos. É obrigatória a consagração, como aliás para todas as associações de estudantes, da neutralidade política, religiosa e rática por parte da Casa dos Estudantes do Império.

Ela retoma a sua normalidade em termos de vida democrática, de Direcções eleitas e o ano de 1958 parece ser uma grande viragem na actividade da CEI no sentido de despertar uma consciência colonial, através de dezenas de importantíssimas iniciativas de convívio, de bailes, de música, de colóquios e de literatura... Começa a Secção Editorial, enquanto tal, a funcionar publicando a Collecção dos Autores Ultramarinos, Poetas Angolanos, quer dizer, uma multiplicidade de actividades muitíssimo importantes no sentido da formação de uma consciência, de uma identidade nacional, de uma consciência anticolonial e do que é possível ver, este período de 1958 em diante, é um período de intensíssima actividade da Casa no sentido específico de criar o contrário daquilo para que tinha sido destinada: um novo tipo de consciência colonial entre os seus sócios.

Em 1958 sai o boletim “Mensagem”. Tem textos de teor anticolonialista já muito explícito. Aliás de espantar para a época como, apesar de tudo, vão conseguindo sair, sobre o racismo, mesmo sobre os contratados, textos muito claros de oposição. E, em fins de 1960, a PIDE descobre que uma chamada “Mensagem ao Povo Português” assinada pelos estudantes ultramarinos pede o apoio

do povo português para as primeiras resoluções condenatórias da Assembleia Geral das Nações Unidas. Essa mensagem ao povo português, de estudantes ultramarinos, de carácter claramente anti-colonialista, entende a PIDE, num seu relatório, que foi policopiada na Casa dos Estudantes do Império de Coimbra. E, novamente a PIDE pressiona directamente o chefe do governo no sentido de a Casa dos Estudantes do Império ser dissolvida. O chefe do governo chega a exarar um despacho onde diz que se for verdade que isto aconteceu, a Casa deve ser fechada.

O que é facto é que o governo ainda não extingue a Casa à qual impõe, logo a seguir, em 30 de Dezembro de 1960, uma nova Comissão Administrativa, o que, aliás, já suscita fortes protestos das Associações de Estudantes de Lisboa.

A Casa nesta altura, em 1960, não é qualquer coisa. A Casa tem 600 sócios, serve 200 refeições diárias, tem um posto clínico e tem um lar (de que foi director o Embaixador Rui Mingas, não sei se exactamente nesta altura) e, portanto, a Casa desenvolve uma larguíssima actividade social, cultural, para muitas centenas de sócios, todos eles recrutados entre, de alguma forma, as elites culturais oriundas de territórios coloniais. Portanto, digamos que a Casa chega às vésperas da guerra colonial, exactamente Dezembro 1960, novamente com uma Comissão Administrativa às costas, a exprimir a permanente hesitação do regime entre saber se fecha ou não fecha e, não fechando, como controlar o que se está a passar na Casa dos Estudantes do Império.

Finalmente, a terceira e última fase do colonialismo português. A fase da guerra, a fase do fim, de 1961-1974. Naturalmente é sabido o que é que acompanha este terceiro período final: o início e generalização das guerras coloniais aos três teatros de guerra: Angola em 61, Guiné em 63, Moçambique em 64. Isolamento internacional relativo (esta coisa do isolamento internacional do regime está hoje a ser bastante discutida, à luz do que se sabe e do que é possível saber, dos importantes apoios que foi mantendo, sobretudo em muitos países, em alguns países da NATO e de acordo com a mudança das próprias administrações norte-americanas, onde esta questão é mais *nuancé* do que possa parecer), mas de qualquer maneira é um isolamento internacional tendencial e que se foi agravando à medida que a impotência do regime para arranjar uma solução para a guerra se foi, também, ela própria, arrastando.

Tentativa de reformas de alguma maneira autonomizantes e modernizantes rapidamente bloqueadas à partida, sobretudo os ensaios de Adriano Moreira relativamente à mudança de legislação laboral, a uma certa autonomia administrativa; tudo isso congelado em favor da manutenção de um rígido integrismo em matéria de política africana. Naturalmente, tudo isto acompanhado dum rápido fomento económico, potenciado pela guerra e pela presença de um grande contingente de tropas, sobretudo em Angola e Moçambique, onde as economias coloniais, sobretudo nos seus principais núcleos urbanos, conhecem um período de rápido fomento e também um certo alargamento do recrutamento da base social das elites africanas que, até pelas próprias necessidades de desenvolvimento, conhecem alguma extensão.

E no que toca a Portugal, para resumir razões, uma rápida radicalização da atitude da oposição face à questão africana. Esta atitude da oposição face à questão africana merece um estudo atento. É um assunto que está longe de estar bem estudado. O que é facto é que, falemos assim, há de qualquer maneira dentro da oposição correntes que (sobretudo tendo como aríete o movimento estudantil) radicalizam bastante a oposição à guerra colonial e à política colonial, antevendo a consciência de que esta realidade, a questão colonial e a capacidade do regime a resolver ou não, se tinha transformado na questão central da vida política portuguesa e na questão central de que isso ia decidir a própria sorte do regime, a própria capacidade de o regime sobreviver.

E estamos no período do cerco final à Casa dos Estudantes do Império, a partir de 1961. Junho de 1961 é a grande fuga de estudantes africanos de Angola, como sabem. Os números dessa fuga variam muito. Os relatórios da PIDE falam em quarenta, falam em cem. A imprensa clandestina fala em cerca de cem. O que é facto é que a PIDE faz um importante relatório a todos os principais ministérios interessados, ministérios da Educação, das Colónias, do Interior, dizendo que o centro organizador e recrutador da fuga tinha sido a Casa dos Estudantes do Império; e que, portanto, a manobra de evacuação, como aí se diz, foi gerida pela Casa dos Estudantes do Império e portanto a PIDE torna a fazer uma forte pressão no sentido de que a Casa seja imediata e rapidamente encerrada.

Ainda não resulta desta vez. Pelo contrário, isto passa-se em Junho de 1961, a grande fuga para o exterior, que é feita em colaboração com o apa-

relho do Partido Comunista em Portugal e em Julho deste ano a Comissão Administrativa até abandona a Casa. O Ministério do Ultramar tenta uma normalização controlada da Casa no início da guerra, sob o efeito de uma opinião pública internacional muito atenta agora aos problemas e aos detalhes da atitude colonial do governo português. E, portanto, primeiro propõe que se mude o nome, Casa dos Estudantes do Império para Casa dos Estudantes do Ultramar, estou a citar a documentação do Ministério. Segundo, a tutela de um professor universitário com direito de veto sobre as resoluções da direcção da Casa. Em terceiro, a Casa não devia nem duplicar nem contrariar os estatutos das Associações de Estudantes que existiam nem da Mocidade Portuguesa. Quer dizer, a Casa ou era qualquer coisa mais ou, se contrariava e duplicava o que existia, não tinha razão de ser. Uma tentativa de empurrar a Casa para posições de defesa da política colonial do governo. Finalmente, as verbas que vinham dos governos das províncias ultramarinas, e que financiavam em parte a actividade da Casa, ficavam suspensas até esta questão ficar resolvida.

É curioso que não se encontra muita documentação sobre esta discussão entre a Direcção da Casa e o Ministério das Colónias. O que é facto é que, aparentemente, a Casa continua com o mesmo nome, o que é facto é que não há nenhum professor a tutelar, com direito de veto, as decisões da Casa, pelo menos que se possa ter encontrado na documentação existente. E o que é facto é que, a partir de 1963, o governo não dá um tostão mais para a Casa e, portanto, inicia-se o cerco financeiro da Casa. Aliás, 1963 é um ano em que as Associações de Estudantes promovem mesmo uma campanha de fundos para apoiar a Casa dos Estudantes do Império, que está a ser estrangulada, financeiramente, pelo governo.

Na crise académica de 1962, a Direcção da CEI manifesta-se claramente ao lado do luto académico, ao lado da greve estudantil, mas está longe de ser uma posição geral.

A Reunião Inter Associações, a RIA, reúne na CEI. Boa parte da propaganda das Associações de Estudantes é impressa no aparelho técnico da CEI, o que origina, aliás, um primeiro importante assalto da PIDE à CEI. Digo um primeiro importante porque a PIDE faz algumas incursões, vai prender gente, intimida. A PIDE há muitos anos que anda a incomodar os dirigentes da Casa e a própria Casa, mas faz uma busca em forma, apreensão de fi-

cheiros, apreensão de material, prisão de elementos da Direcção. Pode-se dizer que em 1962 a Casa dos Estudantes do Império cai definitivamente em desgraça do ponto de vista do governo. Dão-se instruções à censura para proibir referências à Casa. A imprensa da Mocidade Portuguesa deixa de fazer qualquer referência, por menor que seja, à Casa. Desaparecem dos jornais as referências à Casa dos Estudantes do Império e digamos que, após a crise de 62 e o comportamento da Direcção da Casa na crise, está a preparar-se o terreno para o assalto final.

Aliás, a Casa estava também a esvaziar-se um pouco. Como sabem, em 1963 são criados os Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique. A partir daí há uma diminuição drástica de estudantes que vinham estudar a Portugal e portanto há uma diminuição drástica do afluxo de sócios na Casa dos Estudantes do Império.

A CEI, sem fundos, está cada vez com menos sócios. Muitos dos homens que tinham sido os animadores da Casa estão já a militar nos movimentos de libertação, activamente, em 1963, no estrangeiro, fugiram, foram-se embora. Portanto menos estudantes a vir estudar para Portugal, boa parte dos activistas dedicados, agora, à causa da independência dos seus próprios países, cerco financeiro, a Casa entra ela própria, num período de esmorecimento.

E sob pretexto de que, durante o processo de desmantelamento da organização estudantil do Partido Comunista, em fins de 64, princípios de 65, teriam sido descobertas ligações entre essa organização e elementos da Casa dos Estudantes do Império, a PIDE insiste e desta vez obtém autorização para o encerramento definitivo da CEI e a proibição das suas actividades. Em Setembro de 1965, a Casa é invadida. Todo o seu património é deslocado para a sede da polícia política onde, em certo sentido, ainda hoje se encontra. Quer dizer, agora é o Professor Borges Macedo que a tem mas estão lá as coisas todas, todos os ficheiros, os arquivos, o mobiliário, tudo isso. A Casa é completamente esvaziada, saqueada e encerrada.

Vou terminar esta minha já longa intervenção sugerindo o seguinte: a CEI é um processo, do ponto de vista do seu estudo histórico, muito curioso, porque é o processo de uma entidade que se transforma no seu contrário. Quer dizer, o regime criou uma Casa dos Estudantes do Império para criar uma elite colonial fiel e a Casa dos Estudan-

tes do Império cria uma elite do que vão ser os movimentos contra a política colonial do império. E, portanto, torna-se um centro formador de parte da elite dos movimentos de libertação nacional, quer dizer, frustrando completamente esse projecto inicialmente concebido para ela ser um alfofre dos ideólogos e continuadores da política do regime no que tocava à política, ao sector africano.

É interessante como tema de pesquisa saber que parte da elite africana, dos movimentos de libertação, é que a Casa ajuda a formar. Não há só uma elite dos movimentos de libertação, há várias, acho eu. Esta que é formada aqui na Casa é uma elite de origem africana, de maioria branca ou mestiça, também negra mas com menos peso, de formação cultural europeia, de cultura antifascista e marxista, que vai formar os quadros que vão, em boa medida, integrar as futuras direcções do PAIGC, MLSTP, MPLA, em menor grau talvez da FRELIMO.

Há outras elites cuja formação também passa de alguma maneira por Portugal, aparentemente. As elites, essas mais de etnia negra, também formadas pelas Missões em Portugal, nos seminários e noutros centros de formação não propriamente universitários, que se cruzam pouco, aparentemente, com esta outra elite que frequenta a Casa dos Estudantes do Império, de formação protestante, não marxista, vão também fazer o seu percurso quer noutros movimentos quer também dentro destes movimentos de libertação. De qualquer forma, este aspecto da formação das elites na metrópole é um campo naturalmente aberto à pesquisa e à discussão e o que eu aqui digo são sugestões de trabalho, de um trabalho que está em curso e que, naturalmente, poderá sofrer muitas inflexões.

Finalmente, a política do governo, que é a política da contradição com os seus próprios fantasmas, quer dizer, a longa hesitação em liquidar a Casa. A Casa começa a sofrer contestação aberta e a polícia quer fechar a Casa desde 45-46. Esta longa hesitação do governo relativamente à liquidação da Casa dos Estudantes do Império mostra

que o governo está agarrado à forma ideológica que criara. Quer dizer, o governo criou uma coisa de que não consegue libertar-se, mesmo quando ela se transformou no contrário daquilo que ele tinha criado. Esta situação cria um enorme embaraço ao governo na maneira de lidar com a própria Casa dos Estudantes do Império. Em boa medida, é possível admitir que é o próprio esmorecimento da Casa, por circunstâncias da sua vida interna, de muita gente se ter ido embora, de haver menos estudantes, de não haver fundos, que ajuda à repressão. Provavelmente se a Casa fosse forte em 64 ou 65 o governo seria capaz de meter mais uma Comissão Administrativa em vez de dissolvê-la. Quer dizer, o próprio esmorecimento da Casa ajuda a acabar com aquele problema, aliás, rapidamente silenciado para ninguém falar nele ou dele se falar o menos possível.

Termino naturalmente com esta palavra muito especial de saudação à nova Casa, à nova Associação Casa dos Estudantes do Império, ao novo papel tão diferente mas tão importante que ela tem já não na independência, mas na paz e na reconstrução e na cooperação — que são, afinal, uma segunda independência também — e, que com um passado tão importante atrás, com um peso tão grande de tantas e tão importantes coisas que se fizeram para os seus países, naturalmente tem um largo e muito frutuoso campo à sua frente, não só na paz e cooperação, mas na luta contra a xenofobia, contra o racismo, contra os novos demónios que estão a aparecer também na sociedade portuguesa e uma Casa como esta pode lembrar como foi o passado, do ponto de vista da cultura, do ponto de vista da solidariedade, do ponto de vista da fraternidade nestas questões.

Por todos esses motivos, pela grande potencialidade de trabalho que tem à sua frente, eu não queria concluir sem os saudar e sem lhes desejar muito boa sorte para o seu futuro trabalho.

15 de Dezembro de 1994.



Casa dos Estudantes do Império (1944-1965): uma síntese histórica¹

CLÁUDIA CASTELO*

1. Introdução

No âmbito genérico da história da oposição ao Estado Novo, interessou-nos estudar o papel da Casa dos Estudantes do Império (CEI) enquanto espaço de sociabilização anticolonialista. Optámos por privilegiar a análise das relações da CEI com o poder político desde a sua criação, em 1944, com o patrocínio do ministro das Colónias e o apoio do comissário nacional da Mocidade Portuguesa, até ao seu encerramento, decretado pelo Governo, em 1965. Duas questões principais nortearam a pesquisa. Por um lado, saber quando e como a CEI conseguiu desviar-se dos propósitos que lhe foram designados pelo regime: surpreender os momentos e as actividades que consagram esse “desvio”; por outro, averiguar as razões da sua longevidade no quadro do salazarismo.

A leitura da escassa bibliografia sobre o tema foi complementada pela consulta da imprensa da época e das fontes de arquivo disponíveis². Não procedemos, porém, ao cruzamento dos documentos escritos com as fontes orais; uma das lacunas deste trabalho reside precisamente em não termos entrevistado, de forma orientada e sistemática, antigos sócios da CEI³. Este trabalho continua, portanto, aberto a novos elementos, a novas abordagens e a novas interpretações. Aqui apenas se esboça uma tentativa de síntese da história da CEI.

2. A criação da Casa dos Estudantes do Império

No início do ano lectivo de 1943-44, um grupo de universitários oriundos de Angola decide

criar, em Lisboa, a Casa dos Estudantes de Angola (CEA). Uma associação empenhada “em conseguir que aumente o número de rapazes daquela colónia que estudam na Metrópole, dando-lhes a certeza de que não se encontrarão isolados, pois a Casa lhes facilitará a adaptação ao meio e lhes dará amparo durante o curso”⁴. Da comissão organizadora fazem parte Alberto Marques Mano de Mesquita (sobrinho do governador de Angola) e Ângelo José Vidigal Dias, da Faculdade de Direito; Carlos Torres de Sousa Júnior, Manuel Seabra de Azevedo e Emílio Freire Leite Velho, da Escola Superior de Medicina Veterinária; e Alberto Pereira Diogo e Acrísio Sampaio Nunes, do Instituto Superior Técnico. A iniciativa tem o apoio do comissário nacional da Mocidade Portuguesa, o que vale a Marcelo Caetano o título de presidente de honra da CEA⁵.

Os estudantes dos outros “cantos do império” seguem o exemplo e depressa aparecem Casas de outras colónias (Cabo Verde, Macau, Índia, Moçambique) com os mesmos objectivos. Ao regime, porém, não agrada a dispersão dos estudantes por diferentes associações em função da sua colónia de origem. Por um lado, porque esse facto contraria a ideia de unidade da nação portuguesa propagandeada pelo discurso oficial; por outro, porque dificulta o controlo das actividades dos sócios. Interessa-lhe, antes, que as várias Casas se fundam numa só, capaz de reunir todos os jovens ultramarinos sob a mesma “mentalidade imperial”⁶.

Assim, numa visita à CEA, realizada a 3 de Julho de 1944, o ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, na presença de Marcelo Caetano

* Historiadora

e dos representantes das outras associações (Aguinaldo Veiga, de Cabo Verde; Vasco Benedito Gomes, da Índia; Gonçalo de Sousa e Macedo Mesquitela, de Macau; e Francisco Maria Martins, de Moçambique), formaliza a proposta de fusão de todas as Casas na Casa dos Estudantes do Império⁷.

Em Outubro de 44 a CEI-sede começa a funcionar, sob a presidência de Alberto Marques Mano de Mesquita, no n.º 1 da Rua Praia da Vitória, ao Arco do Cego. No mês seguinte, muda-se para o n.º 23 da Avenida Duque d'Ávila, onde vai permanecer até à sua extinção. Por essa altura, abre também uma delegação em Coimbra.

A CEI organiza-se em secções que agrupam os estudantes por colónias. Cada secção tem corpos gerentes próprios. Há, no entanto, uma direcção-geral comum. A associação, que conta desde o início com subsídios concedidos pelos governos das “províncias ultramarinas” e por organismos ligados ao Ministério das Colónias, compromete-se a fornecer assistência social e material aos estudantes ultramarinos, a promover a sua cultura e a contribuir para a sua integração no meio estudantil metropolitano. No primeiro ano de actividade, é inaugurado o posto clínico, abre concurso para atribuição de bolsas, são enviadas informações sobre os cursos superiores da metrópole aos liceus e associações académicas das colónias, organiza-se a biblioteca, promovem-se palestras e exposições sobre temas coloniais, realizam-se campeonatos de várias modalidades desportivas. Estas iniciativas, no entanto, não eram acompanhadas por uma boa gestão dos dinheiros da CEI, que no fim do primeiro ano de vida enfrenta uma situação de ruptura financeira e a ameaça de despejo. A segunda direcção da Casa entra em exercício em Junho de 1945; e o novo presidente, Aguinaldo Veiga, escreve em Agosto ao Ministro das Colónias pedindo ajuda. Marcelo Caetano, agora à frente da pasta das Colónias, nomeia um inspector administrativo para averiguar qual o montante das dívidas e promove a concessão pela Companhia de Exportações do Ultramar Português de um subsídio de emergência de quinze mil escudos⁸. Recuperado o equilíbrio financeiro, a Casa prossegue a sua missão de assistência, cultura e recreio, recebendo um número crescente de sócios. De acordo com o relatório do inquérito à CEI, a sede conta, em finais de 1945, com cerca de 600 associados e a delegação de Coimbra, 116.

3. De “filha da Mocidade Portuguesa” a “alfobre de elementos anti-situacionistas”

Desde o início, o regime procura enquadrar e orientar as actividades da CEI através do Ministério das Colónias, instituição tutelar da Casa, e da Mocidade Portuguesa (MP). Logo em Janeiro de 1945, na abertura de um ciclo de palestras promovido pela CEI, sob o patrocínio da MP, Marcelo Caetano revela aquilo que o regime espera da Casa: que contribua para “o triunfo do espírito português”, trabalhando em prol da formação colonial da juventude⁹.

Naquele ciclo de palestras, apela-se insistentemente a “uma colaboração cada vez mais fecunda entre a Mocidade Portuguesa e a Casa dos Estudantes do Império”¹⁰ e, em 1946, escreve-se ainda com indisfarçável orgulho, num órgão oficial, que “a Casa dos Estudantes do Império pode bem considerar-se uma filha da Mocidade Portuguesa”¹¹. No entanto, quase todos os elementos dos corpos gerentes da Casa para o ano lectivo de 1945-46 (tanto em Lisboa como em Coimbra) assinam as listas do Movimento de Unidade Democrática (MUD) e juntam-se, a partir de 1946, ao MUD Juvenil. Em 1948 e 1949, vamos encontrar, de novo, os estudantes que dirigem a CEI ao lado da oposição, a favor da candidatura à Presidência da República do general Norton de Matos. Em meados de 1950, os membros da secção da Índia da CEI recusam-se a subscrever uma declaração de repúdio pela afirmações de Nehru hostis à presença portuguesa na Índia.

Na viragem para os anos 50, a CEI começa a estruturar-se como um espaço de sociabilização anti-salazarista, de (re)descoberta da cultura africana, de denúncia do colonialismo, onde se formam politicamente alguns dos futuros dirigentes e membros dos movimentos de libertação: Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Vasco Cabral... A PIDE, atenta às actividades políticas dos sócios da Casa desde 1946¹², informa, em Abril de 1951, o ministro das Colónias que “a CEI é há muito conhecida como alfobre de elementos que desenvolvem campanha anti-situacionista”¹³. Também o comando distrital de Coimbra da Legião Portuguesa (LP) alerta o director dos serviços de informações da LP nesse sentido: “todos ou quase todos os associados são comunistas ou simpatizantes. Todos ou quase todos pertencem ao MUD Juvenil. Foi da CEI que partiu uma parte da agitação política a favor de Norton de Matos. (...) Todos os associa-

dos ou quase todos são anti-situacionistas e em contacto directo ou indirecto com o grupo de Namorado & companhia”¹⁴.

Este “desvio” ou “subversão” em relação àquilo que o regime esperava da CEI vai comprometer o seu funcionamento democrático. A 30 de Maio de 1952, o Governo nomeia uma comissão administrativa que irá dirigir a Casa até 1957. Durante esse período, não se realizam eleições para os corpos gerentes e a actividade cultural é confinada aos parâmetros estreitos do “nada contra a nação, tudo pela nação”. Muitos sócios afastam-se; outros só aparecem na Casa para usufruir da cantina (a funcionar desde Abril de 1948), do posto clínico e pouco mais.

Este panorama, contudo, só se estenderá em 1955 à delegação da CEI em Coimbra. Nessa altura, o comissário nacional da Mocidade Portuguesa, António Gonçalves Rodrigues, consulta a delegação da PIDE em Coimbra sobre o comportamento dos corpos gerentes livremente eleitos da delegação da CEI naquela cidade. O inspector José Barreto Sacchetti informa-o que “todos os indivíduos são politicamente maus” e defende que “só a dissolução conviria para extinguir o mal que dali se espalha a todo o meio académico”¹⁵. Já no ano anterior, mais precisamente no relatório n.º 10/954, de 30 de Novembro, enviado ao director da PIDE em Lisboa, Sacchetti denunciava as ligações da delegação da CEI — “desde o início, um centro académico de actividades pró-comunistas, orientado e controlado por elementos do MUD Juvenil, especialmente pelo Dr. Joaquim Namorado” — com o Ateneu de Coimbra, “agremiação essencialmente comunista da juventude operária”¹⁶.

4. Nova fase de intervenção cultural e política

Depois da exoneração da comissão administrativa, realiza-se uma assembleia geral para discutir e aprovar os novos estatutos da CEI. Segundo o novo regulamento, homologado pela MP em 7 de Fevereiro de 1957, a CEI deixa de se organizar em secções, consideradas pelo regime focos de nacionalismos, e não pode interferir em assuntos de carácter político.

Com o regresso à normalidade, tem início uma nova fase na vida da associação, marcada por uma crescente actividade recreativa e cultural. A CEI promove encontros desportivos, bailes, “matinéés” dançantes, jantares, mas também colóquios, confe-

rências, exposições, sessões de cinema e de música, concursos literários... A secção editorial, sob o impulso de Carlos Ervedosa, Fernando Costa Andrade, José Ilídio Cruz, Fernando Mourão e Alfredo Margarido, publica antologias de poetas e contistas angolanos (1959 e 1962; e 1960), de poetas de Moçambique (1962) e de São Tomé e Príncipe (1963). Obras de Viriato da Cruz, Agostinho Neto, António Jacinto, Luandino Vieira, Mário António, José Craverinha figuram na Coleção “Autores Ultramarinos”. Através do seu boletim *Mensageiro*, dirigido entre outros por Tomás Medeiros e Ervedosa, revela muitos dos mais importantes escritores africanos e põe a circular textos anticolonistas”¹⁷. Começam a surgir literaturas novas e autónomas, que se distinguem da tradição literária portuguesa, ao nível temático e linguístico: as literaturas africanas de língua portuguesa. E a CEI aposta na sua divulgação.

No início dos anos 60, a CEI tem cerca de 600 sócios, uma cantina que serve uma média de 200 refeições diárias, um lar com 14 residentes, uma biblioteca, um salão de jogos e um posto clínico¹⁸ (dirigido por um dos sócios fundadores, o Dr. Arménio Ferreira). Além da sede em Lisboa e da delegação de Coimbra, funciona também uma delegação no Porto, criada em Março de 1959¹⁹.

As iniciativas culturais contribuem para a politização dos sócios, a quem vão chegando informações sobre os movimentos de libertação africana entretanto criados. Na sequência do aparecimento de um manifesto intitulado “Mensagem ao Povo Português”, é novamente imposta uma comissão administrativa à CEI (portaria de 30/12/1960). Este manifesto, atribuído à CEI de Coimbra²⁰, apoiava as acusações feitas na Organização das Nações Unidas (ONU) contra a política colonial portuguesa e propunha o imediato reconhecimento do direito dos povos das colónias à autodeterminação. Uma desavença entre a sede e Coimbra a propósito de uma divisão de verbas serve de pretexto ao Governo. Estudantes ultramarinos e metropolitanos enviam telegramas a protestar contra a decisão, mas não obtêm qualquer resposta.

Salazar, despachando directamente com o director da PIDE, defende que se devia ter aproveitado a oportunidade para dissolver a CEI²¹. Os associados já tinham dado problemas de sobra ao regime, quase todos tinham ficha na PIDE, onde constava, no mínimo, que eram “contra a actual situação”. O inspector da delegação da PIDE em Coimbra, no relatório confidencial n.º 3, de 9 de

Janeiro de 1961, também se manifesta a favor do encerramento: “Depreende-se (da nomeação de uma comissão administrativa) que os senhores ministros da Educação Nacional e do Ultramar não concordam com a dissolução imediata da Casa dos Estudantes do Império, o que, quanto a nós, se apresentaria como uma necessidade urgente”²².

A comissão administrativa, entretanto, nomeia um delegado para Coimbra, e não encontrando no Porto delegado que lhe mereça confiança encerra, em Janeiro de 1961, esta delegação.

5. Da fuga até ao fim

Apesar da vigilância da PIDE e da ingerência da comissão administrativa, a CEI é um dos lugares em que se prepara a saída de Portugal de várias dezenas de estudantes que irão juntar-se aos movimentos de libertação. Nos jornais a fuga é minimizada ou mesmo abafada, mas numa informação da PIDE, de 4 de Julho de 1961, enviada aos Ministérios do Ultramar, Defesa Nacional, Interior, Exército, Negócios Estrangeiros, Comunicações e ao Secretariado da Aeronáutica, podemos ler: “A CEI funcionava, em Lisboa, como o principal centro recrutador (...). Não restam dúvidas que se mostra de grande amplitude o êxodo de estudantes ultramarinos e a clandestinidade da forma como actuam”²³

Nos finais de Julho de 1961, depois de informar o Ministério do Ultramar que as contas da CEI estavam em ordem, a comissão administrativa é exonerada. O Governo, no entanto, impõe à Casa uma alteração de estatutos que contemple: mudança de nome da associação (com o fortalecimento do movimento internacional favorável à descolonização e perante o início da guerra em Angola não convinha nada ter “império” no nome; aliás, em 1951, esse termo tinha sido banido da Constituição²⁴); admissão da gerência de um professor universitário com direito de veto; não concordância ou colisão com os fins de outras associações de estudantes e da MP. A percepção dos subsídios enviados pelos governos das “províncias ultramarinas”, entregues à Casa pelo Ministério do Ultramar, estaria condicionada pela aprovação dos estatutos pelo Ministério da Educação Nacional.

Em Março de 1962, as comemorações do Dia do Estudante são proibidas. A CEI associa-se ao

luto académico. Durante a crise, a Casa disponibiliza as suas instalações para a realização das Reuniões Interassociações e os respectivos comunicados são ali redigidos e copiografados, o que leva a PIDE a invadir a sede. Vários manifestos, revistas e livros são apreendidos, e os membros da direcção submetidos a interrogatório.

Apesar da CEI ter enviado os estatutos revistos ao Ministério da Educação Nacional em 20 de Maio de 1962, os subsídios são cancelados pelo Ministério do Ultramar em Janeiro de 1963. As dificuldades económicas da Casa originam uma campanha de solidariedade em que participam as Associações dos Estudantes de Lisboa. A CEI empenha-se em denunciar a situação de estrangulamento a que o Governo a submeteu, nomeadamente escrevendo para o *República* e para o *Jornal de Angola*, solicitando que aí se abra uma subscrição pública a favor da associação²⁵.

A CEI é extinta a 6 de Setembro de 1965²⁶, numa altura em que o número de estudantes “ultramarinos” na metrópole diminuía (em 1963, tinham sido criados os Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique), e depois de um período de sucessivos entraves ao seu normal funcionamento: sócios presos, a sede invadida pela PIDE; ficheiros e livros de contas apreendidos, iniciativas culturais proibidas.

Supostamente uma dependência do aparelho ideológico do Estado, a CEI cedo subverteu as expectativas do regime, impondo-se como um importante espaço cultural e político de contestação do salazarismo e do colonialismo, onde se reuniam os estudantes e os intelectuais das colónias que viviam na metrópole. Com ligações estreitas à oposição portuguesa e particularmente ao PCP, a maioria dos sócios da Casa foi-se envolvendo na luta contra o Estado Novo. Mas a tomada de consciência anticolonial iria ditar, a prazo, a sua participação nos movimentos de libertação africana.

6. Regenerar ou vigiar e punir

A relação do regime com a CEI é marcada por ‘enganos’ e contradições. Dentro do regime várias vozes se levantam, em diferentes momentos, a favor do encerramento da CEI: o comando distrital de Coimbra da LP, logo em 1949; o inspector Sacchetti nos officios que dirige ao director da PIDE; o próprio Salazar, perante a crítica aberta à sua po-

lítica colonial inscrita na “Mensagem ao Povo Português”; e ainda o Conselho Orientador do Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS) e o antropólogo Jorge Dias.

O Conselho Orientador do CEPS, composto por Adriano Moreira, M. M. Sarmento Rodrigues, Manuel António Fernandes, António Jorge Dias, Joaquim Moreira da Silva Cunha, António Maria Godinho, Henrique Martins de Carvalho, Alberto Franco Nogueira, Alexandre Ribeiro da Cunha, José Manuel Fragoso e João da Costa Freitas, tendo ponderado “a necessidade de se operar maior aproximação das diversas parcelas portuguesas”, propõe, num relatório confidencial elaborado em meados de 1959, “que a juventude ultramarina, que se encontra a estudar na Metrópole, seja rodeada dos cuidados materiais e espirituais necessários à sua real integração no espírito de unidade nacional, sendo absolutamente indispensável impedir que continuem a viver em instituições ou grupos que facilitem tendências segregativas — como por exemplo a Casa dos Estudantes do Império”²⁷

A título individual, no relatório respeitante à Missão de Estudo das Minorias Étnicas do Ultramar Português (campanha de 1959) e enviado ao presidente do Conselho em Abril de 1960, Jorge Dias sugere: “devia-se impedir que os africanos, ou estudantes do Ultramar residissem juntos, na Casa dos Estudantes do Império, ou residências equivalentes, porque isso cria hábitos de segregação em relação aos metropolitanos, podendo dar lugar a um espírito de fraternidade entre si, e de animosidade em relação aos metropolitanos. Havia todo o interesse que eles habitassem em pensões, ou casas particulares. Ou então criar residências de estudantes para metropolitanos e ultramarinos”²⁸

A CEI, todavia, sobrevive a estes “pareceres”. A ilusão de conseguir “regenerar” a Casa, através das comissões administrativas²⁹, a necessidade de esconder da opinião pública a verdadeira posição política dos estudantes oriundos das colónias, o medo dos efeitos que a extinção da CEI poderia ter no meio académico, a pressão das elites coloniais podem ajudar a explicar a sua longevidade no quadro do Estado Novo. Mas, ironicamente, também interessou ao regime, nos últimos anos, que a associação permanecesse aberta. Só assim podia manter os sócios rigorosamente vigiados e obter mais facilmente informações sobre os movimentos independentistas.

7. Fontes e Bibliografia

1. Fontes de Arquivo

Arquivo Histórico Ultramarino, MU/GM Pr. 128/45 — Casa dos Estudantes do Império, Sala Casa Forte, Est. II, Prat. 6, n.º 723.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Arquivo Oliveira Salazar AOS/CO/PC-51A; AOS/CO/UL-20; AOS/CO/UL-37; AOS/CO/UL-61

Arquivo PIDE/DGS, Pr. 329/46 SR; Pr. 3767 (Coimbra); Pr. 25686 (Porto); NT 11141, cx. 133 e NT 11142, cx 134 (ficheiros dos sócios da delegação de Coimbra da CEI);

Centro de Documentação 25 de Abril — Coimbra, Pasta CEI (contém vários comunicados, panfletos, circulares, programas das recepções aos novos estudantes ultramarinos, e uma “carta aberta aos ministros da Educação Nacional, Ultramar e Interior”)

2. Fontes impressas

2.1. Publicações periódicas

Boletim do Comissariado Nacional, Lisboa, Organização Nacional Mocidade Portuguesa (1944-1946).

Boletim Geral das Colónias, Lisboa, Agência Geral das Colónias (1944-1946).

Mensagem, Lisboa, Casa dos Estudantes do Império (1948-1964).

2.2. Documentação produzida no âmbito da CEI
CEI, *1.º Concurso e exposição fotográfica da CEI*, Coimbra, 1945.

CEI, *Relatório e contas*, Lisboa, 1945.

CEI, *2.º Sarau anual de confraternização com os organismos académicos*, Coimbra, 1946.

CEI, *Estatutos. Aprovados em Assembleia Geral de 25/1/1957, aprovados pela O. N. Mocidade Portuguesa em 7/2/1957*, Lisboa, 1957.

LESSA, Almerindo, *Conferência feita na Universidade de Coimbra, em 10 de Maio de 1951, durante a Semana do Ultramar, a convite da Casa dos Estudantes do Império*, Lisboa, 1952.

2.3. Memórias

DÁSKALOS, Sócrates, *A Casa dos Estudantes do Império. Fundação e primeiros anos de vida*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, s.d. (1994).

ERVEDOSA, Carlos, *Era no tempo das acácias floridas*, Linda-a-Velha, Edições ALAC, 1990.

2.4. Ficção³⁰

COSTA, Orlando da, *Os Netos de Norton*, 1.^a ed., Lisboa, Edições Asa, 1994.

PEPETELA, *A Geração da Utopia*, 2.^a ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993.

3. Bibliografia

AAVV, *A Voz Igual. Ensaios sobre Agostinho Neto*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1989.

ALEXANDRE, Valentim, “Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo”, in *Anédise social*, vol. XXVIII, n.º 123-124, 1993, pp. 1117-1136.

IDEM, “A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)”, in *Penélope, Fazer e desfazer a história*, n.º 15, 1995, pp. 39-52.

FARIA, António, *A Casa dos Estudantes do Império: Itinerário histórico*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1995.

FERREIRA, Manuel, *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, 2 vols., 2.º ed., Lisboa, ICLP, 1986.

GUERRA, João Paulo, *Memória das Guerras Coloniais*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

MARGARIDO, Alfredo, *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.

IDEM, “A literatura e a consciência nacional”, in *Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império, 1951-1963*, vol. I, Lisboa, Edição ACEI, 1994, pp. 9-23.

IDEM, “Projecto e limites da CEI”, in *Discursos*, n.º 9, Lisboa, Universidade Aberta, Fev. 1995, pp. 155-162.

PAULO, João Carlos, “Education coloniale et école portugaise (1926-1946)”, in António Nóvoa, Marc Depaepe & Erwin V. Johanningmeier (eds), *The Colonial Experience in Education: Historical Issues and Perspectives*, Gent, Paedagogica Historica, 1995, pp. 115-135.

puro acaso, encontramos um relatório de um inquérito à situação financeira da associação, conduzido pela Inspeção Superior de Administração Colonial, em finais de 1945. Também o Arquivo Histórico do Ministério da Educação deverá albergar documentos com interesse para a história da CEI, mas, mais uma vez, a desorganização em que se encontra impede o acesso às fontes.

³ Agradecemos ao Dr. Arménio Ferreira, ao Dr. Orlando da Costa, ao Dr. Manuel Monteiro e à Dra. Aida Freudenthal a disponibilidade manifestada em conversas informais sobre o tema.

⁴ “Casa dos Estudantes de Angola”, in *Boletim Geral das Colónias*, n.º 223, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Jan. 1944, pp. 64-65.

⁵ No artigo citado na nota anterior pode ler-se: “O sr. Prof. Dr. Marcelo Caetano deu o seu mais decidido apoio à iniciativa da comissão, conseguindo obter uma sede provisória na Praça das Flores, 51. Quis, por isso, a Casa dos Estudantes de Angola manifestar ao sr. Prof. Dr. Marcelo Caetano a sua mais alta consideração e vivo reconhecimento e, numa reunião magna com estudantes angolanos, foi o mencionado e ilustre professor eleito por aclamação seu presidente de honra”.

⁶ Armindo Monteiro, ministro das Colónias de 1931 a 1935, é um dos principais ideólogos da política colonial do Estado Novo nos anos 30-40. Nos discursos que profere à frente da pasta das Colónias, publicados sob o título *Para uma Política Imperial* defende que “a par da extensão territorial, o Império resulta, sobretudo, da existência de uma mentalidade particular”; deve-se, portanto, “imperializar a vida portuguesa”, incutindo-lhe os valores da raça e um forte sentimento patriótico. (cf. *op. cit.*, Lisboa, AGC, s.d., p. 56).

⁷ Segundo o artigo “Visita do Sr. Ministro das Colónias à Casa dos Estudantes de Angola”, publicado no *Boletim Geral das Colónias*, n.º 229, Jul. 1944, pp. 133-134, Francisco Vieira Machado terá dito no discurso que proferiu durante a visita que “a organização da Casa dos Estudantes do Império, onde se reúnem os rapazes vindos de vários pontos do ultramar, era indispensável. Pensou nela quando viu surgir a Casa dos Estudantes de Angola, que não satisfazia o objectivo em vista. Era necessário reunir, agregar todos os rapazes que chegam à Metrópole, vindos de todas as nossas colónias africanas e da Índia e Macau. Constituída a Casa dos Estudantes do Império fica satisfeito o nosso desejo, sabendo que podemos contar com a vossa dedicação, patriotismo e boa vontade. Estabelecer-se-à, assim, a necessária camaradagem entre todos os estudantes e uma mentalidade nacional mais profícua. Cada vez mais as nossas colónias estão integradas no pensamento da Metrópole, e é bom reforçar o elo que reúne o escol do Ultramar ao do Continente”.

⁸ No relatório do inquérito à situação financeira da CEI (Pr. 128/45, Sala Casa Forte, Est. II, Prat. 6, n.º 723, Arquivo Histórico Ultramarino), o inspector administrativo Mário Costa, depois de defender que “uma acção de despejo (...) seria sempre desagradável e sobretudo desprestigiante, não só por se tratar de uma instituição sob o patrocínio do Ministério das Colónias como pela péssima impressão que causaria a sua falência absoluta — a um ano apenas de existência! — especialmente às entidades que têm subscrito com subsídios”, apresenta as seguintes propostas: a CEI deverá elaborar um orçamento detalhado para o ano de 1946, submetendo-o à aprovação do Ministério das Colónias; extinção das várias tesourarias, em número de cinco (uma por cada secção), ficando apenas uma; a contabilidade da CEI a cargo da única tesouraria será montada segundo instruções da

¹ Versão revista e ampliada do artigo “A Casa dos Estudantes contra o Império”, publicado no *Público Magazine*, de 28 de Maio de 1995, pp. 66-72.

² Consultámos processos e documentos relativos à CEI, respectivamente no Arquivo PIDE/DGS e no Arquivo Oliveira Salazar, ambos depositados no Arquivo Nacional Torre do Tombo. Tentámos ainda continuar a pesquisa no Arquivo Histórico Ultramarino, que alberga os fundos documentais do Ministério das Colónias, depois Ministério do Ultramar. Face à ausência de um inventário desses fundos, foi impossível localizar documentação substantiva sobre a CEI. Só por

Contabilidade do Ministério das Colónias; o serviço de tesouraria deve estar a cargo de um funcionário do Ministério das Colónias; extinção dos subsídios à filial da CEI em Coimbra.

⁹ "A Casa dos Estudantes do Império promoveu, sob o patrocínio da M.P., um ciclo de palestras à Mocidade", in *Boletim do Comissariado Nacional*, vol. V, n.º 2, Lisboa, 1945, pp. 91-93.

¹⁰ Dutra Faria, "A Mocidade Portuguesa é imperial e social (Alocução proferida na sessão de encerramento do ciclo de "Palestras à Mocidade" promovido pela CEI, sob o patrocínio da M.P., em 24 de Janeiro de 1945)", in *op. cit.*, pp. 54-56.

¹¹ Celestino Marques Pereira, "O ensino colonial da juventude (Comunicação apresentada ao Congresso Comemorativo do V Centenário da Guiné)", in *Boletim do Comissariado Nacional*, vol. VI, n.º 4, Lisboa, 1946, pp. 321.

¹² Tanto o Pr. 329/46 SR, instruído pela PIDE de Lisboa, como o Pr. 3767, instruído pela delegação da PIDE em Coimbra, têm início em 1946.

¹³ "Resposta da PIDE, com data de 9 de Abril de 1951, ao ofício confidencial do Gabinete do Ministro das Colónias, n.º 597 de 31 de Março de 1951", in Pr. 329/46 SR, Arquivo PIDE/DGS.

¹⁴ "Ofício confidencial dirigido pelo comando distrital de Coimbra da Legião Portuguesa ao director dos serviços de informações da LP-Lisboa, datado de 11 de Julho de 1949", in Pr. 1465/49 SR, Arquivo PIDE/DGS.

¹⁵ Citado no "relatório confidencial n.º 27, de 12 de Dezembro de 1960, enviado ao director da PIDE pela delegação daquela polícia em Coimbra", Pr. 3767, Arquivo PIDE/DGS.

¹⁶ Pr. 3767, Arquivo PIDE/DGS.

¹⁷ Para não alongar demasiado este texto não referimos os nomes dos colaboradores da *Mensagem*. Remeteremos, no entanto, os leitores interessados para a obra de Gerald Moser e Manuel Ferreira, *Bibliografia das literaturas africanas de expressão portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 300.

¹⁸ Cf. "Palavras de abertura", in *Mensagem*, ano 111, n.º 1, Jan. 1960.

¹⁹ Sobre a vigilância policial à delegação da CEI no Porto, vide Pr. 25686, Arquivo PIDE/DGS.

²⁰ "Como, em devido tempo, tive a honra de informar V. Exa. Foi distribuído no meio académico universitário um panfleto intitulado Mensagem ao Povo Português que parece ser emanado dos estudantes universitários ultramarinos, ou melhor talvez, da Casa dos Estudantes do Império. (...) não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação pelo recrudescimento de actividade que, desde Maio do último ano, se vem notando na CEI que, em má hora foi criada." "Relatório confidencial n.º 27 (12/12/60) enviado pelo inspector Sacchetti ao director da PIDE", Pr. 3767, Arquivo PIDE/DGS.

²¹ Cf. "Ofício do director da PIDE para o inspector-adjunto da subdelegação da PIDE em Coimbra (21/12/60)", Pr. 3767, Arquivo PIDE/DGS.

²² Pr. 3767, Arquivo PIDE/DGS.

²³ "Informação n.º 1112/61 GU", Pr. 329/46 SR, Arquivo PIDE/DGS.

²⁴ "Face às pressões internacionais no sentido da descolonização, o regime (...) vai enveredar pelo caminho da assimilação, dando às colónias o estatuto de províncias ultramarinas, solidárias entre si e com a metrópole como "parte integrante do Estado português" (nas palavras da revisão constitucional de 1951)" (Valentim Alexandre, "A África no imaginário português (século XIX-XX)", in *Penélope*, n.º 15, 1995, p. 47). Pretendia-se apresentar um país espalhado por vários continentes, mas nem por isso menos unido sob o mesmo sentimento de harmonia racial e o mesmo fundo de cultura. O luso-tropicalismo de Gilberto Freyre tornou-se, a partir dos anos "50", o suporte "científico" da ideologia colonial do Estado Novo, pelo menos para efeitos de política externa (cf. João Carlos Paulo, "Éducation coloniale et école portugaise (1926-1946)", in *The Colonial Experiente in Education*, Gent, Paedagogica Historica, 1995, p. 116).

²⁵ "Informação n.º 125 SC/CI (2)", Pr. 329/46 SR, Arquivo PIDE/DGS.

²⁶ Para o seu encerramento terá sido determinante a posição do ministro do Ultramar, Silva Cunha. Cf. Alfredo Mangando, "Projectos e limites da CEI", in *Discursos*, n.º 9, Lisboa, Universidade Aberta, Fev. 1995, p. 162.

²⁷ AOS/CO/UI-61 Pt. 21, Arquivo Oliveira Salazar. A acompanhar o relatório, surge uma carta do ministro da Saúde e Assistência, Martins de Carvalho, dirigida ao presidente do Conselho, em 2 de Setembro de 1959, esclarecendo as circunstâncias em que este documento foi produzido: "O ministro do Ultramar consultou o CEPS sobre os movimentos associativos em África e sobre a conjuntura política africana. O relatório foi preparado por Silva Cunha. Mas o Conselho Orientador julgou conveniente anteceder-lo de um pequeno trabalho do próprio Conselho em plenário, que, pelo seu carácter estritamente confidencial, permitisse um depoimento completo, na sua sinceridade e franqueza, sobre aqueles assuntos".

²⁸ AOS/CO/UL-37 Pt. 2, p. 31, Arquivo Oliveira Salazar.

²⁹ Esta ilusão parece contagiar, a certa altura, a direcção da PIDE: "julgamos, salvo melhor opinião, que a infiltração em todos os sectores da CEI de jovens capazes de orientarem no bom caminho os seus camaradas e cujo patriotismo não permitisse a acção nefasta dos inimigos de Portugal, seria uma acção de grande utilidade para a formação política dos estudantes ultramarinos que vêm estudar na Metrópole." "Resposta da direcção da PIDE ao ofício da Direcção-Geral do Ensino Superior, solicitando informações sobre a CEI (28/7/60)", Pr. 329146 SR, Arquivo PIDE/DGS.

³⁰ Trata-se de obras baseadas em factos históricos e escritas por antigos sócios da CEI, a partir das suas vivências.

Prolegómenos a uma História (verdadeira) da Casa dos Estudantes do Império

TOMÁS MEDEIROS*

Dedicado a Dimitri, Amaya e Luca — meus netos

“Hacer filosofía es trazer líneas divisorias”

LOUIS ALTHUSSER

“El hombre colonizado que escribe para su pueblo deve usar el pasado com intencion de darle pauta al futuro, como una invitacion a la accion y como base para la esperanza”

FRANTZ FANON

Numa época em que continua presente o sentido da “morte de homem” anunciada por Michel Foucault, em que o fim da história e o último homem são proclamados por Fukuyama, um filósofo bissexto, promovido pela conservadora John M. Olin Foundation, em que o derrubamento do muro de Berlim configura o fim das ideologias; em que os historiadores se questionam sobre a possibilidade mesma da existência do conhecimento do passado e a esquerda europeia prossegue, apressadamente, no caminho da sua autodestruição, que sentido tem — pergunta-se — o evocar, com a publicação de um número especial, os 50 anos que testemunham o aparecimento do primeiro número da MENSAGEM — revista da CEI?

Quando o camartelo gigante se abateu sobre o muro de Berlim, muitos comentadores políticos acreditaram que o fim dos então chamados “países socialistas” da Europa e o fim da “guerra fria” inaugurariam, messianicamente, uma nova era de paz e concórdia entre os povos e as nações. Os conflitos sociais deixariam de ser fundamentalmente

verticais (luta de classe, como reflexo da luta entre a burguesia e o proletariado) para adquirir uma característica horizontal, dado o descrédito do marxismo e carência de toda a iniciativa dos partidos que personificavam as lutas dos movimentos operários. Em traços gerais, seriam, essencialmente, conflitos assimétricos entre os homens e mulheres, conflitos entre gerações ou étnicos (raças, minorias, nacionalidades, crenças, etc.). Com a conflitualidade socialmente latente, já não haveria espaço para as manifestações através da luta de classe, precursora de outras formas de expressão.

A partir desta situação, Fukuyama afirma que “a queda do muro de Berlim e a rejeição do comunismo pelo povo da Europa de Leste” permitiu o “aparecimento da democracia-liberal como única ideologia universal e (...) a vitória dos princípios de mercado na economia”. “A democracia liberal”, acrescenta, “é a única fonte aceitável de legitimidade no mundo de hoje”. Para finalizar, Fukuyama aconselha-nos a resignarmo-nos perante a ideia de que “temos de nos habituar a um mundo dividido já não entre o Leste e o Ocidente, mas entre o que (chamou) história e pós-história.” O fim da história e o último homem transforma-se em Novo Evangelho e anuncia a “boa nova” — uma democracia liberal desembaraçada do seu “inimigo” e apresentada, ela mesma, como o ideal da história.

O neoconservadorismo e o neoliberalismo buscam uma nova legitimação, com os seus correlatos

* Médico e escritor sãotomense. Director da Mensagem de 1959-61. Último presidente da Associação Casa dos Estudantes do Império.

na civilização post-industrial, o neopositivismo tecnocrático e o post-modernismo cultural.

O tecnocratismo conservador quer um homem sem ideologia, quer dizer, sem consciência do mundo que o circunda. Trata-se de conseguir a asépsia ideológica, para impedir que o homem moderno disponha de marcos de referência e de escala de valores.

No post-modernismo, o presente é histórico, imóvel, espaço que alberga tudo. O estádio post-modernista converte-se no centro de todas as aspirações vitais e, para ele, o passado é inservível e o futuro carece de sentido.

A ideologia do fim das ideologias é um ideologismo, ou seja, uma representação falsa da realidade. E tem, como objectivo, transformar a crise do marxismo beatificado e ortodoxo numa crise de toda a esquerda e, através dela, no desmantelamento do todo social, para substituí-lo pelo indivíduo asséptico que assume o nihilismo como destino e o vitalismo como tática.

Nesse clima de inquietação a que esse naufrágio intelectual inevitavelmente nos conduz, Derrida denuncia o novo “discurso dominante”, tal como o apregoam os teóricos do crepúsculo das ideologias, ou seja, que “Marx est mort, le communisme est mort, bien mort, avez ses espoirs, son discours, ses théories et ses pratiques”, teóricos esses que cantam “l’avenement de l’ideal de la démocratie libérale et du marché capitaliste dans l’euphorie de la fin de l’histoire”.

Sempre que a ideologia burguesa não é capaz de dar resposta aos problemas que a crise do capitalismo gera e que se perspectivam no horizonte novos tipos de sociedade portadores de novos valores sociais e duma imagem nova do HOMEM — os factos assim o confirmam — os filósofos propõem uma interpretação mistificada da experiência de vida no mundo quotidiano. Assim o bergsonismo, a obra de Blondel, de Lavalle e de Brunschwig, nos anos de antes da 2.^a guerra mundial e depois dela, o existencialismo (de Gabriel Marcel a Sartre), o personalismo e o estruturalismo. Teóricos de direita, como Raymond Aron, de centro humanista e liberal como David Riesman ou mesmo de extrema-esquerda como Marcuse e a Escola de Frankfurt afirmam a estabilização definitiva ou pelo menos durável da nova sociedade tecnocrática e a tendência ao desaparecimento de todo o espírito contestatário — o fim das ideologias, o desaparecimento do radar interior, o homem unidimensional — e, estruturalistas não genéticos ou, se se quiser, formalistas

de inspiração linguística, desenvolvem uma ideologia que relega a história e a significação ao estatuto de coisas do museu e propõe-nos uma cultura centrada unicamente nas combinações dos meios, sem nenhum interesse pelos fins e os valores.

Nos dias que correm e como forma de ideologia da “nova democracia”, os homens se “sentent englués, poissés par une sorte de visqueuse doctrine qui, insensiblement, enveloppe tout raisonnement rebelle, l’inhibe, le trouble, le paralyse et finit par l’étouffer”. (Ignacio Ramonet) Esta doutrina é o “pensamento único”. Formulada e definida em 1944, aquando dos acordos de Bretton Woods, encontra a sua fonte de financiamento nas grandes instituições económicas e monetárias¹ e o seu veículo de transmissão nas médias, publicidade, sondagens, marketing, comunicação social, centros de pesquisa, universidades, fundações e nas “bíblías” dos investidores².

Na incapacidade de construir um dique perante a investida do irracionalismo moderno, o homem europeu entrou, irremediavelmente, numa crise radical da sua própria existência, do seu entendimento do mundo e de si mesmo. E, como diz André Grosz, “tudo o que é sólido se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado”.

E nós?

O nosso passado e o nosso presente confundem-se com a agressividade do colonialismo (antigo e novo). Não temos um passado a vangloriar. Resta-nos, apenas, a utopia dum futuro a construir. Ante o “gadget médiatique” que faz furor “sur tous les supermarchés idéologiques d’un occident angoissé” (Derrida), qual deve ser a nossa postura? Se nos abstermos, em nome do comodismo, dum pensamento crítico, despolitizamo-nos e começamos a aplaudir os charlatões da ideologia morta e da lenda do novo Eldorado. Um desmoroamento dos referenciais, uma dessubstancialização de ideias, conceitos, representações, arriscam-se a mergulhar-nos num ambiente estranho, mórbido e irracional.

A revolução francesa e o espírito do século XVIII significaram para o Ocidente o momento em que os homens começaram a interrogar-se a si mesmos e à sua História. Não à história que se guarda como peça arqueológica, imóvel, numa vitrina de museu, mas a história que nos dá consciência do nosso passado e serve de ponto de partida para a construção do futuro.

Dentro desta perspectiva, o que se evoca, com a publicação dum número especial de MENSAS-

GEM, é um capítulo significativo da História global das Áfricas de expressão oficial portuguesa, história da luta anticolonial, história dum pensamento-acção nascido no coração do Império, no seio de uma sociedade onde a oposição contestava, esquecendo África, um sistema social e político retrógrado e opressivo. História que, parafraseando Marx “cherchait ses armes théoriques dans la dialectique hégélienne et prenait le caractère du combat de la lumière contre l’ombre, de la conscience émancipée contre l’irrationnel”. História, enfim, dum pensamento que mais tarde acabou por fecundar uma prática política que conduziu à luta de libertação nacional em África, ao 25 de Abril e ao desmoronamento daquele que foi o “mundo que o português criou”.

E como, na voragem do tempo que aniquila tudo — a memória, o pensamento, a acção — não colaborar também, deixando em prosa solta o meu olhar sobre esse percurso de estudantes africanos em Portugal que, sem se darem conta, acabaram por entrar na História, fazendo História? Assim sendo, imponho, como condição, que não me exijam aquilo que à partida, nunca esteve nas minhas preocupações, a história detalhada, cronológica, completa desse período. O que aqui se deixa e, sem mutilar o espírito da publicação, não representa senão uma primeira tentativa de, no emaranhado brumoso do que se tem dito e escrito, *aproximar-me* do que poderá vir a ser a verdadeira História da CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO. E não é pouco.

O sistema de economia implantado nas colónias, caracterizado pela existência da fazenda, da monocultura e do braço escravo, facilitou o aparecimento e esplendor de uma oligarquia restrita e poderosa, inteiramente desvinculada da grande massa humana, deixada sempre à margem, como um simples reservatório de mão-de-obra.

As cidades desenvolvem-se ao longo da costa. Inicialmente e sob o regime de monopólio nas trocas, surgem como centros administrativos e uma área de reunião periódica (nas grandes festas colectivas) e também como ponto de transbordo de mercadorias que, vindo do interior, se destinavam aos mercados europeus.

O desenvolvimento das trocas com o exterior e a existência de um mercado interior vai conferir às cidades uma característica distinta e diversificada. Assiste-se à abertura dos portos, ampliação da

imprensa, da administração, da vida política, assim como actividades comerciais. Torna-se necessário recrutar quadros (metropolitanos e coloniais) para a administração e para uma escala de actividades públicas e privadas. Aparece a *classe média*.

A cidade permite os contactos, a audiência, a comunicação, agremiando e aproximando os que apresentam interesses comuns. Criam-se instituições que recolhem, mantêm e difundem a cultura dos novos donos da terra — a ideologia do colonialismo. *Nascem as escolas*.

Sem representação económica e sem nenhuma força política, a classe média local busca “acomodar-se à classe dominante, copiando-lhe os hábitos, as tendências e ainda a ética”. Eram, como acentua Celso Cunha, elites dilaceradas pelo drama de conviverem “com duas pátrias inconciliáveis — e com todos os complexos, angústias e frustrações provocadas pelo humilhante sentimento de bastardia”. Eram, portugueses, “pelo estilo de vida, mas (portugueses) sem ancestrais, sem raízes históricas, sem o património cultural armazenado por milénios no velho mundo”. A imitação, a cópia, a adopção servil de modelos externos, no campo político como no campo ideológico “eram o tributo que pagavam à sua submissão à ideologia do colonialismo”.

A diversidade de origem (metrópole e colónias), a diversidade de padrões de cultura, assim como a diversidade de proventos económicos geraram, como era inevitável, conflitos sociais, onde o racismo tomava nova expressão. Organizavam-se agremiações privadas — clubes, associações desportivas, bailes e até restaurantes — com o acesso sujeito ao código de “reservado o direito de admissão”.

Dado que a participação no poder político ou cultural deste agregado humano era sempre subordinada à sua posição social, não encontravam outra forma de competir com os preconceitos reinantes, outra forma de resguardar esse decoro de classe, que tanto preservavam, senão através da actividade de espírito — da cultura.

Cultivaram a cultura de Almanach e português de gramática e dicionário. Organizavam, por outro lado, associações, grêmios e sociedades recreativo-culturais, algumas travestidas em berços de nacionalismo nascente. Por isso, uma das suas preocupações essenciais era enviar os filhos para a metrópole, tirar um curso, ser doutor. Formar-se, ostentar um diploma era, no seio da mediocridade da vida colonial, distinguir-se. E representava a segurança social, passaporte que dava acesso aos lugares então reservados a uma minoria branca.

Se o curso não representava garantia de enriquecimento, preservava, pelo contrário, aquele orgulho de classe bastarda e de raça. Lutavam a vida inteira e, quantas vezes, apoiados na solidariedade dos familiares e amigos, sacrificavam-se para que o sonho se transformasse em realidade — ter um filho doutor.

Cada partida era um acontecimento festejado como vitória da família, do bairro e dava direito de notícia nas páginas sociais dos jornais locais.

Os estudantes partiam e no cais, os amigos levavam o último abraço que era “além do seu voto de felicidade, o adeus e a mensagem de confiança da terra-mãe, transmitida pela voz dos seus filhos”. (Ervedosa).

Eram uma minoria, se compararmos com o número de estudantes brancos oriundos de famílias abastadas ou da classe média metropolitana — oficiais da função pública, empregados de comércio, das plantações agrícolas — e pequenos e médios comerciantes, industriais ou agricultores. Embarcavam também, alguns estudantes negros, procedentes, sobretudo, das missões protestantes de inspiração suíço-americana.

Partiam!

Naqueles tempos, a viagem de África a Portugal fazia-se de barco. A distância aumentava a dimensão da expectativa, do sonho. Lisboa tomava a espessura de uma cidade com contornos de magia. E desde que se acreditasse em DEUS, toda a metafísica era possível.

E quando, finalmente, a cidade real se abria em toda a sua nudez, assistia-se, muitas vezes, ao desfazer do sonho que a imaginação avolumava. E o drama começava.

Longe dos pequenos universos coloniais, onde cada um era, como na Pasárgada de Manuel Bandeira, “Amigo do Rei”, o contacto com a capital do Império, uma cidade cosmopolita e nova, implicava, sob muitos aspectos, um esforço enorme de adaptação. E vários factores se conjugavam para esse desencanto: dificuldades económicas motivadas pelas mesadas que não chegavam ou chegavam tarde, a experiência de vida longe do meio familiar, a dureza do clima e, algumas vezes, o curso sonhado e “que não despertava qualquer entusiasmo. Acabavam por ser atingidos por uma grave neurose de angústia”. (Ervedosa)

Aqui começava, na grande luta entre o sonho sonhado e o sonho vivido, a tendência em se refu-

giarem nas recordações do “pequeno museu de um paraíso perdido”. E “a vivência de *outros tempos* converte-se no único esforço criador de que se mostram capazes”. (Augusto da Costa Dias).

Alda Lara, no poema *Quadras da Minha Solidão*, recorda:

Fica longe o sol que vi,
Aquecer meu corpo outrora...
Como é breve o sol daqui!
E como é longa esta hora...

Donde estou vejo partir
Quem parte certo e feliz.
Só eu fico. E sonho ir,
Rumo ao sol do meu país...

Havia também, o drama do branco de África, considerado português de Segunda, branco de contra-costa que se distinguia pelos seus hábitos, pronúncia e pelo uso do capacete e balalaika.

E havia o racismo. Não era, ainda, o racismo requintado e protagonizado pelos “bem educados, supranacionalistas e cabeças rapadas”, racismo recheado de terror, agressividade e mortes, oficialmente toleradas, racismo fruto de consciência da sociedade europeia, projectando para fora os seus medos, insegurança e os seus valores negativos, tudo o que odeia em si próprio e que projecta no OUTRO — negro, judeu ou árabe — os eternos bodes expiatórios. O racismo sacralizado no código político-cultural de exclusão/expulsão. Não. O racismo de que falo é outro e toma assento no imaginário europeu, a partir da gesta da expansão mercantil, iniciada no século xv.

Era a época em que, como escreveu Francisco Tenreiro, “Seu Silva Costa” partia para África com,

Calcinha no fiozinho
Dois moeda de ilusão
E vontade de voltar

e regressava, tempos depois, “branco grande” e,

Su calça não é fiozinho
e sus moeda não tem mais ilusão!...

Os negros, em Portugal, não eram uma “ameaça” à paz social mas, como os animais incluídos na embaixada de D. Manuel I ao Papa Leão X, objectos raros, exóticos, ou bibelots das casas de família. E tal como os alentejanos que alimentam as

anedotas portuguesas, apareciam nas caricaturas de Pragana nas páginas do Jornal *A Bola*, com o beijo desmesuradamente grande e dois ossos cruzados na cabeça a significar-lhes uma imagem de antropófagos. Era o negro burro-de-carga da Casa Africana. O negro que as prostitutas beliscavam na rua — um gosto — manifestação infantil e ingénua de quem acreditava que assim, a “mercadoria” teria mais sorte e mais saída. As crianças acompanhavam-lhes os passos com a sonoridade monocórdica e repetitiva da canção:

Preto da Guiné
Lava a cara com café.

Os mais velhos, deliciavam-se com o “olha o preto — atchim!”.

De súbito, tomavam consciência de que não eram iguais — o mesmo povo, a mesma nação, a mesma língua, a mesma cultura. Pelo contrário, eram diferentes, portadores dum estigma que haveria de acompanhá-los, irremediavelmente, pela vida fora — a cor da pele. E essa cor da pele era a marca dum pecado original — assim o decretaram os doutores da santíssima igreja cristã, pecado que nenhum Papa soube explicar onde e porquê fora cometido — e que teriam de expiar, implacavelmente, de geração em geração até ao fim do mundo.

Ao drama da inadaptação se junta — para alguns — o drama da descoberta da cor.

A minha cor é negra
Indica luto e pena

escreve o poeta santomense Caetano Costa Alegre.

Não é meu propósito alongar-me aqui no estudo do percurso de cada um na reacção do negro ferido pelo desprezo do branco, esmagado pelo orgulho do branco. O que importa, situado o fundamento do problema, é transformá-lo em problemática e, a partir dela, tentar compreender o papel que a CEI desempenhou no despertar da consciência nacionalista no seio dos estudantes africanos em Portugal.

Tomando como ponto de arranque o binómio inadaptação/racismo, notamos o seguinte: se alguns houve que se refugiaram na sua “*torre de marfim*”, curtindo o sonho do seu regresso à terra natal, ou no drama insolúvel da “autocondenação da raça”, outros, voltando-se para si próprios, interrogaram-se, escutaram-se e tentaram resposta.

O homem é um ser inseguro que trata de afirmar-se, buscar segurança não no isolamento, mas no grupo. Dentro dele, mede-se e mede os demais para saber até que ponto o grupo é um prolongamento da sua própria personalidade.

Na grande Babilónia que Lisboa representava, a CEI era o cantinho da saudade, o ponto de encontro com a terra distante, o “sítio onde se podia tomar banho todos os dias”, como confidenciou Fernando Mourão e, sobretudo, uma espécie de *Collegia Fabrorum* onde os estudantes se iniciavam na arte de reflexão sobre si próprio e sobre o OUTRO e também sobre o seu papel nas actividades do grupo.

Um provérbio flamengo diz que “a vida é como um carro de feno donde cada um tenta tirar a porção que puder”. A CEI era, em certa medida, esse carro de feno. Para muitos, a vida fácil, despreocupada e o sonho de conseguir um canudo, regressar e ocupar um lugar na nomenclatura colonial era o único objectivo. Outros, porém, libertos das amarras do “pensamento único”, iniciavam, calma e serenamente, o processo de esvaziamento do mito da sociedade multirracial e fraterna, o mito do “tal mundo que o português criou”.

A pouco e pouco o mito se esfrangalha. E quando DEUS morre, o vazio ocupa o espaço. O que se vai passar, em seguida, é uma longa caminhada, uma procura inquietante de si mesmo e do lugar que deveria ocupar nesse novo vazio deixado pela morte de Deus.

Época de conjugação de várias formas de saber, de relações que mantinham entre si, as suas compatibilidades e incompatibilidades, um rio caudaloso onde a consciência individual se transforma em consciência colectiva. Tratava-se de um escalonamento de acontecimentos que, embora de amplitudes diferentes, tinham a mesma capacidade de produzir efeitos convergentes. Uma forma de luta em que lentamente tomavam perfil e consistência novas formas de outros saberes, outros discursos e definições de outros objectivos.

Não se veja nisso um processo homogéneo, com ideias e propósitos claramente definidos. Uma camada social heterogénea não podia apresentar senão ideologias diversificadas. E no meio estudantil em presença, pela configuração de origens de classe, não possuía os recursos necessários para a produção duma ideologia autónoma. Assim, num quadro das ideologias que se disputavam no mundo e no seio da sociedade portuguesa, reproduziam, em grosso, com um certo

efeito de espelho, as linhas de força ideológica em presença.

Lia-se bastante e nesse “devorar de livros” cruzavam-se com autores (ou ideologias) que constituíam o lastro comum de todos os que procuravam na sua cultura literária algo mais que o simples prazer de leitura. Muitos autores passavam, meteoricamente, sem deixar rasto. Outros ficavam, morando no percurso das suas preocupações.³

Era a época em que, em Paris, se dançava o jazz, se escutava “spirituals and plantation songs” e se aplaudia Josephine Baker.

Era a época em que a arte dos negros exercia um fascínio e influência sobre a forma europeia de expressão estética.

As ideias chegavam na hora exacta em que jovens estudantes africanos sentiam, debaixo da ocupação colonial, a necessidade de romper com a imitação estéril dos mitos e padrões portugueses e através dela, um instrumento de introspecção mais cabal, amplo e profundo da alma e do mundo negro.

A descoberta do mundo negro era uma obsessão, um verdadeiro problema geracional e procurava-se, tendo como farol aqueles que representavam a contestação estruturada que chegava à Europa no “regresso dos navios negreiros”. Através do conhecimento das condições de exploração dos negros da diáspora, reflectem sobre as condições de sofrimento dos negros dos seus próprios países. Essas influências representavam o conhecimento do documento humano vivo, presente, que económica e racionalmente plasmaram o destino do negro na história.

Por detrás de toda a aparência de paralelismo, esconde-se uma série de diferenças históricas e programáticas que tornam inútil e superficial a tentativa de encontrar similitude. O falar do negro, da sua cultura, do seu passado histórico bastarão para se catalogar um indivíduo ou uma corrente estética de NEGRITUDE? Basta que se leia atentamente Nicolas Guillén, Aimé Césaire, Senghor, Jacques Roumain ou Alejo Carpentier, para se compreender que a negritude não era um ideário ou programa mas, como alguém o afirmou, um estado de espírito ou a recuperação dum passado mítico através da reabilitação do negro. Desse emaranhado de tendências não se vislumbra identidade. Apenas, e muito só, convergências.

Um problema a merecer uma atenção cuidadosa é o estudo da problemática do negro através da visão do negro da diáspora, do exílio e do continente africano ou, se se quiser, através da diversi-

dade de condicionamentos socio-económicos a apreensão e identificação do real africano.

Orfeu Negro, estudo de Sartre efectuado a partir de postulados heideggerianos, assim como os trabalhos de Lylian Kesteloot, passaram a funcionar como “*Cartilha*” de quantos se aproximaram das literaturas dos países então colonizados por Portugal. As generalizações apressadas, recorde, são como grossas nuvens que total ou parcialmente encobrem o brilho do Sol.

A pouco e pouco a CEI perde o seu carácter de “casa de acolhimento” para começar a dar espaço a conferências, debates sobre os mais variados temas africanos e o seu boletim — MENSAGEM — é o espaço onde também começam a aparecer as primeiras reflexões sobre a literatura negra norteamericana, a linguística branca, ensaios, poesia e prosa de novos valores da nascente literatura africana de expressão portuguesa e que denotavam, pelo conteúdo e forma, uma ruptura nítida com os cânones da ideologia colonial.

Tudo atiçava e reflectia as paixões políticas e estéticas que se viviam em Portugal e no Mundo, a força das suas convicções em si e a sua capacidade de dar um sentido novo à História.

Toda a ideação ficaria limitada se não escolhesse um terreno e homens capazes de assumirem o seu futuro, lutando. O espaço da CEI começava a ser demasiadamente pequeno para o cultivo das novas ideias. Havia que encontrar um palco mais amplo, integrar mais gente e avançar com obra renovadora. É nesta perspectiva que surge a casa da Tia Andreza, na Rua Actor Vale n.º 37, onde se vai instalar a sede do Centro de Estudos Africanos, com conferências animadas, principalmente, por Amílcar Cabral, Mário de Andrade e Francisco Tenreiro e o entusiasmo de Agostinho Neto, Lúcio Lara, António Domingues, Alda do Espírito Santo. O “37” passou a ser a Meca dos estudantes africanos, onde aprendiam a descobrir África e criar laços de amizade e formas de actuação que viriam a desembocar na formação de organizações de cariz nitidamente político. Joaquim Pinto de Andrade animou duas discussões que ficaram célebres: uma sobre a arte sacra missionária, seguida de visita guiada ao Mosteiros dos Jerónimos e outra, com Mário de Andrade, sobre a existência de Deus.

Até que ponto o encontro com Francisco Tenreiro não foi determinante no evoluir do pensamento do grupo dos “transfugas” da CEI, em busca duma nova identificação do Mundo Negro? Mário de Andrade e Francisco Tenreiro foram,

sem sombras de dúvidas, os grandes mentores desse movimento.

Lisboa era palco enorme onde fervilhavam estética e politicamente os grandes ideais de luta contra o fascismo e pela liberdade. O Partido Comunista Português defendia a ideia de luta fraccionada, ou seja, a luta contra o fascismo em Portugal, em primeiro lugar e, posteriormente, a independência das colónias. Nessa caminhada, descobrem — alguns — o marxismo-leninismo, como ideologia e com ele a militância no MUD e no próprio partido.

Num momento em que o combate se desenvolvia mais no campo de acção do que no terreno da reflexão teórica, era-se marxista sem ler o *Capital*, como se é cristão sem ler a Bíblia. A época impunha uma escolha, um comprometimento não pelo número de livros que se lia mas pelo projecto que o Partido propunha. Depois de se descobrir as condições de exploração do negro no mundo e de se solidarizar com as suas lutas, a descoberta da Revolução de Outubro, da Grande Marcha de Mao, da Guerra do Vietnam e da descoberta da verdadeira face do colonialismo português, os caminhos estavam abertos não só para uma militância política como também para novas rotas de luta pela emancipação colonial.

Se Agostinho Neto, Lúcio Lara, Vasco Cabral, António Espírito Santo integraram o MUD e o PC, outros, como Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Francisco Tenreiro seguiram por outros rumos que conduziram, mais tarde, para um nacionalismo mais amplo e foram, em relação ao Partido Comunista Português, apenas e só “compagnons de route”.

Isso bastou para que a CEI fosse, nessa altura, identificada como o verdadeiro covil de comunistas e os seus associados como traidores dos ideais sagrados da Mãe Pátria. Um movimento de extrema-direita inundou a fachada do Hospital Santa Maria com um estranho e violento panfleto onde se denunciava os “13 comunistas mais perigosos” da CEI e pedia castigo vigoroso e exemplar.

É inegável que o Partido Comunista era, na altura, a única força política que efectivamente lutava contra o regime de Salazar. O resto era um estado de alma, sem expressão significativa. E é a partir da sua ideologia e da sua forma de organização que Agostinho Neto, Humberto Machado, Graça Tavares e António Espírito Santo, entre outros, partem à conquista do proletariado africano em Lisboa — os marítimos. Assim nasce o Clube Marítimo.

Entre os cursos, as tertúlias no “37” e o Clube Marítimo, o grupo reunia-se, diariamente, e à tarde,

na Praça do Chile, para a conversa e o ritual da “bifana e o copo de três”, na Taberna do Chico. Mais tarde, com a inauguração das linhas aéreas para Luanda e Maputo, deslocavam-se, às segundas, à noite, para os Restauradores, onde depositavam o correio familiar, na tiragem da “última hora”.

Ecoss dessa movimentação são dois documentos de uma grande importância histórica: pela primeira vez a voz dos estudantes africanos das colónias portuguesas aparece numa obra colectiva publicada em Paris pela *Présence Africaine* — *Les étudiants africains parlent*. Outro, quiçá o mais importante, é o célebre Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa, obra conjunta de Mário de Andrade e Francisco Tenreiro, com ilustração de António Domingues. O espanto foi geral e o *Jornal Notícias* de 1 de Novembro de 1953 saudou-o como “um acontecimento significativo para a Cultura em Portugal”. Em 16 de Agosto de 1953, a *Voz do Império*, programa da Agência Geral do Ultramar, falou em “um dos mais importantes acontecimentos literários do ano”. João Gaspar Simões, à beira de um ataque de nervos, explodiu: “Não é poesia negra” — não é poesia o que escreve a maior parte dos colaboradores do opúsculo *Poesia Negra de Expressão Portuguesa* — mas apologia de um certo ideal social, propaganda de um certo ponto de vista ético, irremediavelmente *didactismo poético*. (*Diário Popular*, 9 de Setembro de 1953)

Os estudos de Mário de Andrade e Francisco Tenreiro que apresentam o caderno, para além de situarem o “primeiro momento de tomada de consciência da África, a África alienada” (Roger Bastide), introduziram também um elemento de controvérsia (ou confusão?) — a negritude. Tanto bastou para que a maioria (ou a totalidade?) dos estudiosos das literaturas negras de expressão portuguesa colassem, abusivamente, a tudo o que falando de negro, denunciando, combatendo o colonialismo e a exploração capitalista nas suas terras, o epíteto de poetas da negritude. Resguardamos para outra ocasião, já que o momento não é o mais adequado, a nossa leitura sobre o tema.

“Achara o sementeiro o campo tomado”, escreve o Padre António Vieira. “Armaram-se contra ele os espinhos; levantaram-se contra ele as pedras; haviam-se-lhe fechado os caminhos”. Assim foi.

A Pide não podia permanecer insensível a esta movimentação. Agostinho Neto e Vasco Cabral são presos; Lúcio Lara e Mário de Andrade fogem para Alemanha e França, respectivamente e Amíl-

car Cabral utiliza a sua licenciatura em Agronomia para ir desenvolver outras actividades em África.

A semente fica lançada, mas é à geração seguinte que cabe o mérito de adubar o terreno, cuidar do canteiro e colher os frutos.

Abre-se uma nova página na História da CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO.

A passagem de testemunho faz-se sem fricção ou fractura. Em circunstâncias as mais variadas — Centro de Estudos Africanos, Clube Marítimo, MUD e Partido Comunista — a segunda geração participou em actividades conjuntas e teve tempo para, em grupo, construir uma compreensão profunda do facto colonial e as modalidades de luta futura. A acção da Pide, como se viu, obrigou a geração anterior a dispersar-se e as responsabilidades recaem, a partir de então, sobre aqueles que vão constituir a segunda geração. E a CEI recupera, neste processo, a sua vocação inicial. De centro de acolhimento, passa a ser também, o terreno de defesa, difusão e desenvolvimento dos ideais traçados através de numerosas discussões, críticas e duma progressiva reavaliação de métodos, ligados ao aparecimento de novos problemas ideológicos e à prática política exigida pelo desenvolvimento da luta contra o fascismo em Portugal, o colonialismo em África.

Desde logo, impunha-se recuperar o prestígio da CEI e desembaraçá-la da influência nefasta da Comissão Administrativa imposta pelo Ministério das Colónias.

Partia-se, já não de mãos vazias, mas com a experiência adquirida na militância do MUD e no PCP e em manifestações animadas pelo grupo que se veio a chamar mais tarde e erradamente, de tendência pró-Mário de Andrade.

A luta entre as várias sensibilidades volta a funcionar, centrando-se, fundamentalmente, no controlo dos órgãos directivos. A CEI renasce das suas cinzas e as actividades multiplicam-se. Surgem as Secções.

Na base das ideias estético-ideológicas que animaram a geração precedente, os novos acentuaram a sua formação estacionando noutros portos de abrigo: as literaturas russa, brasileira, Frantz Fanon, Sartre, Simone de Beauvoir, Brecht, Zomora, Neruda, António Machado, Garcia Lorca, Rafael Alberti, Miguel Hernandez e o marxismo condensado de Pulitzer. Lia-se também Agostinho Neto, Francisco Tenreiro, Viriato da Cruz, António Jacinto, Noémia de Sousa e José Craveirinha. As “farras de fim-de-semana” eram animadas com

as vozes brasileiras⁴, os boleros vinham da voz de Lucho Gatica.

Noutra vertente, a guerra de guerrilha de Mao Tsé Tung, Ho Chi Min, a guerra da Argélia, os Mau-Mau e as independências de África convidavam à reflexão e ao sonho e à utopia. E não foi Gide quem disse que as grandes realizações nasciam (sempre) das grandes utopias?

A CEI anima-se e começa, progressivamente, a ser a verdadeira casa dos estudantes do império. Ao grupo inicial de angolanos e moçambicanos, juntam-se os estudantes cabo-verdianos, indianos, santomenses, guineenses e macaenses.

Os estudantes negros protestantes não frequentavam a CEI porque tinham a sua “Casa” — o lar dos estudantes protestantes, em Carcavelos e Campo Grande. Constituíam um grupo muito especial. Vinham das missões protestantes onde, paralelamente ao ensino em português, aprendiam inglês, a cultura e a língua maternas e os fundamentos da religião de Lutero. No antagonismo entre o protestantismo praticado pelos negros e o catolicismo praticado pelos brancos e mestiços, encontravam as sementes do racismo que então praticavam assim como as raízes do sentimento próamericano que nunca rejeitaram. À excepção de Pedro Filipe e Pedro Sobrinho, quantos frequentaram a CEI?

Na CEI, as secções criadas começam a funcionar. Reabrem-se os debates políticos, colóquios, seminários, publicam-se antologias de poesia de Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, antologia do conto angolano. Iko Carreira organiza o Índice Bibliográfico Ultramarino e a colecção de Autores Ultramarinos dá a conhecer ao Mundo Português as obras de africanos consagrados ou em vias de afirmação, como Aguinaldo Fonseca, Luandino Vieira, António Jacinto, António Cardoso, Costa Andrade, Manuel Lima, Onésimo Silveira, Luís Gonzaga Lambo, Alfredo Margarido e Arnaldo Santos. A Biblioteca enriquece-se com edições da *Présence Africaine*. A leitura e o debate tornam-se uma constante, um hábito salutar na renascida CEI. A língua angolana sai do anonimato e afirma-se através de trabalhos de Mário de Andrade, Assis Júnior e Luís Gonzaga Lambo.

As pesquisas pessoais e colectivas foram, em grande parte, estimuladas por estas iniciativas. Os novos criadores despertam e começam a andar.

As secções de teatro e desportiva são dinamizadas. Cria-se a Semana de Recepção do Estudante Africano. Introduce-se, nos hábitos da CEI, os

almoços de confraternização com os pratos típicos nacionais. Era, sem sombra de dúvida, uma organização de consenso, pois era a única que reunia um número recorde de participantes. Como diz um personagem de *Conversas de Sobremesa* de Plutarco: “nosotros no nos invitamos unos a otros para comer y beber sino para comer y beber juntos”. O Grupo N’Gola Kizomba com actuações no Pavilhão dos Desportos e Cinema Império, em Lisboa e no Teatro Avenida em Coimbra, populariza a música angolana, sobretudo a de N’Gola Rítmicos e do seu carismático Liceu Vieira Dias.

A CEI torna-se uma referência e sai do seu isolamento. Associados seus, como Manuel Videira e Mac Mahon ocupam lugares na Direcção e na Mesa de Assembleia Geral da Associação Académica de Coimbra. O mesmo acontece nas associações de estudantes de Ciências, Medicina e Técnico, em Lisboa. E tem representação na Reunião Inter-Associações.

Em 1958, dois associados seus — Gabriel Mariano e Costa Andrade — são vencedores dos prémios de poesia, conto e ensaio, respectivamente, do Concurso da Comissão Cultural do Dia do Estudante Universitário de Lisboa. Na mesma altura, Alves Preto (Tomás Medeiros) é menção honrosa no Concurso Literário da Sociedade Cultural de Angola. O júri confessou, mais tarde, que dado o conteúdo político do texto apresentado, achou por bem não premiá-lo, com receio de represálias.

Na cidade de Coimbra a música africana substitui o fado nas serenatas. A Faculdade de Letras abre as suas portas e no seu anfiteatro, as vozes de Costa Andrade e Tomás Medeiros fazem a apresentação da nova poesia africana, escrita em língua portuguesa. Em Lisboa, Gabriel Mariano, a partir de Gilberto Freyre, faz palestras sobre a realidade sociológica de Cabo Verde e lê poemas seus nas instalações da Mocidade Portuguesa. A Revista do Instituto de Estudos Ultramarinos publica um número dedicado a África onde aparecem textos de associados da CEI.

A CEI é um vulcão em plena erupção.

No seu salão de festas, recebe personalidades da vida cultural e artística portuguesa — Urbano Tavares Rodrigues, recentemente regressado de França, que faz uma palestra sobre o teatro de Jean Anouilh; Carlos Wallenstein fala de teatro, em geral, e assegura a direcção técnica do recém-criado teatro da CEI; Luís Francisco Rebelo fala de teatro português e Rogério Paulo disserta sobre o trabalho do artista. Senghor apresenta a NEGRI-

TUDE, recebendo ataques vigorosos de David Bernardino e Ivo Lóio. Porém, a presença mais notória, foi a de elementos da Companhia Brasileira de Maria Della Costa, Companhia Brasileira de Procópio Ferreira e Bibi Ferreira, que apresentaram obras do moderno Teatro Brasileiro como *Jimba*, de Janfrancesco Guarniere e o *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, os Jograis de São Paulo que, curiosamente, revelaram e despertaram o interesse pela personalidade e obra de Fernando Pessoa, em Portugal.

O Boletim MENSAGEM é a consciência viva desse movimento vasto e polimorfo que as actividades da CEI fomentam. Nele se fixam os esforços de construção de diversas formas de luta contra o colonialismo português e memórias postergadas pelo sorriso agreste dos vencedores. Assegura a publicação das comunicações feitas ao longo dos debates e seminários, actividades das sessões e a revelação dos novos valores da prosa ultramarina, despertados em Portugal e nas colónias. E torna conhecida as vozes mais amplas da literatura negra no Mundo.

Serão necessários mais testemunhos para justificar a importância da CEI na vida do estudante africano em Portugal? O interesse crescente da jovem geração de estudantes africanos em Portugal pela procura, descoberta e elaboração de uma orientação político-ideológica e a perspectiva de uma acção mais comprometida, leva-os à efectivação de dois acontecimentos importantíssimos e que foram o culminar de uma longa e dura gestação dum ideal de luta — a criação do MAC — Movimento Anti-Colonial — e a “fuga dos 100” — partida clandestina de cerca de 100 estudantes africanos que acabaram por integrar — em parte — as fileiras político-militares dos partidos que, com armas nas mãos, protagonizaram o movimento de último assalto à cidadela colonial portuguesa em África.

Fecha-se o segundo ciclo de vida da CEI. O que vem depois é mais curto, mas igualmente cheio de atractivos.

Os que restam, depois da “fuga dos 100” olham-se como personagens vindas de outras galáxias ou sobreviventes dum templo em ruínas. Os olhares perdem o sabor da solidariedade e começam a fixar-se no ocaso do gesto comprometido de quem ficou com vontade de partir. A solidariedade morre, nasce a desconfiança. Todos se sentem, a um tempo, acusadores/cúmplices de não terem embarcado na grande aventura que a imaginação

enaltecera. A PIDE está atenta e a CEI será ainda o lugar de encontro e fraternidade? O desânimo impera e alguns, os mais afoitos (ou comprometidos?) transformam os cafés Rialva e Mimo em verdadeiros *ágora* onde, no meio de acesas discussões político-literárias, puxavam do papel e lápis, soltavam a força criadora da classe operária e dos seus aliados — camponeses e intelectuais sartreanos ou gramscianos? — desbaratavam o poder da burguesia e hasteavam o estandarte do Socialismo em toda a planura da folha. Enquanto isto e na taberna quase em frente, a classe operária bebia bagaço e vinho tinto, falava de saias e discutia, raiosamente, os pormenores da vida de Benfica, Sporting e Futebol Clube do Porto.

E a CEI morre mais uma vez por imposição da ordem fascista. O que se segue depois, já faz parte de “cenas do próximo capítulo”. Os personagens são os mesmos, os ideais são os mesmos. O que muda, dramaticamente, é o terreno de luta.

É que nas matas de Angola, Guiné e Moçambique as balas já tinham começado a florir.

Havana, Setembro de 95. Alfragide, Outubro de 95.

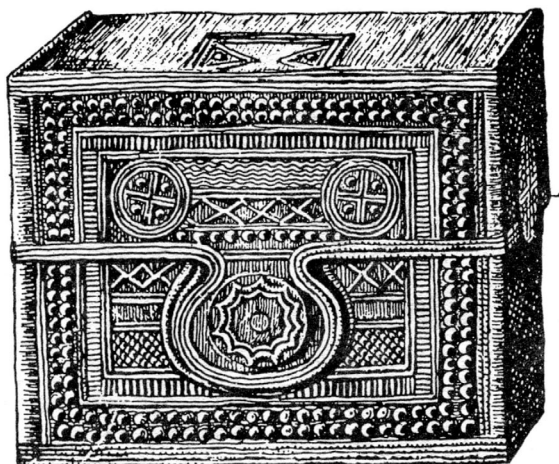
¹ Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização de Cooperação e Desenvolvimento; Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e o Comércio, Comissão Europeia, Bundesbank, Banco de França.

² The Wall Street Journal, The Financial Times, The Economist, Far Eastern Review e Agência Reuter.

³ E se é possível falar-se de influências, importa, ainda que mui esquematicamente, salientar:

- América do Norte: Langston Hughes, du Bois, Richard Wright, William Gardner Smith, James Baldwin, Claude MacKay, Countee Cullen, Paul Laurence Dunbar, Paul Robson, Mahalia Jackson e Marian Anderson;
- Haiti: Price-Mars, Jacques Stephen Alexis, Jacques Roumain, Toussaint Louverture, Dessalines, Rei Christophe;
- Caraíbas: Aimé Césaire, René Maran, Nicolas Guillén, Regina Pedrosa, Alejo Carpentier, Antologia de Poesia Negra Latino Americana de Emilio Ballagas;
- Brasil: Abdias Nascimento, Artur Ramos, Gilberto Freyre, Jorge Amado, José Lins do Rego, a poesia *Essa Negra Fulô* de Jorge de Lima;
- Filosofia Bantu de Tempels, Antologia de Poesia Negra de Senghor e prefácio *Orfeu Negro* de Sartre, Leo Frobenius, Cheikh Anta Diop, Blaise Cendrars;
- Modigliani, Picasso, Braque, Vlaminck, Orozco, Diego de Rivera, Siqueros e Portinari.

⁴ Luís Gonzaga, Quatro Ases e um Coringa, Ataulfo Alves, Angela Maria, Dalva de Oliveira, Dorival Caymi.



Uma ilha africana na Duque d'Ávila

ALFREDO MARGARIDO*

As ilhas foram sempre, no imaginário ocidental europeu, tal como no imaginário africano, lugares indispensáveis à afirmação dos indivíduos e das culturas. Na mitologia Luba/Lunda, a terra começa a organizar-se graças às formigas que carreiam a terra fundadora, que será não só o lugar da natureza, mas essencialmente a base da cultura.

Isoladas, as ilhas permitem a independência mais plena, e nenhuma cultura conseguiu furtar-se à necessidade de as inscrever na geografia indispensável da criação. Os africanos que o carácter descaróvel das regras do ensino secundário e superior português obrigavam a desembarcar em Lisboa, ou na Metrópole, não podiam escapar à necessidade de inventar um território, uma ilha.

É este espaço utópico que acalenta as muitas utopias que caracterizaram a vida da Casa dos Estudantes do Império, algumas das quais acabaram por se tornar realidade. Sem esquecer, contristados, aquelas que ainda esperam realização e amadurecimento. Os países africanos recuperaram a liberdade: o que foi simples utopia é hoje plena realidade. A igualdade esperada, continua completamente desatendida.

O facto de uma utopia se não realizar, não quer dizer que devamos considerá-la ou morta ou anulada. Uma utopia deve amadurecer, fornecendo graças a essa espera, o vigor indispensável à realização dos actos indispensáveis à sua eclosão. Assim foi com a CEI: quando em 1958 voltei a desembarcar em Lisboa, impedido de viver em Angola, senti-me amputado de alguma coisa que talvez não soubesse definir. Amputado de uma parte, também, da minha utopia.

O falso acaso faz por vezes bem as coisas, pois fui morar num prédio da Duque d'Ávila, instalado exactamente em frente da CEI: bastava atravessar a rua, e subir as escadas, quase sempre frementes de entradas e saídas. O porteiro procurava assegurar o controlo, em nome de não sei que segurança, mas não havia nenhum vero obstáculo à livre circulação. A CEI começava quando se entrava a porta: Lisboa perdia a sua eventual louçania, para permitir a construção de outras paisagens.

Não seriam certamente nem as buganvílias da Alda Lara, nem as ferazes acácias rubras do Fernando Costa Andrade, que já fora Flávio Silvestre e começara a engendrar o Ndunduma wé Lépi, mas eram as violentas florações da utopia. Com efeito, a instituição devia permitir várias operações: a primeira era certamente a de permitir que os africanos recuperassem um duplo do território perdido; a segunda, devia autorizar a elaboração de projectos políticos, envolvendo os diferentes aspectos da consciência nacional em via de elaboração; sem esquecer, e seria a terceira, a necessidade premente das relações que ajudavam a reduzir as feridas simbólicas, provocadas pela violência do “desenraizamento”.

Não se poderá compreender o vigor do mecanismo aglutinador da CEI, se não considerarmos os três aspectos desta problemática. No meu caso, esta situação permitia-me recuperar essa relação com a África, e mais particularmente com Angola, aprendendo inclusivamente coisas que não pudera aprender em Luanda, como a aprendizagem de umbundo, pacientemente ensinado pelo Gonzaga

* Professor universitário e investigador português. Colaborador da Mensagem e organizador de Antologias da CEI.

Lambo, antes de vir a sê-lo também, pelo Henrique Abranches.

As consciências nacionais

Num despacho famoso, proclamava uma das autoridades administrativas angolanas — o secretário-geral Manuel da Cruz Alvura — que não se deviam criar estudos superiores em Angola, para obrigar os estudantes africanos, e os angolanos em particular, a estabelecer relações íntimas e prolongadas com a “casa lusitana”. O processo de portugalização não devia dispensar, dizia o ilustre funcionário superior, a relação contínua com o território português que, em alguns casos, se prolongaria por cinco longos anos.

Ou seja, a recusa da criação de cursos superiores nas diferentes colónias não era apenas a consequência de uma visão maltusiana dos projectos culturais angolanos, mas a aplicação de um princípio profundo, destinado a impedir a afirmação de pensamentos e de projectos autónomos. A Universidade não serve apenas para assegurar uma determinada escolaridade: ela serve também, e apetece-me às vezes dizer sobretudo, para permitir a elaboração de projectos nacionais. É nas escolas que se elaboram os projectos que dizem respeito à comunidade nacional.

O governo português reconhece de maneira explícita que o ensino, e mais particularmente o ensino superior, faz parte do dispositivo técnico do aparelho de Estado. Digamos que o governo fascista se revelou demasiado avarento em relação à sua política, pois devia ter generalizado as bolsas de estudo, para assegurar o reforço da integração dos africanos nos quadros do que agora se designa como sendo a “lusofonia”. Não o fazendo, reduziu de forma sensível a eficácia da filosofia lusotropicalista do antigo governador de Malanje e da Huíla.

Os estudantes africanos replicam, a princípio com muita incerteza e até muita tibieza, como revela entre outros o texto que o Sócrates Dáskalos consagrou à criação da Casa de Angola, para manifestarem uma maior decisão à medida que se aproximava o fim da II Guerra Mundial, e o renovo da luta anti-fascista. Os angolanos esperaram do fim dessa guerra o acesso a uma maior igualdade, como mostraram as manifestações que se desenrolaram em Angola e descritas, com pormenor e paixão, por Mário António Fernandes de Oliveira: a Casa dos Estudantes do Império não hesita

em debater as questões mais candentes da autonomia do pensamento africano, associada ao Centro de Estudos Africanos, criado por Francisco (José) Tenreiro, Mário (Pinto) de Andrade, Noémia de Sousa e alguns membros da família santomense Espírito Santo.

Se bem que não fazendo parte do imaginário colectivo, a verdade é que o momento de transição político foi marcado pela guerra do Batebá, em Fevereiro de 1953, na ilha de S. Tomé. Para protestar contra essa violência, que provocara centenas de mortos, alguns torturados, sobretudo em Fernão Dias, publicou-se então o primeiro *Caderno da poesia africana de expressão portuguesa*. Trata-se do primeiro documento unitário, destinado a pôr em evidência a existência da consciência dos dominados.

Hoje, reflectindo a propósito dessas operações, verificamos que deliberadamente manifestam a necessidade de estruturas menos exclusivamente culturais e mais políticas. Todavia, dissolvidas as organizações políticas que tinham caracterizado a vida política dos africanos em Lisboa, só podia haver uma solução: a adesão aos movimentos políticos portugueses que militavam na oposição. Quantos africanos não passaram pelas fileiras do PCP ou do MUD? Não foi Agostinho Neto dirigente nacional do MUD-Juvenil?

Da consciência nacional à organização política

Naturalmente a CEI não podia manter-se alheia à importância do debate político, fosse em cada uma das colónias, fosse em Lisboa ou em Portugal. As condições de organização eram fundamentais, na medida em que os portugueses eram eminentemente colonialistas, esperando apenas, os mais democratas, que o regime corrigisse os erros eventuais ou as violências.

Creio que é essa situação que espelha melhor a condição de ilha que caracterizava a CEI: entradas as portas da instituição, dissolvia-se a ameaça do racismo que podia pesar sobre os africanos em geral. Esta situação permitia que o diálogo das gerações se fizesse, mas exigia sobretudo uma solidariedade contínua. Não que o racismo português fosse tão brutal como passou a sê-lo posteriormente mas registava-se uma violência difusa, que já Costa Alegre denunciara no século XIX, tal como fora claramente posto em evidência em algumas reportagens do principês Mário Domingues.

Lembro-me bem da total impotência de quantos, nesses anos que, para mim, vão de 1958 a 1964 (deixei de lado os anos 52-54), militantes do PAIGC dispunham de condições de funcionamento eficaz em termos políticos, de relação, mesmo se arriscada, com o Movimento. Os demais conheciam situações mais esfarrapadas, sobretudo no caso dos militantes angolanos, já que o nosso “quiet-man” em Paris, o Paulo (Teixeira) Jorge, se mostrava incapaz de assegurar as tarefas que pareciam urgentes a todos e a mais algum.

O peso da censura obrigou os universitários de então a optar pelas manifestações literárias, sobretudo as poéticas, como era então a moda no mundo português. Não poucos deixaram-se arrastar pela convicção de que o combate político devia ser essencialmente, quando não exclusivamente, literário. A CEI não poderia furtar-se ao peso dos condicionalismos culturais que caracterizavam a sociedade portuguesa, se bem que enquanto africanos, todos viviam nessa situação ambígua que os obrigava a partilhar os valores do colonizador. Daí que a reflexão política fosse extremamente reduzida, sendo sobretudo veiculada graças à expressão literária.

Não que a situação não provocasse muitos engulhos, pois já aparecera a ideia de ser necessário proceder à elaboração de uma história angolana já inteiramente descolonizada. Creio que a ideia pertenceu ao Henrique Abranches, entretanto expulso de Angola, mas não houve tempo de a levar a cabo em Lisboa ou em Portugal, devido à actividade política de muitos membros da CEI, manifestamente integrados em organizações da oposição portuguesa. Mas a ideia, indispensável, sublinha as condições da transição para uma nova forma de luta: se os poetas como Alda Lara exaltavam as forças do regresso, os historiadores já tinham dado um passo em frente: descolar Angola do tecido português, era uma actividade essencial e precedendo a solução política que só podia ser a independência.

O gato e o rato, ou a História da repressão

Um dos grandes mistérios da CEI foi sempre, para mim, a relativa astenia da polícia política em relação à instituição. Certo, de tempos a tempos, anunciava-se a prisão de um dos membros da Casa, mas quase sempre esta operação repressiva encontrava a sua razão de ser em actividades militantes,

sempre nas organizações políticas da oposição portuguesa. É certo que se sucediam as intervenções ministeriais, que provocavam as comissões administrativas, mas elas não pareciam chegar ao Estado-maior da rua António Maria Cardoso.

A maneira como foram negociadas as edições da CEI, que incluíam autores já então votados ao ódio nacional português — como nos casos de Agostinho Neto e de Viriato da Cruz — sublinha a consciência do risco corrido. Só a extrema coragem de Carlos Ervedosa e de Fernando Costa Andrade, permitiu que essas operações fossem levadas a cabo. Não sem choques, como o que resultou da proibição e da apresentação da segunda edição dos *Poetas Moçambicanos*, que tinha organizado, tal como já tinha tido em mãos a primeira edição, que continua assinada pelo Luís Pollanah.

A actividade conspiratória foi por vezes tão apaixonada que, à distância, ela revela a sua extrema periculosidade, como no caso dos militantes do PAIGC que se reuniam todas as quintas-feiras num dos cafés do outro lado da Duque d’Ávila, quase sempre sob a autoridade do Jorge Querido. Digamos as coisas mais simplesmente: houve um momento, difícil de datar, que se coloca entre 1961 e 1962, em que a CEI decide pôr em funcionamento as suas próprias regras: a ilha rebelara-se.

Tal foi de resto a sensação que experimentei após alguns meses de afastamento, entre 1962 e 1963, que me viram passar pelas prisões políticas da Rua do Hermo, no Porto, Aljube e Caxias. Carlos Ervedosa, que dispunha de uma extrema sensibilidade política, alterara as condições específicas das edições da CEI, com pequenos cadernos de ensaios, de que saíram apenas três (o do próprio Carlos Ervedosa, o de Onésimo Silveira e o meu). Passava-se claramente da afirmação poética à actividade política, acompanhada pela reflexão teórico-política.

Quando é que a PIDE se deu conta do carácter inaceitável da CEI? Talvez tenha sido consequência do prémio concedido a José Luandino Vieira, ou mais simplesmente resultado da intervenção de Amândio César numa emissão organizada por José Mensurado na televisão da época e consagrada a este caso. Há quem diga que a intervenção policial se deveu a uma fagulha de inteligência do ministro Silva Cunha, um especialista da investigação policial... Por que não? A verdade é que se esperava esta medida a partir de 1961. Não havia razão para surpresas, salvo a do carácter tardio desta decisão.

Balanço

Haverá maneira de proceder a um balanço objectivo? Há alguns anos atrás Fernando Mourão contou-me uma história que me parece reveladora: conversava ele com o malogrado Presidente Samora Machel, em companhia de outras pessoas quando, a certo momento, verificou que tinha ficado sozinho com o Presidente. Este, também surpreendido, quis saber o que se passava e Fernando Mourão, após ter lançado um rabo de olho para a concentração que se refizera a poucos metros, esclareceu: “São os antigos da CEI, o senhor Presidente tenha paciência, mas vai ficar sozinho, porque eu também sou um antigo.” Sereno, o Presidente Samora Machel encontrou a solução: “Nesse caso, eu passo também a ser um antigo da CEI!”

Quer dizer esta história que a CEI participou muito activamente na elaboração e sobretudo no reforço das linhas internas das diferentes consciências nacionais. A lenta mas constante degradação da força do colonizador, deve-se ao trabalho teórico e prático de militantes que souberam libertar-se do peso dos modelos colonialistas, isto no preciso momento em que as autoridades políticas e científicas portuguesas pretendiam impor *urbi et orbi* a lição do luso-tropicalismo freyriano. Se me fora possível denunciar esta lição num jornal luandense, com pouco eco nacional e internacional,

Mário Pinto de Andrade pôde fazê-lo na *Présence Africaine*, com um eco internacional que ainda se não apagou.

Tal foi uma das forças desta ilha africana em plena Avenida Duque d'Ávila: impedir que a deformação colonialista pudesse funcionar com verdade indiscutível e indiscutida. Quem teria dado o prémio a José Luandino Vieira se não se registasse já a presença da lição e do combate da CEI, editando os “clássicos” de cada um dos países ainda colonizados? Quem, em Moçambique, teria podido assegurar a edição de José Craveirinha, esse poeta-tambor, que queria assegurar a produção dos sinais mais violentos e definitivos da apaixonada consciência nacional moçambicana?

Creio ter percebido uma certa amargura na *Geração da Utopia* do Artur Pestana (que durante tantos anos foi o Pestaninha, para o distinguir dos dois “grandes” Pestana Heineken, antes de se metamorfosear, ajudado pela guerrilha, em Pepetela); o projecto afinal não só não foi realizado, mas regista-se uma perversão que o escritor não pode aceitar sem pelo menos um lamento. As utopias possuem uma condição particular, nisso parecidas com os gatos: têm, quando autênticas, sete fôlegos. Ao evocar a CEI, não posso deixar de salientar o vigor dessa utopia que, mesmo amolachada, continua a perfumar a minha existência.

Lisboa 1996



Mensagem, neo-realismo e negritude

FRANCISCO SOARES*

A publicação em Lisboa da revista *MENSAGEM* terá tido para os que nela colaboraram o sabor vivo de quem sente crescer nas suas mãos um mundo por criar. A antológica republicação que agora acontece (a par da próxima reedição preparada ainda por Manuel Ferreira para a ALAC), permitir-lhes-á — aos mesmos autores — uma revisão do que foi o caminho percorrido e a consequente revivescência da pureza dos ideais com que se lançaram na luta pela independência cultural e política dos países a que todos pertencemos. Reordenação de perspectivas autobiográficas e colectivas é, pois, o horizonte mínimo de expectativas que nós, os que já não somos “desse tempo”, delineamos ao pensarmos nos que, “à beira dos cinquenta”, irão reler a antologia.

Mas a oportunidade que agora temos de pesquisar em textos fundamentais para a definição do nacionalismo e internacionalismo africano em língua portuguesa, acompanhados por estudos actuais acerca dos mesmos textos, permitir-nos-á decerto precisarmos a ideia do que foi a *MENSAGEM* de Lisboa e do seu papel na formação da elite cultural da época. Mais do que refazermos aqui o histórico da publicação, das instituições e dos grupos que de alguma forma com ela se relacionam¹, sentimos preferível, para os que viemos depois, examinar alguns dos tópicos em que assenta o retrato vulgarizado da literatura reproduzida nas páginas da revista e das influências culturais que a enformaram.

Uma das ideias mais comuns, sem dúvida fundamental, é a referente à profissão de fé negritudi-

nista, constituinte que seria do tipo de nacionalismo e internacionalismo propagado na e pela CEI.

Tal ideia vem-nos, é claro, de textos anteriores. Manuel Ferreira (1976:260s) é o mais prudente ao referir para a *MENSAGEM*, acima de tudo, uma concepção doutrinária e empenhada da literatura, chamando implicitamente a nossa atenção para a importância do paradigma neo-realista, que integrara o projecto literário e cultural do nacionalismo africano no internacionalismo sustentado por uma estratégia de partidarização de todos os anseios colectivos. A citação que faz de Carlos Eduardo é significativa dessa postura integrada, sem dúvida favorecida pelo entusiasmo que reinou entre a intelectualidade de esquerda após a derrota nazi. Realça tal extracto, neutralizando as diferenças ráticas, a unidade combativa de todos os que “se irmanam nos mesmos problemas e aspirações, no mesmo amor à terra e suas gentes, na mesma autenticidade e no mesmo anseio de construção duma sociedade cada vez mais perfeita”.

Reconhecemos assim, na *MENSAGEM* de Lisboa, a ampliação da “emergência do discurso de agressividade” (CARVALHO, 1983) já anteriormente levantado — por exemplo com a *CERTEZA* em Cabo Verde e a *CULTURA* de Eugénio Ferreira em Angola. Tal discurso rompera “com o pensamento reformista da velha geração nacionalista”, num “verdadeiro corte histórico-literário”, “epifenómeno da influência marxista após a Segunda Guerra Mundial e (...) uma consequência da divulgação da estética neo-realista” (MESTRE, 1989:24).

* Professor na Universidade de Évora.

A curta referência de Manuel Ferreira à influência negritudinista no trabalho que dele citamos é a seguinte: “(...) os estudantes africanos, em Lisboa, estavam interessados na teorização afro-negra e não só neste ou naquele aspecto da literatura africana” (p. 263). Mas na mesma página nos é dada uma das razões porque a influência da negritude não teria sido estimulada em Lisboa, ao contrário do que muitas vezes pensamos: “é notório o quase divórcio dos intelectuais portugueses não diremos já da problemática da negritude, mas de qualquer dos problemas culturais de África”. De facto, por mais interesse que houvesse por África em Portugal (e ele não era tão pouco como da frase se depreende), não abundavam em Lisboa obras sobre a negritude ou o reconhecimento da pertinência das problemáticas por ela levantadas e que chegavam aqui por via, sobretudo, do “francesismo” e do interesse nascente pela literatura norte-americana.

Inevitavelmente os poetas africanos do tempo seriam, pois, mais influenciados pelo “discurso ideológico do neo-realismo português” (REIS, 1983) do que pela negritude — o que explica nelas a quase total ausência de marcas surrealistas que adensavam a poética negritudinista no mundo francófono. Pires Laranjeira (1987:21) declara, em consonância, ser “notório o enfeudamento à linha realista, ‘engagé’ e combatente”. Este autor, porém, reforça a “farta” influência que sobre tal engajamento exerceriam o “afro-americanismo, o pan-negrismo, o pan-africanismo, a negritude”, a par do neo-realismo.

De todas essas correntes, já variamente estudadas², se reclamaram aqui e além intelectuais relacionados directa e indirectamente com a *MENSAGEM*. Mário Pinto de Andrade é talvez aquele que sublinha com maior ênfase uma filiação negritudinista e, ao mesmo tempo, o mais francófono dos angolanos no seu percurso ensaístico. Organizando com Francisco José Tenreiro (um poeta são-tomense muito marcado pelo meio literário lisboeta mas igualmente reivindicando-se na negritude), a conhecida *Poesia negra de expressão portuguesa*, de 1953, à qual se seguiriam diversas outras fundadas na mesma radicação ideológica, parece o seu trabalho confirmar a importância dos movimentos culturais de afirmação negra para os estudantes africanos da CEI.

Mas o uso do conceito de negritude, ou de literatura negra, nos trabalhos de Mário Pinto de Andrade, tem, também ele, que ser revisto, pois per-

mite-lhe incluir poetas brancos e crioulos, a par dos de Cabo Verde³. O critério de inserção dos poetas nas suas antologias recorda-nos mais o discurso legitimador do neo-realismo do que o da negritude, como se torna claro na nota introdutória à *Antologia Temática de Poesia Africana* (1976).

É por isso que ele elogia “o realismo social de Countee Cullen, Claude McKay, Langston Hughes e outros”, acabando por apontar, fascinado, a poesia mulata cubana (em termos tomados a Fernando Ortiz e José António Portuondo). Nesse mesmo trabalho⁴ torna-se claro que, para Mário Pinto de Andrade, a “negritude” é uma particular manifestação do propósito de denúncia e do projecto partidarizado de literatura social: “Algo mais profundamente humano vai preencher o conteúdo da sua obra poética: a denúncia das injustiças sociais e em particular a presença do Homem Negro no mundo de todos os homens. *E é neste aspecto que Nicolás Guillén é essencialmente um poeta negro: porque da sua poesia chega até nós a inquietação do Homem Negro, a sua “négritude”*”⁵.

Para o autor, a literatura “*essencialmente negra*” é a da tradição oral — havendo, em relação à escrita, que analisar o grau de assimilação “da cultura do europeu e por consequência o conteúdo da obra e o problema da língua”⁶. Mais tarde, quando publica a sua antologia em Paris, o autor privilegia o estudo da inserção sócio-política dos autores no mundo africano, numa tendência que se acentuará, gradualmente substituindo o projecto negritudinista.

O companheiro de Mário Pinto de Andrade na primeira antologia (Francisco José Tenreiro) — que reclama a paternidade da exclusão dos poetas caboverdianos — na mesma ocasião em que o faz esclarece-nos acerca do uso do termo negritude nesse tempo feito pelos dois. Passemos-lhe a palavra, sem preocupação de espaço: “De uma maneira geral era este o panorama da poesia do Ultramar ainda em 1953. De um lado, aqueles, os do exotismo; do outro, os que procuravam exprimir o que, à falta de palavras mais significativas se entendeu chamar negritude. Não é este o momento para explicar o que então se entendia por negritude. Foi suficientemente divulgada, amada e tão incompreendida por alguns que de todos é conhecida já esta posição de poetas. Mas o que tem significado dizer agora, é que foram esses poetas que, pela primeira vez, nos ritmos livres dos poemas equacionaram, aos que têm sensibilidade, as *tensões sociais* que estão na génese da problemáti-

ca actual do mundo ultramarino”⁷. Na página seguinte, Francisco José Tenreiro reitera e precisa a sua definição do que chamara negritude: “Por isso afirmei a propósito, em tempo já distante, que a poesia das ilhas crioulas, com raríssimas excepções, não traduzia o sentimento de negritude que é a razão-base da Poesia negra (.../...) Tínhamos assim em 1953 a poesia do exótico, *afastada das realidades miúdas da vida do homem*; a negritude ou *poesia de consciencialização do homem perante as mesmas realidades*”⁸. Ainda no mesmo trabalho⁹, Tenreiro reafirma o seu conceito de negritude, “ou seja tomada de consciência dos poetas, pretos ou brancos ou mulatos, de realidades que *a todos são comuns*”. E profetiza que “a tendência é para uma aproximação com a poesia cabo-verdiana logo que os poetas de Angola e de Moçambique ganhem como aqueles formas de expressão própria, como se o português se recriasse ali outra vez como língua”, terminando por elogiar os poetas que “realizam, antes dos administrativistas, a verdadeira política de integração das almas” (p. 10).

O artigo de Tenreiro prolonga-se noutro publicado no número seguinte¹⁰. Nos dois parece relacionar os dados que cita em função de uma reestruturada visão da negritude que evitasse, por um lado, a sua leitura partidária e, por outro, as reduções racistas ou nacionalistas do que lhe parecia ser a negritude. Por isso termina reafirmando que ela se sobrepunha “a regiões e a tribos, a sistemas políticos e a esquemas económicos, e se era na essência pan-africanista isso representava tão somente uma tomada de consciência perante a África — que seria tão frutuosa para esta como para a Europa”¹¹. Isto depois de sublinhar o carácter cultural do movimento — que, no seu entender, era de raiz humanista, dele participando brancos e negros, unidos pelo sentimento da “necessidade de um movimento que levasse à compreensão e revalorização do homem africano e das suas culturas. Era, com avidez, que se procurava um diálogo franco por humanista e fraterno, entre a Europa e a África”. Consequentemente, o autor criticaria também o racismo ilustrado no facto de o “Comité Présence Africaine” ter passado a ser exclusivamente composto por “intelectuais negros” (p. 32).

O posicionamento de Tenreiro perante a evolução da negritude permite-nos ainda realçar dois aspectos: o primeiro é o da sua concordância com posições assumidas por intelectuais e artistas não afectos à *MENSAGEM*, como é o caso do angola-

no Geraldo Bessa Victor; o segundo é o da sombra neo-realista sobre a concepção de negritude (quicá já existente na origem americana do movimento), sinalizada pelo acento posto no processo de consciencialização social face aos problemas africanos, que a geraria.

O acento neo-realista inserido no conceito de negritude é a marca da segunda das figuras que, nas páginas da *MENSAGEM*, mais se aproximou dos posicionamentos dos intelectuais africanos francófonos acerca do assunto: Agostinho Neto.

Num breve trabalho publicado no boletim¹², o futuro dirigente do MPLA critica o facto de a poesia negritudinista francófona não chegar “aos povos africanos que são o repositório das nossas culturas. Poesia pensada nos gabinetes de estudo, apenas tinha longínquas ligações com os verdadeiros problemas da *realidade social*. Encarava-se ao geral sem atender ao particular”¹³.

Situada no cruzamento dos caminhos que conduziram da negritude às concretizações do marxismo em África, a reflexão de Agostinho Neto mescla ainda o enfoque socio-político dos problemas com a interpretação racial da negritude, mas para terminar realçando a marcha “de encontro aos nossos povos, as nossas culturas”, “devidamente valorizadas pelas mãos dos seus intelectuais” que para tal recorreriam à ajuda dos “muitos meios técnicos que resultam do contacto com a Europa” (p. 49).

Podemos, pois, dizer, em conclusão, que a presença da negritude e do negritudinismo na *MENSAGEM* ficou esbatida pela realidade cultural portuguesa e lusófona, onde o neo-realismo e a tradição humanista pesavam mais do que o enfoque racial já antes tentado — em sinal contrário — pela facção racista branca do sistema salazarista. Daí resultou uma ideia de negritude que não corresponde ao significado universal da palavra.

Como nota Venâncio (1987:66s), “enquanto a negritude primou sobretudo por uma reivindicação cultural (onde Tenreiro preferia que ela se mantivesse), entendendo a cultura como fenómeno totalitário pelo qual a dignidade do Homem negro teria de passar (...) a africanidade em língua portuguesa traduziu-se, para além do seu aspecto europeu, comparável ao movimento dos intelectuais de língua francesa, ainda num movimento integrando motivações políticas concretas”.

Este posicionamento viera já de Luanda, onde Venâncio nota, no movimento dos *Novos Intelec-*

tuais, “uma superação implícita do problema rácico” — apesar de Viriato da Cruz, e outros, entroncarem também a *MENSAGEM* luandense “na corrente negroamericana que vem de Melville a Langston Hughes, Aimé Cesaire e outros” (MESTRE, 1989:24). Mas a sua raiz não é apenas política ou político-literária. É também cultural e social e prende-se com a realidade *crioula* vivida por estes criadores (intelectuais e artistas) que mais fácil e afectivamente se identificavam no Brasil do que nos EUA.

A influência do Modernismo e do Regionalismo brasileiros, a par da influência do neo-realismo português, determinam assim, bem mais, a identidade cultural da *MENSAGEM*. E se essas influências a determinam em termos estritos, a vivência típica surgida nos países de colonização portuguesa — amorosa, saudosa e aventureira — marcou em termos latos as opções estéticas dos autores.

Como reconheceram Mário António e Manuel Ferreira, involuntariamente se acordando, a leitura destas produções tem por isso que ser feita pela noção de “simbiose natural das duas culturas em contacto, a europeia e a africana” (FERREIRA, 1976:262).

Bibliografia

- ANDRADE, Mário Pinto de
(1958), *Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, Paris: Pierre Jean Oswald.
(1976), *Antologia Temática de Poesia Africana: I — Na Noite Grávida de Punhais*, Lisboa: Sá da Costa. (Vozes do Mundo; 5).
- ANDRADE, Mário Pinto de
TENREIRO, Francisco José de Vasques
(1953), *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, Lisboa. (Lisboa: Escolar Ed. (dep); Editora Gráfica Portuguesa).
- CARVALHO, Alberto
(s/d), *Emergência do Discurso de Agressividade na Literatura Cabo-Verdiana*. Separata, Lisboa: FCG.
- ERVEDOSA, Carlos
(1985), *Roteiro da Literatura Angolana*, 3.^a ed., Luanda: UEA. (2K: Estudos).
- FERREIRA, Eugénio
(1989), *Espiral Literária*, Luanda: UEA. (Estudos).
- FERREIRA, Manuel
(1975), *No Reino de Caliban: Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, Vol. I, Lisboa: Seara Nova.
(1976), *No Reino de Caliban: Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, Vol. II, Lisboa: Seara Nova.
(1977), *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, 2 vol's, Lisboa: ICALP
- KANDJIMBO, Luís
(s/d), *Apuros de Vigília*, Luanda: UEA. (Estudos).
- LARANJEIRA, Pires
(1987), “Formação e desenvolvimento das literaturas africanas de língua portuguesa”, in *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa: FCG.
(1992), *De Letra em Riste*, Porto: Afrontamento.
- MATESO, Locha
(1989), *La Littérature Africaine et sa Critique*, Paris: Karthala.
- MESTRE, David
(1989), *Nem Tudo é Poesia*, 2.^a ed (revista e aumentada), Luanda: UEA. (2K: Estudos).
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (1968), *Luanda — “Ilha Crioula”*, Lisboa: AGU.
(1990), *Reler África*, Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.
- REIS, Carlos
(1983), *O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português*, Coimbra: Almedina.
- TRIGO, Salvato
(1977), *Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa*, Porto: Brasília Ed. (Literaturas Africanas; 1).
(1979), *A Poética da Geração da Mensagem*, Porto: Brasília.
(s/d), *Ensaio de Literatura Comparada Afro-Luso-Brasileira*, Lisboa: Vega. (Universidade; 30).
- VÁRIOS
(1981), *Teses Angolanas: documentos da VI Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos*, Vol. I, Luanda: UEA. (Estudos).
- VENÂNCIO, José Carlos
(1987), *Uma Perspectiva Etnológica da Literatura Angolana*, Lisboa: Ulmeiro. (Universidade; 9).
(1992a), *Literatura e Poder na África Lusófona*, Lisboa: ICALP. (Diálogo: Convergência).
(1992b), *Literatura Versus Sociedade*, Lisboa: Vega. (Palavra Africana).

¹ Trabalho que já tem sido concretizado, embora nem sempre na perspectiva de conjunto que Manuel Ferreira, por exemplo, esboçou nos seus estudos sobre o assunto, e que são de inevitável referência. Veja-se, por exemplo, no vol. II do *Reino de Caliban*, o texto “MENSAGEM / a resistência solidária”, pp. 260-264.

² — Leiam-se, por exemplo, a introdução de Manuel Ferreira à série *Reino de Caliban* (1975:6s) e os capítulos “Pan-africanismo” e “Negritude” do livro de Salvato Trigo, *Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa*, pp. 97s, e 107s.

³ Sobre o alargamento a Cabo Verde do seu esforço antológico e teórico, leia-se o que diz Manuel Ferreira (1975:19-20).

⁴ “A Literatura Negra e os seus Problemas”, in *MENSAGEM*. Janeiro de 1952, Ano III, n.º 13, pp. 11-14.

⁵ Loc. cit., p. 14.

⁶ “A Literatura Negra e os seus Problemas”, in *MENSAGEM*.

Janeiro a Julho de 1951, Ano III, n.º 12, pp. 1-3. A citação foi tirada das pp. 2 e 3.

⁷ “Processo Poesia”, in *MENSAGEM*. Abril de 1963, 2.ª série, Ano XV, n.º 1, p. 7.

⁸ Loc. cit., p. 8.

⁹ Loc. cit., p. 9.

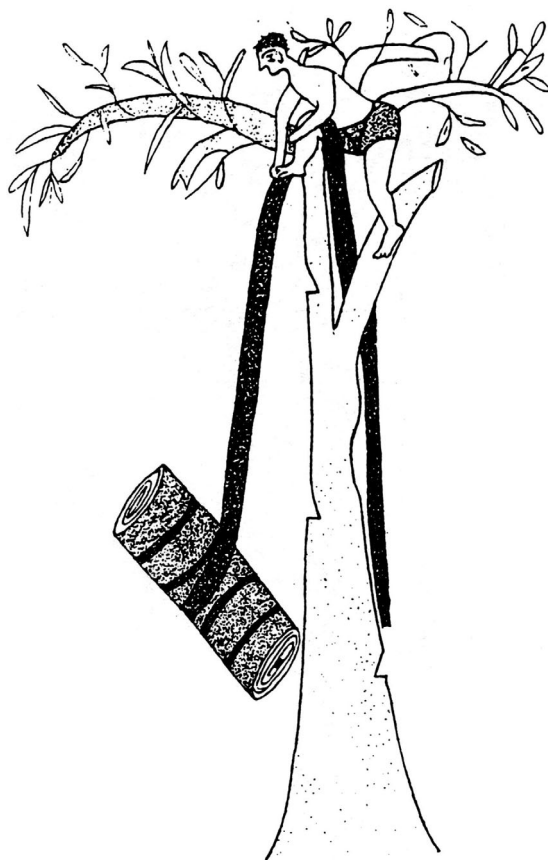
¹⁰ “Acerca da Literatura Negra”, in *MENSAGEM*. Junho de 1963, Ano XV, n.º 2, pp. 9 e ss.

¹¹ Loc. cit., p. 33.

¹² “Introdução a um colóquio sobre POESIA ANGOLANA”, in *MENSAGEM*. 1960, 2.ª Série, Ano III, n.º 5/6, pp. 43s.

¹³ Loc. cit., p. 48.

¹⁴ Leia-se, a propósito, a antologia de Mário António intitulada *Reler África*, sobretudo os artigos das páginas 167, 233, 337, 355, 425, 481, 489 e 497.





Reflexões em torno dos contributos literários na *Mensagem* da Casa dos Estudantes do Império

ANA MARIA MÃO-DE-FERRO MARTINHO*

Nota prévia

O Boletim *Mensagem*, da Casa dos Estudantes do Império (CEI), tem uma inegável importância documental, pelo facto de ter reunido muitos nomes e divulgado posições que vieram a revelar-se fundamentais no debate cultural que a África lusófona suscitou desde as independências.

Editado entre os anos de 1948 e 1964, conheceu alguma intermitência na publicação, não deixando de revelar uma coerência ética que é obrigatório lembrar. Tal coerência parece tanto mais de valorizar quanto a mobilidade dos corpos estudantis e directivos ao longo daqueles dezasseis anos poderia ter favorecido facilmente fenómenos de desagregação estrutural.

Na verdade, e apesar das muitas divergências estéticas, o Boletim, por testemunho reiterado das suas direcções e coordenadores de Secções (enquanto estas existiram), conservou-se crítico e aberto a participações diversas e por vezes claramente divergentes.

Aí residiu nomeadamente a sua natureza formativa, e também no facto de ter feito conviver autores já ao tempo consagrados e outros que se iam então revelando ou afirmando.

Hoje, com a vantagem da distância e do muito que se escreveu e disse desde os anos 60, temos a oportunidade de reavaliar a dimensão e consequências dos depoimentos e textos literários aí incluídos.

Neste texto iremos ocupar-nos sobretudo da produção poética e ficcional, embora com atenção

aos ensaios, entrevistas e testemunhos que sobre literatura aí se expenderam. No tocante à criação literária, o texto poético em verso ocupa na *Mensagem* um lugar privilegiado, dado que nos permite especular sobre a hipótese de existência de um verdadeiro movimento geracional.

De facto, e apesar de agrupar escritores que se reivindicam (ou são situados) em diferentes gerações literárias, não deixa de oferecer e dar à demonstração um projecto comum, realizado no entanto de modo diverso ao longo de cada uma das décadas de 40, de 50 e de 60.

Assim, durante os anos de 48 e 49, é muito visível o eclectismo das referências culturais, a par de aproximações hesitantes às mitologias africanas. Já durante a década de 50, torna-se mais nítida a procura de um cânone de arte capaz de solucionar as contradições de uma literatura, por designação, ultramarina, e na prática já consciente da sua individualidade. A década de 60 veio marcar claramente a reivindicação desse cânone, de dominante realista.

Eclectismo e experiência mítica

A Casa dos Estudantes do Império foi constituída a partir de 1945 e na sequência da *Casa de Angola*, tendo esta sido formada em 1944, após dois anos de preparação. A CEI assumiu então uma actividade regular, interrompida no entanto por comissões administrativas (de 1952 a 1957 e entre Janeiro e Julho de 1961).

* Professora na Universidade Nova de Lisboa

A partir de Janeiro de 63, o governo português cortou subsídios e passou a impor a este organismo a presença de um professor com direito de voto nas assembleias (esta situação veio a culminar no encerramento da CEI em 1964). Desta breve História, que podemos encontrar no número 2 de Junho de 1963 da *Mensagem*, fácil é deduzir que progressivamente a CEI se tornou incómoda e, durante os anos 60, por exemplo, constata-se com nitidez um posicionamento cada vez mais crítico da CEI em relação ao movimento colonial português a par de formas de expressão literária *empenhadas* e claramente radicadas na experiência africana.

Este facto não é tão visível no início de existência do Boletim. Assim, quando em finais de 40 surge o seu primeiro número, vamos dar-nos conta da presença de alguns escritores que vinham fazendo a sua estreia literária, o que acentua a natureza formativa da colaboração nesta fase, bem como o eclectismo das participações. Tais dados são visíveis nas influências mútuas entre os vários escritores e na diversidade das referências estéticas, desde o recurso à tradição portuguesa, muitas vezes epigonal, até à mimetização frequente dos *clássicos* angolanos (como Ayres de Almeida Santos ou Viriato da Cruz), passando pela experiência neo-realista.

Se tomarmos como exemplo o 1.º número, de Julho de 1948, verificamos a participação poética de Alexandre Dáskalos, António Neto, Jorge Pinto Furtado e Alda Lara. A todos estes poetas, Mário António reconhece uma angolidade que tem como pano de fundo princípios de fraternidade e uma expressão de base neo-realista (1990-89).

Quanto a nós tal facto é sobretudo evidente para o caso dos dois primeiros escritores, já que Alda Lara assume aquilo que podíamos designar por postura *neo-romântica*, pela procura de um equilíbrio formal que faz emergir a sua individualidade gritante (aquilo que em nota da secção cultural se designa por feminilidade do seu contributo e se confunde com excesso de optimismo, como pode ler-se a páginas 21 do noticiário dos serviços culturais).

Ao proferir a palestra “Os colonizadores do séc. xx”, que vem reproduzida no Boletim, não problematiza o termo *colonial*, partindo desde logo para a definição do *regresso* em sentido conciliatório e gregário. Este dado é de algum modo generalizável, já que o colonialismo se apresentava por essa altura como fenómeno gerador de imagens de desenvolvimento aproximáveis às da Europa.

“*Regressemos, pois!... É necessário que compreendamos, e principalmente façamos compreender a segundos, quão importante é o desenvolvimento de Angola, (...)*”.

O entusiasmo da poetisa parece dever-se aqui mais à certeza absoluta da sua nacionalidade angolana, mesmo se definida como ultramarina, que a uma leitura acrítica das formas de expansão colonial.

A marca de individualidade quase autobiográfica da sua poética é ainda confirmada em “*Regresso*” “*Sim, eu hei-de voltar;/ tenho de voltar... /Não há nada que me impeça!... /(...) que em frente, /está a terra angolana, /a prometer o mundo a quem regressa!... /Oh! quando eu voltar!... /Hão-de as acácias, rubras, /a sangrar, /numa verbena sem fim, /florir só para mim...*”.

No número triplo de Abril de 1949, vamos encontrar o seu poema “*Rumo*” (datado de Fevereiro desse ano e dedicado a João Dias) e uma vez mais se confirma a imagem possível de uma terra que tem todo um caminho por cumprir e que só o poderá realizar pela aceitação da sua natureza solidária: “*Que as minhas mãos brancas/se estendam, para acariciar as faces negras/dos teus filhos.../e o meu suor/se junte ao teu suor;/quando rasgarmos os trilhos/de um mundo melhor/...*”.

Para Alda Lara, a visão de um mundo de fixação utópica é situável no próprio espaço angolano tal como o conhece e recorda, e isso é talvez o que a faz distinguir-se mais claramente dos poetas Alexandre Dáskalos e António Neto. Identificamos nestes um tratamento da questão angolana menos centrado na sua própria experiência, e definindo, por vezes em sentido épico, o retrato da condição do negro, através de um discurso mais interessado na reivindicação e na denúncia por via de transformações visíveis. “*Exortação*” (“*A América é bem teu filho/arrancado à força do teu ventre (...)*” e “*Canção de embalar meninos pretos*”, respectivamente de cada um daqueles autores, são disso exemplo. Assim, há uma leitura que podemos designar por masculina (por diferenciação com o mencionado para Alda Lara), da situação do homem africano negro, patente também no interesse pelos fenómenos de desagregação cultural e social, pelos problemas da propriedade (como em “*O que é S. Tomé*” de A. Dáskalos, incluído no número triplo de Out-Nov-Dez de 1948).

Embora estes pressupostos se nos afigurem dominantes, podem apontar-se naturalmente exemplos de natureza menos reivindicativa como

em “Buscando o rumo, I e II, poema sobre a procura de um caminho de renovação e nascimento (Jan de 1949), de Dáskalos ou em “Poema” de António Neto (Maio-Dez de 1949).

Deve merecer aqui destaque o poema “Pulso”, deste último autor, já que coloca a possibilidade de um programa para Angola, na assunção de um projecto amplamente participado e interventivo (“(...) nós somos a terra, irmão/de que brotará o pão/para matar as fomes do futuro”).

De um quadro de valores afim vive também a poesia de Amílcar Cabral, tanto com “Rosa Negra”, em que faz dos estereótipos da mulher africana argumento de uma África liberta (do mesmo modo Alda do Espírito Santo, em “Luas de África” — Jan de 1949 — considerando que a situação da mulher africana não pode ser a das lendas, aventuras e romances, devendo antes ver-se sobre um *plano real estabelecido*).

Complementar a esta ideia, ocorre o sentido da revolta explicitamente invocada por Amílcar Cabral em “Poema” (escrito em Lisboa em 1946 e incluído no número 11 de 1949).

Tais imagens do despertar de África, do seu renascimento, hão-de encontrar, pelo menos parcialmente, filiação nos movimentos pan-africanos e terão consequências no debate que ao longo das décadas de 50 e 60 se irá travar em torno da definição de *negritude* e da sua aplicabilidade ao caso africano lusógrafo.

Ao longo dos vários números da *Mensagem*, de 1948 e de 1949, devem mencionar-se ainda outros autores pela diversidade das suas escolhas formais, sendo menos clara a opção por uma temática de base africana ou de algum modo dela dependente. Assim, há a considerar, e de Jorge Pinto Furtado, o recurso em “Meio-dia em Luanda” ao verso regular de 5 sílabas métricas, com rima. Por outro lado, António Navarro revela a sua formação presencista. Joaquim Pegado Cardoso, Heliodoro Guitana, Vítor Hugo e Marilisa (esta numa imitação clara de Florbela) optam pelo recurso ao soneto sobre motivos diversos e não atinentes a África em particular.

Sendo sobretudo notória a participação de poetas angolanos nestes números, não podemos deixar de referir as representações moçambicana e cabo-verdiana. No primeiro caso, lembramos as participações de Fernando Bettencourt, Orlando de Albuquerque, António Navarro, Vítor Evaristo, Vítor Matos. Almeida Santos, em “Afonso, o quioco” recorre à mimetização do falar indígena, por meio

do verso em redondilha maior, a conferir uma regularidade métrica e um tom popular à composição.

Estes autores, do mesmo modo que os angolanos, revelam uma grande diversidade de posições estéticas, que podemos ilustrar entre a postura eurocêntrica de António Navarro, ilusoriamente pouco marcada por África como em “Poema VI” (“*Deveis ter uma poesia qualquer/Mas eu apenas sinto a poesia aqui/No homem branco que a não sente/No afeiçoar a natureza a si. (...) e a minha casa/Gosto-a mais asa,/caída de nuvens naturais, como o acaso indique.*”) e o poema exortativo de Orlando de Albuquerque “Surge et Ambula” África.

Luís Ribeiro, no domínio da prosa de ficção, escreve “Sonata”, conto publicado em 1944 em Lourenço Marques no jornal “Agora”, uma narrativa sobre a morte e o seu conhecimento.

Deve mencionar-se que a prosa de ficção é menos divulgada que a poesia neste Boletim, o que aliás mereceu da parte de Rui Nazaré, no número de Fev-Abr de 49, o comentário à necessidade de rectificar essa situação. Na verdade, tal fenómeno manter-se-á nos anos seguintes e só na década de 60 iremos assistir a uma mais profusa ocorrência de textos ensaísticos e de contos.

Considerando a colaboração de Cabo Verde, há a referir Baltazar Lopes e Aguinaldo Fonseca. Nestes autores é muito clara a natureza particular do discurso que vai manter-se sempre à parte do que ocorre nos restantes universos literários. Com um excerto de “Chiquinho”, do primeiro, e “Estiagem”, do segundo, revelam-se as persistentes formas de representação das carências e dos fenómenos humanos e sociais ligados à sua superação, dadas por uma linguagem que incorpora sem conflito ou redundância os próprios ambientes para que remete.

Voltando ao que inicialmente afirmávamos, o que mais salta à vista ao longo destes dois anos de edição, é a natureza simultaneamente homogénea e divergente do discurso poético. Marcado por um acentuado sincretismo, dá a demonstrar, não a existência de uma escola ou de um método, mas a hesitação perante os contornos da relação entre os mundos culturais português e africanos particulares. Por outro lado, não deixa de revelar um esforço de conciliação de leituras e de discursos, sugerindo um caminho que se pretende convergente e gregário.

Década de 50: procura do cânone

O início da década de 50 é marcado pela publicação da *Mensagem* da ANANGOLA (cf. *Manuel Ferreira*, 1968-II:26), em torno da qual se acentuou o debate sobre as formas de *gestação da poesia angolana* (f. *Mário António*, 1990:181).

Precisamente, um ponto fundamental que enquadra toda a produção poética deste período é o da definição de critérios de nacionalidade literária. Francisco José Tenreiro, por exemplo, vem a distinguir, no número de Abril de 1963 da *Mensagem* da CEI, e referindo-se ao ano de 53, os escritores “do exotismo” dos que “procuravam exprimir *negritude (poesia da consciencialização) e ainda a poesia da amorabilidade, a cabo-verdiana, em contro generoso de civilizações*”.

Ora esta questão vinha sendo debatida também por Mário Pinto de Andrade que, em ensaios referentes aos números de Jan-Jul de 1951 e de Jan de 1952, “A Literatura negra e os seus problemas” se opõe a Tomé das Neves por este considerar, como refere, que o homem negro não descreve o que sente, o que lhe vai no íntimo como negro. Chama igualmente à colação as experiências de Nicolas Guillén, Senghor e Césaire como vultos tutelares na definição da experiência humana de dimensão negra.

Em literatura negra, considera aquele teórico, a existência de uma literatura oral (transmitida nas línguas nativas) e de uma outra, escrita (nos casos africano — quando grafada — e americano). Dentro da negra-africana, colocar-se-iam dois tipos de problemas: o da assimilação total ou parcial da cultura do europeu e o dos seus reflexos no conteúdo da obra e no problema da língua.

Refere-se ainda à história da literatura negro-americana e à importância dos espirituais, sendo de ressaltar a importância que atribui a Guillén, a quem considera um poeta negro, fundamental pela denúncia das injustiças sociais. Por estes dados pode deduzir-se a construção de um quadro fortemente inspirado por posições *negritudinistas*. Parece-nos de facto poder afirmar que tais tomadas de posição vão inspirar a crítica e a criação literárias subsequentes, e de que aqui damos conta.

Lembrando palavras de António Neto, ilustrativas desta asserção, em “A decadência na poesia” (Jan-Jul 51), enunciam-se como sintomas dessa mesma decadência, “*nostalgia de infância, evasão da realidade, fechamento hermafrodita das castas, narcisismo embasbacado, pulverização anárquica*

dos princípios fundamentais da vida, etc.”. Esta crítica, por claramente selectiva, revela também, em nosso entender, o facto de este boletim e os seus mais directos colaboradores começarem a assumir opções formativas explícitas.

De facto, ao longo dos número saídos na década de 50, torna-se mais sensível a existência de um projecto agora claramente radicado em África e disso são sintoma, por um lado, a natureza tendencialmente homogénea das colaborações literárias (sobretudo na temática e motivos seleccionados), por outro, como antes dizíamos, as implicações ideológicas e formativas do texto de opinião e ensaio.

A afirmação de traços distintivos no discurso não deixa também de existir e revela-se pelo esforço de dar a dimensão nacional dos vários contributos. A separata de Jan-Jul de 1951, por exemplo, é integralmente dedicada à poesia moçambicana (com organização de Orlando de Albuquerque e Vítor Evaristo e incluindo poemas em grande parte retirados de *Itinerário*).

“Poesia em Moçambique”, pretende ser dedicada à cultura moçambicana em geral, no entanto, por razões de ordem económica, restringe-se à poesia, de acordo com informação do próprio boletim.

Inclui “Poemas Nativos” (cantos de amor retirados de *Usos e Costumes dos Bantos* de Henry Junod, movimentos de um *msaho* de catini), estâncias de construção clássica e seiscentista (de autor desconhecido) que relatam uma expedição contra o rei de Mombaça. Fecha com o poema de Orlando de Albuquerque “Surge et Ambula”, conforme anteriormente referido.

De permeio encontramos inúmeros contributos, sendo de assinalar algumas diferenças estéticas importantes (nesse aspecto este número foge à regra que prevalece para os boletins de edição regular). Tal facto não será de estranhar uma vez que uma antologia poética tem necessariamente que se pautar por critérios de representatividade que neste caso se centraram numa selecção panorâmica.

Em nossa opinião, dois grupos distintos são aqui apresentados: num primeiro, sem preocupação pelo tratamento de motivos africanos, incluem-se Alberto de Lacerda, (com “Ao longe a Vida” e “Princípio”), Alberto Parente, Ana Pereira do Nascimento, António Rosado, Domingos Azevedo, Fernando Bettencourt, Manuel Aranda, Mário Vieira, Nuno Pessoa, Papiniano Carlos, Augusto dos Santos Abranches, Vítor Evaristo. Por

outro lado, temos Fonseca Amaral, José Mathias Ferreira Jr., Orlando de Albuquerque, Ruy de Noronha, Vera Micaia, António de Navarro, etc.

Deve merecer-nos referência ainda, embora publicado em Fev de 59 e não nesta antologia, o poema “Oferenda” de Marcelino dos Santos.

No que diz respeito à colaboração angolana, podem nomear-se múltiplos contributos. António Neto e a sua coluna de crítica literária, excertos de *Etnografia do Sudoeste de Angola* do Pe. Estermann, textos de ensaio, poesia. Quanto ao ensaio deve lembrar-se “Panorama da Literatura em Angola” de Pedro Sobrinho (Maio de 58?), que constata o “lamentável atraso em que se encontra a literatura angolana”; para ele, a única virtude em termos de recepção desta literatura, reside no acolhimento favorável aos textos de Viriato da Cruz e Maurício Gomes, uma vez mais lembrados como pioneiros. E recorda ainda a importância de Agostinho Neto, na expressão de dramas do homem negro, na definição da certeza num mundo em mudança (Mário António refere-se-lhe como o único poeta de facto negritudista de Angola; 1990:89).

Por outro lado, Pedro Sobrinho lembra António Jacinto por captar os anseios do povo angolano através de uma linguagem baseada num Português já radicado na experiência angolana.

Quanto ao romance, considera que o maior problema é o de até aí só os brancos terem tido acesso à edição. E lembra Assis Júnior (o primeiro negro a oferecer um livro, *O Segredo da Morta*), Óscar Ribas (pelo retrato fundamental dos povos do Norte de Angola nos primeiros tempos da colonização portuguesa), apontando como o mais significativo Castro Soromenho, com *Terra Morta*. Finalmente, deixa uma referência a Mário Pinto de Andrade pelas suas traduções e versões de contos tradicionais.

De Mário de Andrade “Muimbu ua Sabalu” (Fev. de 59), em tradução do quimbundo, reitera a afirmação de uma escolha radicada em Angola e a existência de uma literatura grafada em línguas locais (tal como em Tomás Medeiros, que escreve em crioulo de S. Tomé e traduz “Maxibim Poçon”: Jan de 59), a amplificar as posições em torno da definição de ser africano e das consequências de uma postura africana na escrita e na leitura literárias.

Mário António mantém, em “Poema” (Jan de 59), a sua leitura lírica de Angola, e uma visão sempre comovida da terra angolana na sua dimensão sobretudo urbana: “Noites de luar no morro

da Maianga/... e os sons do violão/e os cânticos da Missão/(...)”. Regionalizada, a poesia deste autor reivindica a sua angolanidade por via de uma experiência que ele próprio definiria como crioula e que afirmou sempre como mais consentânea ao enquadramento da expressão literária angolana.

Para José Graça (Luandino) é também a cidade que se revela mas desta vez enquanto espaço de aculturações através das figuras típicas (a quitandeira, sinédoque explícita de Luanda, aquela a quem vestiram panos americanos de várias cores: Fev de 58). Dimensão idêntica é assumida por Cochat Osório em “Dominga”, criada de senhoras na cidade (Jan de 59). Nestes casos, é a dominante sociológica que perspectiva os fenómenos diversos de assimilação.

Nando Nangola (Costa Andrade), escreve “Calema” (Mar de 58), um conto sobre a imagem mítica das águas que se elevam e arrastam o homem fazendo-o participar da sua natureza. António Fonseca centra a formulação da “Identidade” (Mar de 58), num sujeito transformável na definição de um homem futuro numa terra por alcançar: “alegria daquilo que serei”.

Ocorre por outro lado, agora de modo mais explícito, a referência ao contrato, à natureza coerciva das disposições sobre propriedade e cultivo (como em “O beijo do cacimbo já se foi”, de Henrique Guerra; Fev de 59). Também António Jacinto em “Carta de um Contratado” (Fev de 59) assume claramente uma posição crítica, embora sem omissão lírica, face à situação de despojamento afectivo e de ruptura dos laços impossíveis do contratado, aqui representados metaforicamente na imagem do iletrado.

Ainda desta vez em representação de S. Tomé, Alves Preto em “Um homem igual a tantos” (Fev 59), lembra “*êsse terra de S. Tomé é mais pior que tudo, dizia. Manguço vai na roça contrato; vem na cidade, Manguço é vadio. É mais pior que tudo.*”. Do mesmo modo ocorre, em “1619” (Jan de 52), de Francisco José Tenreiro, que sobre a escravatura privilegia também a dimensão do sofrimento do afastamento da terra-mãe: “*e já os teus olhos estavam cegos de negrume/já os teus braços arroxavam de prisão/já não havia deuses, nem batuques/para alegrarem a cadência de sangue nas tuas veias...*”. Tal evocação é igualmente reiterada por Maurício Gomes com “Estrela Pequenina” (Mar de 58) (*Olhai a noite que chega/Veludo negro tecido/De mil pedaços de pele/Arrancados a chicote*”).

Alda do Espírito Santo enfileira por seu turno com os cabo-verdianos ao lembrar imagens da vivência crioula de S. Tomé “Para lá da praia” (Fev de 59), “*Mamã minha serena/na venda do peixe.*”

Ainda para a definição de universos crioulos insulares há que lembrar de Luís Almeida Cabral o conto “Dor de Consciência” (Jan-Jul de 51), retrato da fome em Cabo Verde, de Gabriel Mariano “Calendário” (Mai de 58?) (“*A fome é o oitavo dia/ do calendário das ilhas/Há quem descanse aos domingos/nós descansamos na morte.*”) e de Aguinaldo da Fonseca a permanência da estiagem, da solidão, da ilha enquanto espaço tendente à viagem e à saudade como em “Canções dos rapazes da ilha” (Jan de 58).

Toda esta diversidade de contributos remete para o que, em Abril de 1957, Marques Mano de Mesquita designava como o *pioneirismo deste boletim no mundo do espírito* reiterando a intenção de *dar a conhecer as províncias*, esforço que a direcção considerava conseguido durante a década então finda. Por outro lado, relembra a intenção expressa desde a primeira hora de aproximar os ultramarinos e os metropolitanos (cf. Nov de 1957).

Durante os anos 50 são visíveis algumas afinidades ainda com os boletins de 40 nas intenções aí expressas. Reside precisamente na incompletude do processo de constituição de um cânone de arte específico deste conjunto de participações aquilo que o distingue do que durante os anos de 60 se fez e que é notório pela quantidade de testemunhos trazidos a público em apenas quatro anos e até ao encerramento da CEI.

Fácil é deduzir, por este quadro, que se procede de modo visível à procura de formação de um quadro de gosto e produção que eleja como referências primeiras os pioneiros de uma literatura de raiz angolana e que claramente acolha pressupostos estéticos de conciliação com os universos culturais originais e os de base urbana mas caldeados em referências de dimensão nacionalizante.

Prefigura-se por outro lado com alguma notoriedade a definição de uma *semântica da libertação* com base nas matrizes de um discurso africanizado e progressivamente tendente a abandonar o traço temático europeu.

Anos 60: fixação do cânone

Durante os anos de 1960 a 1964 revelam-se muito importantes nos números da *Mensagem* o

ensaio e o texto de opinião, a reforçar uma componente mais claramente opinativa e posições nítidas sobre literatura e empenhamento e nacionalidade literária.

A postura oficial do boletim não deixa no entanto de ser a de reforçar o diálogo e o encontro de consensos no debate entre *ultramarcinos e metropolitanos* (cf. nota de abertura do número de Jan de 1960). A par de tal princípio, refere-se a geração universitária de 62 como protagonista dos valores da CEI, por particularmente empenhada no combate e reivindicação de direitos associativos.

A partir do primeiro número deste período (Jan de 60) inaugura-se então uma série de debates que é forçoso lembrar.

Neste caso, e em texto da autoria de Fernando Mourão, aí se dá notícia e comenta a “Antologia de Poesia Negra de Expressão Portuguesa” de Mário de Andrade com relevo para as suas ideias fundamentais segundo aquele crítico: *o orgulho de ser negro e opressão colonial* figuram a par na definição de uma poesia que pressupõe o *engajamento político revolucionário* e que se vê provavelmente condenada a atingir apenas as minorias africanas.

Ainda “Acerca da Literatura Negra”, Francisco José Tenreiro (Jun 63), distingue *cabo-verdianidade* (assimilação: fusão de todos os elementos em contacto no arquipélago) e *cubanidade* (aculturação: equilíbrio de culturas numa mesma área), conceitos que vê como necessários a uma adequada compreensão dos fenómenos literários africanos particulares.

Por outro lado, em conversa com Arnaldo Santos (Fev 60), Angolano de Andrade (Costa Andrade) interroga-o sobre a situação da literatura angolana, ao que aquele escritor responde evocando influências da *Mensagem* na poesia de então e citando como nomes mais representativos Viriato da Cruz e Mário António seguidos de Tomás Jorge e Ermelinda Xavier. Angolano de Andrade conclui referindo que Arnaldo Santos é um dos nomes mais importantes da nova geração de Angola. (Para Mário António ele será de facto o mais representativo pela originalidade e maturidade literária precoce).

No mesmo número, encontramos dois poemas deste autor (“Recordação” — Um velho ardina) “*E eu, menino,/Não via a tua mão pendente/Definhada torção marca da sorte/Balançando ao ritmo do teu canto...//Uola mono, uola tala,-Uola mono, uola mono...*” e um outro não titulado:

(“*A marcha lenta dos teus passos...*”). No número de Abril de 63 o conto “A Menina Vitória”, hoje sobejamente conhecido, é um retrato assinalável da dimensão de fenómenos de segregação vividos por dentro da própria realidade angolana, através de motivos que hão-de ser profusamente retomados e em que a Escola é lugar eleito para a definição dos limites fortemente codificados das diferenças social e racial.

De Viriato da Cruz, por ele evocado, iremos encontrar “Serão de menino” (Fev 60) a fazer-nos lembrar as noites de antigamente, junto às avós, entre cantos bantus, nesse efeito recorrente da memória que este poeta tão bem recupera. No número de Mar-Abr 60 reproduz-se o poema “Namoro”, de inesquecível sensibilidade e beleza rítmica.

Sobre este poeta diz Mário António (números 516 de 60): “*O seu vulto preenche as décadas dos anos 30 e 40, em Angola, alcançando projectar no futuro, em valores míticos, as mais brilhantes descobertas da sua sensibilidade. Quem não conhece ou não terá repetido ou não terá sentido, uma vez, modelar-lhe como um arquétipo, a afectividade ou o pensamento, versos como estes, que ficaram constituindo símbolos?*”.

Em uma outra entrevista, com Carlos Ervedosa e conduzida por Tomás Medeiros (Mar-Abr 60) reforça-se o facto de aquele autor ser organizador de antologias de poesia e contos angolanos, com preocupação pelo património cultural de Angola e refere-se que a ideia de publicação destas colecções vem da necessidade sentida de *ultramarinizar* a Casa.

Entrevistado e entrevistador, discutem os critérios seguidos para a antologia publicada em Nova Lisboa por considerarem que nela há muitos escritores que não deveriam figurar como angolanos. Aqui, uma vez mais, se verifica um esforço de conduzir o entendimento da nacionalidade na criação literária (sobre esta mesma ideia Alfredo Margarido irá pronunciar-se adiante, como referiremos).

Diz Ervedosa: “*Considero intelectuais angolanos todos os brancos, negros ou mestiços, naturais ou não de Angola, que numa simbiose natural das duas culturas em contacto, a europeia e a africana, se irmanam nos mesmos problemas e aspirações, no mesmo amor à terra e suas gentes, na mesma autenticidade e no mesmo anseio de construção dum sociedade cada vez mais perfeita*”.

A propósito da mesma questão, Francisco José Tenreiro em “Processo Poesia” (Abr 63) interroga-

-se sobre o sentido de *poesia ultramarina: poetas ou poesia nascidas nos territórios portugueses de África ou de Ásia? Ou de todos os poetas vividos naquelas terras? Ou ainda de todos os que aí foram publicados?*

Não considera que exista ainda um movimento literário organizado, por falta de ambiente propício, por falta de jornais e publicações. Lembra como excepção os “Novos Intelectuais de Angola” e a sua *Mensagem* (*Pena que só tenha sobrevivido dois anos por timidez de uns e incompreensão de outros*) e nomeia Viriato da Cruz, António Jacinto e Agostinho Neto como os vultos a considerar na literatura angolana, e por esta ordem de importância.

Adianta que, como a poesia do Brasil, a de Angola é produto de mestiçagem e pode ser uma base de entendimento preferencial em sociedades pluriraciais: “*Na minha opinião, tirando a poesia tradicional dos povos africanos, tudo o que se tem rotulado de negro é já uma poesia mestiça.*”

(O número de Junho de 63, irá incluir o seu poema “Amor de África” (“*Aqui estou agora de coração em África/nesta noite fria e nu do capote das ilusões/ouvindo este sábio que tudo sabe tudo sabe de África...*”), que reafirma as inquietações que lhe conhecemos sobre o futuro da sua terra).

Em comentário de Abril de 63 ao 1.º Encontro de Escritores, em Sá da Bandeira, contesta-se a sua natureza, considerando que dele participaram sobretudo autores que não podem considerar-se angolanos. Sem a presença de António Jacinto, Luandino ou António Cardoso, reforça-se, como aí se diz, a ideia de afastamento das autênticas realidades angolanas e de esquecimento das referências autóctones.

Nos números 5/6 de 60, Agostinho Neto, por seu turno, em “Introdução a um colóquio sobre poesia angolana” refere o desconhecimento das línguas africanas como um fenómeno que impede a aproximação do intelectual ao seu povo, cavando-se um fosso cada vez mais nítido entre assimilados e indígenas: “*A poesia que neste momento podemos conhecer, é moldada nos mesmos quadros estéticos da poesia portuguesa, acompanhando esta na sua evolução e sendo quase sempre poesia de compromisso. O poeta angolano, quase sempre toma uma posição perante a realidade social. Vêmo-lo revoltado, ansioso, rejubilante por contribuir para a construção de uma vida harmoniosa entre os homens*”.

Considera ainda a importância dos laços de fraternidade existentes entre os negros de todo o

mundo e admite também a existência de um mundo cultural de miscigenação.

Da autoria de Alfredo Margarido vamos encontrar (Ago 62) “Crítica Literária”. Aqui se refere sobretudo a Rodrigues Júnior, considerando-o um epígono das teorias luso-tropicalistas (que, em sua opinião, não resistem a um exame profundo) preocupado apenas com os aspectos superestruturais da sociedade. Em Abril de 63, no texto “A poesia moçambicana e os críticos de óculos” discute o conceito de negritude para Rui Knopfli a partir da sua crítica à edição dedicada à poesia de Moçambique e considera que ele tem preconceitos de cor que não lhe permitem ser mais claro.

Rui Knopfli, no n.º 1 do ano XIV de 61(?), e no poema “Naturalidade”, interrogava-se sem preconceito sobre a sua formação europeia e a sua vivência africana: “(...) Não sei se o que escrevo tem a raiz de algum/pensamento europeu./É provável... Não. É certo,/mas africano sou./ Pulsa-me o coração ao ritmo dolente/desta luz e deste quebranto...”

Na continuação do primeiro texto, Alfredo Margarido, em “do poeta Knopfli à cultura moçambicana” preocupa-se agora sobretudo com a questão da língua “quem escreve em Português”, “quem fala a língua portuguesa”, reforçando a importância da *poesia comprometida* como a única capaz de definir o ponto de encontro entre as formas da poesia erudita e as formas da poesia popular: “Os artistas (qualquer que seja a sua especialidade) só podem legitimar-se em Moçambique quando profundamente radicados nos quadros humanos ali presentes.”

(O confronto directo de ideias está também presente na apreciação de Lúcio da Câmara a uma crítica paternalista por parte de Marisabel Xavier de Fogaça, a propósito da literatura que se escreve em Angola: III série, ano XIV).

Quanto a Alfredo Margarido, vamos encontrar um outro texto da sua autoria sobre Alda Lara (31 Mai 62). (A partir de nota sobre a sua morte (30.1.62), lembra-se que aquela poetisa pertencia à geração universitária de 45-50). Considera a poesia de Alda Lara incompleta, porque vive fundamentalmente do mundo da infância ou de uma primeira fase da adolescência. “Poesia duplamente exilada...”, permite-lhe introduzir a suspeita de que a sua angolidade não se terá apoderado dos elementos mais significativos. Refere-se ainda à importância de um triângulo escolar (Benguela, Nova Lisboa, Sá da Bandeira).

Lara Filho vem representado (Nov 62), com o poema “Pergunta”, do mesmo modo que Mário António (31 Mai 62), com “Crónica da cidade estranha”, história do homem não *urbanizável*: “Quando acabar aquela construção, ele não poderá ficar mais na gaiola esterilizada que lhe arranjaram, porque ele não é pássaro que se contenta com painço”.

Como antes dizíamos, ao contrário das figuras que vamos encontrar em Luandino, já urbanizadas mas descontentes e revoltadas, as personagens e figuras que Mário António evoca, interrogam-se, são profundamente complexas.

No número de Novembro de 62 seleccionam-se os poemas que mereceram destaque no prémio “Alexandre Dáskalos” da CEI: de José Craveirinha “3.ª ode ao Inverno”: na *cidade maquilhada e sem alma*; de António Cardoso “Oferta” (*Sou a quitandeira mais doce... quem quer a minha vida para adoçar os seus cansaços?*); “A cidade” de Tomás Jorge; de Onésimo Silveira “Um poema diferente” e de Mwene Kalungo-Lungo” (Henrique Abranches), “Nós somos o vendaval” (recuperação de mitos angolanos).

De Agostinho Neto iremos encontrar (Jan 60) o poema “Quitandeira” e “Certeza” (III série, ano XIV) “(...) não me peças sorrisos/Que ainda transpiro/os ais/dos feridos das batalhas”.

António Jacinto vem, naturalmente, representado, com (Mar-Abr 60) “Castigo pró comboio malandro” (...) *Tem bois que morre no viagem/mas o preto não morre/canta como é criança:/Mulondo iá Quéssua uádibalé/(...)* e (Jul de 64) “Era uma Vez”: “Vôvô Bartolomé, ao sol que se coava da mulembeira/...” Da autoria do seu heterónimo, Orlando Távora, “Prometeu” (Mar-Abr 60) é um apontamento narrativo que faz a recuperação do mito e sua actualização: sangue, morte, “o sangue e o corpo dele se confundiram com o chão, ávido, sereno e bom”, renascimento.

Costa Andrade vai retomar em “Contratados” (Fev 60) o problema da distância mas também o entendimento tácito de um dia por vir. Dessa esperança participa igualmente a poesia de António Cardoso (5/6 de 60): “Amanhã,/vai nascer um SOL maduro/Por cima do meu telhado(...) Vai nascer um SOL maduro! Por cima do capim podre/ Dos meninos pobres sem nada”.

Outros contributos angolanos são os de Carlos Ervedosa (Jul 64), prosa poética sobre a força sinestésica da chuva em África, de Antero Abreu “Canto anónimo” (Mar-Abr 60?), de Benúdia (Má-

rio Lopes Guerra “O caçador e o vento” (Mar-Abr 60?), narrativa inspirada na tradição africana “o tocador de quissange continuava a cantar a balada de Dumba e latoua” e de Maria João Abranches. “Poema” (5/6 de 60) “*Entrou uma coisa.../ Talvez cazumbi.../ que deu força nela.(...)*”

Luandino é um caso particular neste quadro, dado que se ocupa quase exclusivamente do texto em prosa e podemos enumerar (Fev 60) “Quinzinho”, (5/6 de 60) “Faustino” (assinado por José Graça), (III série ano XIV) “Zé (Fintacai) Augusto” e (Jul 64) “Mestre Gil, o Sobral e o barril”, narrativas em que dominam, fácil é inferir, os retratos de personagens e as situações típicas de uma vivência quase sempre suburbana e amarga. São narrativas de dominante realista explícita, como se pode ler em “Faustino”: “*Não foi a don’Ana que me contou, não senhor. Esta história eu vi mesmo, outra parte foi ele mesmo que contou.*”

Entre os mais jovens, em secção destinada a revelar novos nomes, podem referir-se Alves Monteiro (Manuel Rui), Artur Carlos Pestana, Maria do Céu e Carmo Marcelino (31 de Mai de 62).

De Cabo Verde, novamente temos Agualdo Fonseca (“Chuva” (Mar-Abr 60) “*Chuva!/(...) Canção bendita, canção do berço e da vida...*”; “Terra Morta” (III série Ano XIV)). Devem nomear-se ainda textos de Jorge Barbosa, “Caminho”, Ovídio Martins (“Chuva em Cabo Verde”: 31.5.62; “Mudança” — escrito em crioulo — Jun 63), Dante Mariano (Ago 62: “Fidelis”, conto que inaugura neste boletim a narrativa cabo-verdiana — “*Clandestino na América do Norte. Rixas em todos os portos. Trânsito parado na rua de S. Paulo. Fidelis, taberna, esquadra.*”) e António Nunes (Abr 63: “Terra” — “*Nha Chica, conte-me aquela história/ de meus irmãos/ hoje perdidos/ no mundo grande...*”).

Outras presenças insulares, desta vez em S. Tomé e Príncipe: Tomás Medeiros (Fev 60), com um soneto, (5/6 60) “O novo canto da mãe”: “*Nós somos, Mãezinha, os teus filhos/(...) Mãos que esfacelaram a espessura dos obós/ E em cujo silêncio verde/ germina a CERTEZA* e (III série ano XIV) “Canção do ilhéu”; Alves Preto (“Aconteceu no morro” números 5/6 60, narrativa sobre feitiços, tradição e morte” (...) *Silêncio. Mê Létche pensava nos 20 mil réis que o feitiçeiro pedira, nos aviamentos e na sua algibeira vazia (...) No Riboque, as noites não deixaram de ter um luar vivo, nem as casas candeeiros cuspidos fagulhas de luz*); Manuela Margarido “Memória da ilha do

Príncipe” — Abr 63; Alda do Espírito Santo (Jun 63, “Angolares”: “*E os angolares na faina do mar/ tem a orla da praia,/ as cubatas de quissandas,/ as gibas pestilentas,/ mas não tem terras.//(...)*”).

(A terminar, uma referência a Ilídio Rocha, de quem se publica “A Praia”, prosa poética-Jun 63, e a Craveirinha com “Grito Negro”: “*Eu sou carvão!/E tu arrancas-me brutalmente do chão/ e fazes-me tua mina, patrão...*”).

Assim se afirma a *Mensagem* como uma autêntica tribuna em que o debate assume cada vez maior expressão e menor ocultação de sentidos ou de opiniões.

Assim se alarga a afirmação própria de escolhas estéticas e éticas, mais nítidas no protesto e na reivindicação, mas igualmente se anuncia o encerramento da CEI, que não sobrevive ao endurecimento da política ultramarina nem aos efeitos dos conflitos que então se tornam incontornáveis.

Mensagem da CEI: Índice de ocorrências literárias (Poesia, Conto, Ensaio)

Ao longo deste índice, as datas que referimos são as que o próprio boletim nomeia; fácil é no entanto verificar algumas incoerências cronológicas (cf. Gerald Moser e Manuel Ferreira — 1983:30).

ANO I

N.º 1 Julho 1948

“Os colonizadores do séc. xx”, Alda Lara

“Exortação”, Alexandre Dáskalos

“Canção de embalar meninos pretos”, António Neto

“Meio dia em Luanda”, Jorge Pinto Furtado

Excerto de “Chiquinho”, Baltazar Lopes

“Regresso”, Alda Lara

N.º 3 Setembro 1948

“Vertigem”, Fernando Bettencourt

N.os 4-5-6 Outubro-Novembro-Dezembro 1948

“Momento”, Rui de Sequeira Nazaré

“O que é S. Tomé”, A. Dáskalos

“Poema VI”, António de Navarro

“Beijo de mulher” I e II, Joaquim Pegado Cardoso

“Os mortos perguntam”, António Neto

“África”, Orlando de Albuquerque

“Angústia”, Heliodoro Guitana

“Crepúsculo tropical”, Vítor Hugo

(Evocação de Eugénio Tavares e de Januário Leite)

N.º 7(?) Janeiro 1949

“Momento”, Rui Nazaré
 “Poema”, Visamar
 “Estiagem”, Aguinaldo Fonseca
 “Rosa Negra”, Amílcar Cabral
 “Luas de África”, Alda do Espírito Santo
 “Que importa?”, Marilisa
 “Buscando o rumo I e II”, Alexandre Dáskalos

N.ºs 8-9-10 Fevereiro-Março-Abril 1949

“Momento”, Vítor Evaristo
 “Escultura”, Vítor Matos
 “Rumo”, Alda Lara
 “Partida”, Vítor Evaristo
 “Teatro”, Orlando de Albuquerque
 “Porto ao longe”, Fernando Bettencourt

ANO II**N.º 11 Maio a Dezembro 1949**

“Pulso...”, António Neto
 “Momento”, Rui Nazaré
 “Sonata”, Luís Ribeiro
 “Poema”, Alexandre Dáskalos
 “Poema”, Amílcar Cabral
 “Soneto”, Marilisa
 “Afonso, o quioco”, Almeida Santos
 “Ilhas”, Gabriel Mariano
 “Poema”, António Neto

ANO III**N.º 12 Janeiro a Julho 1951**

“Ensaios”, Mário Pinto de Andrade, António Neto
 e Luís Almeida Cabral
 Separata de “Poesia em Moçambique”

ANO III (ou IV?)**N.º 13 Janeiro 1952**

Continuação do texto anterior de Mário Pinto de
 Andrade
 “1619”, Francisco José Tenreiro
 “Crítica Literária”, António Neto
 Vários poemas de Orlando da Costa

Janeiro 1958

“Canções dos rapazes da ilha”, Aguinaldo Fonseca

N.º 3 Fevereiro 1958

“A ilha, o luar e a solidão”, Aguinaldo Fonseca
 “Luanda — quintadeira negra a quem vestiram pa-
 nos americanos de várias cores”, José Graça

N.º 4 Março 1958

“Estiagem”, Aguinaldo Fonseca

“Calema”, Nando Nangola
 “Identidade”, António Fonseca
 (Poema de António Nobre e excertos de “Etnogra-
 fia do Sudoeste de Angola”, Pe. Estermann)
 “Estrela Pequeninina”, de Maurício Gomes

ANO I**N.º 6 Maio 1958(?)**

“Panorama da Literatura em Angola”, Pedro Sobrinho
 “Um conto igual a muitos”, Costa Andrade
 “Calendário”, Gabriel Mariano

ANO II**Janeiro 1959**

“Pangu’ié pensou”, Benúdia
 “Lembrança de Parafuso”, Arnaldo França
 “Samba”, Noémia de Sousa
 “Maxibim Poçon”, Tomás Medeiros
 “Poema”, Mário António
 “Dominga”, Cochás Osório
 “O bolo rei que ninguém comeu”, Armando Couto

ANO II**N.º 2 Fevereiro 1959**

“O beijo do cacimbo já se foi”, Henrique Guerra
 “Carta dum contratado”, António Jacinto
 “Pura saudade da poesia”, Osvaldo Alcântara
 “Muimbu ua sabalu”, Mário de Andrade
 “Oferenda”, Marcelino dos Santos
 “Para lá da praia”, Alda do Espírito Santo
 “Um homem igual a tantos”, Alves Preto

ANO III**N.º 1 Janeiro 1960**

“Jonga”, Angolano de Andrade(?)
 “Quintadeira”, Agostinho Neto
 “Nkelipetamena”, conto cuanhama
 “Povo”, Aguinaldo Fonseca
 “Rua sem sol”, Homero Pires

N.º 2 Fevereiro 1960

“Conversando com Arnaldo Santos”, Angolano de
 Andrade
 “Quinzinho”, Luandino Vieira
 “Contratados”, Costa Andrade
 “Soneto Imperfeito”, Tomás Medeiros
 “Serão de menino”, Viriato da Cruz
 “Recordação”, Arnaldo Santos
 —, Arnaldo Santos

N.º 3-4 Março-Abril 1960

“Conversando com Carlos Ervedosa”, Tomás Me-
 deiros

“O caçador e o vento”, Benúdia
“Prometeu”, Orlando Távora
“Castigo pró comboio malandro”, António Jacinto
“Caminhada”, Costa Andrade
“Certeza”, Agostinho Neto
“Canto anónimo”, Antero Abreu
“Namoro”, Viriato da Cruz
”Chuva”, Aguinaldo Fonseca
Conto mandinga

ANO III

N.º 5-6 1960

“Aconteceu no morro”, Alves Preto
“Poema”, Maria João Abranches
“O Novo canto da mãe”, Tomás Medeiros
“A estrada” (lenda negra traduzida por Manuel Lima)
“Tomás Vieira da Cruz”, Mário António
“Faustino”, José Graça
—, António Cardoso
“Introdução a um colóquio sobre poesia angolana”, Agostinho Neto
“Caminho”, Jorge Barbosa
“Críticas a *Contistas Angolanos*”

ANO XIV

N.º 1 1962

“Canção do ilhéu”, Tomás Medeiros
“Zé ‘Fintacai’ Augusto”, Luandino Vieira
“Certeza”, Agostinho Neto
Crítica literária
“Naturalidade”, Rui Knopfli
“Terra Morta”, Aguinaldo Fonseca
“Poema”, Arnaldo Santos

ANO XIV

N.º 2 31-Maio 1962

“Crónica da cidade estranha”, Mário António
“Presença”, Alda Lara
“Interpretação da poesia de Alda Lara”, Alfredo Margarido
“Regresso”, Alda Lara
“Poema”, Alves Monteiro
“Velho João”, Artur Carlos Pestana
“Negro Joaquim”, Maria do Céu
“Poema”, Carmo Marcelino
“Crítica Literária”
“Chuva em Cabo Verde”, Ovídio Martins
“Cantiga do negro batelão”, José Craveirinha
“Ivone”, José Ramalho

ANO XIV

N.º 3 Agosto 1962

“Luanda”, Luandino Vieira
“Fidelis”, Dante Mariano
“Crítica a Rodrigues Júnior”, Alfredo Margarido
“Se me quiseses conhecer”, Noémia de Sousa

N.º 4 Novembro 1962

“3.ª ode ao Inverno”, José Craveirinha
“Oferta”, António Cardoso
“A cidade”, Tomás Jorge
“Um poema diferente”, Onésimo Silveira
“Nós somos o vendaval”, Mwene Kalungo-Lungo
“Pergunta”, Lara Filho

ANO XV

N.º 1 Abril 1963

“Processo poesia”, Francisco José Tenreiro
“Mãe”, José Craveirinha
1.º Encontro de Escritores
“Buganvília”, “Girassóis”, Luandino Vieira
“A menina Vitória”, Arnaldo Santos
“Memória da ilha do Príncipe”, Manuela Margarido
“A poesia moçambicana e os críticos de óculos”, Alfredo Margarido
“Terra”, António Nunes

N.º 2 Junho 1963

“Acerca da literatura negra”, Francisco José Tenreiro
“Angolares”, Alda do Espírito Santo
“Meninos do musseque”, Luandino Vieira
“A Praia”, Ilídio Rocha
“Do poeta Knopfli à cultura moçambicana”, Alfredo Margarido
“Mudança”, Ovídio Martins
“Amor de África”, Francisco José Tenreiro

ANO XVI

N.º 1 Julho 1964

“Galinha branca”, Pedro Corsino de Azevedo
“Poema sonho”, Craveirinha
“Conto oral muchope”
“Infância — conto poético”, Tomás Jorge
“Mestre Gil, o Sobral e o barril”, Luandino Vieira
“Grito negro”, José Craveirinha
“Chuva-mãe”, Carlos Ervedosa
Conto popular angolano (rec. por Luandino Vieira)
“Era uma vez”, António Jacinto
“Inventário de imóveis e jacentes”, L. Bernardo
“Poema”, “Luanda 53”, Mário António

«Eu não vejo essa África»

A Casa dos Estudantes do Império e as imagens de África e do Africano

JOÃO CARLOS PAULO*

Em “Luares de África”, texto publicado em Janeiro de 1949 na revista *Mensagem*, Alda do Espírito Santo introduz a reflexão sobre o estatuto e os problemas da mulher (negra) africana, com uma alusão marginal ao imaginário português relativo a África:

“África, esse grande continente de calor, essa terra grande de gente escura, de flora ridente e esquisita, de clima tropical, é África de histórias de lendas, de mistérios, de selvas e selva sem fim, para muita gente que vê África através dos livros de aventuras e de páginas de imaginação. Eu não vejo essa África. Vejo a África real e abraço no meu problema os luares escondidos dessa terra prodigiosa, de séculos de esquecimento”.

Anos depois, em discurso proferido aquando da atribuição do grau de professor *honoris causa* pela Universidade de Lincoln (1972), o ex-membro da Casa dos Estudantes do Império (CEI), Amílcar Cabral, declara que:

“a reafirmação de uma identidade distinta da do poder colonial, é semelhante à das massas, não se manifesta da mesma forma em todo o lado. Uma parte da minoria da classe média, empenhada no movimento pré-independência, usa normas culturais estrangeiras, recorrendo à literatura e à arte, mais no sentido de expressar a descoberta da sua identidade do que no de

transmitir as esperanças e sofrimentos das massas. E exactamente porque usa a língua e a forma de expressão do poder colonial, esta minoria apenas consegue ocasionalmente influenciar as massas, geralmente analfabetas e ligadas a outras formas de expressão artística. Isto não retira, contudo, o valor à contribuição para o desenvolvimento da luta dada por esta minoria da pequena burguesia, pois pode influenciar quer um sector dos desenraizados ou aqueles que tardiamente se juntaram à sua própria classe, quer um importante sector da opinião pública da metrópole colonial, especialmente a da classe dos intelectuais”. (Cit. a partir de Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein. *Quem é o Inimigo?* Vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978, pp. 251-52).

Ainda que de modo diferente, estes discursos conduzem-nos à problemática da construção sociocultural da identidade dos povos submetidos aos colonialismos. Mais precisamente, os textos remetem-nos para questões relacionadas: com o papel desempenhado pelos diferentes grupos sociais e pelos intelectuais nesse processo de reformulação de identidades étnico-culturais; e, por outro lado, com os conflitos e as contradições existentes entre as diversas visões do colonizado, tanto as criadas no contexto das ideologias coloniais europeias, como aquelas que são formuladas a partir das comunidades culturais africanas, quer pelos sectores que associamos às “tradições lo-

* Mestre em História Contemporânea e professor na Universidade do Minho.

cais”, quer pelos diferentes grupos, mais ou menos “ocidentalizados”, que integram as burguesias coloniais. É portanto neste âmbito que se justifica a importância do estudo das representações de África e dos africanos, uma investigação que pressupõe o exame do trabalho de produção, difusão e descodificação das imagens correlativas às sociedades e aos povos sujeitos ao domínio colonial. Procurando articular estes problemas com a análise histórica, propomos neste texto uma reflexão acerca do significado que as actividades desenvolvidas no âmbito da CEI representam para a construção de outros imaginários relativos a África.

Numa prévia apreciação global do problema, importa salientar que o exemplo da CEI elucida sobretudo o processo de negação e combate às imagens de África produzidas em Portugal e na Europa pelos sistemas coloniais. Com efeito, as actividades de âmbito associativo, cultural, político e ideológico desenvolvidas no seio da Casa inscrevem-se num contexto espaço-temporal de que importa reter algumas coordenadas fundamentais. Encontramo-nos pois em presença de um espaço de sociabilidade eminentemente estudantil-universitário, fundado pelo governo português com o intuito de enquadrar e controlar este sector da população académica e, por razões óbvias, circunscrito às cidades de Coimbra, Lisboa e Porto. Contudo, a evolução da conjuntura interna e, sobretudo, os “ventos de mudança” que abalam os sistemas coloniais neste período acabam por transformar os “Estudantes do Império”. De início, convertendo-os em protagonistas da transfiguração completa dos objectivos e práticas que a CEI deveria desenvolver, mais tarde para em grande parte se assumirem como responsáveis pelos movimentos nacionalistas que acabarão por provocar a queda do Império. Deste modo, a construção de outras imagens e de novos sentidos representativos da sociedade e do homem africanos escora-se na necessidade de questionar e contestar as imagens vigentes na ideologia colonial e no imaginário português relativo a África, como forma de assim proceder à (re)descoberta de certos valores culturais e à afirmação de uma nova identidade.

Assim sendo, a compreensão do trabalho de representação dos povos e das culturas africanos desenvolvido na CEI implica uma prévia alusão às ideias e representações existentes na sociedade portuguesa. Ainda que sumária, esta referência contempla dois planos de análise relativamente distintos, que, por comodidade de expressão, po-

dem designar com o das visões decorrentes do sistema ideológico de legitimação colonial e o das imagens e sentidos inscritos nas “mentalidades populares”.

No que concerne às imagens produzidas pela ideologia colonial portuguesa, o período em causa corresponde a um tempo de mudanças, directamente relacionadas com as fases por que passa a política colonial portuguesa. Entre 1944 e 1965 desenvolve-se um processo de transformação ideológica que, no essencial, consiste na revisão das teses e ideias forças da ideologia imperial, gerada nos anos trinta sob os desígnios político-constitucionais do *Acto Colonial*. Procura-se a partir de então definir um outro sistema ideológico, cuja ideia mestra consiste na negação da existência de colónias, dado que os territórios ultramarinos se inscreveriam numa suposta natureza pluricontinental e multirracial da nação portuguesa. Sujeita às mudanças da política colonial portuguesa, ao crescimento das pressões internacionais desfavoráveis à manutenção do *statu quo*, bem como ao agudizar dos fenómenos de resistência anticolonial nas mais importantes colónias africanas, a reelaboração das teses legitimadoras da “presença portuguesa em África” tende a congregar grande parte da atenção do governo e das diversas instâncias de produção e socialização da ideologia colonial.

De qualquer modo, nos anos quarenta são ainda predominantes as imagens decorrentes da ideologia imperial. A representação do africano e de África é realizada em função de significados que remetem para as ideias de superioridade racial e de exotismo, muito embora no âmbito das teses da “vocaçao colonial portuguesa”. Desde o início dos anos trinta, o governo e boa parte dos “meios coloniais” visam assim legitimar de forma massificada o sistema colonial e simultaneamente o novo regime. Para tal efeito concorrem as grandes exposições coloniais de 1934 (Porto) e 1940 (Lisboa) e as mais diversificadas iniciativas promovidas pela Agência Geral das Colónias e pela Sociedade de Geografia, mas também o “voluntarismo das forças vivas da Nação”, doravante sujeito aos ditames autoritários da política destinada a “despertar a consciencia imperial”.

Neste contexto, as imagens do continente africano tendem a organizar-se segundo um modelo antinómico. Assim, às tradicionais metáforas da “terra de degredados”, do continente dominado pelo sertão inóspito, insalubre e selvagem, opõem-se os novos sentidos de um conjunto de colónias

portuguesas singularmente exóticas e luxuriantes, propícias à afirmação do espírito aventureiro individual e colectivo, dotadas de espaços geoclimáticos excepcionais e passíveis de acolher fortes contingentes migratórios nacionais. Em suma, locais onde seriam cada vez mais evidentes os “sinais de civilização e urbanismo”, introduzidos pelos portugueses e, sobretudo, pela política colonial do Estado Novo.

A representação do africano é formulada de feição análoga. A imagem do africano define-se primordialmente pela noção de preto/negro e, deste modo, pelo conjunto de figuras, metáforas e conotações carregadas de negatividade, ora pela alusão aos traços físico-morfológicos (nariz, dentes, cabelo, prevalência do “físico” sobre o “mental”), ora pela referência a comportamentos estereotipados (preguiça, puerilidade, antropofagia, promiscuidade, carácter dissimulado). Contudo, tal negatividade tende a ser progressivamente mitigada pela atribuição de características “civilizadas” aos africanos, grande parte delas tidas como o resultado do contacto com o colonizador, as restantes correlacionadas com comportamentos servis. Não obstante estes sentidos mais paternalistas e menos declaradamente racistas, não se reconhece capacidade ao africano para se equiparar ao branco, facto que se pode ilustrar pela ridicularização dos fenómenos de identificação com a língua e os padrões culturais do colonizador (e.g. discurso do “pretuguês/pretocalês” e imagem do “calcinhas”), ou pelas ambiguidades que então caracterizam a representação dos mestiços e da mestiçagem.

A revisão da ideologia colonial desencadeada nos anos cinquenta provoca algumas mudanças nas formas e sentidos destas imagens. A afirmação das teses integracionistas, ou das que negam pura e simplesmente a existência do colonialismo, exige a demonstração repetida das ideias de pluricontinentalidade e multirracismo nacionais. Neste sentido concorrem as sucessivas alterações das leis e nomenclaturas relativas ao aparelho constitucional, jurídico e burocrático-administrativo, mas também a difusão sistemática das ideias de Gilberto Freyre, em especial as que sustentam o lusotropicalismo. Como é óbvio, a tentativa de afastar todo o tipo de considerações ráticas e racistas da interpretação do passado e do presente do colonialismo português, conduz forçosamente à obrigação de transformar o “indígena” em “cidadão português”, enquanto, por processo análogo, a especificidade geográfica de cada colónia tende

a ser velada sob a imagem de um “território português ultramarino”.

A representação de África, recuperando ou não significados pré-existentes, passa a ser garantida por processos de contraposição e analogia. Contraposição entre a “África Portuguesa” — calma, próspera, agradável à vida de europeus e ao seu “convívio com outras raças”, ainda que cercada por inimigos e cobiças externos —, e as outras colónias ou recentes territórios independentes — lugares perigosos, atrasados ou em “regressão civilizacional”, sujeitos à corrupção global dos costumes e a constantes conflitos étnicos, políticos e sociais. Por processo de analogia entre a suposta “África Portuguesa” e o restante território nacional, argumentando-se que os contrastes e diversidades seriam tão evidentes entre Angola e Moçambique, quanto entre Trás-os-Montes e o Algarve, ou concedendo-lhe um realce privilegiado às imagens que permitem identificar, do Minho a Timor, os símbolos da portugalidade (língua, monumentos, toponímia, realizações materiais, etc).

Quanto ao africano, a sua nova representação depende sobretudo do progressivo abandono das referências às “sociedades inferiores” e à “assimilação selectiva”, em favor da defesa das sociedades multirraciais. A imagem do negro e do mestiço (que passa a ser frequentemente apresentado como “criação portuguesa”) surge associada ao conceito de cidadania, como prova da ausência e do repúdio de quaisquer traços de discriminação racial, como exemplo da formação de uma “sociedade e cultura lusíadas” resultante da interligação harmoniosa da “Nação Portuguesa” com povos e culturas das regiões tropicais. Tal viragem não implica forçosamente o abandono integral de certas conotações de carácter pueril, selvagem e tribal, embora estas sejam doravante reservadas à caracterização dos “pretos não portugueses” (e.g. o tratamento pela imprensa de casos como o da revolta dos Mau-Mau (1952-54) e dos “turras” — um dos termos depreciativos mais utilizados para aludir aos elementos dos exércitos de libertação. Todavia, em especial após o começo da guerra em Angola, as imagens do “pretinho Augusto” ou das “companhias de soldados indígenas” (1.º Exposição Colonial Portuguesa) são oficialmente banidas, em favor da encenação do convívio fraterno de brancos, negros e mulatos “debaixo da bandeira das quinas”, no contexto da vida quotidiana de uma qualquer cidade africana, ou sob os auspícios das fardas do exército e da Mocidade Portuguesa.

Em boa parte insensível ao esforço de recriação destes novos sentidos, a “representação popular” das terras e dos povos africanos mantém durante todos estes anos algumas das imagens mais declaradamente racistas e discriminatórias. Apesar da ausência de estudos críticos actualizados sobre este assunto, não é difícil toparmos vários indícios que permitem sustentar a hipótese da persistência de mitos e metáforas ancestrais. Na “literatura de cordel”, nas páginas de *fait-divers* dos jornais e revistas, nos ditos e no anedotário populares, por exemplo, são frequentes as alusões à vida selvagem e ao sertão, à antropofagia, à estupidez, à indolência, à sexualidade, ao infantilismo e a outros preconceitos racistas difundidos desde finais do século XIX. Embora não possamos afirmar que este quadro determina o “imaginário popular português” e as regras de conduta face aos africanos, parece-nos importante salientar que a descodificação das imagens produzidas no seio das formulações da ideologia colonial se opera na base destes preconceitos. Parece-nos portanto provável a hipótese de uma gradual adesão às imagens de uma “África Portuguesa”, do “preto bom serviçal” e até dos “negros e mulatos portugueses”, sem que tal signifique a extinção de representações tão violentamente racistas como a do “Preto-Papasse-Papão” de Augusto de Santa-Rita.

Não existindo também memórias de estudantes africanos, nem estudos sobre eles, podemos todavia avaliar o impacto desta “atmosfera mental”, bem como dos comportamentos que lhe são correlativos, na vida de um jovem recém-chegado à capital do Império, ou a outra das suas cidades universitárias. Além dos condicionalismos resultantes das más condições do ensino prestado nas colónias, do relativo isolamento face à “necessária” aculturação ao meio metropolitano e das previsíveis limitações financeiras, os estudantes africanos vêem-se confrontados com as pressões e os estereótipos de boa parte das populações dessas cidades. A integração na CEI terá de algum modo funcionado como uma alternativa a esta atmosfera de isolamento e discriminação, mas simultaneamente como um meio capaz de estimular a reavaliação da “identidade etnocultural”, ora pela contestação dos valores produzidos pelo poder colonial, ora pelo trabalho de reflexão teórica e de politização dos jovens intelectuais das diversas colónias portuguesas. A nova representação das culturas e dos povos africanos emerge destas vivências em “gueto voluntário” (Margarido, 1980, p. 18), resultando

dos debates e estudos promovidos na e pela CEI, mas também do trabalho de produção literária e ensaística protagonizado por alguns desses estudantes africanos.

Nos primeiros anos, a refutação das imagens impostas pelo colonizador realiza-se pelo chamado “retorno às fontes” da cultura africana e pela atribuição de autenticidade e valor às suas formas de expressão. Em paralelo com outros movimentos intelectuais — e.g. os que em Luanda são desencadeados pela Sociedade Cultural de Angola e pela Associação dos Naturais de Angola (cf. Oliveira, 1987 e 1990b) —, e praticamente em simultâneo com a iniciativa editorial do caderno de *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, organizado por Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro, em 1953, a CEI promove várias sessões de estudo e debate de assuntos africanos, ao que tudo indica inscritos no plano de criação de um Centro de Estudos Africanos, e inaugura as suas actividades editoriais com a publicação das revistas mimeografadas *Meridiano* (Coimbra, 1947) e *Mensagem* (Lisboa, 1948). De certo modo, são estas publicações “periódicas” e aquele caderno que ficarão como símbolos embrionários deste novo trabalho de representação de África e dos africanos.

Não cumpre aqui esmiuçar a rede de contactos, de cumplicidades e de influências estéticas, ideológicas e sociopolíticas que se estabelecem entre esse núcleo de estudantes africanos e certos meios da oposição portuguesa, ou entre os “Estudantes do Império” e os estudantes e intelectuais africanos que, noutras “metrópoles ocidentais”, vinham desenvolvendo novas formas de representação da cultura africana desde os meados dos anos trinta. Contudo, os estudos e fontes disponíveis parecem indicar que este processo se desenvolve em estreita ligação com algumas imagens e com boa parte dos valores produzidos no âmbito do “movimento da negritude”, recorrendo primordialmente a formas de expressão literária influenciadas pelo neorealismo.

Conforme afirma Amílcar Cabral no texto supracitado, trata-se pois de uma tentativa de resistir aos valores impostos pela assimilação e discriminação coloniais, através da afirmação de uma identidade negro-africana, expressa todavia segundo certos padrões estético-culturais europeus e, de certo modo, portugueses. É portanto a consciência do “desenraizamento” que leva Mário Pinto de Andrade a declarar na introdução ao *Caderno de*

1953, que “o problema actual reside na conquista duma personalização, numa reabilitação de valores”, sendo a poesia aí seleccionada a manifestação “duma necessidade imperiosa e angustiante de reencontrar os valores nativos destruídos, necessidade de (o “negro ocidentalizado”) se readaptar ao seu ambiente, necessidade de gritar a sua presença no mundo” (1982 [1953], p. 48). A construção das novas imagens de África e dos africanos inscreve-se naqueles propósitos, conferindo-se à terra sentidos que realçam a singularidade do espaço geofísico, atribuindo-se às gentes uma nova dignidade e beleza. Paralelamente, a figuração geográfica e humana surge associada nas representações que identificam a irmandade entre África e o “Mundo Negro”, mas sobretudo nas metáforas maternais — patentes em grande parte dos textos de índole literária ou, por exemplo, na vinheta do pintor António Domingues que ilustra o *Caderno* de 1953 —, onde a alusão às origens se concretiza na simbiose entre as imagens da Terra-Mãe e da Mulher-Mãe.

Embora não se trate de uma publicação explicitamente ligada à CEI, o “*primeiro caderno de poesia negro-africana de expressão portuguesa*” (*Idem*, p. 47) sintetiza aquela visão e o trabalho desenvolvido pelos estudantes da Casa. Assim, apesar de se incluírem representantes das várias colónias portuguesas (excluindo Cabo Verde), as ideias subjacentes à organização do *Caderno* traduzem o objectivo de apresentar, sob o denominador comum que consiste na expressão em língua portuguesa, noções e valores próximos de certas correntes ideológicas associadas à negritude. Tanto nos poemas reunidos nesta obra como nos textos publicados em *Mensagem* transparecem as imagens literárias associadas ao carácter quente, polícromo e selvagem das terras africanas, metaforicamente ligadas à ideia do “continente adormecido”, embora “personalizado” e de algum modo imune aos “sinais decadentistas do mundo civilizado”.

A representação do africano obedece a dois esquemas autónomos, embora complementares. De um lado, temos a glorificação do homem negro, realizada pela sua associação a fenómenos socio-culturais de teor humanista e universalista, ora pelas alusões individualizadas a Diop, Senghor, Armstrong, MacGee e a tantos outros “ilustres representantes do homem negro”, ora pelas referências às auto-sustentadas expressões culturais da negritude, metaforicamente apresentadas em *Mãe Negra* (Viriato da Cruz) como as “vozes” vindas de vários pontos do “mundo negro”, as “Vo-

zes do Harlem District South/vozes das sanzalas/Vozes gemendo “blues”, subindo do Mississippi, ecoando dos vagões,/Vozes chorando na voz de Corrothers:/ “Lord God, What evil have we done”/Vozes de toda a América, Vozes de toda a África./Voz de todas as vozes, na voz altiva de Langston/na bela voz de Guillén...”. Por outro lado, procede-se à denúncia de fenómenos relativos à exploração e alienação do negro em diferentes contextos histórico-sociais, embora privilegiando as referências mais ou menos directas ao contexto colonial, como no caso do poema *Monangamba* (António Jacinto), onde são claras as associações entre os processos de exploração/repressão/alienação e o “negro da cor do contratado”. A complementaridade destas duas formas de representação traduz-se na esperança de uma nova dignidade, que se expressa pela imagem do despertar do africano, enunciada, por exemplo, num excerto de um poema de Noémia de Sousa publicado na revista *Mensagem*:

“Oh ritmos fraternos do samba!
Acordando o meu povo adormecido à sombra dos imbondeiros,
dizendo na sua linguagem encharcada de ritmos
que as correntes dos navios negreiros não morreram, não,
só mudaram de nome.”
(a. 2, n.º 1, Janeiro 1959)

A partir de meados dos anos cinquenta, e ainda de modo mais evidente na década seguinte, são introduzidas algumas novidades no trabalho de representação da realidade colonial. A repercussão interna de acontecimentos como a Conferência de Bandung (1955) e as independências africanas, a obstinação colonial do governo português — da qual a larga maioria das correntes de oposição política apenas divergiam em questões de pormenor —, e a constituição dos movimentos pró-independência provocam mudanças evidentes na organização e politização dos “Estudantes do Império”, implicando novos matizes na produção de imagens relativas a África e aos africanos. Antes de passarmos a enunciar-las, cumpre todavia assinalar que esta renovação não é incompatível com a continuidade das tendências já expostas. A título de exemplo, recordemos um excerto do poema *Amor de África* (1963), no qual Francisco José Tenreiro utiliza a ironia como forma de suscitar a consciência da negatividade da assimilação:

”Oh! minha África ter-te no peito o que vale perante a clareza absoluta e homérica de afirmações tão sábias!

”Eu antes quero uma fuga de Bach que um batuque de cafres;

prefiro um quadro de Rubens a um manpanço preto;

Sim, claro, o Ifé e o Benin são excepções ao resto

infantil, imaturo, caricatural da arte africana”
Casquinava arritmicamente os dentes soltos na caveira consumida de sabedoria!

De sabedoria de África e dos pretos claro está!...”

(*Mensagem*, a. 15, n.º 2, Junho 1963)

Contudo, a generalidade dos números de *Mensagem* publicados nos anos sessenta manifestam nítidas tendências para abandonar este género de representações, em favor da construção de imagens que procuram de algum modo identificar os espaços nacionais ou regionais africanos. Como já foi demonstrado (Margarido, 1980), este processo realiza-se através da crítica a certos pressupostos da negritude e por manifesto antagonismo à ideologia colonial, mais precisamente às teses portuguesas do nacionalismo integrador e pluricontinental, prendendo-se ainda com a nítida assunção de objectivos pró-independência das diversas colónias. Assim, verifica-se uma nítida tendência para o predomínio de estudos e ensaios dedicados a problemas de cada uma das colónias portuguesas, não obstante a presença de textos de âmbito globalizante onde se analisam, por exemplo, o “estatuto do indígena”, o racismo, a arte africana ou a situação do associativismo estudantil em África. Em concomitância, a actividade editorial da CEI demonstra alterações análogas, pela publicação de títulos, colecções ou colectâneas literárias identificadas com os autores angolanos, caboverdianos, guineenses e moçambicanos. Em suma, a expressão plástica e literária, os ensaios antropológicos, literários, históricos e sociológicos, ou até a recolha de contos e provérbios tradicionais servem cada vez mais como modo de identificação de grupos e sociedades particulares, servindo embora para continuar a denunciar a alienação imposta pelo colonialismo e para reivindicar a autenticidade do homem e da cultura africanos.

Se quisermos usar uma expressão paradoxal, podemos afirmar que a grande alteração que alguns dos estudantes e colaboradores da CEI pro-

curam consolidar nestes últimos anos consiste no encerrar de um ciclo que pretendia humanizar e dignificar a representação de África e dos africanos. Em primeiro lugar, para substituir um quadro de valores transcontinental por um outro de imagens e símbolos formalmente análogos, mas cujos sentidos remetem para a tentativa de afirmação de espaços geo-humanos específicos, onde seria possível inventar e construir uma unidade nacional. Em segundo lugar, para tentar perceber os homens, as culturas e os territórios africanos em função dos modelos de interpretação teórico-científicos e das representações formuladas a partir destes últimos, relegando para um plano acessório as formas afectivas e as expressões literárias e figurativas, que até aí haviam detido um papel fundamental. Em terceiro lugar, para tentar concretizar, de modo mais ou menos explícito, a refutação das ideologias do colonialismo e a denúncia das práticas de exploração e alienação do colonizado, aplicando-as à contestação do próprio colonialismo português.

Se as actividades desenvolvidas na CEI sempre suscitaram a desconfiança do governo, esta radicalização de posições contribui de modo decisivo para o encerramento coercivo da Casa em 1965. Todavia, as cerca de duas décadas de actividade acabaram por influenciar várias gerações de estudantes africanos, nomeadamente pela recriação de outras imagens dos povos e realidades sociais das suas terras de origem, inicialmente no sentido da refutação dos pressupostos de inferioridade impostos pelo sistema e ideologia coloniais, depois como estratégia de reivindicação da independência e de um imaginário nacional.

Fora deste núcleo de pessoas — e apesar das ligações da CEI com o associativismo estudantil português —, tudo parece indicar que este processo de reinvenção das imagens de África, dos africanos e do colonialismo obtém poucos ecos junto da população portuguesa. Excluindo obviamente alguns casos individualizados, a CEI não cumpre as expectativas enunciadas por Amílcar Cabral no final do texto citado de início, seja relativamente a uma faixa significativa da opinião pública, seja mesmo junto da maioria dos intelectuais portugueses. Não se pode daqui concluir que a adesão à visão idílica e nacionalista do colonialismo produzida pelo regime seja total e uniforme, nem tão pouco que as imagens do colonizado sejam objecto de uma leitura única por parte dos diferentes grupos sociais. Todavia, não deixa de ser signifi-

cativo que só lentamente e muito tarde uma parte da “oposição ao salazarismo” comece a assentir na necessidade de se reconhecerem as independências das colónias africanas, recusando assim as imagens paternalistas e supostamente ecuménicas da “missão portuguesa nos trópicos”.

Chegamos assim a um problema nuclear quando se aborda qualquer aspecto da acção da CEI numa “perspectiva metropolitana”. No estudo do trabalho de representação promovido pela Casa, constatamos que múltiplos factores podem ter conduzido a esta limitada eficácia na alteração da imagem de África e dos africanos junto da generalidade da sociedade portuguesa: desde as condições de censura e repressão vigentes, até à desproporção de meios técnicos e financeiros existente entre a CEI e a “máquina de propaganda do regime”. Trata-se contudo de uma reflexão que nos parece exigir estudos mais aprofundados, permitindo averiguar até que ponto não é relevante invocarem-se os “quadros mentais e culturais portugueses” como responsáveis pela incapacidade de se reconhecer na época a validade dos argumentos africanos. Estudos esses que importa realizar, ainda mais num tempo em que o “reforço das relações de Portugal com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa” se presta a inusitadas referências acerca das imagens de África e dos africanos, não raras vezes marcadas por referentes racistas e paternalistas, ou por sentidos carregados de nostalgia do Império e do “Ultramar Português”.

Bibliografia

- AA. VV. (1989). *Les Littératures Africaines de Langue Portugaise. A la recherche de l'identité individuelle et nationale. Actes du Colloque International*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian — Centre Culturel Portugais.
- ALEGRE, Manuel (1984). “O duplo sentido cultural da obra de Amílcar Cabral”, in *Continuar Cabral. Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, s.l.: Grafedito/Prelo — Estampa, pp. 225-234.
- ANDRADE, Mário Pinto de (1971). *La guerre en Angola. Étude socio-économique*. Paris: Maspéro.
- IDEM (1984). “A Dimensão Cultural na Estratégia da Libertação Nacional: Identidade, poder cultural e democracia”, in *Continuar Cabral. Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, s.l.: Grafedito/Prelo — Estampa, pp. 271-292.
- DUARTE, Dulce Almada (1984). “Os fundamentos culturais da unidade”, in *Continuar Cabral. Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, s.l.: Grafedito/Prelo — Estampa, pp. 205-223.
- ERVEDOSA, Carlos (1963). *A literatura angolana (resenha histórica)*. Lisboa: CEI.
- IDEM (1979). *Roteiro da Literatura Angolana* (2.^a ed, revista e actualizada). s.l.: União dos Escritores Angolanos/Edições 70.
- FERREIRA, Manuel (1989). *O discurso no percurso africano*. Lisboa: Plátano Editora.
- IGNATIEV, Oleg (1975). *Amílcar Cabral, filho de África*. Lisboa: Prelo.
- MARGARIDO, Alfredo (1980). *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- MONDLANE, Eduardo (1979). *Mozambique de la colonisation portugaise à la libération nationale*. Paris — Éditions l'Harmattan.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (1987). “À procura de uma identidade cultural Angolana: do Liceu Salvador Correia à Sociedade Cultural de Angola”, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 6-7, pp. 179-94.
- IDEM (1990a). “Crioulismo e negritude em Francisco José Tenreiro” (texto publicado em 1966 pela Associação dos Antigos Alunos do IS-CSPU), in *Reler África*. Coimbra: Instituto de Antropologia — Universidade de Coimbra, pp. 489-496.
- IBIDEM (1990b). “Memória de Luanda (1949-1953): “Vamos Descobrir Angola!” (texto utilizado em palestra proferida no IDL (1977) e publicado na *Luso-Brazilian Review*, University of Wisconsin, 1981), in *Reler África*. Coimbra: Instituto de Antropologia — Universidade de Coimbra, pp. 371-383.
- QUERIDO, Jorge (s/d 1989). *Cabo Verde. Subsídios para a história da nossa luta de libertação*. Lisboa: Edições Vega.
- TENREIRO, Francisco José; ANDRADE, Mário Pinto de (org.) (1982[1953]). *Poesia Negra de Expressão Portuguesa* (reprodução facsimilada, prefaciada por M. Ferreira). Lisboa: Edições África.

¹ Englobamos neste conceito os diferentes processos e modalidades de representação, considerando o modo como se organizam e produzem os discursos (símbolos, metáforas, etc.) e as formas linguísticas e/ou iconográficas que servem de suporte às mensagens. Sobre o assunto, ver Pamela Bolotin Joseph e Gail E. Burnaford (eds.) (1994). *Images of Schoolteachers in Twentieth-Century America. Paragons, Polarities, Complexities*. Nova Iorque: St. Martin's Press.



Memórias da CEI

1. TESTEMUNHOS

Meio século da CEI*

R.M. (Orlanda Mendes) — Hoje, em Linha Directa, o convite para uma viagem ao passado. Vamos recuar 50, 40, 30 anos e vamos reviver a Casa dos Estudantes do Império (CEI).

Aqui no Estúdio-Auditório da Rádio Moçambique, uma dezena e meia de convidados, uns que viveram a CEI, ou simplesmente a Casa, como era mais conhecida, e outros que se interessam por aquilo que ela foi e representou desde a sua fundação, em 1943, até ao seu encerramento pela PIDE, em 1965.

Para nos ajudar nesta reconstituição escolhemos, de entre os nossos convidados, um painel que, de certa forma, representa as principais gerações que construíram a CEI. O Dr. Armando Rosinha, um dos fundadores, o Dr. Fernando Vaz, que dirigiu a Casa em meados da década de 50, o Dr. Luís Filipe Pereira, que se lhe seguiu e, a partir dos nossos estúdios na Beira (e esperamos que as condições técnicas o permitam), o Eng. Ferreira Mendes, que a viu fechar.

A todos agradecemos a presença e o contributo que vão dar a este nosso debate (...)

Para começar vou pedir ao Dr. Luís Filipe Pereira, como homem de História que é, que faça uma breve apresentação da CEI. Era uma casa que era de Africanos mas que se situava no n.º 23 da Duque d'Ávila, em Lisboa, capital de fascismo e da colonização, não só em África, mas também no Oriente...

L.F.P. — Não fiz propriamente um estudo histórico da CEI. A CEI merecia um estudo histórico

mais aprofundado. (...) Era uma Casa onde se juntavam estudantes vindos das colónias (...) com finalidades de natureza recreativa e talvez cultural. Lembro-me de que nos juntávamos porque havia uma cantina, uma sala onde se jogava ping-pong e vários jogos, e uma Biblioteca. Também havia uma sala grande onde se faziam reuniões e debates e onde se elegiam os corpos gerentes; havia festas que eram conhecidas na área, festas de grande impacto; e havia publicações de poetas e escritores. Tínhamos mesmo um boletim, *Mensagem*. (...) Recordo-me do trabalho que fiz no Departamento Cultural, da forma como seleccionávamos o material para a *Mensagem*.

(...) Em Coimbra, fiz parte da última direcção em 1961... É curioso. Lembro-me das pessoas, fizemos rotas diferentes — Daniel Chipenda, de Angola, na altura ligado a todo um movimento de consciencialização política e de luta anti-colonial, Oswaldo Lopes da Silva, que foi mais tarde do Bureau Político do PAIGC, o Manuel Videira que mais tarde foi da Revolta Activa do MPLA, e ainda alguns outros que faziam parte dos corpos gerentes: Celestino Costa, que foi Primeiro-Ministro de S. Tomé, o Bragança, que é escritor e actualmente ministro dos Negócios Estrangeiros e vários outros que compunham então a Casa. Foi encerrada em 65 abruptamente pela PIDE. É esta, muito rapidamente, a imagem que tenho desta fase.

R.M. — Dr. Rosinha, quer dizer-nos, como fundador da CEI, por que é que em 1944 aparece uma colectividade deste género?

* Mesa-redonda que teve lugar na Rádio Moçambique, Programa Linha Directa, da responsabilidade de Orlanda Mendes, em 30.10.1993. Por limitação de espaço, procedeu-se à transcrição parcial do registo, cedido gentilmente por O.M.

A.R. — Em 1940 realizaram-se os grandes festejos do centenário de Portugal. Estes festejos, dos quais fazia parte uma Exposição chamada Colonial, no Jardim Colonial em Belém, permitiram que reuníssemos perto de cem estudantes de Angola que estavam a estudar em Lisboa na altura. (...) Dali surgiu a ideia de fundarmos a Casa dos Estudantes de Angola. Houve várias diligências mas (...) a Casa dos Estudantes de Angola só foi fundada em 1943, quando apareceu um grupo mais unido, mais coeso (...) Também porque tinha apoios em Angola: eram familiares seus o Governador Geral, o Presidente da Associação Comercial, os Directores da Companhia de Diamantes e, rapidamente, em 2 ou 3 meses, obtivemos um fundo de trezentos e cinquenta contos (que era muito dinheiro na altura) para a Casa dos Estudantes de Angola.

Fundou-se a CEA, com estatutos próprios aprovados através da Mocidade Portuguesa, porque não podia haver nenhuma associação de estudantes que não tivesse estatutos aprovados pela MP.

Na CEA, então na Av. Praia da Vitória, organizou-se uma festa para comemorar, em 1943 talvez, o 1.º aniversário da CEA. Essa festa foi presenciada pelo Ministro das Colónias do tempo, o Vieira Machado, e pelo Comissário da MP, que era quem nos apoiava, o Prof. Marcelo Caetano. Apareceram os cento e tal estudantes angolanos e umas dúzias de estudantes de outras colónias.

Na altura dos brindes o Ministro Vieira Machado disse: “Muito bem, isto é muito interessante, mas já estou a ver que qualquer dia vou ser procurado por estudantes de Moçambique, da Guiné, etc, para fazerem as suas casas; ora eu sou Ministro do Império (...) e só posso defender uma Casa dos Estudantes do Império. Por isso vocês saem daqui com a incumbência de o mais rapidamente possível constituírem, organizarem a CEI”.

Eu fazia parte da Direcção da CEA. Ficámos aflitos mas ainda tínhamos algum dinheiro e fomos logo alugar aquela casa que nos apareceu, como uma salvação (porque era num sítio central) na Av. Duque d’Ávila.

A CEI organizou-se, pode hoje dizer-se, com um esquema muito pesado porque tinha a Direcção-Geral da CEI, com os corpos gerentes normais das associações (...) mas tinha também uma Direcção de Serviços Internos, uma Direcção de Serviços Externos e cada uma destas tinha serviços de Propaganda, de Contactos, etc. Os dirigentes eram cem!

Em primeiro lugar o objectivo da Casa era, essencialmente, agregar os estudantes de Angola e depois (...) outros. Ao chegarmos a Lisboa, morávamos dispersos, frequentávamos diversas faculdades. Naquele tempo as reuniões eram nos cafés, as tertúlias funcionavam nos cafés, cada um de nós tinha a sua tertúlia no café mais próximo da faculdade onde estudava ou da casa onde morava. Começou a aparecer a ideia de que precisávamos de um canto nosso, onde nos pudessemos reunir.

Além disso, queríamos organizar apoios sociais, dos quais notávamos a falta (...) para os casos em que um estudante estava doente e lhe faltava o dinheiro... Isto passava-se durante a guerra (...) estava tudo desorganizado. A família mandava a mesada mas o custo de vida tinha subido extraordinariamente. Assim pensámos em arranjar uma assistência médica, uma biblioteca, um programa de conferências, de palestras, visitas guiadas a museus, visitas a praias, a monumentos nacionais. Era esta a ideia: convívio, confraternização, que envolvia as famílias de alguns (...).

O primeiro Presidente da Casa era angolano — o Alberto Marques Mano de Mesquita, aluno de Direito. Da direcção dele faziam parte o Santos e Castro (depois Presidente da Câmara de Lisboa e último Governador Geral de Angola, antes da Independência) e outros (...) Estes tinham um grupo; na verdade, quando digo que nunca vi objectivos políticos especiais naquele tempo, não será bem certo, porque este grupo, M.M. Mesquita e Cia, eram fervorosos adeptos da Situação, membros da União Nacional, de vários organismos, já como estudantes, pelo menos queriam dar à Casa uma orientação nitidamente favorável à Situação.

Mas a grande maioria não queria nada disso; se não tinha ideias concretas, não queria de maneira nenhuma colaborar. Não éramos da UN, não éramos da Mocidade (...) Portanto começou logo esse choque.

Entretanto, muda o Ministro. Quando sai o Vieira Machado e entra o Prof. Marcelo Caetano já estávamos em choque terrível. Eu era o Presidente da Assembleia Geral. Tivemos três sessões no Liceu Camões, numa sala de aulas cheia de estudantes (a CEI tinha perto de 700 sócios na altura da fundação; cerca de 200 de Moçambique, 200 de Angola, 200 de Cabo Verde e Guiné — era a secção que tinha mais sócios — e ainda da Índia e de Timor).

A reunião era por causa de contas (...) com as quais discordámos (...) e a Direcção em peso

(Marques Mano e os outros) levanta-se e abandona a sala e a Casa.

Nós ficámos e elegemos uma nova Direcção, de que foi presidente o Prof. Ário de Azevedo, que tinha acabado de se formar e era moçambicano. Foi o segundo presidente.

(...) A certa altura o Ministro Marcelo Caetano convocou os tais cento e tal dirigentes para irmos ao Gabinete dele. Fomos ao Terreiro do Paço (...) e ele disse: “você pregaram-me a maior desilusão da minha vida de contacto com a mocidade.”

Não sei se ele estava a ser sincero. Por que é que ele dizia isto? “Eu apoiei-vos, dei-vos toda a liberdade, não controlei coisa nenhuma, fiquei a olhar cá de longe e afinal, ao fim de um ano, vocês revelaram-se. Contava que vocês, vindos de diversas origens e culturas, haviam de ser diferentes dos daqui. Mas vocês revelaram-se refinadamente possuidores de todos os defeitos desta sociedade estudantil portuguesa, e isso para mim foi uma desilusão.”

E nós que sabíamos o que originara isso tudo, dávamos-lhe uma certa razão.

(...) Já estávamos no fim da guerra. A Casa organizou um refeitório, uma sala de palestras, onde todos os fins de semana havia palestras, uma biblioteca, incipiente, mas que tinha todas as publicações da Agência Geral do Ultramar (...) e uma sala de música. Comprou-se um gira-discos e uma colecção de discos; o orientador disso era o nosso amigo, saudoso Amílcar Cabral, o homem mais silencioso que conheci lá nesse tempo. Silencioso; era raríssimo ouvir-se falar, estava metido nos discos, a organizar as suas colecções...

Em 47 acabei o meu curso e perdi o contacto porque entretanto vim para Moçambique onde os meus primeiros vinte anos foram passados (...) fora de Lourenço Marques; então estava fora desses contactos.

R.M. — (...) Queria perguntar ao Dr. Fernando Vaz, de um período um pouco posterior, quando é que começou uma preocupação um pouco mais profunda nos membros da CEI, em termos culturais e também em termos políticos?

F.V. — Vou pegar na história da Casa a partir de 1947, embora eu tenha chegado a Lisboa em 1950. Já desde 1947 havia uma grande actividade política na CEI. É nessa altura que passam pela Casa Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos e havia

ainda outros companheiros, sobretudo de Angola, que tinham um nacionalismo talvez mais forte e eram as pessoas que empurravam os outros.

Nessa altura de 48-49 a CEI já estava sob a mira da PIDE. Começavam-se a publicar, na Duque d'Ávila 23, muitos panfletos, passados a *stencil*. É pena não estar cá Marcelino dos Santos, para contar. Ele foi o autor de muitos desses panfletos que começaram a ser difundidos através da CEI, panfletos e informações contra a Situação, contra o fascismo e possivelmente apoiados também pelo PCP na altura.

R.M. — Panfletos contra o fascismo ou já com uma tonalidade anti-colonial?

F.V. — Não posso precisar mas eram panfletos evidentemente contra a Situação, contra aspectos repressivos do fascismo. A PIDE estava sempre à procura de um pretexto para fechar a CEI.

Dá-se uma nova reunião em que o Conselho Fiscal não aprova o relatório e contas da gerência anterior. Há novo abandono dos corpos gerentes, numa cena semelhante à que o Dr. Rosinha contou. É aproveitado esse pretexto e a CEI é encerrada pela PIDE. A CEI estava organizada num Conselho Geral, como o Dr. Rosinha disse, mas cada colónia tinha a sua Direcção: havia a Direcção de Moçambique, de Angola, da Índia e Cabo Verde.

Cada uma delas recebia, para seu funcionamento, um orçamento inscrito no orçamento geral da Colónia. Angola inscrevia no seu orçamento anual uma verba para apoiar a CEI. Eram verbas substanciais, havia pouca gente (...) as contas eram sempre muito esmiuçadas e não foram aprovadas na altura.

A Direcção da CEI é dissolvida e é nomeada pelo governo, uma Comissão Administrativa. A CEI já tinha na altura uma forte representatividade, muitos sócios, cantina, lares, biblioteca, e portanto não era fácil encerrá-la pura e simplesmente; substituíram a direcção por uma comissão administrativa.

Nessa altura surge a minha geração. A CEI tem três gerações: a primeira, dos fundadores até ao seu encerramento pela PIDE. Depois vem a minha, que tenta reconquistar a independência da Casa não tanto nos moldes como era anteriormente mas numa Casa dos Estudantes do Ultramar. Para conseguirmos a independência tivemos de aceitar que os novos estatutos dissolveriam as Direcções das diver-

sas colónias, englobando tudo numa Casa dos Estudantes do Ultramar. Foi a minha geração que tentou, e conseguiu, reconstituir a Casa. Depois vem uma última geração a partir de 61-62, que comete os mesmos “erros”, ou dá as mesmas aberturas, à PIDE, que a encerra, por fim, em 1965. Há aqui pessoas que representam a terceira geração e (...) poderão dar maior riqueza (...) ao debate.

Nessa altura, para reconquistar a independência, foi necessário um trabalho extremamente delicado, aproveitando a posição muito favorável que já tinham os primeiros dirigentes da CEI. Foi com o Marques Mano de Mesquita, o primeiro Presidente da Casa, que fomos dialogar e convencê-lo (...) a contactar os Ministros da Educação e do Ultramar; estes, em Portaria conjunta, deram outra vez a independência à CEI, desde que elaborássemos uns estatutos diferentes.

O Art.º 1.º dos novos estatutos era: a CEI é apolítica e arreligiosa. À partida tínhamos de nos abster de qualquer actividade política, que cada vez era maior, muito maior. Era tão grande que, em 1962/3¹, há o grande êxodo, já com Mocumbi, Presidente Chissano (...) e que leva o Ministro do Ultramar na altura, Adriano Moreira, a dizer que esse tinha sido o maior golpe da sua vida. Dizia: “Tenho aqui a nata de cinco séculos de colonialismo, está aqui a nata”. E essa nata toda dissolveu-se, emigrou, fugiu de Portugal.

Para referir alguns nomes na altura: eu era Presidente, o Vice-Presidente era o David Bernardino, que foi assassinado no Huambo; faziam parte da Direcção o Raposo Pereira, tesoureiro, o Hélder Martins e a sua mulher, vogais; havia o Ervedosa, de Angola, o Hugo Azancot, presidente do Conselho Fiscal (...) Era gente que acabaria por revelar, mais tarde, toda a sua filosofia, toda a sua tendência de vida.

R.M. — Gostaria de colocar uma questão. A CEI começa a caminhar com uma certa firmeza numa determinada direcção; sabemos (...) que o regime fascista, colonial, tinha os seus mecanismos fortes e bastante perfeitos de controlo e investigadores para saberem como interpretar determinados comportamentos. Mesmo assim, com a PIDE em cima da CEI, com comissão administrativa, a Casa foi existindo. Isto não é um pouco estranho, sabendo-se como era o regime (...) ou era também uma maneira de congregar toda a gente e ter essa gente sob vigilância? Que acha o Dr. Fernando Vaz?

F.V. — De facto a PIDE tinha processos de investigação aperfeiçoados e tinha até pessoas dentro da CEI (os “bufos”, como lhes chamávamos, indivíduos que sabíamos quem eram e que, quando foi da nomeação da Comissão Administrativa, se denunciaram). Mas a verdade é que havia a personalidade do estudante do Ultramar, das colónias, que foi sempre completamente distinta do indivíduo português, natural de Portugal. Havia uma identidade própria que era muito forte. Além disso o estudante que vinha das colónias estava mais livre. Tinha praticamente 24 sobre 24 horas para estudar e fazer aquilo em que tinha mais interesse. É evidente que, para todos nós em Portugal, um dos temas importantes era o nacionalismo. Criou-se um grande espírito nacionalista e pode dizer-se que a CEI teve uma forte responsabilidade em toda esta política, que mais tarde se desencadeou no Ultramar.

R.M. — Dr. Luís Filipe Pereira, quer acrescentar algo sobre esta questão? Carlos Ervedosa, no seu livro “Era no Tempo das Acácias Floridas” refere que houve sempre uma certa habilidade para que a actividade política fosse da responsabilidade individual e não uma actividade claramente da CEI. Teria assim, a CEI uma actividade mais cultural e social e os indivíduos membros, eles próprios teriam uma actividade política?

L.F.P. — (...) Concordo com o Fernando Vaz, conheceu muito melhor a Casa nos anos em que a dirigiu, mas senti que nós pertencíamos a estratos diferentes, vínhamos com visões do mundo diferentes, encarávamos a situação concreta, objectiva, também de modo diferente.

As relações de solidariedade, as relações afectivas, o enquadramento social fazia-se e se, por um lado, se notava essa identidade de ideais, começava a aparecer também a dimensão ou sentido da diferença.

Essa diferença, além do despertar da consciência nacionalista (...) levou-me a (...) acreditar nalguma coisa, a fazer uma abordagem objectiva da realidade, quer portuguesa quer das colónias, mas ajudou-me também a projectar um sonho. Mas sem dúvidas que dentro da Casa também começámos a aprender a notar particularidades que eram resultantes, um pouco, daquilo que o Ervedosa aponta ou do que o Lima aponta, como vi nalguns elementos das entrevistas dadas por ele, acerca de diferenças entre as pessoas; umas porque tinham

um código diferente, outras porque havia reais diferenças culturais, sociais, de cor, que provocavam choques que era preciso ultrapassar. Se o posicionamento político nos ajudava a encontrar esses pontos comuns, não há dúvida que, mesmo relativamente a Angola, até as diferenças de natureza étnica eram visíveis pelo agrupamento e pelo relacionamento dos diferentes grupos que compunham a Casa. É dentro da Casa que começámos também a aprender a conhecer essas diferenças.

R.M. — Enquanto o Carlos Ervedosa sugere harmonia e unidade quase totais, recordo aqui o que o Manuel Lima escrevia e que é bastante radical. Gostaria de ouvir comentários dos convidados que estão na assistência. Manuel Lima escrevia, no livro “As Lágrimas e o Vento”, o seguinte: “A CEI era um centro bastante reaccionário que consagrava as divisões socio-raciais existentes nas colónias, entre os estudantes do Ultramar, e onde os estudantes do Ultramar se erigiam em revolucionários a conta-gotas, de óculos e pêra à Lumumba, mas tirados a papel químico da imagem dos seus colegas metropolitanos. O desencadeamento da insurreição em Angola deixara-os tão surpresos quanto perplexos”.

Um pouco mais tarde, numa entrevista, Manuel Lima argumenta sobre esta sua afirmação e diz que a CEI teve um aspecto positivo e um aspecto negativo. O aspecto positivo foi a Casa ter permitido a troca de ideias, permitido aos colonizados terem um ponto de encontro e sobretudo de consciencialização e saberem que estavam todos irmanados por um problema comum, que era uma luta de libertação. Mas nessa mesma CEI, diz ainda, reuniram-se involuntariamente os futuros carascos e as futuras vítimas. Sempre houve disparidades, é absolutamente falso pensar que pelo facto de ser um centro de intercâmbio e troca de ideias, fosse algo em que houvesse unidade ou semelhança entre os componentes que frequentavam a Casa.

É uma visão bem diferente da do Carlos Ervedosa e que o Luís Filipe Pereira agora aflorou: a existência, já na CEI, de diferenças bem marcadas, estratos sociais diferentes, raciais e eventualmente também de carácter ideológico. Sérgio Vieira, que esteve na Casa, que percepção tem desta visão de Manuel Lima?

S.V. — Fiz parte da CEI no período de 58-61. Corrijo o Fernando Vaz: a fuga não foi em 63, foi

em 61. Tocarei um pouco o que foi a nossa fuga em 61.

A CEI, como ouviram do Prof. Rosinha, do Prof. Fernando Vaz e do Prof. Luís Filipe Pereira, teve uma trajectória complexa. Ela nasce, num primeiro momento, essencialmente entre as camadas de filhos de colonos bastante ricos, sobretudo de Angola, ligados à Companhia de Diamantes, às roças, aos postos superiores da administração. Depois da 2.^a Guerra Mundial, começam a surgir pessoas de outras camadas, tanto da população colona, como população autóctone, indígena, mulatos, pretos, que começa a introduzir um outro conteúdo na Casa. No final dos anos 40, início de 50, com a geração do Amílcar, do Marcelino, do Lara, dos Espírito Santo de S. Tomé, um outro conteúdo é introduzido na Casa. É o momento em que Francisco José Tenreiro e Mário de Andrade, por exemplo, fazem aquele manifesto e antologia de literatura que é pequena mas que foi um primeiro pontapé de saída de afirmação cultural dos nossos povos com uma identidade própria. É o momento em que se cria o Centro de Estudos Africanos (e o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane chama-se assim em homenagem a esse Centro de Estudos que foi feito nesse período da história da CEI). Creio que, dos fundadores do CEA só estão vivos o Lúcio Lara, de Angola, e o Marcelino, de Moçambique, os outros todos já faleceram.

Esta é a viragem em que participa Fernando Vaz, em que começa a introduzir-se uma componente de afirmação nacionalista. De alguma maneira sou da geração que sucede à do Fernando Vaz, pois entrei em 58 (...) Em 58 já há uma clivagem entre os estudantes das colónias, clivagem que corresponde por um lado à polarização que se acentuou em Portugal, com a campanha do Humberto Delgado, que é uma contestação de massas do sistema fascista mas que também é uma tomada de consciência nossa, já em moldes nacionalistas. É nesta época de 56, 57, 58 que o Senghor vem à CEI, que se convida gente que vem apresentar um ideário de nacionalismo.

Até se convidou o irmão do Jomo Kenyatta, que era muito reaccionário, que chegou à CEI, insultava o Kenyatta, insultava os Mau-Mau, e defendia o colonialismo britânico. Foi uma surpresa para toda a gente, mas aconteceu. (...)

1958 é o momento já de uma grande tomada de consciência dos estudantes das colónias. (...) já foi referido pelo Fernando Vaz que nós, os das coló-

nias, tínhamos muito mais tempo e liberdade do que tinham os de Portugal. Daí o nosso empenhamento maior, tanto nos estudos como na actividade estudantil. Por que é que a PIDE teve sempre uma certa hesitação perante a CEI?

Há que considerar vários factores. Um é o factor internacional: começava a desenvolver-se no âmbito das Nações Unidas e da comunidade internacional a contestação do colonialismo. É por isso que, em 51, Portugal muda “colónias” para “províncias ultramarinas” e acaba-se com o “império”, o seu conceito jurídico. Proclama-se a igualdade, etc.

É verdade também o que dizia Adriano Moreira sobre a nata da “intelligentsia” de todas as colónias que estava na Casa.

Nesta nata havia gente que era filho de alguém e havia gente que era filho de ninguém. Mas os filhos de alguém protegiam os filhos de ninguém e davam um grande guarda-chuva. Não se atacava de qualquer maneira.

São estes três factores: a comunidade internacional olhava; tratava-se da intelectualidade nascente das colónias portuguesas e havia ainda, lá dentro, muita gente que era filho de alguém.

Isto protegia, de algum modo, a CEI. É o momento de grande actividade cultural. O Luís Filipe mencionou a *Mensagem*. Foi o lançamento da Colecção Autores Ultramarinos, o lançamento das primeiras antologias moçambicanas. A primeira foi feita por Luís Pollanah em 58 ou 59, a segunda foi por Alfredo Margarido já em 60-61. Publica-se pela primeira vez o Craveirinha, o Agostinho Neto, o António Jacinto, começou-se a publicar autores de Angola e de Moçambique. Por consequência também aumenta a projecção cultural da CEI no seio da própria “intelligentsia” portuguesa, que começa a descobrir uma literatura em língua portuguesa que vem das colónias, e que também vai servir de escudo e de solidariedade connosco.

Simultaneamente, a nossa actividade leva-nos a que, em todo o movimento associativo estudantil, haja pessoas da CEI. O Videira era Vice-presidente da Associação Académica de Coimbra. Olhando para as Associações em Lisboa: o Camilo Pereira Leite, de Moçambique, era o Presidente da Associação Académica de Direito; eu era o Secretário-Geral da RIA; antes de mim foi o David Bernardino, de Angola, e depois de mim foi o actual Presidente da Câmara de Lisboa, Jorge Sampaio.

No Instituto Superior Técnico, o Paulo Jorge era da Direcção da Associação de Estudantes do

IST, em Agronomia... E quando, em 60-61, é introduzida a segunda Comissão Administrativa, já com motivações políticas muito claras (tratava-se de destruir a CEI), em todo o movimento associativo português cria-se solidariedade connosco; todas as associações académicas em Portugal protestam e observam o luto. Igualmente, as uniões internacionais de estudantes, seja a COSEC, seja a UIE, protestam contra a introdução da Comissão Administrativa.

Lembro-me que o Prof. Adriano Moreira, Ministro do Ultramar, recebeu os corpos gerentes da CEI (...). Quando nos encontra, diz-nos “... dizem que Portugal coloniza África mas, olhando para os senhores, não sei quem coloniza quem, porque estão aqui os dirigentes de todo o movimento associativo português”. Eram dirigentes da CEI, tinha-se operado esta transformação.

Quanto às observações do Lima e do Luís Filipe, direi que há uma clivagem nomeadamente forte em Angola, observa-se que os estudantes angolanos, ligados às igrejas protestantes e que estão nomeadamente no lar de Carcavelos, pouco frequentam a CEI. São estes estudantes que, mais tarde, vão dar origem, também, a uma certa “intelligentsia” que se vai juntar à UPA; digo bem, à UPA, trata-se de uma época histórica determinada (...).

Em parte o que diz o Manuel Lima pode ser real no que diz respeito a Angola, não é tão real no que diz respeito às outras colónias. O próprio Pepetela tem frases que considero infelizes a propósito da CEI e de Moçambique, da participação de Moçambique na CEI. Mas o Manuel Lima pode ter alguma razão, não nesses termos radicais que utiliza, que considero bastante falsos, deturpados (enfim, fazem parte das querelas de Manuel Lima com Angola), mas é uma certa realidade que em Angola, havia uma clivagem.

E um último ponto. Desenvolve-se sim actividade política na CEI. Tem-se muito cuidado em separar aquilo que é a actividade individual da actividade da Casa, como tal. A Casa escuda-se no ser apolítica e arreligiosa e recusa tomar posição. Quando o governo português quis que tomássemos posição sobre a questão colonial, defendendo a posição portuguesa, brandimos o Art.º 3.º (...) como bandeira: “Somos apolíticos, não podemos tomar posição; por imposição vossa recusamos tomar posição.”

Por isso colocaram a Comissão Administrativa, que foi um fracasso naquela época. Foi um

fracasso porque houve um boicote total à comissão administrativa (...) não cumprimentávamos os elementos da comissão administrativa (...) eram tratados pelas alcunhas (...) os únicos com autorização para falar com a Comissão Administrativa eram (...) o Hélder Martins, Presidente da Assembleia Geral, o Paulo Jorge (...).

Isto criou um ambiente de rejeição total... Está aqui gente que, nesse momento, apareceu na CEI, como o Mário Machungo, o Presidente Joaquim Chissano, o Pascoal Mocumbi, que até vão assinar o abaixo assinado condenando a introdução da Comissão Administrativa.

Esse é um período de agravamento de contradições entre as colónias e Portugal. É um momento em que se desenvolve já, e de maneira sistemática, a actividade política clandestina, em que se começa a conceber o plano da fuga clandestina dos estudantes para o exterior. É o momento em que se organiza a junção de vários factores: o nosso movimento, (...) a CONCP no exterior, com os movimentos que nasciam, nomeadamente já se afirmavam o MPLA e a UPA, o PAIGC (a Frelimo era ainda inexistente). Há as igrejas protestantes e os Estados Unidos, então preocupados em dar uma certa solidez de quadros à UPA (...).

Consegue-se fazer uma certa frente comum que congrega a actividade clandestina da CEI, a actividade clandestina do PCP, do PCE, a actividade clandestina das igrejas protestantes. Decidiu-se que, com o apoio do PCP e do PCE, se fizesse a travessia clandestina dos territórios portugueses e espanhol, e com o apoio das igrejas protestantes seriam recebidos os estudantes em França.

Nesse momento há uma grande querela, porque se tratava de saber se se trazia todos os estudantes ou só se trazia os estudantes protestantes (...) quem resolveu finalmente a querela foi uma figura europeia de grande prestígio, o pastor Marc Bugner, Presidente do Conselho Ecuménico, antigo prisioneiro político e que esteve nos campos de concentração do fascismo. Na reunião em que as igrejas protestantes estavam divididas, ele disse que... tinha sobrevivido graças à unidade dos anti-fascistas.

Então saiu toda a gente. E assim se fez a fuga. O elemento de ligação das igrejas protestantes era o Chefe de Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros de França (na época o Couve de Murville), o Pastor Jacques Beaumont (...) Mas este período é um período de acentuada actividade política. Conseguimos tirar a Comissão Adminis-

trativa durante o ano de 61 da CEI em Lisboa e é o momento em que saímos. A partir daí é história que outros poderão contar (...).

R.M. — (...) Sobre as clivagens, a primeira clivagem não seria entre os estudantes da Casa (...) e aqueles que não eram sócios da Casa? Isso era evidente nos estudantes que iam de Moçambique (...).

S.V. — Os factos não me parecem tão lineares. Creio que o grosso dos estudantes que estavam em Portugal na época (...) estava na Casa. Inclusivamente (...) a CEI tinha importantes serviços sociais. Tínhamos um restaurante que era o único restaurante universitário que havia na época (o restaurante da Cidade Universitária só começou a funcionar em 62). Até essa época, a única associação de estudantes que tinha restaurante era a CEI e pagávamos 5\$00 por refeição. Tínhamos os lares em Coimbra e Lisboa, uma Biblioteca, onde se podia estudar e conviver. Era a única associação de estudantes que estava aberta à noite, em que se podia conviver (...) porque as outras estavam instaladas nos recintos das Faculdades e fechavam. E havia as festas da Casa, as farras (...) Havia os almoços, as moambadas feitas pelas manas Magueiras.

Por isso não haveria muita gente que estivesse à margem da Casa. No meu tempo quem estava à margem da Casa, era fundamentalmente gente que rejeitava frontalmente aquilo que a Casa começava a ser: um local de manifestação política e de afirmação dos nossos povos. Era pouca gente.

R.M. — Dr. Mário Machungo?

M.M. — Tenho pouco a acrescentar. Cheguei a Portugal em 59. Sou de uma geração que já sai de Moçambique com o fermento do Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos. Já tínhamos um bocado de nacionalismo. (...) O meu grupo não foi logo acolhido na CEI, fomos acolhidos no tal grupo de protestantes de Carcavelos e do Lumiar; e foi esse núcleo que nos levou à CEI.

(...) Vou contar um detalhe. À nossa despedida aqui (o Salomão Mungwambe e eu) a PIDE chamou-nos à sala do aeroporto (...) e disse-nos: “Vocês vão estudar, tenham cuidado quando chegarem a Lisboa, não vão a uma Associação chamada Casa dos Estudantes do Império, que há lá comunis-

tas. É melhor dedicarem-se ao estudo, não se envolvam com essa gente (...)”.

Quando chegámos, quem nos recebeu em Lisboa foi o Eneias Comiche, que vivia já num ambiente de negros angolanos, ligados às igrejas protestantes, presbiteriana e outras; e foi no seio desse núcleo que convivemos nas primeiras semanas; mas (...) esse núcleo levou-nos à CEI. Talvez se possa aqui identificar um pouco a divisão já mencionada (...) entre um conjunto de estudantes negros que estavam mais ligados às igrejas protestantes (...) e não eram frequentadores da CEI e outro grupo que era de frequentadores assíduos.

Mais tarde talvez tenha havido uma grande divisão, depois de 61-62, já depois da fuga (...) Era preciso combater a Casa, mas não era possível fechá-la: então o *establishment* criou a Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos. Aí passaram a afluir a maior parte dos estudantes das colónias bolseiros; tinham que ir receber a bolsa lá e eram vigiados. Não podiam frequentar a CEI, pois teriam problemas com a bolsa (...).

R.M. — Ao chegar a Lisboa, levava já, de certo modo, o gérmen do nacionalismo como resultado (...) de reflexões que já se faziam aqui. Havia alguma ligação entre a CEI e as colónias, neste caso Moçambique (...)?

M.M. — Eu só tive conhecimento da existência da CEI através da PIDE, aqui no aeroporto. Não tinha conhecimento enquanto estudante secundário africano e membro do Núcleo de Estudantes Secundários Africanos. (...) Fui levado à CEI por este núcleo de estudantes negros de Angola, ligados às igrejas protestantes, nomeadamente ao Movimento Académico Cristão. Não sei de ligações entre as acções políticas da CEI em Portugal e o movimento nacionalista negro em Moçambique (...).

Contudo devo sublinhar que sofremos uma evolução mais profunda através da análise do fenómeno colonial e da solução dos problemas coloniais, a partir de 62 na CEI, e também com o nascimento e crescimento das organizações de luta anti-colonial nas colónias, nomeadamente com o desencadeamento da guerra em Angola em 61 e depois com a criação da Frelimo em 62.

A CEI começa já a assumir um cariz marcadamente político; as pessoas que iam para a CEI tinham já realmente uma militância marcada de luta anti-colonial e uma ligação muito directa com os

movimentos de libertação nacional. É por isso que em 61-62 a MP cria a PEU como forma de neutralizar a acção que decorria na CEI que, além do refeitório, palestras, que congregavam os estudantes vindos das colónias, organizava também as viagens de férias de dois em dois anos. Isto era também um elemento aglutinador dos estudantes no seio da CEI.

Agora, quando isso tudo passa para a gestão da PEU, muitos estudantes já não se querem identificar com a CEI porque poderiam perder os seus privilégios, nomeadamente a bolsa e a possibilidade de virem de férias de 2 em 2 anos.

A partir de 61/62 para além da fuga, devem ser mencionados vários factos. Há a Direcção (...) do Óscar Monteiro, que foi Vice-presidente na CEI. Há uma leva de prisões de estudantes (uns foram presos aqui na Beira, outros presos em Angola)² — o que levou a aprofundar a repressão sobre a CEI, porque esses estudantes traziam panfletos nas suas férias e foram presos por isso, devido a uma denúncia. Esses eram identificados com a CEI. A CEI sofre uma grande repressão na Direcção do Rui Pereira, do Óscar Monteiro e outros (...) e depois nós vivemos uma fase com muitas dificuldades.

Foi a altura em que, depois da Comissão Administrativa, foram retirados à Casa todos os recursos financeiros (...). Não havia dinheiro para a CEI. (...) para pagar a renda daquele edifício da Duque d'Ávila frequentemente íamos a casa do Dr. Arménio Ferreira, de Angola, que nos arranjava dinheiro para pagar a renda à última hora. Mas lá conseguimos, com subsídios, fizemos colectas junto de alguns antigos estudantes da Casa que trabalhavam já em Lisboa, que nos davam algum dinheiro para mantermos a cantina e outras actividades da CEI.

Mesmo retirando os recursos financeiros da Casa, não conseguiram matá-la. Mantivemos a Casa viva. Houve edições da *Mensagem*, de todas essas publicações que tínhamos, conseguimos manter todas as actividades culturais.

A Casa servia já de elemento de ligação, embora clandestino, com os movimentos de libertação nacional que já tinham iniciado as suas actividades nas colónias portuguesas.

Mas a acção da Casa começava a enfraquecer, as pessoas iam fugindo aos poucos. Além da fuga de 61, houve outras. O núcleo que ficou na Casa começou a reduzir-se cada vez mais (...) E foram cometidos erros que comprometeram a existência da Casa (...) Deu-se a prisão de um grupo que ti-

nha utilizado a Casa para actividades políticas directas, nomeadamente a impressão de documentos, e que foram descobertos. Isto levou ao encerramento da Casa em 1965.

Nessa altura era Presidente o Ferreira Mendes, o Fofó, e eu era Presidente da Assembleia Geral da CEI, quando foi encerrada pela PIDE.

R.M. — O Tomás Vieira Maio é um jornalista demasiado jovem para ter estado ligado à Casa, mas tem uma questão.

T.V.M. — De facto quando a Casa foi encerrada eu tinha apenas 14 anos e estava obviamente em Moçambique. Desde o início desta “Linha Directa” há um elemento que me atraiu a atenção: a começar pelo Dr. Rosinha, até à intervenção do Dr. Sérgio Vieira, que é um elemento que aparentemente coloca a parte angolana da CEI como a parte motora importante nesta história e em que os outros estudantes, nomeadamente os moçambicanos, aparecem com um papel bastante inferior; até porque alguns autores angolanos, como o Pepetela no seu livro “A Geração da Utopia”, utiliza expressões, de certo modo... não diria ofensivas porque não é pessoal, mas bastante controversas. Não tenho em mente a expressão que utiliza, mas quando se refere aos moçambicanos da CEI, descreve-os como representados por grupos esquivos, ele diz “os englishmen” que apareciam no café, tomavam o café, como quem vinha espreitar, e desapareciam. Queria perceber um pouco, gostava de perceber como era ali essa relação. Angola aparecia como um grupo esmagador e nesta fase reivindicava um pouco isso, o papel de que “... fomos nós a mãe e o pai desta Casa”. Queria ouvir os comentários de quem esteve na Casa em relação a esta visão que existe em Angola e de autores angolanos que estiveram na associação naquela época.

(...)

L.F.P. — O Ganhão é mais indicado para fazer esse comentário, mas lembro-me das consequências a seguir ao encerramento da Casa. Ainda estive alguns anos em Coimbra e, sem dúvida, na casa onde eu vivi, que era, no fundo, a extensão da CEI (...) no debate, na consciencialização política, nas formas de organização e ainda do que pude perceber de um conhecimento mais profundo do seu país e da sua cultura, o angolano pesava efectivamente neste processo, naquilo que pude acompanhar e observar. Aprendemos bastante com a ex-

periência dos angolanos. Em 62 vim aqui distribuir o AntiColonial que era coordenado, segundo sabia, em Coimbra. Era um misto de consciência e de aventura (...) Recordo-me que, quando cheguei ao Norte, (...) tive informação de que dois elementos que estavam na Beira tinham sido detidos (o Pais Mamede e o Beto Melo) (...) Fiquei bastante preocupado, eles sabiam que eu tinha ido para o Norte. Procurei rapidamente voltar e quando passei em Luanda consegui falar com alguns dos elementos (...) tive informação de que já tinha havido mais detenções de gente em Luanda. Quando cheguei a Lisboa telefonei imediatamente ao Rui Quartim e ao Óscar Monteiro (...) O Óscar ficou perturbado (...) e a partir daí ele teve de organizar a sua saída (...).

R.M. — Confirma, assim, essa espécie de “supremacia” dos angolanos?

L.F.P. — Supremacia não direi mas um maior número, talvez uma maior consciencialização, uma forma de solidariedade, de entendimento, de códigos, de linguagem e de expressão cultural mais ricas, confirmo que sim.

R.M. — Dr. Fernando Ganhão?

F.G. — É difícil colocarmo-nos neste papel de objecto da história. A idade passa por nós, a memória nem sempre é muito acutilante, mas é uma mera razão aritmética: os angolanos eram a maioria esmagadora na CEI, pelo menos no meu tempo. Vinham de uma vasta representação da sociedade angolana; havia desde filhos de colonos até angolanos de camadas sociais bastante humildes.

O processo de colonização diferenciado em Angola e Moçambique favoreceu esse facto. Cheguei à CEI em 1957; aqueles que frequentavam assiduamente a CEI, vindos de Moçambique, eram praticamente todos filhos de colonos. Havia um ou dois mulatos, se bem me recordo, mas que eram até talvez mais violentamente colonialistas do que nós próprios, e penso que há que reconhecer esse papel histórico que o grupo dos estudantes angolanos representou na criação de uma consciência nacionalista.

Nós próprios, e eu no meu caso pessoal, posso dizer que fui despertado ali para a problemática do nacionalismo e das independências; o próprio problema da independência nunca se me tinha posto. Quando cheguei a Portugal para ir estudar, ia com-

pletamente virgem de qualquer pensamento nesse sentido e foi na CEI (que uma sucessão de factores me levou a frequentar, essencialmente de ordem económica) (...) foi nessa convivência diária, que começa por uma necessidade de índole material e afectiva, que se vai chegar ao despertar de uma consciência nacionalista.

A época histórica que se vivia nessa altura, 57-58, era o pleno período da guerra da Argélia na sua maior intensidade e das contradições na sociedade francesa e argelina. Foi o período em que a Guiné Conakry se tornou independente, em que o Ghana se tornou independente, em que o processo de descolonização das colónias francesas e inglesas começa a aparecer nos jornais e nós começamos a ler. É nessa altura que vêm à CEI personalidades já aqui citadas, o Senghor por exemplo, para só citar um, e que foi violentamente contestado porque inexplicavelmente nessa altura Senghor veio fazer, em pleno 58, a defesa do luso-tropicalismo que estava na moda e que era a filosofia oficial do colonialismo português, apoiada pela experiência que Gilberto Freyre apresentava no Brasil. Todo este conjunto de actividades sociais, culturais, tinham um carácter eminentemente político; nada do que se fazia na CEI, a não ser talvez as festas (e as próprias festas, algumas, tinham uma conotação de camuflagem), mas qualquer peça de teatro, qualquer conferência, qualquer actividade na CEI, estava profundamente imbuída de um implícito sentimento político. Isso era visível mesmo às pessoas que estavam fora da CEI. O rei ia nu, não se enganava ninguém. Na altura talvez fôssemos ingénuos e pensávamos que, dissociando a actividade oficial da Casa da nossa actividade individual, estaríamos de alguma maneira a esconder, a impedir que as autoridades fascistas portuguesas, a PIDE particularmente, pudessem detectar aquilo que fazíamos. Mas era bastante claro, à distância do tempo, hoje vemos que era quase que transparente.

Quanto a mim, e para dar seguimento à pergunta sobre esse papel importante que os estudantes angolanos tiveram... (angolanos que tinham já a sua própria divisão — porque havia muitas clivagens que se notavam já, clivagens políticas dentro de um contexto anti-colonial, não dentro do contexto colonial ou pró-colonial; o próprio futuro demonstrou, o percurso de muitas personalidades, uma das quais aqui citada, o Manuel Lima, com quem colaborei muito estreitamente na feitura da revista *Mensagem*, aqui com o Luís Filipe Perei-

ra)... Considero que essa geração de angolanos, pela sua própria diferenciação, pela interacção, pelos debates que essa sua própria diferenciação estimulava, foi um dos grandes motores da construção de uma consciência nacionalista sólida e ajustada àquilo que era a luta eminente que, na sociedade portuguesa, se fazia e que ia desde a luta estudantil nas associações de estudantes...

Recordo-me da primeira manifestação pública quando chego a Portugal: dois dias depois de chegar fui levado, por um grupo de amigos, para a Assembleia da República Portuguesa onde ia ser discutido o famoso decreto 40.900, que impedia as associações de estudantes de se constituírem fora do quadro da MP. Era um novo ímpeto que o fascismo trazia para impor de novo a MP. Lembro-me que fomos fazer uma manifestação e levei as minhas primeiras pancadas com “cassetete”. Penso que elas ajudaram-me muito a consolidar a consciência nacionalista (...)

Foram angolanos que me levaram lá, por um encontro muito fortuito; vim num voo da TAP, daqueles voos morosos, que ficou retido 4 dias em Luanda, ... a TAP meteu-nos, com mais três outros estudantes de Angola, num hotel. Comecei a falar com eles; eram estudantes que já estavam em Portugal a estudar e que regressavam de férias; e foi através deles que entrei na CEI, na altura em que ela readquiria de novo a sua personalidade porque tinha essa nova direcção: o Fernando Vaz, o Presidente, o David Bernardino, o Vice-presidente; tínhamos ainda um de Moçambique, que era Presidente da Assembleia Geral, a esposa do Fernando Gil, Maria Leonor Correia de Matos.

R.M. — Vamos passar agora à cidade da Beira. Queria perguntar ao Ferreira Mendes, de uma geração um pouco mais nova, dos anos 60, que comentários tem sobre o que foi dito e um comentário especial sobre esta questão da postura que tinham os moçambicanos na CEI, sobretudo em relação aos angolanos?

F.M. — Aqui na Beira estive a ouvir atentamente o que foi dito pelas outras pessoas. Passei pela CEI de 1960 até ao seu encerramento. O que tenho a acrescentar é mais sobre os últimos 3 anos. Tinha 17 anos em 60, foi aí que aprendi o que era o nacionalismo. Sem dúvida a CEI representava o que havia de mais progressista em Portugal referente à situação colonial. Em 1964 e 65, grande parte dos moçambicanos que chegavam a Portugal eram filhos de colonos que já iam

muito para a Procuradoria dos Estudantes. Já se tinha formado a Universidade em Moçambique e portanto muitos poucos moçambicanos iam para Portugal. A maior parte dos meus amigos na Casa eram angolanos.

Por outro lado, a guerra colonial tinha-se iniciado, as contradições eram muito fortes. Estávamos já numa situação de fraqueza nos últimos anos. Como foi dito, nos anos 61-62-63 muita gente saiu, foi para a Frelimo, para o MPLA (já muitos eram membros, mesmo lá) e isso enfraqueceu fortemente a CEI e a sua Direcção. Penso que, dadas estas contradições, a agudização da guerra, foi isso que levou a PIDE a encerrar a Casa, a sentir força para a encerrar.

A Direcção já era fraca mas, mesmo assim, note-se um facto: a PIDE foi encerrar a Casa durante as férias; isto quer dizer que ainda receava tomar uma atitude dessas na altura das aulas, em que ainda poderia haver uma certa reacção da nossa parte. A experiência da CEI, pessoalmente, foi muito importante na minha vida. Não me esqueço que quando prendiam algum colega, algum membro da Casa, devido até a actividades políticas, a nossa Direcção protestava formalmente à PIDE. Chegávamos a ir à António Maria Cardoso, estar com os srs. Silva Carvalho e Cia, jovens como éramos, enfrentar aquela gente. Isto de facto foi uma formação que eu tive e aprendi muito para a minha vida.

R.M. — Fecha-se a CEI, mas ainda há estudantes que eram da Casa que ficam lá. Conseguiram manter contacto, juntarem-se nalgum sítio, continuar um pouco o que faziam quando a Casa estava aberta?

F.M. — Evidentemente que um pouco se continuou, mantiveram-se amizades, mas de facto, aos poucos, as pessoas foram-se isolando e naturalmente uma parte acabou por regressar à sua terra de origem. Grande parte acabou por ficar em Portugal. Da minha geração, a maioria acabou por ficar em Portugal.

R.M. — O café Rialva não teve nenhum papel nessa fase? (...) Há cafés em todo o mundo que marcaram a história desses países e em Lisboa, no caso concreto da CEI, o Café Rialva, que ficava próximo da Casa, teve o seu papel.

F.M. — Penso que o café Rialva, assim como a Mimo, que era ao lado, eram salas de estar da

CEI. O Rialva com os angolanos, moçambicanos, e a Mimo com os cabo-verdianos fundamentalmente.

S.V. — Um detalhe saboroso. A Mimo e o Rialva estavam do outro lado da rua. Em 58, durante as eleições do Humberto Delgado, íamos tomar café à Mimo, ao Rialva, e aquilo estava sempre infestado de Pides. Havia um moço de Moçambique, um grandalhão, o Jorge Amado e então começa um pide a provocar "... Então agora com o Delgado, etc..." Continuou a provocação, ele a tentar meter a conversa, até que o Jorge Amado se levanta, agarra-o pelo pescoço e dá-lhe uma grande punhada na cabeça, o homem desmaiou.

A partir daí declarávamos à polícia, muito sérios, que não admitíamos provocações... Durante uns tempos, não tivemos pides na Mimo e no Rialva; quando eles entravam nós defendíamos os valores sãos...

F.M. — Quero dizer ao Sérgio Vieira que o Jorge Amado está aqui na Beira.

S.V. — Um abraço para ele!

R.M. — (...) gostaria de pedir ao Calane da Silva, que não esteve na CEI, que falasse de possíveis contactos com pessoas da Casa, quando vinham de férias, o L.F.P. falou em panfletos. Nessa altura, bastante jovem, tinha alguma ideia de que existia a CEI?

C.S. — Pessoalmente tinha porque, na família, o meu irmão tinha partido para Lisboa, com o Comiche foi o meu irmão Eduardo. Devo dizer que nem todos os estudantes pertenceram à CEI, por medo, por questões de bolsa, etc. Estavam afastados dessas actividades culturais e políticas (...) Tive informações através do Comiche, quando vieram de férias dois anos depois (...).

Aqui em Moçambique tínhamos contactos, (...) lembro-me bem de que conversávamos sobre essas questões com o Comiche e a Elsa Noronha.

Nessa altura, 61-62 (...) estávamos no Liceu António Enes; soubemos, porque chegou directamente às minhas mãos uma espécie de convite-panfleto, que ia haver aqui (...) na altura das férias grandes, uma palestra com estudantes universitários na Associação dos Naturais de Moçambique.

Lembro-me que (...) na mesma altura apareceram (deve ter sido obra dos Serviços de Informação da PIDE, dentro dos liceus) comentários...

“Mas isto é esquisito, os estudantes universitários nunca se misturaram com os estudantes liceais, há qualquer coisa esquisita, é melhor vocês não irem lá, devem ser comunistas” (...)

Estávamos a assistir à reunião de fora dos vidros das janelas da Associação dos Naturais, aqui na 24 de Julho, mas lembro-me que eram discussões muito empolgadas e versavam sobretudo problemas de cultura e identidade. Não me esqueço porque depois quis abordar essa questão com a Dra. Maria de Lourdes Cortez, através da qual começámos a entrar também no mundo da cultura, através da Sociedade de Estudos, aqui na Avenida Eduardo Mondlane. Sentíamos que alguma coisa se estava a passar e soubemos que eram os tais estudantes de uma casa chamada CEI (...)

Penso que dois desses estudantes que participaram na palestra foram enviados de imediato para Portugal e não acabaram as férias (...) As palestras terminaram abruptamente e passados três ou quatro meses, no Liceu Salazar, fomos convidados (convite obrigatório) para assistir a umas palestras (...) um senhor do regime vinha-nos falar do que era o luso-tropicalismo mas, simultaneamente, agredindo o Brasil, tentando separar-nos daquilo que o Brasil podia representar em termos de autonomia e independência. Eram coisas (...) que nos despertavam a atenção. No ano seguinte, em 63 (...) as propinas dos alunos de famílias humildes, que eram pagas pela assistência pública, passaram a ser pagas pela MP, (...) para fazer a tal chantagem: “ou pertences à MP, ou perdes a bolsa”.

Com a CEI (...) não tínhamos contactos directos. (...) Foi realmente por medo, porque havia uma pressão muito grande não só em relação à questão das bolsas (...) mas também porque a PIDE trabalhou excelentemente no sentido desta separação. Alguns nomes, inclusivamente o de Marcelino dos Santos, um dos mais antigos da Casa, circulavam aqui entre nós, com muito cuidado, e alguns poemas. Lembro-me que fomos proibidos de publicar um poema, já não me recordo do autor, no jornal “Alvorada” da MP no Liceu António Enes. Houve uma polémica muito grande, porque diziam que era da tal Casa dos comunistas em Lisboa.

Não havia, de facto, esse intercâmbio, embora alguns de nós a conhecessem. (...) Entretanto, na nossa geração, quisemos “começar a fazer as coisas aqui, também”. Isto só desabrochou anos mais tarde, já nos fins dos anos sessenta, princípios de setenta, quando começa a aparecer o associativismo académico aqui. Adquiriu-se ritmo e, então,

participámos em coisas interessantes muito semelhantes às que aconteceram na CEI (...)

R.M. — Espero que o ouvinte que está em linha tenha tido a paciência de esperar, Dr. Raul Honwana...

R.H. — Queria saudar a ideia de se falar hoje sobre a CEI (...) Cheguei a Lisboa em 1962, quando a Casa estava já nos últimos 3 anos da sua existência, mas ela era de facto o fórum embrionário do nosso nacionalismo. Foi lá onde aprendi muita coisa daquilo que sei e que sou hoje.

Não tenho muito a acrescentar, apenas dizer que a CEI foi o lugar onde nós todos, dessa época, aprendemos bastante daquilo que viria a ser a nossa personalidade política hoje. Referi-me a isto quando foi da criação da Associação de Estudantes Universitários, aqui em Maputo, dizendo que a função dos estudantes não é apenas procurarem um lugar onde se reunir e pensar em festas. Há muito mais do que isso.

Quando lá cheguei (quem me recebeu foram o Rui Mingas, o Óscar Monteiro e outras pessoas) estava-se a pensar na edição do livro do Luandino Vieira e foi talvez esse o *leit-motiv* por que a PIDE mandou encerrar a Casa.

O trabalho, a actividade social e política da CEI, não se circunscreviam apenas a questões estudantis. Era uma actividade que tinha muito mais ambições do que simplesmente essa questão da aglutinação dos estudantes coloniais. Na altura estava também em criação a Procuradoria Geral dos Estudantes Ultramarinos, que passaria a gerir a questão das bolsas, a questão das passagens de férias dos estudantes ultramarinos, mas mesmo assim a Casa funcionou.

Há pouco foi referida a história da Mimo e do Rialva, cafés que foram designados como “as duas partes do muro da vergonha”, mas isso eram questões próprias da altura. Queria participar neste fórum, dizendo que também fui parte das pessoas que estiveram presentes na altura, que viveram a ansiedade quando estávamos sob ameaça, sob pressão da PIDE e mesmo assim mantínhamos a vontade de continuar a lutar e trabalhar, apesar dessa ameaça e dessa pressão, e que isso foi a nossa grande escola de formação da personalidade, da nossa consciência política.

(...) Esta ideia da CEI devia continuar através das associações estudantis que hoje existem aqui entre nós; que eles não se limitem a ser só estu-

dantes que pensam em festas e coisas mais simples, mas que pensem de facto no papel dos estudantes, aquilo que foi o nosso papel de estudantes do império na altura, e que pensassem em continuar esta nossa actividade, que não fossem mais “a geração da utopia”, como diz o Pepetela, mas fossem a geração da mudança, a geração da responsabilidade. É esta a minha contribuição.

R.M. — (...) O Matusse que é da Associação de Estudantes da nossa Universidade, o Dr. Magode que está ligado à História, o Dr. António Sopa que comentários poderão fazer? A CEI foi uma coisa do passado e agora recordamo-la, ou é uma coisa do passado que ainda mantém as suas raízes evidentes no nosso presente?

Magode — Não tenho propriamente um comentário mas uma inquietação (...) Depois da 2.ª Guerra Mundial, sobretudo nos anos 50, começam a surgir na CEI (...) certas clivagens assentes na identidade racial, em convicções de natureza religiosa, inclusive na diferenciação étnica, segundo percebi relativamente às referências à comunidade angolana (...) Essas particularidades, essas clivagens, terão sido já na altura assumidas para se pensar num ideário filosófico, de como congregar essas forças que tendiam a divergir no processo da luta de libertação, no processo de formação dos movimentos de libertação, processo que revelou ser, ele próprio, também fragmentário? Até que ponto a etnicidade seria associada a este aspecto da fragmentação que foi muito evidente em Angola e, creio, também (...) em Moçambique. (...) Se bem que sempre tenha sido motivo de grandes debates no movimento de libertação de Moçambique, a unidade nacional talvez não tenha sido concretizada a uma dimensão desejável.

R.M. — Luís Loforte?

L.L. — Quero colocar aqui duas questões muito rapidamente. A primeira é sobre uma leitura que fiz recentemente de uma memória escrita por Mário Soares, Presidente português. Fala de uma personagem, Jorge Campinos, que foi ministro socialista em Portugal. Diz que conviveu com ele muitas vezes e terá colocado sempre um problema ambivalente: debatia-se com uma questão de servir a causa em Portugal contra o fascismo, nomeadamente filiado com os socialistas em Portugal, e ao mesmo tempo, sendo angolano, (...) debatia-se com a ques-

ção da paixão que também tinha pelos problemas das colónias. Durante toda a vivência dele com J. Campinos (que morreu aqui na fronteira de Moçambique com a África do Sul) este acabou por abraçar a causa dos socialistas em Portugal.

Mas, eventualmente, a paixão para com as colónias voltou ao de cima, e depois tentou outra vez retornar às colónias. Queria colocar a seguinte questão: os personagens aqui presentes não terão tido também este problema, de serem conquistados para a causa da luta contra o fascismo em Portugal e também para a luta nas colónias?

(...)

S.V. — (...) Sobre a questão do Jorge Campinos, efectivamente fez parte da fuga connosco e identificava-se naquele momento com a questão angolana. Possivelmente o Pascoal Mocumbi, o Chissano, poderão dar mais detalhes pois que o Campinos até foi colega deles, estava a estudar com eles em Poitiers. (...)

Isso foi um problema que se pôs a várias pessoas. Falou-se aqui no David Bernardino que foi assassinado em Huambo, pela UNITA, como médico, porque recusou abandonar os seus pacientes no Hospital quando foi da evacuação do Huambo. O José, irmão dele, esse ficou em Portugal e hoje é membro da Direcção do PCP, do Comité Central. Aconteceram esses dilaceramentos e estas opções em diferentes pessoas.

Quanto à questão da etnicidade penso que o problema se pôs diferenciadamente nas diversas colónias portuguesas.

Angola tinha um peso elevado naquele momento. A razão porque também havia poucos estudantes moçambicanos em Portugal é o facto de, em Moçambique, só haver um liceu naquela época a que me refiro — o Liceu 5 de Outubro/Salazar enfim, agora Josina Machel. Em Angola havia vários liceus; Cabo Verde tinha muito peso porque teve um liceu desde o princípio deste século ou já no século passado. Havia uma maior afluência de estudantes daí (...)

Em Angola, naquele momento, já se falava do petróleo, havia o café, os diamantes, etc. Tinha começado a guerra em Angola; Angola era vizinha do Congo-Kinshasa e tinha um peso específico na geo-estratégia. No quadro da guerra fria, houve um alinhamento diferenciado. O norte estava mais controlado por certas igrejas ligadas aos EU donde, por razões até erradas, se pensou que ali era a gente boa que podia vir com uma opção nacio-

nalista pró-ocidental enquanto que o MPLA aparecia com uma conotação pró-comunista. A partir desse momento, tenta-se fazer unia clivagem no nacionalismo angolano e desenvolveu-se esse trabalho.

Não é que estes problemas não existam, mas de facto, em Angola fez-se uma exploração da etnicidade e do tribalismo, inclusivamente, por objectivos que nada tinham a ver com Angola e eram manipulados por interesses exteriores a Angola.

A questão da etnicidade (...) que se vai pôr em Angola tem muito a ver com o que foi a manipulação externa. Não digo que são problemas inexistentes mas que (...) não teriam levado ao agravamento de contradições que ocorreu, se não existissem os interesses externos.

R.M. — Matusse, da Associação de Estudantes da Universidade Eduardo Mondlane.

Matusse — Queria apenas dizer que as gerações da CEI constituem para nós um ponto de referência obrigatório. Olhamos com muita admiração o trabalho por eles realizado e sabemos, porque temos referências escritas e orais, conversamos com eles, o esforço que eles fizeram para que os nossos países se tornassem independentes (...)

R.M. — Nos poucos minutos que faltam vou dar a palavra ao nosso painel para uma última consideração: valeu a pena pertencer à CEI?

F.V. — Penso que sim e o Dr. Raul Honwana, pelo telefone, sintetizou o que eu gostaria de dizer. Na verdade, foi o movimento associativo, foi o movimento da CEI em particular, que me ajudou a formar politicamente, me ajudou a encontrar um rumo e uma determinação na nossa vida política.

Penso que foi extremamente importante e é pois com muita alegria, com muita gratidão, que

aqui recordo esse passado que nos ajuda a viver o presente e nos projecta para o futuro.

A.R. — Tenho que concordar que valeu a pena por vários motivos e este de nos reunir aqui durante quase duas horas a debater este assunto e a fazer-me recordar os tempos em que eu tinha 20 anos, embora sem aquele fervor que aqui foi apresentado por vários oradores. Nós naquele tempo éramos movidos por outros interesses, de encontrarmos uma sociedade que nos recebesse. A sociedade de Lisboa era hostil para nós... e a Casa foi isso...

L.F.P. — Para mim penso que o que ficou de importante foi uma maneira de abordar o mundo e a vida, ficaram fortes relações de amizade entre todos aqueles que viveram uma certa época, relações profundas. Nós encontramos-nos às vezes em países diferentes e há coisas de que nos lembramos, umas, coisas sérias e outras caricatas, mas ficou essa relação, e ficou todo um sonho que não acabou.

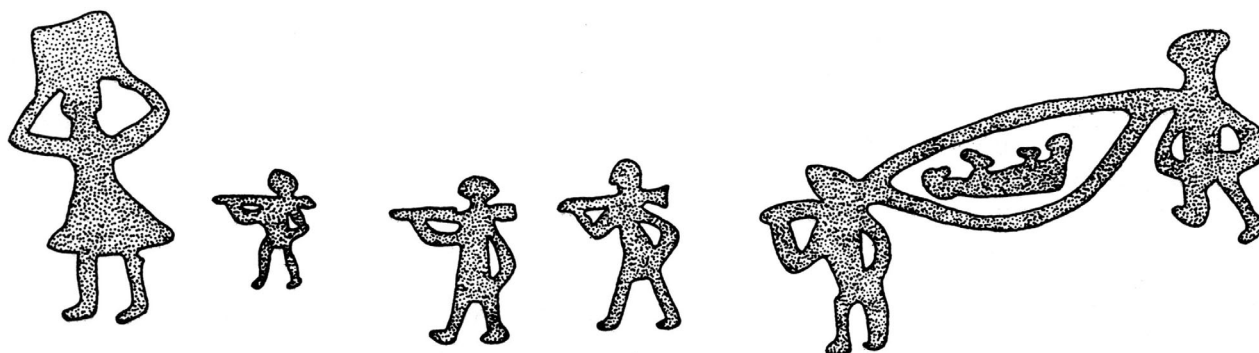
F.M. — Como disse a minha passagem pela CEI foi determinante para o resto da vida. Aí criei os meus ideais, comecei a ser nacionalista, até a ser marxista.

R.M. — O espírito que levou a este debate e que congregou aqui várias pessoas que viveram a CEI, é um espírito que está presente noutros pontos de outras ex-colónias e também em Portugal, onde nasceu a Associação dos antigos membros da CEI e que também envolve as pessoas que neste momento estão em Moçambique e que eventualmente se queiram filiar.

30.Outubro.1993.

¹ De facto ocorreu em Junho de 1961. (N.E.)

² E outros em Portugal (N.E.).



Memória de um tempo

ALDA DO ESPÍRITO SANTO*

Era um tempo, com o registo da memória colectiva no presente histórico, com repercussão no espaço evolutivo das nações-estados das antigas colónias do lusitano ocidente da Península Ibérica.

No computador magnético de um cérebro juvenil, à distância de cerca de meio século, o ano de mil novecentos e quarenta e oito é também um marco de início, do mergulho, do compromisso e de assunção dos jovens rebeldes, que a compasso das mutações que o pós-guerra (1939-1945) apontou aos africanos, e suas diásporas do chamado novo continente, se ergueram em grita, contra o gigante torpedeiro, que em nome de Impérios, se havia entrincheirado para perpetuar uma discriminação, que no tempo, ignorava e ousava negar os Direitos Humanos a *milhões*, com a legitimidade constitucional, dos impérios da *época*.

Era um tempo, em que na capital de um império, os estudantes das colónias da Casa dos Estudantes do Império, por seu turno e com a legitimidade da exigência da implantação da linguagem dos Direitos Humanos, em suas respectivas nações, trilhavam “as longas marchas”, que teriam por força irresistível dos ventos da história de forçar *dominantes e dominados* a sentarem-se nas tribunas de diálogo, com a mediação do fórum das nações livres.

Era um tempo em que a Casa dos Estudantes do Império na senda do lendário fundador da cidade do Tejo despoletava o Império nas próprias barbas do seu onnipotente empório.

O “*Poder do Tempo*” não obstante as ousadias juvenis (até da sua própria “Metrópole”) não admi-

tia a possibilidade do desmoronamento de um sonho messiânico, que abarcava territórios inexpugnáveis, do Minho, da vizinha Galiza às ilhas atlânticas, do Portugal insular e da África tropical ao martirizado Timor Leste, entre a Austrália e a Indonésia. Nesse mesmo contexto a orografia estendia-se em progressão, da Serra da Estrela ao Pico de São Tomé... aos montes Ramelau (2920 metros de altitude) — parcelas de um imutável feudo.

Porque assim era o Poder do Tempo, a Casa dos Estudantes do Império e a sua heterogénea população, albergava nesse tempo um labirinto intrincado de estratégias, com ramificações e chaves secretas, que talvez nem todo o acervo de depoimentos chegarão a decifrar por inteiro a completa articulação dessa Geração Desse Tempo, que trouxe para o palco do tempo presente a “Geração da Utopia” e as memórias de Pepetela, que através da pena de um sociólogo ficcionista entrega à posteridade o registo de um depoimento que é constante nota de leitura reflexiva para todos aqueles que por intermédio das arestas de qualquer labirinto marcaram presença, como espectadores, visitantes ou participantes do “legado” da Casa dos Estudantes do Império.

Era um tempo em que uma vez a Secção de Estudantes de Cabo Verde da CEI promoveu um período de actividades dentre as quais se destacava uma palestra sobre uma conceituada figura de ciência, desse chão de pedras de Cabo Verde. Recorde-se que São Tomé e Príncipe estava integrada na Secção de Cabo Verde, por certo, pela coincidência de insularidade e de são-tomenses e cabo-verdianos,

* Escritora são-tomense, co-fundadora do Centro de Estudos Africanos em Lisboa.

que através dos temas das secas, das fomes, se encontraram nessa “residência dramática” (Mário de Andrade) das roças de cacau e de café, que é hoje na pátria livre de São Tomé e Príncipe território de são-tomenses e cabo-verdianos.

Como dizia anteriormente num lembrar recordar, que essa palestra foi proferida por Amílcar Cabral, que nesse tempo terminava com brilhantismo o curso de Agronomia. E nesse encontro na CEI me recordo que Amílcar ao terminar a palestra deixava no ar uma interrogação entre ambas as posturas de assunção de um cidadão da sua terra ou do mundo, entre a assunção da responsabilidade de um homem de ciência e/ou da liderança política em serviço dos seus concidadãos e/ou da humanidade.

Eu me recordo também que em 1983 na cidade da Praia, no país independente de Cabo Verde, tive a honra de participar no Simpósio sobre Amílcar Cabral por ocasião do 60.º aniversário do nascimento desse líder africano, organizado pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

Nesse Simpósio o professor universitário português Ário Lobo de Azevedo (reitor da Universidade de Évora) apresentou uma comunicação versando sobre o painel cuja epígrafe era “A personalidade de Cabral no contexto da sua época” — a intervenção de Ário de Azevedo analisava a personalidade de “Amílcar Cabral agrónomo”. Nessa brilhante intervenção Ário de Azevedo que havia sido professor de Cabral no primeiro ano de agronomia (1945-1946) refere que no decorrer de uma actividade profissional conjunta, quando em 1959 discutia com Amílcar Cabral a possibilidade de precisar uma data para uma nova tarefa a realizar em Angola, Cabral informou-o de que se afastava da equipa visto que, por circunstâncias várias, a sua vida ia mudar de rumo.

Nesse ponto Ário de Azevedo apresenta como questão para reflectir a seguinte alternativa:

Transcrevo... “O trajecto político de Amílcar Cabral teria sido o mesmo (ou semelhante) se ele não tivesse sido engenheiro agrónomo?”

Creio que a sua actividade como agrónomo o marcou, e lhe mostrou caminhos (e relembro o episódio que é o recenseamento agrícola da Guiné). Mais não posso dizer. Amílcar Cabral foi um engenheiro altamente competente e um cientista promissor”.

Mais acrescenta Ário de Azevedo ao findar a comunicação:

”Teria Amílcar Cabral perfeita consciência da opção que estava a fazer quando abandonou o grupo de agrónomos com o qual colaborava? Creio bem que sim. Quanto a mim, lembrando esse dia, digo que a Agronomia e eu ficámos mais pobres, mas que o mundo ficou muito mais rico.”*

... E essa palestra na CEI, leva-nos a recordar, quando ganhámos Amílcar Cabral para o nosso seio, para a nossa convivência.

Uma família de são-tomenses em Lisboa decidiu fazer um pic-nic a Monsanto, que na altura era apenas um agradável parque de diversões e de rendas. Era no Verão de 1946 quando os membros da Família Espírito Santo, em que a maioria na altura era constituída por jovens, vimos surgir direito a nós, um jovem patricio, de sorriso aberto e comunicativo, que a partir desse momento se tomou no Grande Amigo, com o qual nos gloriamos de pertencer à “Geração de Cabral” de acordo com a designação em primeira mão de Mário de Andrade.

A partir dessa altura eu me recordo igualmente que círculos de tertúlias tiveram lugar, iniciando-se pela leitura de poemas de poetas já consagrados e inclusivamente dos modestos poemas daqueles que começavam a cantar a África através da sua lira. Autor dessa iniciativa foi Luís Espírito Santo Graça, um jovem médico são-tomense, ávido de dar ao continente e ao seu torrão natal, todo o ardor da sua juventude. Infelizmente destacado para exercer a sua profissão em Catió na Guiné, nos anos 1948-49, viria a morrer quase subitamente, vitimado por uma moléstia tropical, quando tanto poderia dar ainda à sua grei.

Essas tertúlias iniciadas na Rua Carlos Mardel, o “111”, residência da família africana onde residia Luís Espírito Santo, prosseguiu na histórica Rua Actor Vale, 37 — 1.º Esq., “o 37”, conforme era apelidado pelos jovens estudantes entre os quais figuravam Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Mário de Andrade, Francisco Tenreiro, Noémia de Sousa, António Pimentel Domingues, Marcelino dos Santos, Vasco Cabral, Julieta Espírito Santo, Maria Helena Vicheu Rodrigues, Guilherme Espírito Santo, Américo Boavida, Diógenes Boavida, Arlindo Espírito Santo, um jovem invisual cabo-verdiano Medina, colega de Mário, um estudante português Plácido de Abreu, falecido em plena juventude e outros.

* *Continuar Cabral*, Simpósio internacional Amílcar Cabral, Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983, pp. 127 a 132.

Interessa salientar que a anfitriã da residência do 37 era Andreza Graça Espírito Santo, falecida em Lisboa em 16 de Fevereiro de 1986. A tia Andreza conforme era conhecida era a mãe-irmã, que acolhia e acarinhava os estudantes africanos das colónias de Portugal e abria a sua casa para as grandes aventuras do Centro dos Estudos Africanos, que desembocaram na CONCP e abriram caminho às lutas libertárias pelas independências dos países respectivos.

Recorde-se que Mário de Andrade, o eminente sociólogo angolano, reivindicado pelos países dos Cinco, proferiu em Lisboa o elogio fúnebre a Andreza Graça.

Importa salientar que o professor são-tomense Januário Graça, constituiu a residência do 37, para que os seus filhos e familiares pudessem encontrar uma morada para se alojarem enquanto prosseguiam os seus estudos. Essa histórica residência foi abrigo seguro dos estudantes africanos, de estudantes portugueses nossos parceiros nas lides contestárias desses tempos inolvidáveis. Pela mão de Mário de Andrade, Eduardo Mondlane também pisou a casa da tia Andreza onde eram confeccionadas iguarias das ilhas, que eram servidas nos convívios, que faziam parte das actividades sociais da Casa dos Estudantes do Império.

Eu me lembro também que em 1959, ao regressar de São Tomé, se realizava uma palestra na CEI em que era conferente Agostinho Neto. Mário Barradas declamava a seguir poemas da Antologia

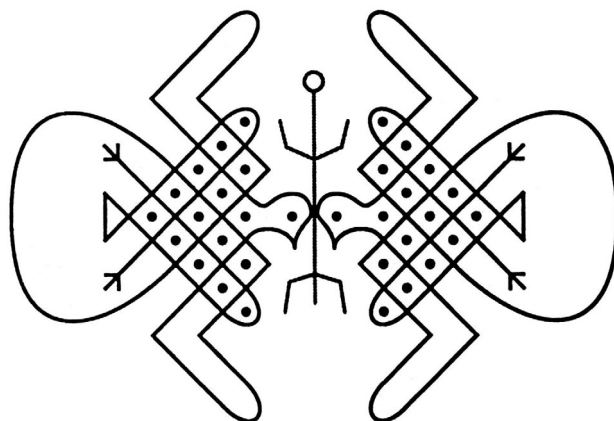
de poetas africanos coligidas por Mário Pinto de Andrade.

Qual não foi o meu espanto ao ouvir declamar poemas da minha autoria, referente ao massacre de Fevereiro de 53 em São Tomé. Como um colar de contas entrelaçadas eu recordo que Agostinho Neto se solidarizou com o martirizado povo de São Tomé e Príncipe, nesses momentos trágicos, dedicando à sua amiga Alda Graça, o maravilhoso poema “Massacre de São Tomé”. Nessa mesma sequência, uma vez já nos anos oitenta em visita partidária a Angola, recebo das mãos de Lúcio Lara, o original de uma denúncia sobre Fevereiro de 1953 que eu havia enviado clandestinamente para os Amigos, em Portugal.

E nesse recordar é impossível deixar de destacar Alfredo Margarido e a sua antologia sobre poetas de São Tomé e Príncipe — edição da CEI, a participação desse africanista nessas lides e as vezes que Margarido me arrancava as folhas que ia produzindo e guardando em desarrumados armários.

Para que conste e para que o tempo possa permitir que esse magro depoimento produzido a pedido de Tomás Medeiros, médico, escritor, combatente amigo, desses tempos duros, eu silêncio, este pequeno testemunho para cumprir a promessa e para aderir como membro à Associação da Casa dos Estudantes do Império de cujo cartão de membro da CEI ainda conservo.

S. Tomé 1996



Preocupações políticas dos estudantes ultramarinos em Coimbra nos anos 40

FERNANDO CAMPOS*

Em curto prazo, sem apoio documental e com uma má memória, é-nos difícil dissertar sobre quaisquer aspectos da passada vida dos estudantes ultramarinos residentes em Coimbra. Mesmo assim atrevemo-nos a rebuscar sobre as suas preocupações políticas no tempo anterior aos anos 50.

A Delegação de Coimbra da Casa dos Estudantes do Império teve por base um núcleo de estudantes provindos de Moçambique e que formaram uma Casa dos Estudantes de Moçambique, e um núcleo de estudantes de Angola e que formaram uma efémera Casa dos Estudantes de Angola. Em virtude de existirem grupos de estudantes provindos de outras antigas colónias, principalmente de Cabo Verde, Índia e Macau, foi correcta a pretensão de todos se congregarem numa única instituição que seria em Coimbra uma Delegação da CEI já sediada em Lisboa.

Os estudantes provindos do Ultramar eram constituídos por gente da mais diversa formação social e ideológica. A maior parte fora gerada por colonos abastados ou altos funcionários que tinham capacidade para manter em Portugal os estudos superiores dos seus filhos. A despeito de virem anualmente centenas de jovens estudar nas Universidades Portuguesas, o Governo vigente de Salazar não sentia a necessidade de criar Universidades nas colónias. Ele seguia a política de imposição de limitações de ordem social aos próprios naturais das colónias, de modo a inibir que os seus filhos pudessem prosseguir os seus estudos superiores. Por isso era escasso o número de estudantes de origem africana. Se de Angola ainda apare-

cia um pequeno lote, de Moçambique não aparecia quase nenhum estudante africano, porquanto era incomportável o preço de uma passagem de barco.

No gregarismo dos filhos do antigo Império residentes em Coimbra, imperou uma activa componente político-cultural que logo se firmou e se desenvolveu. Vivia-se então em Portugal sob o regime da ditadura do Estado Novo, de cariz fascista, com falta das liberdades fundamentais, com uma forte censura à liberdade de expressão e aos noticiários jornalísticos e radiofónicos, e com uma ostensiva actuação da polícia política que, da anterior sigla PVDE, o vulgo lhe chamava Pevide, designação que perdeu por muito tempo mesmo após a mudança de sigla para PIDE. No combate aos opositoristas ao regime, essa polícia era responsável pela demissão compulsiva de funcionários públicos, pelo impedimento de obtenção de postos de trabalho na função pública e em empresas privadas, na prisão e na manutenção ilegal nas cadeias, de muitos democratas, provocando a miséria e a fome entre muitas famílias. Naquele tempo era vulgar os jornais noticiarem a prisão de diversos democratas, sendo muitos deles jovens e estudantes, bem como a demissão e prisão de professores e intelectuais (vários deles de renome mundial), e o julgamento em tribunais plenários de trabalhadores, de estudantes e de intelectuais.

A chama da luta do Povo Português contra o regime fascista estava acesa. Os operários, os camponeses e os marítimos arriscavam fazer greves pontuais. Os estudantes de algumas Faculdades não lhes ficavam atrás, vindo também a ser vítimas da

* Professor de Geografia angolano, dirigente da CEI de Coimbra na década de 50.

repressão. Embora a grande imprensa estivesse submetida à acção da censura e aos cortes da própria chefia, a par da imprensa moderada e permitida, existia outra imprensa, clandestina, principalmente dirigida pelo Partido Comunista Português. As suas folhinhas coloridas e transparentes, bem como os manifestos do Movimento de Unidade Democrático — MUD, e do MUD Juvenil, eram distribuídos à revelia dos agentes da polícia e seus informadores, e circulavam de mão em mão.

Em Coimbra tal actividade se desenrolava entre os estudantes democratas e os sectores mais progressistas da população, pondo a todos no conhecimento das lutas e actividades da clandestinidade e também dos desaires que sofriam os combatentes da Liberdade. Era assim em Coimbra, onde um dos sectores mais vigiado, provocado e supostamente controlado era o núcleo dos estudantes ultramarinos. Funcionando a sede da Delegação da CEI nos andares cimeiros de um prédio de dois andares situado na Rua Ayres de Campos, perto do Penedo da Saudade, essa instituição estava organizada em termos democráticos, pois entre os seus associados estava já arraigado um espírito combativo, baseado na democracia e na liberdade. Quaisquer pruridos de diferenciação social proveniente de anterior estatuto social privilegiado, ou então de diferenciação em outro aspecto como o religioso, o étnico, o filosófico, o racial, eram eficazmente eliminados. Não se pode afirmar que todos os estudantes ultramarinos professassem uma mesma ideologia política, mas era notado o seu comportamento político-social dentro do convívio académico local.

A propaganda governamental apodava de comunista toda a gente que se encontrasse no outro lado da barricada. Mesmo aqueles democratas portugueses a quem não seria legítimo apontar qualquer convivência com comunistas, eram impiedosamente maltratados e manietados a uma falsa propaganda de conluio com elementos comunistas ou com núcleos de oposicionistas afins. Após o término da 2.^a Guerra Mundial, quando se esperava que o chamado Mundo Livre movesse apoios que forçassem o estabelecimento da liberdade e da democracia em Portugal, verificou-se uma falta de empenhamento, a ponto de serem os próprios nacionais a pôr em marcha uma resistência aberta através da acção clandestina de núcleos de intelectuais, de trabalhadores e de estudantes. Quando Salazar anunciara que as próximas eleições presidenciais seriam tão livres como na Grã-Bretanha,

todo o povo democrata, ansioso pela liberdade social, teve grande esperança na constituição do MUD e na anunciada candidatura do General Norton de Matos contra a do Presidente General Frago Carmona.

Em Coimbra, tal como noutras partes do País, multiplicavam-se as comissões e núcleos de apoio à candidatura de Norton. Na Academia Coimbrã era forte o movimento a favor de essa candidatura. A maioria dos estudantes ultramarinos era-lhe não só favorável, mas actuante em prol da libertação do Povo de Portugal e com vista a uma futura modificação do quadro político nas colónias. Nesse tempo se falava já dentro dos muros da CEI no problema da libertação das colónias, embora com motivações diferentes. A par dos que sonhavam com uma independência institucional de Angola e Moçambique, apadrinhada pelos colonos, havia um sector progressista que aspirava a independência das colónias para toda a gente, e punha os olhos na actividade dos movimentos de libertação das colónias de outros países. O sentimento de libertação não havia ainda atingido os estudantes das outras colónias. Entre os estudantes angolanos que perfilhavam a libertação de Portugal como primeiro passo para a libertação das colónias, figuravam nomes como Agostinho Neto, Ivo Loio, Carlos Veiga Pereira, Lúcio Lara, Antero Abreu. Entre os estudantes moçambicanos, João Bernardo Dias, Orlando de Albuquerque, os irmãos Virgílio Moreira e Fernando Moreira. (É-nos penoso omitir outros nomes).

As forças académicas que apoiavam o Governo concentravam-se em organismos como o Centro Universitário da Mocidade Portuguesa, o CADC (Centro Académico de Democracia Cristã) apoiado pelo Clero, e espalhavam-se também por entre a própria Academia. Nesse tempo os estudantes ultramarinos estavam a ser enredados numa teia de bloqueio que os levasse a não combater o fascismo e dar mesmo apoio ao Governo de partido único. Assim havia estudantes de proveniência ultramarina que se encontravam no seio dos referidos organismos. Mas tal não era de espantar, porquanto se comentava que, sendo eles provenientes da alta burguesia residente principalmente em Macau e em Goa, fosse natural que não ousassem criar problemas a quem de tão longe lhes mantinha os estudos. Mesmo assim era acintoso o namoro que no seio dos problemas internos da Academia era feito aos estudantes ultramarinos. Todavia, assim que se verificasse não estarem es-

tes interessados ou dispostos a pactuar com forças consideradas retrógradas e reaccionárias, os estudantes ultramarinos eram logo rotulados de comunistas, e o seu organismo CEI, considerado como alfobre a vigiar permanentemente. E na realidade era mesmo vigiado. Constava que um seu empregado era informador da polícia política. Todos os associados revolucionários da CEI tomavam as suas próprias precauções. Aliás precauções idênticas eram tomadas sempre que, após as refeições, fossem à Baixa tomar café e conviver no antigo Café Montanha (situado ao lado da Delegação do Banco de Portugal e anos depois desaparecido), onde se reunia toda a “malta das colónias”.

No escasso número de páginas que nos são concedidas, não é possível referirmos alguns episódios ligados às lutas políticas travadas em Coimbra pelos estudantes ultramarinos. Todavia aproveitamos salientar a unidade de acção contra o fascismo existente entre os estudantes progressistas da CEI e um núcleo de progressistas do operariado coimbrão, o qual se concentrava no Ate-

neu de Coimbra, uma agremiação recreativa de características populares. O Ateneu de Coimbra, principal alfobre dos revolucionários conimbricenses, além de ter sido um grande obreiro na formação e militância do operariado coimbrão, serviu também de base política para diversos estudantes ultramarinos. Ficou sólida a amizade e a solidariedade entre os operários revolucionários do Ateneu de Coimbra e os estudantes ultramarinos progressistas da CEI.

Outras fornadas de estudantes ultramarinos iriam anualmente chegar a Coimbra, para engrossar o núcleo dos estudantes progressistas, muitos dos quais faziam o seu baptismo de activistas políticos no combate pela liberdade e pela independência dos seus países. Novos nomes iriam ser os continuadores nas grandes lutas académico-ultramarinas que iriam travar-se na formação e consolidação da mentalidade independentista dos estudantes ultramarinos.

Lisboa, Junho de 1994.



Recordando a Casa dos Estudantes do Império

MANUEL DOS SANTOS LIMA*

Assiste-se, com tristeza e indignação, à agonia do velho edifício da Av. Duque d'Ávila que, durante mais de vinte anos, foi ponto de encontro dos estudantes africanos, além dos oriundos de Goa, Macau e Timor.

Os governos dos PALOP e do Portugal pós-25 de Abril têm demonstrado um confrangedor desinteresse por esse património que alberga algo da nossa memória colectiva, pois na CEI germinaram sementes da nossa liberdade. Ela marcou, indelevelmente, toda uma plêiade de intelectuais e futuros líderes, tendo superado em importância e longevidade outras organizações associativas de africanos, tais como a pioneira Casa da África Portuguesa ou o Clube Marítimo, todas empenhadas em estimular o convívio entre africanos e afirmar o seu direito à diferença, enquanto minoria visível.

A CEI existiu e afirmou-se num período histórico exultante porque coincidente com o movimento libertário que agitou o Terceiro Mundo imediatamente após a 2.^a Guerra Mundial. Foi uma época de homens e factos determinantes, constituindo balizas paradigmáticas: a consagração de Mao Tsé Tung (1949), Diên Biên Phu (1954, triunfo militar de colonizados), a rebelião argelina (1954), a Conferência de Bandung (1955, ou a determinação política dos colonizados), o advento do Ghana (1957) de Kwame N'Krumah, o "Não" (1958) da Guiné de Sekou Touré à França e a entrada triunfal de Fidel de Castro em Havana. E como pano de fundo, em Portugal, a luta antifascista dos democratas com o general Humberto Delgado

a dirigir a Oposição e o capitão Henrique Galvão a escrever nos jornais do mundo novas páginas da epopeia marítima portuguesa, a bordo do "Santa Maria".

Ponto de encontro por excelência da comunidade académica africana, a CEI foi igualmente palco da reconstrução metafórica das sociedades coloniais de origem e cenário do mimetismo cultural resultante de uma estadia mais ou menos prolongada em Lisboa e com algumas escapadelas ao estrangeiro, sobretudo a Paris, a grande referência cultural e política dos anos cinquenta e sessenta.

Pelo n.º 23 da Duque d'Ávila passaram várias gerações de "ultramarinos" (veteranos, independentistas, bossa-nova) cada uma imprimindo à Casa um cunho particular e às vezes pitoresco, pelo seu maior ou menor grau de fantasia, consciência social, militância poético-política e resistência às autoridades que nela viam um foco de rebeldia e conspiração a soldo do PC.

Dada a heterogeneidade dos seus membros a CEI teve mil e uma facetas, constituindo isso o seu mérito maior e fonte de todas as ambiguidades. A insurreição angolana, em 1961, terá os seus reflexos na "malta", marcará uma etapa decisiva na existência da associação, confirmando as capelinhas, os núcleos elitistas económico-sociais, os prócolonialistas, os revolucionários independentistas, "Nós" e "Eles"; surgem clivagens raciais e políticas: os estudantes dividem-se entre os que preferem ficar em Portugal e os que optam por sair, clandestinamente, numa operação organizada do

* Professor universitário e escritor angolano publicado pela CEI em 1961.

exterior e que surpreenderá totalmente as autoridades portuguesas e a sua polícia política. Alguns dos trãnsfugas iriam integrar os quadros dos movimentos de libertação e depois os governos marxistas que assegurariam regimes repressivos e engendrariam o falhanço das independências.

E por tudo e apesar de tudo a Casa dos Estu-

dantes do Império valeu a pena e é-me grato recordá-la enquanto espaço de luta e de sonho e imagem de uma geração que ao envelhecer conclui, com alguma amargura, que tal como a Terra a Utopia é redonda.

Lisboa 1996



A Editorial*

FERNANDO COSTA ANDRADE**

Eu poderia não dizer nada mais e poderia provavelmente resumir num nome o que foi o movimento editorial da Casa dos Estudantes do Império: e esse nome é o nome saudoso de um querido amigo que se chama Carlos Manuel do Nascimento Ervedosa. Sem Carlos Ervedosa possivelmente não teríamos chegado a tanto.

Lembro-me que, chegado de Angola, jovem estudante, candidato a algo que não cheguei a ser, a arquitecto, conheci Carlos Ervedosa que então se interessava por uma ideia vinda de Luanda, de amigos comuns, de António Jacinto, no sentido de divulgarmos de qualquer maneira, ainda que clandestinamente, a produção poética, literária dos nossos autores que, depois do célebre e histórico caderno, de Mário de Andrade e Francisco José Tenreiro, se não conhecia em Portugal ou pouco se conhecia. Existia o boletim *Mensagem* da Casa dos Estudantes do Império, em que colaboravam já alguns estudantes e alguns presentes aqui (entre eles recordo o Tomás Medeiros) mas não tínhamos efectivamente nada produzido em forma de livro; os meios eram muito poucos.

Foi nessa altura que Carlos Ervedosa me convidou a colaborar com ele e foi de facto uma tarefa gratificante que nos ocupou muitas noites, que nos fez faltar a algumas aulas, para organizarmos a primeira Antologia de Poetas Angolanos. Foi a primeira edição da chamada Secção Editorial da Casa dos Estudantes do Império. Nessa altura, em que os meios eram poucos, contactámos o Dr. Sá Machado, aqui na Gulbenkian, que nos forneceu

uma prestimosa ajuda com a qual comprámos as primeiras resmas de papel para que, na velha máquina policopiadora a stencil, tivéssemos editado a primeira capa e o primeiro volume da Antologia de Poetas Angolanos. Para essa convidámos Mário António Fernandes de Oliveira a escrever o prefácio. Ele nessa altura encontrava-se em Luanda, tivemos que lhe mandar o texto e nas noites da Casa dos Estudantes do Império policopiámos — a máquina era manual — o primeiro volume, cuja capa improvisei nesses dias. Lembro-me que demos à manivela da máquina o Carlos Ervedosa, o Tomás Medeiros, eu e o Carlos Pestana Heinenken, hoje oficial superior das Forças Armadas Angolanas, médico, conhecido por General Katiana.

O sucesso desta primeira Antologia foi tão grande que nos sentimos encorajados a produzir outras, uma mais ampliada, mais completa; socorremo-nos então do apoio em Luanda do António Cardoso, do Luandino Vieira e do António Jacinto e também do Mário António, para que nos fornecessem materiais. Os materiais demoraram e os textos de que dispúnhamos foram aqueles que serviram de base à segunda Antologia, já com prefácio de Alfredo Margarido e a colaboração também do Rui Carvalho, médico, que faleceu na Holanda, para a policopiagem; e nessa altura também colaborou, embora mais esporadicamente, o Manuel Lima.

Esta evocação que eu estou aqui a fazer, prefiro apresentá-la como depoimento emocionado, em vez de proferir uma palestra para a qual me não

* Alocução proferida na sessão de lançamento das Antologias de Poesia da CEI.

** Escritor angolano publicado pela CEI em Lisboa nos anos 60. Colaborador da secção Editorial em 1960-61.

preparei, mas pensando ser dever de alguns de nós escrevê-la para um texto, quem sabe, de uma próxima *Mensagem* da Associação Casa dos Estudantes do Império. É uma homenagem que devemos prestar a todos os membros da Casa dos Estudantes do Império, em particular a Carlos Ervedosa, e à colaboração de tantos, tantos amigos. Que fique aqui dito.

Nessa altura tivemos também a agressão constante e permanente de alguns críticos, então críticos do regime, cujo nome não citarei, mas que apareceram nas páginas do Diário da Manhã. Porque elogios tivemos-los, sim, em pequenas colunas, no Diário de Lisboa e aí, por Álvaro Salema e mais alguns críticos.

Depois de publicarmos o segundo volume da Antologia de Poetas Angolanos, decidimos publicar os Contos. Depois dos Contos organizámos a Antologia de Poetas de Moçambique, os dois, e socorremo-nos, já em fase final, de Pollanah para a capa e para algumas opiniões. Tivemos a ajuda prestimosa de Fernando Ganhão, que foi até há pouco tempo Reitor da Universidade de Moçambique.

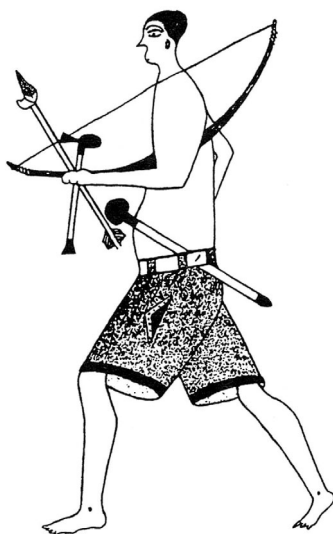
Entretanto achámos que os volumes policopiados limitavam-se àqueles 300 exemplares que conseguíamos produzir e quisemos então imprimir

em pequenos volumes o material disponível em volumes individuais. Discutimos muito o título da Colecção. Não podia ser Autores Angolanos porque, embora nós fôssemos angolanos, não eram só angolanos que pretendíamos editar. Embora eu na altura, um pouco mais agressivo, tivesse querido o título de Poetas do Império, prevaleceu um título mais brando, pelo receio da PIDE e da Censura.

O primeiro volume foi de Mário António. Depois a Direcção da Casa decidiu apoiar-nos com algum dinheiro para mais dois volumes e o restantes dos volumes até ao número 10, que foi o último em que participei, foram novamente com fundos do Ervedosa, meus e de mais alguns amigos.

Não vos ocuparei por muito tempo para esta longa história mas gostaria, ao terminar, de dizer que os 500 pequenos volumes saíam da tipografia na Rua da Alegria, a maior parte era embrulhada e entregue aos marítimos, a Zito Van Dúnem para que os levasse para Angola, e outra pequena série era vendida nas Faculdades, tendo tido a Livraria Barata e o nosso querido amigo João Sá da Costa a coragem de os colocar brevemente nas montras das suas livrarias. Foram os únicos.

15 de Dezembro de 1994.



A Casa e eu

ARNALDO SANTOS*

Não foi difícil aceitar depor neste número especial do Boletim *Mensagem*, alusivo ao Cinquentenário da Fundação da CEI — Casa dos Estudantes do Império, porque depressa encontrei resposta para uma pergunta definitiva que, a mim mesmo, me coloquei.

Terei eu sido, também, um homem da Casa? Foram tão rápidas quanto fugazes as minhas passagens pela Casa que receio poder parecer presumido. Porque, indubitavelmente, me orgulho de ter passado pela Casa e de ter pago as quotas.

Mas não tive dúvidas em responder afirmativamente à minha própria pergunta. A minha convicção decorre de uma verificação simples. Teria eu sido outro homem, se não tivesse passado pela Casa? Seguramente.

A verificação dessa influência, hoje, trinta e tal anos depois, torna-se fácil. No entanto, mesmo na época em que passei pela Casa (no período de 1959 a 1965) já eu podia pressenti-la. Porque quem nessa época tivesse decidido entrar na Casa, tinha que se elucidar, no mais íntimo de si mesmo, sobre algumas questões cruciais.

Não lhe seria possível ignorar, por muito tempo, o que, no ambiente da Casa e através de um convívio múltiplo e fraterno, tinha germinado, quiçá, espontaneamente. Um espírito de confidencialidade.

Porque depressa se apercebia, e depois de um tempo muito breve, que para além da CEI — Casa dos Estudantes do Império, havia a... Casa.

O que a CEI podia oferecer aos estudantes que provinham de todos os pontos desse Império por-

tuuguês, era conhecido. O que a Casa passou a oferecer, pertencia ao domínio do FUTURO.

Eu mesmo, entrei na Casa com a sensação de que teria que enfrentar um dilema, para alguns, porventura, angustiante. Ser um Homem do Império ou um filho da Casa.

A maioria dos estudantes, ou sócios da CEI — Associação dos Estudantes do Império, não escapou a esse dilema. Nunca a História tinha oferecido tão abertamente e de maneira tão inequívoca, a uma juventude ávida e inteligente, a oportunidade de fazer parte dela, como um agente activo da autodeterminação, progresso e bem-estar dos seus povos. Era assim que a questão se apresentava.

E foram muitos os que a aceitaram. Conscientemente.

Lembro-me que nessa época, em que imperava esse espírito de confidencialidade, e que provavelmente a PIDE — Polícia Internacional e de Defesa do Estado, classificava de espírito de conspiração, (sempre nos separaram graves diferenças de interpretação da história...). Contava que, nessa época em que predominava esse espírito de clandestinidade, se criavam muitas situações inusitadas, que nem sempre se podiam reclamar de dramáticas.

E a entrevista que, aí por volta de 1959, concedi ao Boletim da CEI, por ocasião da publicação do meu curto livrinho de poemas, “FUGA”, na Coleção Autores Ultramarinos, é, lamentavelmente, um dos exemplos mais caricatos. Foi um autêntico desastre.

Nessa entrevista tranquei-me resoluto, evasivo, perante o Costa Andrade — até hoje, um amigo

* Escritor angolano publicado pela CEI em 1961 e colaborador da *Mensagem*.

dos mais fiéis e que foi na ocasião o inglorioso entrevistador — como se já me preparasse para enfrentar um interrogatório policial.

Foi, indubitavelmente, uma bem sucedida prova de resistência (o entrevistador quase nada conseguiu arrancar de mim), de que não me posso orgulhar. Nem o Costa Andrade, nem o Tomás Medeiros, que tinha passado a dirigir o *Boletim Mensagem*, mereciam isso.

Era, enfim, uma época marcada pela assumpção de um porvir, do qual nós mesmos queríamos ciosamente definir os contornos.

De tal maneira que uma viagem a Paris era antecedida de secretos preparativos, contactos, conciliábulos e da obediência a praxes de significado um pouco ambíguo, mas que eram interpretadas como senhas.

Assim, antes de iniciar a viagem, havia que passar pelo Castro Soromenho, nosso notável escritor angolano-moçambicano (na altura já bastante doente), havia que ouvir o Amílcar Cabral, era a investidura necessária, comprar uma garrafa de vinho do Porto para o Mário Pinto de Andrade que seria o nosso contacto em Paris, enfim um sem número de pequenas práticas, que se desfrutaria saborosamente, se não as levássemos tão a sério.

E nisso tudo o Fernando Mourão (hoje, catedrático na Universidade de São Paulo — Brasil), era o personagem misterioso que urdia a maioria desses actos sigilosos que, na altura, suspeitei como absolutamente essenciais para essas missões.

Estes, os casos narrados, não são, obviamente, os casos exemplares. Mas foram muitos os que naquela época optaram por viver perigosamente como filhos da Casa, a serem Homens do Império. São hoje, alguns deles, Homens da História dos seus países.

É, no entanto, para mim, particularmente doloroso pensar, que entre esses Homens, alguns não

possam estar aqui, agora, para deporem sobre as suas vidas na Casa.

Estou a lembrar-me de Agostinho Neto; estou a recordar-me do Carlos Ervedosa, que com o Costa Andrade, foram os responsáveis pelo movimento editorial da Casa. Mas comove-me muito mais pensar no David Bernardino, assassinado no Huambo. Teria ele sido assassinado no Huambo, sua terra acrisolada, se ele não tivesse sido um filho marcado pela Casa? David Bernardino nosso kamba, aiué!

Hoje, indago-me ainda com alguma comoção, mas já sem grandes ilusões, até onde o espírito da Casa nos acompanhará e se ainda poderá influenciar as nossas vidas.

Penso nisso com a curiosidade de quem se habituou a fazer balanços, autocríticas, ou exames de consciência, como queiram, isto é, sem grande sobressalto, e também, se eu não teria sido por demais arrogante quando em 1965, no momento em que selaram a Casa, me atrevi a audaciosas conjecturas.

Nessa altura tinha ficado retida na Casa a quase totalidade da edição do último livro da Coleção Autores Ultramarinos, e que por desgraça minha, era o meu livro de contos “KINAXIXE”.

Pensei nessa ocasião, um tanto ressabiado, como será fácil de entender, se aquele selo, com que a PIDE tinha lacrado as portas da Casa, não teria sido um acto gratuito?

Se não teria sido demasiado tardio, porque antes dele, um certo espírito, o da Casa, já se tinha apoderado de grande parte das gerações que tinham passado por ela, e que outros selos já tinham validado nossos outros compromissos futuros?

E ainda hoje, penso nisso. Mas já sem grandes ilusões.

Março de 1994.



CEI, uma ponte entre Luanda e Lisboa

ADOLFO MARIA*

A minha ligação à Casa fez-se através do Carlos Ervedosa que estabeleceu contacto connosco (o grupo da Sociedade Cultural e do Jornal Cultura) em 1958. Da redacção do “Cultura” faziam parte José Graça (Luandino Vieira), António Cardoso, Henrique Guerra, Mário Guerra e eu próprio. Nós recolhemos textos do desaparecido jornal *Mensagem* da década de 40 (final) e enviámos para Lisboa. Assim puderam reeditar-se poesia e prosa de Agostinho Neto, Viriato da Cruz, António Jacinto, através dos cadernos da Casa.

Em 1959 (Abril) fiz uma Conferência na Casa dos Estudantes, nas novas instalações da Duque d’Ávila, sobre o renascimento cultural em Angola. Era a época da grande efervescência nacionalista: em Angola já tinham começado as primeiras prisões de uma vaga que durou até meados de 1960 e que nunca mais parou a partir de Fevereiro de 1961; em Portugal os nossos estudantes estavam fazendo da Casa aquilo que ela veio a ser: um baluarte da luta anticolonialista.

Na referida passagem pela Casa, em 1959, tive a possibilidade de rever amigos e companheiros do tempo do liceu em Luanda, nomeadamente Gentil Viana, os Pestana Heineken, Vieira Lopes (este e o Carlos Pestana mais velhos dos tempos liceais) etc. Revi Carlos Ervedosa e conheci jovens de outras colónias.

Após a conferência fui para uma reunião onde contei pormenores das prisões que se estavam a efectuar em Luanda e descrevi algumas das actividades políticas que ali se desenvolviam (claro que com cautelas porque os tempos eram duros). Os companheiros deram-me um endereço em Paris (para onde eu ia de regresso a Angola). Através desse endereço fui contactado por Marcelino dos Santos que me levou à presença de Mário de Andrade e Castro Soromenho que queriam saber o que se estava a passar em Luanda.

Portanto, esta rápida passagem pela Casa em 1959 foi importante para mim, jovem de 23 anos, já profundamente embrenhado na luta de libertação nacional.

Voltei a passar pela Casa em 1962 (Maio ou Junho) apenas para procurar contactos que me facilitavam a saída para o Exterior (tinha vindo de Angola com esse propósito) a fim de me juntar ao MPLA, pois era impossível qualquer actividade clandestina depois de a PIDE ter desmantelado as organizações políticas existentes em 1959 e nos ter feito passar a todos pelas cadeias (numerosos camaradas continuavam presos e deportados). Foi através de Carlos Ervedosa que estabeleci os contactos necessários para a minha saída.

7.09.95

* Dirigente da Associação Cultural de Angola na década de 50 e um dos fundadores do Centro de Estudos de Argel.

A Casa dos Estudantes do Império nos anos de fogo

Depoimento sobre a acção política da juventude africana da CEI no quadro da luta pela libertação nacional das colónias portuguesas

EDMUNDO ROCHA*

Introdução

Desde a sua criação em 1944, foram várias as gerações que imprimiram um cunho histórico à Casa dos Estudantes do Império (CEI).

Este estudo irá debruçar-se sobre a década de 1954 a 1963, período em que o autor foi testemunha ou protagonista de muitos dos acontecimentos na CEI, em Portugal ou no exterior. Foi uma época de estreito contacto, de íntima simbiose entre duas gerações sucessivas — os “Mais Velhos” e a “Nova Vaga” — que deram uma contribuição decisiva não só à CEI mas também e sobretudo ao movimento nacionalista das colónias portuguesas. Que nos perdoem os muitos companheiros de estrada que, quarenta anos depois, os naturais lapsos de memória não permitem citá-los nestas breves notas.

A acção dos jovens estudantes não incidiu somente na criação de um ambiente fraterno que permitia securizar, assistir e estimular mas também, graças a todo o tipo de actividades culturais, rasgou novos horizontes abertos às ideias de liberdade e de progresso. Era a época de Sartre e de Éluard, de Jorge Amado e de Graciliano Ramos, de Steinbeck, Langston Hughes e Aimé Césaire. Era uma época histórica de mudanças políticas fundamentais: independência do Egipto, da Índia, da Indonésia e do Ghana; início da guerra de libertação na Argélia, Conferência dos Não Alinha-

dos em Bandoung, e também da guerra fria entre os dois blocos, acontecimentos esses que tiveram um impacto importante nas consciências dos jovens oriundos de países ainda colonizados por Portugal e que permitiram modificar as suas atitudes e comportamentos.

Esse processo progressivo de afirmação de uma identidade própria, da tomada de consciência das diferenças históricas, culturais e sociais e, também, da necessidade de organização e prática política antifascista primeiro e, mais tarde, anticolonialista, levou uma década a criar raízes, a amadurecer e a desabrochar no ano de 57 na criação de estruturas políticas: primeiro o Movimento Anti-Colonial (MAC) inspirado pelos “Mais Velhos” e, mais tarde, o Movimento dos Estudantes Angolanos (MEA), criado pela “Nova Vaga” e inspirado pelo Manifesto de 1956. Estes movimentos políticos subterrâneos foram a projecção, em Portugal, daqueles que já estavam a desenvolver-se nas diferentes colónias portuguesas e que culminaram no ano de 61 no desencadear das lutas armadas de libertação nacional.

A geração que antecedeu a nossa — os “Mais Velhos” — compreendeu nomes prestigiosos, como Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário de Andrade, Francisco Tenreiro, Lúcio Lara, Marcelino dos Santos. Para muitos deles a tomada de consciência política passou pela militância activa

* Médico, dirigente da CEI nos anos 50 a 60.

** Publicações. Em 2003 — *ANGOLA: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano: anos 1950 a 1960. Testemunho e estudo documental*. 1.ª edição: Kilombelambe. Luanda. 2033; 2.ª edição: Dinalivro. Lisboa. 2008. Prémio nacional de cultura e artes, 2003. Luanda. Em 2008: em colaboração com F. Soares e M. Fernandes — *VIRIATO DA CRUZ, o Homem e o Mito*. Ed. Presença, Lisboa e ed. Chá de Caxinde, Luanda.

*** O texto original foi corrigido e actualizado pelo autor em Setembro de 2014.

nos movimentos e partidos de esquerda portugueses, essencialmente MUD Juvenil e PCP. Essa atitude decorria por um lado da percepção de que, nessa época, ainda não existiam movimentos nacionalistas estruturados e activos nas colónias; por outro, da noção de que, radicados em Portugal, estavam impossibilitados de fazerem um trabalho de politização das massas africanas nos nossos países; e, enfim, da ideia de que a libertação das colónias passava prioritariamente pelo derrube do fascismo. Essa filiação e militância nessas organizações portuguesas — MUD Juvenil e PCP — teve consequências determinantes não só no ideário e prática política dos movimentos de libertação que lideraram as lutas de libertação (PAIGC, MPLA e FRELIMO) como no tipo de regime imposto mais tarde a esses países.

Houve, portanto, um longo período antes de 1957 em que os estudantes africanos da CEI participaram activamente na luta antifascista em Portugal, tendo alguns (Agostinho Neto e Ivo Lóio, entre outros) sofrido com torturas e prisões prolongadas e tendo outros optado pelos rigores do exílio (Marcelino dos Santos, Mário de Andrade e, muito mais tarde, Lúcio Lara, Eduardo dos Santos e Hugo de Menezes).

A partir de 1954 surge na CEI uma nova geração de estudantes africanos — a “Nova Vaga” — dos quais se destacaram João Vieira Lopes, Iko Carreira, Gentil Viana, Tomás Medeiros, Paulo Jorge, Rui de Carvalho, Carlos e Augusto Pestana, Costa Andrade, Videira, Traça, Chipenda, Boal, o autor e tantos outros, que imprimiram um espectacular dinamismo às actividades socioculturais na Casa e um carácter mais nacionalista e progressista à acção política, recusando a militância nos partidos e movimentos da oposição portuguesa. Penso que o único jovem desta geração que aderiu ao MUD Juvenil foi o autor... Esta nova geração utilizou a CEI como um decisivo instrumento político, não só na consciencialização dos jovens africanos que entretanto iam chegando a Portugal em grande número e participavam nos colóquios e nas farras de sábado, frequentavam o lar e a cantina, como ainda na criação de organizações políticas nacionalistas clandestinas.

Embora a liderança associativa e política fosse essencialmente assumida por elementos do sexo masculino, numa sociedade que tinha então muitas características machistas, várias raparigas africanas, estudantes, assumiram actividades sociais e culturais de relevo na CEI. Cito alguns nomes,

de que todos os que frequentaram a CEI se lembrarão: Carocha e Gabi, Helena Teixeira, Maria Ilda Carreira, Maria Natália, Elisa Andrade, Inocência e Marília, Manuela Delgado, Ângela, Gina, Serafina, Noémia Tavira, Ana Maria e Isabel Sá, Luísa Sá. Pela sua presença constante nas várias actividades na CEI deram uma alegria, um brilho, um inesquecível ambiente de boa camaradagem. Alguns casamentos foram mesmo celebrados antes e depois da “fuga dos cem”.

A luta pela Direcção da CEI

Os estudantes africanos que frequentavam a CEI foram progressivamente tomando consciência da importância decisiva dessa associação e, ao longo dos anos, observou-se uma disputa renhida entre os diversos grupos pelo controlo da CEI.

Eram essencialmente quatro os grupos de estudantes que frequentavam regularmente a CEI: o grupo liderado por David e José Bernardino, composto essencialmente por jovens do Centro e Sul de Angola, com posições políticas marcadamente marxistas, assumiram uma dupla militância: por um lado, no MUD Juvenil e no PCP e, por outro, na CEI, onde exerceram uma grande actividade e influência, tendo estado representados em diversos corpos gerentes.

Um numeroso grupo de estudantes, a “Nova Vaga”, ocupava um lugar específico de independência e crítica em relação às forças da oposição portuguesa, mas como entidade própria, do primado da luta político-militar para a conquista das independências nacionais, na construção de nações africanas baseadas no respeito dos direitos individuais e da diversidade cultural e étnica, conjunto de ideias essas que designarei por “nacionalismo progressista”.

Havia ainda o grupo dos “literatos” da secção cultural (C. Ervedosa, Fernando Mourão, F. Costa Andrade, Tomás Medeiros e outros) que demonstrou um grande dinamismo com a publicação do Boletim e de numerosas obras literárias que marcaram a época.

Existia, enfim, aqueles para quem a Casa servia apenas de suporte logístico (cantina e lar) e lúdico da sua actividade estudantil. Mas muitos desses jovens vieram mais tarde a assumir posições nacionalistas e, mesmo, a integrar os movimentos políticos.

Em 1958, com a direcção de João Vieira Lopes, a “Nova Vaga” domina a CEI, orientação que se consolidou em 59-60 com César Monteiro,

Gentil Viana, Bento Ribeiro, Paulo Jorge e o autor.

A CEI constituiu certamente um dos mais importantes pólos do despertar e amadurecer da consciência nacionalista, especialmente em Coimbra e em Lisboa. Mas não se pode atribuir à CEI a única paternidade dessas ideias de liberdade e progresso. Foi um dos pólos mas não o único. Os outros pólos foram, por um lado, a pequena burguesia nacional, nas próprias colónias — a origem sociológica do MPLA e do PAIGC assenta nessa pequena burguesia autóctone, cultural e etnicamente mestiça; por outro, e não menos importante, os núcleos de emigração tradicional em países limítrofes das colónias, de cariz tribal, como foi o caso da União das Populações de Angola (UPA) com origem no messianismo kikongo, mas que chegou a influenciar vastas camadas da pequena burguesia luandense. Enfim, as vastas e variadas populações do planalto central angolano só acederam à fase nacionalista muito mais tarde, nos anos 60-70. O grande movimento nacionalista que conseguiu derrubar o império colonial português teve portanto origem nestas fontes diversas, e cujas contribuições apareceram em estádios diferentes, umas influenciando outras de maneira positiva ou negativa.

Foram o Lar, a Cantina e as farras de sábado que “fixaram” na Casa muitos dos estudantes da “Nova Vaga”. De 1954 a 1961, anos de profundas mutações políticas no Terceiro Mundo, a Casa foi-se progressivamente africanizando, gradualmente colorindo-se com a chegada de gerações sucessivas de jovens de origem mestiça e, portanto, a percentagem de estudantes africanos brancos foi diminuindo progressivamente. No entanto, só por volta de 1959-60 é que começaram a aparecer estudantes negros. Este curioso fenómeno sócio-etnológico traduziu prováveis mudanças significativas económicas e culturais das famílias da pequena burguesia nacional: por um lado, a percepção pelas elites nacionais de que a obtenção de um curso superior em Portugal corresponderia a uma real ascensão social e económica da família africana mesmo no quadro colonial. Por outro, é muito provável que o nível económico de algumas famílias da pequena burguesia africana (enfermeiros, comerciantes, funcionários) tenha melhorado ao longo dos anos, permitindo-lhe suportar o enorme encargo de manter um estudante em Portugal. Houve casos de famílias que se agrupavam para apoiar um dos filhos na metrópole.

Compreendendo a importância decisiva da aquisição da cultura e de conhecimentos técnicos na ascensão social no quadro colonial, algumas organizações protestantes incentivaram jovens africanos a prosseguir os estudos em Portugal. Estavam alojados nos lares de Carcavelos e do Lumiar onde usufruíam de condições materiais nitidamente superiores. É essa a explicação para a chegada a Lisboa de muitos jovens negros angolanos a partir dos anos 59-60. Jonas Savimbi, Pedro Sobrinho, Pedro Filipe, Liahuca são exemplos paradigmáticos. No entanto, esses jovens protestantes frequentavam muito pouco a Casa dos Estudantes, receosos pela “má” reputação política que a Casa tinha granjeado.

Essa mestiçagem progressiva da Casa nos anos 55 a 61 foi conferindo um ambiente, um carácter diferente, africanizando-a mais, ligando-a mais profundamente às famílias africanas nacionais, à sua cultura miscigenada e às suas legítimas aspirações a uma vida melhor, a um estatuto social superior, a uma mais vincada afirmação da sua identidade cultural e política.

Os factores que conduziram a uma consciencialização política crescente dos jovens africanos na CEI foram múltiplos, complexos, progressivos: leituras de escritores africanos de expressão francesa, antilheses, brasileiros, americanos; conferências e debates sobre os mais diversos temas; a participação no movimento antifascista dos estudantes portugueses; as influências políticas exteriores que nos chegavam de Paris e do Brasil; as independências recentes de vários países do Terceiro Mundo; os contactos regulares com os “Mais Velhos”, todos eles marxizados e, mais tarde, a partir de 1960 as relações estabelecidas directamente com a direcção do MPLA em Conakry e com os movimentos nacionalistas em Angola.

Os “Mais Velhos” só esporadicamente frequentavam a CEI, com a notável excepção do Dr. Arménio Ferreira. Com efeito, os “mais velhos” preferiam militar no Clube Marítimo Africano, na Graça: era ali que educavam e consciencializavam os marítimos africanos e suas famílias, era ali que encontravam os camaradas trabalhadores dos navios que demandavam os portos africanos e que lhes permitiam manter os contactos com os núcleos nacionalistas em Luanda, Bissau e Praia. Esta aproximação dos intelectuais africanos da primeira geração com os trabalhadores marítimos era a consequência lógica da prática marxista e provavelmente das orientações do PCP, ao

qual muitos dos “mais velhos” estavam organicamente vinculados.

O 37 da Rua Actor Vale, em Lisboa, serviu durante um longo período de sede do Centro de Estudos Africanos animado por Amílcar Cabral, Francisco Tenreiro, Agostinho Neto e Mário de Andrade e Alda Espírito Santo e foi palco de conferências muito concorridas e também serviu como centro mobilizador dos jovens africanos.

Foi, portanto, a “nova vaga”, a geração dos estudantes africanos entre os anos 54 a 61, que imprimiu um novo e decisivo rumo à CEI. O ano de 1957 — criação do MAC — Movimento Anti-Colonial — e dois anos depois a criação do Movimento dos Estudantes Angolanos em Portugal, inspirado no Manifesto de 1956 (apelo para a criação de um Amplo Movimento Popular de Libertação de Angola), foram os anos em que se observou a mutação qualitativa da tomada de consciência política nacionalista dos jovens da CEI da “nova vaga”. A CEI deixa então de ser um local de encontro social e lúdico dos estudantes africanos para se transformar num poderoso instrumento de transmissão de ideias libertadoras e progressistas.

Os movimentos nacionalistas em Portugal

O Movimento Anti-Colonialista (MAC) — período de 1957 a 1959

O MAC foi criado em 1957, após a passagem de Viriato da Cruz por Lisboa, e permitiu reunir a grande maioria dos “Mais Velhos” que militavam no MUD Juvenil, PCP e Clube Marítimo Africano, ao numeroso grupo de estudantes da “Nova Vaga” mais ligados às actividades na CEI. Iko Carreira, Carlos Pestana e o autor foram designados pelos jovens da corrente nacionalista da CEI como seus representantes na direcção do MAC.

Este movimento agrupava estudantes de todas as colónias e tinha por finalidade a consciencialização dos estudantes africanos em Portugal, baseado no ideário nacionalista, a fim de acelerar o processo da luta anticolonial. O MAC tinha relações orgânicas com o grupo de Paris — Mário de Andrade, Marcelino dos Santos e Aquino de Bragança — e com o grupo da Alemanha — Viriato da Cruz, Carlos Horta e Luiz de Almeida, relações mantidas graças às frequentes viagens dos mais fortunados, Eduardo dos Santos e Arménio Ferrei-

ra. O MAC mantinha relações com os núcleos nacionalistas em Bissau e em Luanda.

O regresso a Luanda de Agostinho Neto em Dezembro de 1959, e a saída para Paris e depois para Conakry dos elementos com maior maturidade política, Amílcar, Lúcio, Eduardo e Hugo no ano seguinte, 1958-1960, enfraqueceu as capacidades de actuação do MAC em Portugal. Por outro lado, quebraram-se os contactos com o exterior e com os nossos países, o que foi muito difícil de restabelecer mais tarde. Os mais velhos continuaram lá fora a desfaldar a bandeira do MAC, nomeadamente na conferência de Tunes, em Janeiro de 1960. O documento apresentado nessa conferência é fundamental por dois motivos: primeiro, porque faz referência expressa ao “programa do MPLA”; e depois, porque refere “*a oposição das teses e princípios do MPLA em relação às teses antiquadas de todas as correntes políticas portuguesas opostas ao fascismo (sobretudo o PCP)*”, assinando Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Mário de Andrade. Nesse documento fundamental para a compreensão do movimento anticolonialista, faz-se a *apresentação internacional do MAC, movimento iniciado em 1957*.

Enquanto no exterior o MAC adquire uma dimensão internacional na Conferência de Tunes em 1960, sem que os seus militantes em Portugal tenham sido informados de tal facto, em Portugal o MAC estiola e desaparece. O MAC teve assim uma existência efémera (1957-58) em Portugal.

No entanto, esta organização nacionalista, sem ligações orgânicas com o PCP — embora com o seu apoio logístico (tipografia), — teve o enorme mérito de demonstrar aos estudantes africanos a necessidade de ultrapassarem atitudes românticas e de passarem à prática política num quadro africano, independente do paternalismo das organizações políticas portuguesas. O MAC estendia as suas actividades ao Clube Marítimo Africano, à CEI, a Luanda, a Bissau, a Paris e à Alemanha.

A consulta dos processos da PIDE/DGS na Torre do Tombo permite-nos verificar dois factos importantes:

- a) que a PIDE desconhecia totalmente a existência do MAC, em Portugal;
- b) que o Movimento dos Estudantes Angolanos, afectos ao MPLA, só foi detectado pela PIDE em meados de Maio de 1961 (documento n.º 329/46/150 do processo referente à CEI da PIDE/DGS) quando se refere:

“o chamado MPLA começou a organizar os seus serviços e a criar ‘delegações’ em várias localidades do Continente com vista ao recrutamento de todos os ultramarinos que se encontram na Metrópole. Conhecem-se pormenores de aliciamento feito em Lisboa, Coimbra e Porto e até a oficiais milicianos da Força Aérea e do Exército.” (Referência provável a Iko e a Pedro Pires).

No entanto, um mês antes da “fuga dos cem” a PIDE já possuía informações de que “um elevado número de indivíduos de cor, principalmente estudantes e outros relativamente novos e com alguma cultura, iriam tentar sair da Metrópole, com o fim de atingirem Paris, seguindo dali para outros países, a fim de darem a sua colaboração aos elementos terroristas... A CEI funciona como o principal centro recrutador, tentando fazer sair de Portugal o maior número de estudantes ultramarinos e patriotas angolanos que desejassem trabalhar a favor da independência de Angola... Uns destinam-se a tomar parte activa na luta que actualmente se trava em Angola... Enquanto outros se destinam a tomar parte na luta formando o escol intelectual... Em meados de Junho (de 1961) findo chegaria a Portugal um diplomata suíço que se encarregaria da elaboração dos passaportes daqueles que iriam sair, pelo que deveriam entregar duas fotografias tipo passe... Deveriam seguir para a cidade do Porto, onde na estação de S. Bento estaria um agente de ligação à sua espera; que não poderiam levar mais do que cinco quilos de bagagem e que teriam que levar mil escudos cada que se destinava a pagar a passagem de barco para passarem a fronteira...” (doc. 329/46/150 PIDE/DGS, proc. CEI).

Este documento mostra que cerca de um mês antes da “fuga dos cem” a PIDE consegue detectar a existência do nosso Movimento clandestino dos Estudantes Angolanos, ligado ao MPLA, a intenção da saída de um grande número de estudantes... mas não consegue penetrar mais profundamente a organização, nem conhecer a data e o local da fuga.

O Movimento dos Estudantes Angolanos, inspirado no Manifesto de 1956 (Amplio Movimento Popular de Libertação de Angola) — período 1959 a 1961

O Portugal de 1958 encontrava-se em plena efervescência com as eleições presidenciais que

culminaram, de maneira fraudulenta, com a derrota eleitoral do general Humberto Delgado. Duas semanas depois, malogrou-se o golpe improvisado da Sé, o que obrigou muitos dos intervenientes a “desaparecerem”.

Em Luanda, fervilhavam também as ideias nacionalistas e anticolonialistas em torno da União da Populações de Angola (UPA) e do Movimento pela Independência de Angola (MIA) liderado por Ilídio Machado, Matias Miguéis, Viriato e Franco de Souza. Edmundo Rocha, um dos membros da “nova vaga” que esteve envolvido no golpe da Sé, pôde escapar-se discretamente para Luanda, onde entrou em contacto com os meios nacionalistas: Pe. Nascimento, Liceu Vieira Dias e outros. Esta viagem e os contactos com o padre Nascimento foram registados pela PIDE. Estes encontros permitiram-lhe avaliar a dimensão da luta política em Angola e, de volta a Lisboa, ser portador de documentos e instruções que indicavam a necessidade urgente da organização dos estudantes *angolanos* em Portugal. Esses documentos foram-lhe transmitidos à partida por André Franco de Souza, um dos redatores e fundadores do Movimento pela Independência de Angola (MIA).

Após uma série de contactos com os estudantes angolanos mais politizados, foi criado, em princípios de 1959, um Movimento de Estudantes Angolanos. Em Lisboa, a cúpula dessa organização agrupava estudantes da CEI, João Vieira Lopes, Edmundo Rocha, Alberto Bento Ribeiro, Pedro Filipe, em representação dos estudantes protestantes, e Graça Tavares, em representação dos trabalhadores angolanos agrupados no Clube Marítimo. Foi na Rua do Cabo, 17, 1.º que se realizaram a maior parte das reuniões da direcção desse movimento e onde se encontram ainda hoje escondidos os arquivos tanto do MAC como do MEA.

Era uma organização muito fechada, articulada em células de três elementos. A grande maioria dos estudantes da CEI da corrente nacionalista-progressista e dos estudantes protestantes militaram nesse movimento: Gentil Viana, Henrique Carreira, Carlos e Augusto Pestana, Manuel Videira, Daniel Chipenda, José Araújo, Gentil Traça, J. Hurst, Medeiros, Paulo Jorge, Tuto, e muitos outros.

Esta organização caracterizava-se por ser constituída essencialmente por jovens da nova geração, visto que os “mais velhos” tinham-se fixado em Conakry; associação entre os estudantes da CEI e protestantes, e os trabalhadores angolanos, traduzindo este facto o elevado grau de maturidade po-

lítica da juventude angolana dessa geração. Enfim, pela independência em relação aos partidos antifascistas portugueses. Foi nesse período que foram distribuídos em Portugal o panfleto de Abel Djassi (aliás Amílcar Cabral) sobre “O Colonialismo Português” em Julho de 1960 e, em Dezembro do mesmo ano, o panfleto “Mensagem ao Povo Português” de denúncia do colonialismo e apelo à resolução do problema colonial por vias pacíficas, assinado por estudantes universitários das colónias portuguesas.

A “Fuga dos Cem” estudantes africanos de Portugal

Logo após o início da luta armada em Angola, em 4 de Fevereiro de 1961, a direcção do MPLA, sediada em Conakry (Guiné) pediu aos estudantes angolanos (MEA) em Portugal, através do canal egípcio, a saída de alguns jovens voluntários mais politizados a fim de reforçarem as incipientes estruturas políticas e militares e prepararem acções no norte de Angola.

A direcção do MEA em Lisboa decidiu então enviar dois elementos a França, onde entrariam em contacto mais rapidamente com os camaradas do MPLA em Conakry, e estudariam então os detalhes técnicos dessa operação. Para essa missão foram escolhidos Graça Tavares e o autor. Era uma missão com um bilhete de ida, sendo impen-sável o regresso a Portugal. Saíram de Portugal em Abril e foram calorosamente recebidos por um grande amigo da nossa causa, Marc Antoine Delanné, que os acolheu em Niort (França). Grande foi a nossa decepção ao recebermos uma carta de Eduardo dos Santos, membro da direcção exterior do MPLA, onde nos informava da impossibilidade financeira e material do movimento em assegurar com êxito a saída dos estudantes de Portugal, dando-nos carta branca para resolvermos da melhor maneira essa missão.

Na impossibilidade de recuarmos, decidimos juntar-nos ao numeroso grupo de estudantes africanos na Alemanha Ocidental (Luiz de Almeida, Desidério Costa, Alberto Passos, Barbeitos e outros). Foi extraordinária a disponibilidade, a generosidade e a simpatia de Luiz e de Karin, que nos acolheram em Birkesdorf durante alguns dias, donde partimos para Frankfort.

Aí realizámos várias reuniões com dois objectivos: por um lado, com todos os estudantes das co-

lónias portuguesas nas duas Alemanhas, na Bélgica e na Suíça (Carlos Horta, Carlos Rocha, Fret Lao Shong, Pinto da Costa, Luiz, Desidério, Passos e outros) a fim de lançarmos as bases de uma organização estudantil nacionalista, a qual seria a projecção internacional da CEI. E, por outro lado, um grupo mais restrito (Luiz, Edmundo, Graça, Desidério, Passos) propôs-se encontrar os meios que permitissem cumprir a nossa missão, que era a de fazer sair os estudantes africanos de Portugal.

Em desespero de causa devido à total ausência de meios financeiros e operacionais entrámos em contacto, através do Desidério, com o bispo protestante de Frankfort, o qual por sua vez pôs em contacto com o Bispo Black, da Assembleia Mundial das Igrejas Protestantes com sede em Genebra. O Bispo Black conhecia muito bem a situação explosiva em Angola e nas outras colónias portuguesas. Transmitimos-lhe os nossos contactos em Lisboa. A operação “a fuga dos cem” estava lançada, e... escapou-nos das mãos.

Em Junho de 1961 dá-se então a fuga de cerca de cem estudantes africanos de Lisboa, do Porto e de Coimbra, em vários carros até à fronteira espanhola e daí em autocarros até à fronteira hispano-francesa e de comboio até Paris. Os estudantes, alguns com mulher e filhos, foram acolhidos na CIMADE, organismo francês destinado, nessa época, a acolher os fugitivos dos países do Leste europeu.

A fulgurante organização exigida pela saída de uma centena de jovens africanos nas barbas da PIDE, demonstrou o enorme trabalho de consciencialização e de mobilização durante anos no seio dos estudantes angolanos. Demonstrou também a implantação do Movimento dos Estudantes Angolanos em Portugal nos núcleos estudantis das três cidades universitárias portuguesas nos anos sessenta. Esta fuga teria sido impossível sem a existência de uma organização perfeitamente estruturada. A organização e execução da fuga dos cem estudantes da CEI e protestantes foi uma operação executada por militantes do Movimento dos Estudantes Angolanos... com o apoio financeiro e logístico do Conselho Mundial das Igrejas Protestantes, da CIMADE e de dois americanos e a intervenção do governo francês. Curiosamente saíram de Portugal não só estudantes angolanos, como também moçambicanos, santomenses, guineenses e cabo-verdianos, o que demonstra as ligações estreitas que existiam na juventude africana da CEI.

A CIMADE em Paris encheu-se de repente de jovens africanos, falando português, num mundo totalmente novo e com as mentes a fervilhar de ideias utópicas.

A notícia da fuga dos estudantes africanos de Portugal encheu as parangonas dos jornais portugueses e franceses. Os dirigentes nacionalistas tanto em Conakry (Viriato, Mário, Lúcio, Eduardo, Hugo, Amílcar), como em Rabat (Marcelino e Aquino) e em Leopoldville (Holden) foram apanhados totalmente de surpresa por esta súbita avalanche de jovens africanos, potenciais e apetevidos quadros políticos e militares para os respectivos movimentos de libertação. Constituiu também para o Movimento dos Estudantes Angolanos e para o grupo da Alemanha uma enorme vitória, face às forças colonialistas e fascistas portuguesas.

Foi enorme a actividade exercida então pelos dirigentes políticos e pelos estudantes da CEI no exterior para resolverem os mais diversos problemas individuais. Alguns decidiram prosseguir os estudos em vários países ocidentais e socialistas. A maioria decidiu participar na luta de libertação. Muitos estudantes protestantes ligaram-se a Holden e a Savimbi.

Anos depois, alguns jovens angolanos da corrente marxista da CEI e ligados à FUA (Frente Unida Angolana), dos quais se destacaram Hélder Neto, Henrique Abranches, Adolfo Maria, conseguiram sair de Portugal e criaram em Argel o Centro de Estudos Angolanos (CEA) de carácter marxista-leninista. Estes jovens não eram militantes do MPLA mas mantinham estreitas relações com Agostinho Neto. O CEA levou a cabo, durante anos, uma intensa actividade, tendo elaborado uma “História” de Angola e vários manuais de alfabetização destinados a serem utilizados nos campos de treino no Congo-Brazzaville e na Zâmbia. Exerceram também uma forte influência política na delegação do MPLA em Argel.

O Congresso Constitutivo da União Geral dos Estudantes da África Negra sob domínio colonial português (UGEAN)

Das reuniões tidas na Alemanha, de Maio a Junho de 1961, com o conjunto de estudantes que aí se encontravam, resultaram várias decisões importantes.

1. a necessidade urgente da realização de um congresso constitutivo;

2. a participação de uma delegação de jovens estudantes das colónias portuguesas no Fórum da Juventude de Moscovo em Agosto de 1961;
3. nomeação de uma direcção provisória composta por Carlos Horta, Edmundo Rocha, Fret Lao Shong e Luiz de Almeida;
4. procura de apoios financeiros, atribuição de bolsas de estudo (já na previsão da saída dos estudantes de Portugal), junto dos organismos estudantis progressistas na Europa Ocidental e nos países socialistas e junto da UIE (União Internacional dos Estudantes, com sede em Praga e de tendência comunista). A UGEAN alinhava no plano ideológico com os movimentos de libertação nacional.

Em Agosto de 1961, os estudantes da CEI no exterior estiveram pela primeira vez representados numa reunião internacional, o Fórum da Juventude, em Moscovo. A delegação era constituída por Carlos Horta, Fret, Pinto da Costa, Carlos Rocha e o autor. No Fórum houve uma grande aproximação com as delegações brasileira e portuguesa do MUD Juvenil e da União dos Estudantes Comunistas. O Fórum permitiu-nos estabelecer relações com outras organizações estudantis progressistas, sobretudo africanas, e também com a poderosa UIE. O autor é então encarregado de organizar em Rabat (Marrocos) o Congresso Constitutivo da UGEAN. De passagem por Praga, obtém importantes apoios da UIE. Em Rabat, graças ao apoio de Marcelino dos Santos, e também graças à ajuda eficaz em meios materiais, financeiros e humanos do governo marroquino e do rei Hassan II e da União dos Estudantes Marroquinos (UNEM), realizou-se em Setembro de 1961 o primeiro Congresso dos estudantes dos países africanos sob domínio português. Entretanto, já se tinha dado a “fuga dos cem” e, de Paris, a maioria sobretudo dos elementos pró-MPLA e PAIGC, tinha ido para o Ghana.

Vieram numerosas delegações tanto do Ghana, como do Zaïre, da Europa Ocidental, da Guiné e Senegal, do Brasil (Fernando Mourão) e dos EUA. Delegações de convidados, UIE, países socialistas, marroquinos e argelinos. Foi ocasião para o lançamento oficial da UGEAN, a expressão internacional da CEI. Tanto Amílcar Cabral, como Viriato da Cruz, Mário de Andrade, Marcelino dos Santos, Aquino de Bragança estiveram presentes

e manifestaram o total apoio das respectivas organizações políticas.

Este Congresso permitiu demonstrar a enorme vitalidade dos jovens estudantes africanos e o seu desejo de participar nas lutas de libertação nacional. As vidas de muitos de nós foram profundamente alteradas após a reunião de Rabat. Muitos decidiram acabar os seus cursos em diversos países, interrompidos pela “fuga dos cem”, para mais tarde integrarem os diversos movimentos nacionalistas. Outros dirigiram durante anos a UGEAN. Mas muitos de nós, sobretudo os que já tinham acabado os cursos, integraram directamente os diferentes movimentos.

No Congresso de Rabat realizou-se aquilo que nunca poderia ter sido feito em Portugal submetido à opressão fascista, a demonstração da grande maturidade política da juventude africana, o desejo real de participação nas lutas político-militares dos nossos povos e constituiu o natural prolongamento das actividades clandestinas dos estudantes da CEI em Portugal projectando-as para a cena internacional.

O Corpo Voluntário de Assistência aos Refugiados Angolanos (CVAAR)

A direcção exterior do MPLA, sediada em Conakry (Guiné), necessitava desesperadamente de se aproximar de Angola, a fim de dirigir a actividade política e militar no interior do país, após os acontecimentos de 4 de Fevereiro, que marcou o início da luta armada.

No entanto, a reputação de organização marxista que o movimento tinha granjeado e as suas conotações notórias com os países socialistas levantavam dificuldades à sua instalação no Congo-Leopoldville (Zaire), país onde a UPA de Holden Roberto beneficiava de fortes simpatias e alianças junto do governo zairense pró-ocidental e também junto das populações angolanas refugiadas ao longo da fronteira com Angola, de maioria kikongo. Nestas condições, a instalação do MPLA em território zairense constituía uma aposta extremamente difícil. Mesmo o número de militantes do MPLA organizados por Matias Miguéis, que conseguira escapar à prisão dos cinquenta em 1959 pela PIDE e que foi um dos fundadores do amplo MPLA, em 1956, era muito reduzido. Mas não havia, naquela época, outra alternativa.

Imaginou-se então um estratagema que permitiu introduzir no Zaire os elementos políticos

e militares do MPLA: o CVAAR, a “operação das batatas brancas” por que ficou conhecida. Esta era uma organização constituída por médicos e enfermeiros, todos eles voluntários e que tinha por finalidade a assistência às centenas de milhares de refugiados que a guerra em Angola tinha lançado para o Zaire. O CVAAR compreendia uma dezena de médicos angolanos, antigos estudantes da CEI (Américo Boavida, Eduardo dos Santos, Hugo de Menezes, João Vieira Lopes, Mário de Almeida, Videira, Boal, Carlos Pestana, Rui de Carvalho e o autor) os quais exerceram durante cerca de três anos um notável apoio assistencial aos refugiados e desenvolveram também uma importante acção política junto dessas populações, por vezes com o risco da própria vida, permitindo de facto a implantação do MPLA no Zaire.

Neto assume o poder, mas o MPLA é expulso do Zaire e refugia-se em Brazzaville. O CVAAR é encerrado, após uns três anos de um trabalho extraordinário junto das populações africanas. Foi a primeira ONG (organização não-governamental) que trabalhou gratuitamente para os angolanos. Os antigos estudantes da CEI que militavam no CVAAR viram-se obrigados a emigrar, a maioria para a Argélia, outros para França e Holanda e outros para o Ghana e Marrocos.

No entanto, o afastamento não significou a ruptura total, pois muitos de nós reintegram o MPLA anos depois, tendo mesmo chegado a desempenhar papéis importantes na frente leste durante anos, ou tendo levado a cabo missões decisivas e determinantes durante a guerra entre os movimentos de libertação em 1975.

Conclusões

Esse amplo movimento político dos estudantes das diferentes colónias portuguesas no seio da CEI, radicalizado em 1957 com a criação do Movimento Anti-Colonialista e, mais tarde, em 1959, com a organização do Movimento dos Estudantes Angolanos em Portugal e que culminou em 1961 com a “fuga dos cem”, o Congresso de Rabat, a sua projecção no movimento estudantil internacional e a participação na luta de libertação nacional, teve profundas consequências.

1. A hemorragia de quadros políticos na CEI causada pela “fuga dos cem” deixou um enorme vazio e conduziu ao enfraquecimento do movi-

mento dos estudantes da corrente nacionalista progressista. No entanto, os estudantes que ficaram em Portugal tentaram manter o espírito lutador da CEI e, com efeito, três meses após a “fuga dos cem”, reúnem em pleno mês de Agosto, uma importante Assembleia presidida por Júlio Correia Mendes, que remodela os estatutos — imposição governamental — e assume medidas provisórias até à eleição em fins de Dezembro/61 do grupo conduzido por Carlos Ervedosa e Paulo Jorge, o qual celebrou em Janeiro/62 com extraordinário êxito uma semana cultural, presidida por Arménio Ferreira.

Entretanto, a actividade das massas estudantis das colónias portuguesas inquieta cada vez mais o poder fascista e colonialista. Em 1965 a CEI encerra definitivamente as suas actividades por imposição governamental.

Muitos jovens africanos que não puderam participar na “fuga dos cem” por razões técnicas ou de engajamento político, manifestaram sentimentos de ressentimento e de frustração, desconhecendo eles os caminhos tortuosos, repletos de espinhos, de decepções, de conflitos e de traições, de amores desfeitos e de carreiras interrompidas, que aqueles que saíram de Portugal em 1961 foram obrigados a percorrer durante quinze anos. Nem tudo foram rosas, nem todos subiram ao altar da glória.

2. O grande movimento dos estudantes africanos em Portugal, tendo como epicentro a Casa dos Estudantes do Império, teve aspectos marcantes, constituindo ao longo de duas décadas um dos pólos do desabrochar da consciência nacionalista de centenas de jovens e que foi determinante na luta de liberta-

ção nacional e na conquista das independências. Esse movimento foi marcado por várias etapas.

Com efeito, os anos de 50 a 57 foram essencialmente de maturação, de consciencialização, e de afirmação da nossa identidade africana. Foram os ANOS DO VERBO, movimento esse iniciado pela geração dos “mais velhos” e prosseguido pelas gerações seguintes.

Depois, a criação do Movimento Anti-Colonial em 1957 e do Movimento dos Estudantes Angolanos em 1959 marcaram uma etapa nova e superior, demonstrando a necessidade e a possibilidade duma mobilização política da juventude da Casa dos Estudantes do Império no contexto fascista-colonialista português, no coração mesmo do opressor. Foram os anos do PANFLETO POLÍTICO.

Enfim, o início da luta armada de libertação nas colónias e a pronta e generosa resposta dos estudantes africanos da CEI atestada pela “fuga dos cem”, o engajamento no CVAAR de uma dezena de médicos angolanos e o envolvimento nas lutas político-militares de libertação, demonstraram um elevado grau de consciência política, em perfeita consonância com a época histórica.

A participação da juventude africana da Casa dos Estudantes do Império nas lutas de libertação das colónias portuguesas, tanto nas actividades clandestinas em Portugal como mais tarde na luta política e armada, situados em quadrantes ideológicos diferentes e com graus de engajamento muito variado, confere a esses jovens e à CEI um lugar inesquecível na história de todos os países colonizados por Portugal.

20 de Outubro de 1996.

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO



20º ANIVERSÁRIO

A Casa dos Estudantes do Império fez de mim um escritor

PEPETELA*

Pouco importa a valia do que se escreve. Muito mais que o talento ou a própria qualidade da escrita, o que conta é a visão da vida, o posicionamento face à realidade. Escritor é aquele que sente a necessidade de transmitir algo que sente, seja objectivamente importante ou não. Para ele é importante, e é isso obviamente que conta. Por isso usa as palavras para dar a conhecer, talvez primeiro a si próprio, depois aos outros (se tem a petulância de considerar que alguém se interesse pelo que tem a dizer) o que em determinado momento a sua vivência lhe dita.

É nesse sentido que devo afirmar que, se escritor de facto sou, em grande parte o devo à CEI. Desde menino tinha o gosto pela leitura, numa voracidade que misturava os romances de aventura (os Salgari, os Júlio Verne, ou Alexandre Dumas) aos romances policiais, aos Eça e Camilo, às bandas desenhadas e Hans Christian Andersen. Daí a tentar os primeiros contos foi só um passo, especialmente quando na escola primária tínhamos por obrigação fazer redacções sobre a vaca e o cão e eu achei mais interessante fugir dos caminhos batidos e criar estórias de onde se depreendessem as utilidades de tais animais domésticos.

E certamente pararia por aí, levado por outros interesses mais imediatos, quiçá mais rentáveis. Foi quando surgiu a CEI na minha vida. E tudo mudou.

No seu ambiente, fui encontrando pessoas que me davam a ler poesias e contos que falavam da terra que fora forçado a abandonar tão novo. Nas discussões ia descobrindo que a emoção sentida

aos treze anos, na nossa Benguela de todos os mitos, ao ouvir Aires de Almeida Santos declamar os seus poemas num almoço de confraternização no Cavaco que me provocaram o choque de pela primeira vez ser confrontado com a realidade e as coisas e os sons e os sabores que de tão triviais nem neles reparava, descobri, dizia, que essa emoção era afinal sentida porque despertava o amor pela terra e as cores e os cheiros que abandonara e que tinham moldado a minha infância de lendas e estórias ouvidas nos serões de quintal da casa paterna.

Foi na CEI que aprendi que os poemas e os contos falavam de realidades fundamentais nunca racionalizadas pela tenra idade. E o inato gosto pela escrita se transformou, de mero passatempo solitário e irresponsável, em necessidade consciente de ajudar a combater uma ordem social mais adivinhada que sentida como injusta. O apelo da terra deixou de ser apenas algo de emotivo para se tornar razão de ser.

E também foi na CEI que apareceram os primeiros críticos, que liam os meus despreziosos contos e me desancavam quando necessário, realçando aquilo que lhes parecia interessante. É assim que se aprende e se encoraja. Das leituras na biblioteca da CEI entrei em contacto com a História da África e a sua Arte, colhi imagens e ideias que acabaram por me fazer abandonar o curso de Engenharia e mais tarde enveredar pela Sociologia. Não tanto pela Ciência Social em si, mas como a aquisição dum instrumento que me permitiria conhecer uma realidade que, mais cedo ou mais tarde, eu sabia, haveria de descrever. Aí sim,

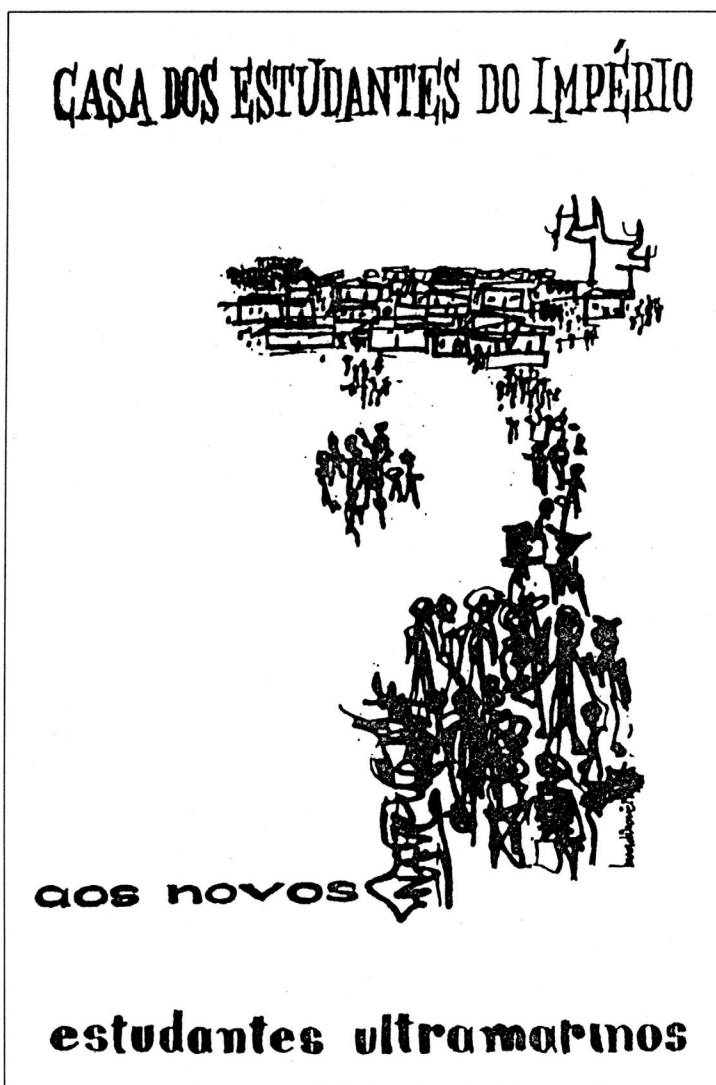
* Escritor e sociólogo angolano. Professor na Universidade Agostinho Neto. Colaborador da Mensagem (CEI).

já era escritor em projecto. Também nisso a Casa foi determinante.

Quando hoje tanta gente desconhece o passado relativamente recente e menospreza as fontes do nacionalismo dos nossos países, acho justo men-

cionar a minha dívida para todos os amigos que fizeram e continuaram a Casa dos Estudantes do Império. Apenas para que conste.

Março de 1994.



O «Espírito» da CEI

JORGE QUERIDO*

Numa das minhas passagens pela prisão do Aljube, em 1961, o Inspector Pereira de Carvalho, a meio de um animado interrogatório, por sinal infértil para a PIDE, berrou, irado, que sabia muito bem que eu era um activista da Casa dos Estudantes do Império, “esse covil de comunistas e de terroristas”.

Essa expressão impregnada de muito ódio, saída da boca de um agente salazarista, longe de me impressionar, fez, na altura, crescer dentro de mim o orgulho que sentia em pertencer à CEI e em contribuir para que ela continuasse sendo, cada vez mais, um farol que, na longa noite fascista, iluminava e guiava os jovens das colónias que chegavam a Portugal para prosseguir os seus estudos.

A Casa dos Estudantes do Império era um dos poucos oásis de democracia e de liberdade que ainda sobreviviam no vasto deserto colonial-fascista; era um corpo vivo, uma autêntica instituição de educação informal que complementava e orientava a formação de estudantes africanos, inculcando-lhes valores como os de liberdade, de democracia, de tolerância e, sobretudo, a nós africanos, despertava-nos para a nossa própria identidade e ensinava-nos como combater a alienação mental e cultural provocada por séculos de dominação colonial.

Foi o que aconteceu comigo.

Embora já tocado, ainda em Cabo Verde, pelos gérmens da revolta contra uma situação colonial injusta e degradante, foi na Casa dos Estudantes do Império que obtive respostas a muitas das minhas interrogações e inquietações e foi aí que, em contacto diário, fraterno, amigo e enriquecedor com colegas da Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, pude conhecer, em toda a sua dimensão, a verdadeira face do colonialismo.

Na CEI, as nossas contradições, as nossas diferenças culturais, ideológicas ou outras eram debatidas franca e descomplexadamente.

Os nossos confrontos de ideias, ainda que por vezes implicassem incursões por terrenos difíceis e muito delicados, em vez de nos dividir, fortaleciam a nossa coesão.

A CEI, sem dúvida, engendrou um “espírito” que marcou gerações e que teve um papel importantíssimo na edificação dos novos países africanos que foram colónias portuguesas.

Aproveito esta oportunidade para saudar todos os meus antigos companheiros da Guiné, São Tomé, Angola e Moçambique que, imbuídos da certeza que sempre nos animou, continuam lutando por um mundo melhor.

Setembro de 1996.

* Engenheiro caboverdiano, activista da CEI de Lisboa.

Uma nova «Casa»*

PERCY FREUDENTHAL**

Foi há 50 anos criada a Casa dos Estudantes do Império que, ao longo deste período, escreveu tanto da nossa história comum. Com a republicação das Antologias de Poesia pretendemos prestar uma singela homenagem à Casa, como nós a conhecíamos, lembrando que foram jovens estudantes oriundos do então vasto império colonial, jovens na sua maioria filhos da pequena burguesia e do funcionalismo, que lhe deram origem. Ao longo dos anos os estudantes ultramarinos continuaram a engrossar as fileiras de sócios em Lisboa, em Coimbra, no Porto, ao mesmo tempo que se diversificavam as suas proveniências sociais, raciais, étnicas. O desenraizamento, a língua e a escola foram unindo aqueles jovens; para a maioria foi a descoberta e o melhor conhecimento do Outro, do maconde, do brâmane e do pária, da jovem umbundo, das mornas e coladeiras, dos sabores de São Tomé, dos balantas e bijagós, da mancarra, da ginguba ou do amendoim, isto em simultâneo com marxismos, fascismos, Ghandi, Frantz Fanon, Salazar, Sekou Touré, Fidel; e discutia-se e estudava-se Che, Nicolas Guillén e Neruda. Acreditávamos na renovação do Homem. No Rialva, em frente da sede, discutia-se Camus. Víamos a *Alma Boa de Ze-Zuan* e *À Espera de Godot*. Discutia-se o último golo do Sporting; nos Santos Populares misturávamos uma pinga, bacalhau, lembrávamos o sabor da pitanga e depois de uma desgarrada íamos dançar um merengue ou um baião. E exilávamo-nos, e combatíamos pela independência de novos países e crescíamos. Éramos

a geração do optimismo, a geração da esperança, a geração das ideologias. Não vou agora nem será este o momento para desenvolver o tema da importância que a Casa dos Estudantes do Império teve na formação de homens ou no aproximar de gentes e culturas diversas que por força das circunstâncias tiveram de viver uma vida em comum. A quantidade imensa de iniciativas culturais e a enorme qualidade de algumas delas, foram e continuarão a ser, estou certo, objecto de estudos aprofundados. Também não pretendo falar sobre o destino de muitos de seus associados cuja actividade foi e é tão determinante nos vários países onde optaram por viver. A relação da Casa com os restantes movimentos estudantis portugueses, a relação da Casa com o poder constituído, o seu grau de independência face ao mesmo poder, os vários incidentes de percurso, a sua democraticidade interna, a relevância da sua política editorial, outros e noutras ocasiões os abordarão.

Neste momento queria apenas lembrar que em Setembro de 1965 foi a Sede da Casa no Arco do Cego brutalmente encerrada, tendo sido espoliada de todos os seus bens pela extinta PIDE. Esta sede, ainda hoje vaga e esperando o seu legítimo ocupante, foi local de encontro e de realização de tantos e tão significativos acontecimentos que tanta importância viriam a revelar no futuro. Parecia ter desaparecido para sempre por imposição de uma política violentamente cega e autista.

Cerca de 30 anos mais tarde um grupo de ex-sócios da CEI, poucos ao princípio, depois mais e

* Alocução proferida na sessão de lançamento da reedição das Antologias de Poesia da CEI.

** Gestor de empresa. Director da Secção de Estudos Ultramarinos da CEI. Presidente da ACEI de 1993-95.

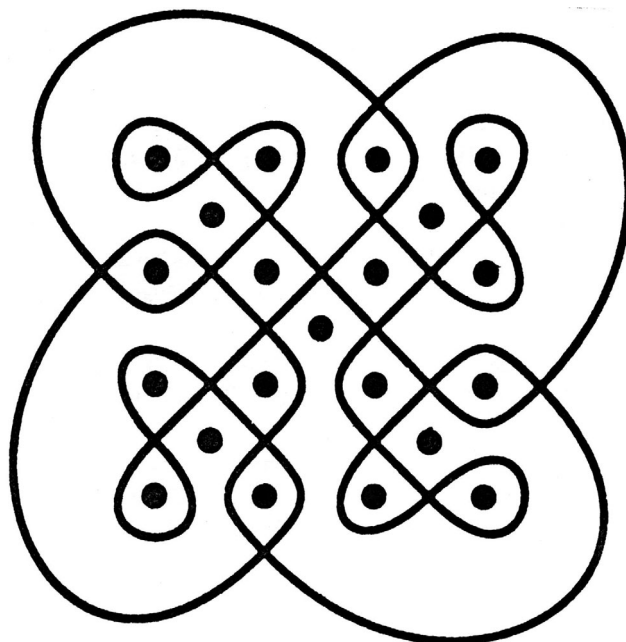
hoje muitos mais reúnem-se em Lisboa, Cabo Verde, discutem publicamente através da rádio em Moçambique, em Angola, na Guiné, em São Tomé e Príncipe e no Brasil e decidem criar uma associação que além do nome vai buscar as suas raízes mais profundas à CEI, prosseguindo-a. Pretende reaver a sede em Lisboa, símbolo maior da sua vivência, pretende criar polos espalhados lá onde existam ex-sócios da CEI, pretende aproximar novamente as gentes e culturas diversas, criar um espaço e um tempo onde os homens possam reflectir e trocar experiências e pretende perpetuar este tipo de instituição abrindo-a aos jovens estudantes desenraizados, que hoje são tantos e tantos problemas têm.

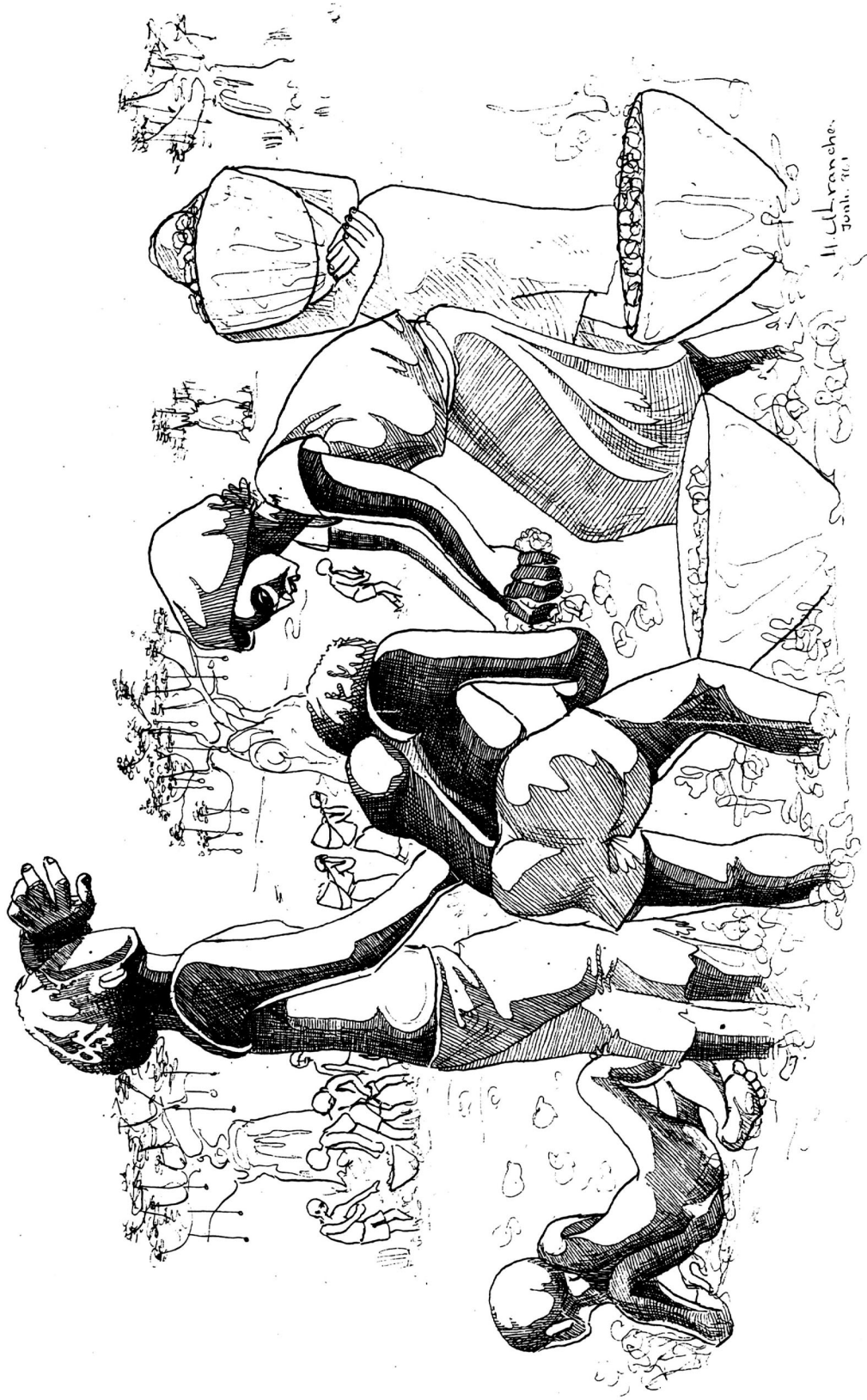
Como há 50 anos, os estudantes têm de estudar mas têm também de dormir, comer e encontrar locais onde possam estudar, conviver e aprender a respeitar a diferença. Mas para um programa que

consideramos tão vasto, necessitamos claramente de apoio dos órgãos oficiais dos diversos países lusófonos. Parece claro haver grandes vantagens mútuas em apoiar uma Associação com as características da nossa, uma Associação que venha a ser gerida por estudantes que através dela procurarão minorar os problemas que afectam estes jovens desenraizados e simultaneamente será um espaço para mais velhos, que deverão perpetuar convívios culturais e amizades que perdurem para além dos continentes, dos tempos e quiçá das políticas.

Provavelmente por inépcia nossa não fomos capazes de passar convenientemente este tipo de mensagem. Julgo que no futuro haverá que lançar novas iniciativas no sentido de dar a conhecer melhor o passado da CEI e aprofundar vias futuras para a ACEI.

15 de Dezembro de 1994.





H. Ultraranche
Juni. 71

2. FRAGMENTOS

A propósito de um poeta cabo-verdiano*

MÁRIO PINTO DE ANDRADE**

A Secção de Cabo Verde da Casa dos Estudantes do Império está de parabéns pela edição de “Linha do Horizonte” — Poesia de Aguinaldo Fonseca.

Aguinaldo Fonseca reúne neste seu primeiro livro 30 poemas que ultrapassam o horizonte das ilhas de Cabo Verde, e o seu valor real, quanto a mim, reside essencialmente nesta mensagem de esperança e de luta que nos transmite desde o princípio ao fim do livro:

O fim dum sonho é o começo doutro,
Cada horizonte outro horizonte aponta,
E uma esperança morta outra esperança aquece.

(I — «Círculo»)

Parece-me que até à data, desde os primeiros ensaios dos jovens poetas de Cabo Verde, se tinha tornado quase proverbial que a poesia cabo-verdiana era aquela que cantava a prisão das ilhas. Ámo-nos habituando a auscultar o coração dum povo no vento que soprava esses poemas, na desesperança de ter que ficar, quando o sonho era partir... Era a evasão das cadeias marítimas, das saudades de menino, da lembrança da Mamã-Grande cochilando na sua cadeira de balanço. A nossa reacção humana seria talvez a solidariedade com a «desgraça»:

O Mar!
Dentro de nós todos,
No canto da Morna.

No corpo das raparigas morenas,
Nas coxas ágeis das pretas,
No desejo da viagem que fica em sonhos de muita gente!

Este convite de toda a hora
Que o Mar nos faz para a evasão.
Este desespero de querer partir
E ter que ficar!

(de “Poema do Mar” — Jorge Barbosa)

Já fogem, contudo, desta “poesia fechada” alguns poetas como Nuno Miranda e António Nunes. Claro que é patente ainda na obra de Aguinaldo Fonseca a influência ambiental da sua terra, quando nos fala de marinheiros e a construção metafórica do poeta é feita de velas, ondas, dunas, ventos e navios:

Uma luzinha distante
E um farol cuspidando luz
Na cara negra da noite.

Tudo é salgado e saudoso.

Ventos com ondas às costas
Fazem tremer a taberna,
Que é um navio ancorado.

...

(8 — “Taberna à Beira-Mar”)

* Jornal Magazine da Mulher. Lisboa, 24 Junho 1951.

** Político e ensaísta angolano (1928-1990), um dos fundadores do Centro de Estudos Africanos (Lisboa). Primeiro presidente do MPLA.

Ele quis deixar inscrita a saudade pelos temas do mar, mas uma saudade que reveste um outro carácter mais geral. Porque Agualdo Fonseca emigra, não para as terras da América, mas para o humano, para o fundo comum de energias que há em todos nós, quer latentes — por despertar, quer despertas — por exprimir-se. E este é o verdadeiro caminho duma poesia humana da hora presente, uma “poesia aberta”. O que interessa, afinal, fundamentalmente, é que o poeta, sem a necessidade expressa de ser impessoal, se apresente como intérprete das aspirações do seu povo, recriando os seus problemas.

Note-se que a chamada literatura do Ultramar, geralmente produzida por europeus ou nativos europeizados sem formação cultural e social dos problemas da sua região, não consegue enquadrar no “seu” conjunto, esta poesia cabo-verdiana. E ainda bem. Alguma coisa se salva. A literatura cabo-verdiana não tem qualquer ponto de contacto com a chamada do Ultramar porque o autor cabo-verdiano funda-se nas suas realidades ambientais. A própria história da colonização do Arquipélago é diferente da das outras possessões africanas. Daí resulta também que a realidade cultural e social se apresenta de modo diverso. Não deixa de ser notória a identificação do cabo-verdiano “tout court” com as suas presenças virtuais. Apraz recordar sempre um caso único no Ultramar Português: Baltazar Lopes da Silva, um nativo, cultor dos crioulos cabo-verdianos, bastamente preparado na ciência filológica.

E quando o europeu tenta, por vezes, escrever de dentro, observando Cabo Verde de fora, a obra (poética ou de ficção) sai-lhe artificial, mesmo que ele ame com toda a sua potencialidade, o humano de Cabo Verde. Para além das roupagens estilísticas, o que deve ficar vibrando na obra de arte lite-

rária é a interioridade do artista. Veja-se a propósito, “Morna” — Contos de Cabo Verde, de Manuel Ferreira. Como este autor europeu nos seus contos se distancia de Baltazar Lopes da Silva no seu belo e muito humano “Chiquinho”. Veja-se a propósito de “Morna”, a crítica redondamente falsa de João Gaspar Simões.

O poeta de “Linha do Horizonte”, que não consegue ainda em muitas das suas composições o melhor aproveitamento do ritmo das palavras, é, contudo, duma sensibilidade nova noutros poemas como este, não incluído no volume presente:

Corpos e corpos no chão
Hirtos e silenciosos.
Corpos e corpos em fila
Com suas covas ao lado.

Chora o Povo, chora
Chora abertamente
Como criança magoada.
Desfolha a sua saudade
Sobre brancas ligaduras
Cobrindo corpos de sangue

.....

Como escrevi a princípio, Agualdo Fonseca ultrapassa o horizonte de Cabo Verde. Mas para este “ultrapassar” ele bem pode e deve servir-se da alma e dos anseios do próprio Povo. Ao preferir um extremo impessoal a contrapor àquele extremo insular, a sua virtualidade poética perde um pouco. Para chegar à universalidade humana, partamos de nós, das ansiedades circundantes.

Entretanto, “Linha do Horizonte” representa satisfatoriamente um dos muitos esforços de expressão da consciência do Poeta, aquela consciência que “é a de todos e por todos fala”.



Memória dos Anos 50*

FERNANDO AUGUSTO A. MOURÃO**

[...] **N**essa época, cabia-nos a responsabilidade de organizar e manter a Biblioteca da CEI. Nessa ocasião Agostinho Neto, já quase que inteiramente dedicado aos assuntos pertinentes à organização política dos jovens, encontrava tempo para discutir longamente sobre problemas centrais e periféricos relativos à identidade africana, especialmente sobre sua vivência angolana. Neto interessou-se desde logo pelo nosso projecto de, a par de aumentar o acervo de livros de literatura, onde Jorge Amado e os escritores do ciclo do Nordeste, entre eles, Graciliano Ramos, José Lins do Rego e tantos outros, eram disputados pelos jovens leitores, se dar um melhor aproveitamento às obras relativas à história e à etnografia africana. Embora inicialmente o acervo, neste campo, fosse limitado às edições oficiais, procurávamos extrair as passagens mais informativas sobre a maneira de viver dos povos africanos. A Antropologia Colonial, a mais antiga, oferecia relatos mais fiéis, enquanto os livros mais recentes padeciam cada vez mais de uma visão ufanista relativa às excelências do que se dizia ser a missão colonial, principalmente no seu eixo dito civilizador. Neto conseguia tempo para fazer leituras especializadas e incentivávamos a divulgar certos trechos junto aos jovens colegas que buscavam elementos pertinentes a uma identidade. Faltavam-nos textos que nos permitissem estudar os fenómenos da resistência cultural, anunciado, entre outros, pelos poetas, pelos jovens contistas. Era um tempo de busca, de esclareci-

mento. A metodologia tinha dupla entrada: os textos dos sociólogos brasileiros, tais como Guerreiro (?) Ramos e até certo ponto Gilberto Freyre, que logo nos decepcionava com os seus escritos tardios resultado de uma apressada viagem ao continente africano, e, paralelamente, a literatura política: como identificar a cultura africana, quais as suas clivagens diferenciais? A literatura de que dispúnhamos não dava respostas satisfatórias. A poesia e o conto, sim, mas os textos etnográficos eram para nós, naquela época, insuficientes, ou porque o eram mesmo ou porque nos faltava treino nessas áreas das Ciências Humanas, que a Universidade não estudava. Recordo uma tentativa utópica de conseguirmos as obras de Price-Mars, um dos precursores do movimento de negritude que, naquela época, chamava a nossa atenção. Conseguimos o endereço da editora, a Livraria La Caravele, em Port au Prince. Neto, a par de nossas buscas, tinha o cuidado, de como mais velho, não nos desestimular. Claro está perguntava-nos pela tão esperada encomenda... Neto não só se apercebia da importância de dominar uma metodologia que permitisse um melhor esclarecimento sobre temas centrais para nós, à época, a identidade cultural, a identidade nacional, como incentivava essas buscas e nos livrava da crítica de colegas mais radicais para quem só aparentemente a literatura política contava.

Hoje tenho a sensação de que redescobrimos a roda. Acredito que, de certo modo o mesmo se

* Excerto de "O contexto histórico-cultural de criação literária em Agostinho Neto: memória dos anos cinquenta" *África*: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 14-15 (1): 55-61, 1991/1992. Título da responsabilidade do Editor.

** Sociólogo e professor universitário brasileiro. Director da Secção de Estudos Ultramarinos e da Biblioteca da CEI.

havia já passado, pelo menos em parte, em relação aos integrantes do Centro de Estudos Africanos, talvez com exceção dos donos da casa, a família Espírito Santo, que convivia por tradição familiar com o nativismo e outras manifestações culturais do seu passado¹. Após um período em que os ecos do panafricanismo e de outros movimentos antilheses, americanos e mesmo africanos, se faziam presentes, embora de forma muito tênue, após os anos trinta o distanciamento imperou e foi-se perdendo essa memória. Os remanescentes dos movimentos africanos que se desenvolveram em Lisboa viviam isolados. O corte das gerações foi trágico, quer para os mais velhos, quer para os mais novos. Quando de nossa transferência de Coimbra para Lisboa surgiu a oportunidade de frequentar a casa da viúva Assis, como era conhecida, a viúva de António de Assis Júnior, onde muito aprendemos acerca de um universo que nos atraía. Felizmente que essas surpresas continuam. Recentemente tivemos a oportunidade de encontrar em São Paulo, onde mora, o engenheiro Hermínio Paquete, membro de uma das famílias tradicionais de São Tomé e que participou de vários movimentos culturais e políticos nas primeiras décadas do século. A casa da família Espírito Santo, a que já nos referimos, permitiu, sem dúvida, uma aproximação de gerações e a transmissão de um caldo de cultura em vias de se perder. O surgimento do movimento Vamos Descobrir Angola, em Luanda, que congregou tantos jovens talentosos, entre os quais Viriato da Cruz, é um exemplo das várias manifestações que voltavam à tona no campo de uma busca da identidade. Enquanto os jovens em Luanda viviam no seu próprio ambiente contando com a presença de intelectuais de várias gerações, enquanto em Lisboa se contava ainda com a presença de remanescentes de famílias tradicionais das então chamadas colónias, em Coimbra o isolamento era total. A maioria dos jovens recém-chegados, com raras exceções, refletiam o quadro cultural que o sistema de ensino colonial permitia. Faltava algo entre as suas ainda curtas histórias de vida, o passado comum, e o mundo novo que se lhes abria. Os avanços no campo da consciência política ficavam como que prejudicados ante uma situação caracterizada por uma certa ambiguidade decorrente de uma área extremamente nublada em termos de identidade. A marca racial, a marca cultural, a marca social, eram uma realidade, mas apresentavam-se de forma muito ambígua. A geração de Agostinho Neto havia de certo modo ven-

cido em parte esta etapa, uns mais do que outros, consoante a sua maior ou menor experiência familiar e, ainda neste caso, em decorrência da história de vida de cada família e mesmo dos espaços de origem. A partir daí, para as gerações que se sucedem², o universo africano é amplamente prejudicado face ao universo europeu. Havia portanto que redescobrir a roda, e foi o que de fato aconteceu. A partir de leituras várias, das histórias da vida, das várias práticas, aos poucos surgem as linhas mestras de uma reconstrução, já do domínio de uns, mas desconhecida de outros. Agostinho Neto, já na sua fase coimbrã, juntamente com Orlando de Albuquerque, entre outros então jovens estudantes, dedica-se à divulgação da literatura africana, iniciativa que na época teve muita importância. Os caminhos estavam abertos, mas para os mais jovens persistia o problema da identidade, da clarificação do processo em termos da relação entre a sua própria prática de vida, suas causas e as práticas do passado africano³. Agostinho Neto, que já se havia transferido de Coimbra para Lisboa e engajado na luta política, tinha uma noção clara da importância do problema da redescoberta para os jovens de sua identidade. Nas suas passagens por Coimbra, ou nos encontros em Lisboa, quer na residência do então estudante de agronomia, Humberto Machado, quer no Clube Marítimo, não perdia a ocasião de se inteirar dos projetos e realizações da então Biblioteca da Casa dos Estudantes do Império e, mais tarde, da então Secção de Estudos Ultramarinos (designação corrente à época), setor que dirigimos quando de sua criação, até certo ponto, uma continuação do Centro de Estudos Africanos. Neto fazia referências à sua história de vida, ao universo no qual vivera e colocava em evidência as contradições que naturalmente afloravam no mundo dos jovens, cada vez mais presos a um sistema educacional dirigido. O núcleo coimbrão que contava com a colaboração de Fernando da Costa Campos, João Vieira Lopes, angolanos, Manuel de Jesus Monteiro Duarte, caboverdiano, ou simplesmente o Manuel Duarte, o saudoso Manecas, entre tantos outros, dividia-se nas múltiplas actividades da CEI: a editoração de um boletim, o “Meridiano” e uma participação continuada no campo dos estudos africanos, que passaram a contar com um apoio externo. Mário de Andrade, nessa altura já em Paris, ajudava-nos às vezes a seleccionar e, o que era importante, a conseguir descontos — desconto de editor, pois Mário de Andrade à época trabalhava na redacção

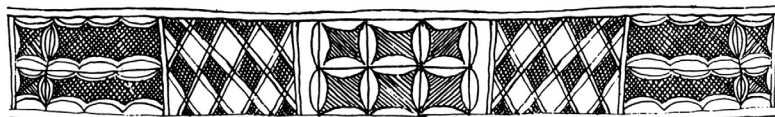
da *Présence Africaine* —, o que permitiu que a Biblioteca da CEI de Coimbra passasse a contar com as obras publicadas pela *Présence Africaine* e pelas editoras francesas que editavam estudos referentes ao continente africano, e já de autores africanos, principalmente no campo da literatura. É nessa altura que descobrimos, entre os clássicos, Baumann e Westermann, Frobenius e tantos outros. As sucessivas viagens a Paris permitiram o enriquecimento dessa pequena Biblioteca que, face ao perigo de uma intervenção das autoridades da época, teve boa parte de seus títulos mais representativos transferida para a sede do Clube Ateneu de Coimbra, graças às amizades de Fernando da Costa Campos, que nos permitiram pôr a salvo um bom número de obras literárias, políticas e no campo das ciências sociais. Agostinho Neto visitou várias vezes o Ateneu, onde passamos a realizar algumas das reuniões culturais e sociais face à instabilidade que a CEI passou a viver. Neto, dividido entre suas tarefas políticas, quer num quadro português, quer num quadro angolano, não regateava tempo para voltar às discussões culturais que haviam animado o já desativado Centro de Estudos Africanos, de Lisboa. [...]

¹ Este assunto é tratado em vários escritos de Alfredo Margarido, entre os quais os reunidos em *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.

² Estamos utilizando a expressão *geração* em termos de geração estudantil, o que na época tinha a sua importância.

³ Se o problema da identidade era central para os jovens estudantes africanos e, para o atingir, tornava-se necessário aprofundar

o quadro dos estudos em torno do continente africano, quer no plano da redescoberta das culturas tradicionais, quer no plano das sociedades africanas modernas, entre estas algumas já independentes, como foi o caso de Ghana, para nós o continente africano que nos fôra dado como um continente 'a civilizar', foi um desafio intelectual e humano. A tentativa de sentir a estética africana, quando visitamos e trabalhamos em numerosos museus em Lisboa, o da Sociedade de Geografia de Lisboa, por exemplo, em Paris o Museu do Homem, o Museu das Colônias Francesas, além de outros, inscrevia-se nesse desafio. A leitura de textos clássicos da literatura colonial, como os de Capelo e Ivêns, Henrique de Carvalho e tantos outros, a par da moderna literatura africana, quer no plano da literatura propriamente dita, a ficção, a poesia quer os ensaios, as obras editadas pela *Présence Africaine*, em Paris — os primeiros ensaios desse amigo inesquecível, Cheik Anta Diop, com quem trocávamos idéias desde os idos de 1954 e mais tarde nosso colega no Comitê Internacional para a Redação de uma História de África, UNESCO, — em muito contribuíram para encontrar e para outros reencontrar a identidade africana. Esse encontro já anunciado pelos artistas e pela literatura, tardava no campo das Ciências Sociais, assim como o seu reconhecimento pelo chamado mundo culto. Essa busca foi o cerne das atividades culturais da Casa dos Estudantes do Império, quer das atividades da Secção de Estudos Ultramarinos de Coimbra, e, mais tarde em Lisboa, quer da Coleção Autores Ultramarinos, quer do "Meridiano", quer de "Mensagem" e de tantas outras iniciativas levadas a efeito na Casa dos Estudantes do Império e, em certas ocasiões, fora desse espaço, como as que foram desenvolvidas no Ateneu de Coimbra e em algumas associações estudantis de Lisboa e Coimbra. Essa atividade, em parte uma reedição das atividades do Centro de Estudos Africanos, foram desenvolvidas no âmbito da Casa dos Estudantes do Império, quer em outros meios, em que o enfoque da africanidade e do conhecimento social do homem, em termos universais, surgiam em conjunto. Angolanos, moçambicanos, são-tomenses, guineenses e caboverdianos, juntamente com alguns portugueses, indianos e brasileiros, participaram desse sonho: o reconhecimento da cultura africana, dos caminhos para uma autonomia literária e mesmo em casos especiais, como o de Cabo Verde, uma literatura já autônoma, no dizer de Alfredo Margarido, a busca da africanidade, que registou a contribuição de um Manecas Duarte, Leitão da Graça e do poeta Aguinaldo da Fonseca, entre tantos outros.



Les étudiants noirs parlent*

I. Étudiants noirs dans le monde

1.° Les universités africaines

dans les territoires britanniques, espagnols, belges et portugais.

1. Le problème des territoires portugais, c'est qu'il n'existe pas d'Universités africaines dans les possessions portugaises en Afrique. Sans doute, il y a des écoles primaires et quelques lycées, mais ils sont loin de répondre aux besoins et à l'intérêt croissant des Africains pour l'étude; ces écoles primaires et secondaires (tout comme celles d'«arts et métiers») ne sont pas en nombre suffisant, et l'orientation de l'enseignement s'y fait dans le sens d'une meilleure connaissance de la Métropole, non des territoires où ces écoles sont installées. Ainsi, les colonisateurs ont contribué à détruire la conscience africaine — une attitude absurde, si nous considérons que ces écoles et lycées sont fréquentés, en fin de compte, presque exclusivement par les fils des colons...

2. C'est un fait généralement reconnu que la colonisation portugaise a été la plus suave de toutes; sa structure légale est celle d'une humanité sans réserves...; mais il est aussi certain que l'*assimilation* se traduit finalement par la perte de conscience du nègre (l'*assimilation* est la phase finale de la *détribalisation*). Assimiler le Nègre, c'est en fait le châtrer de tout ce qu'il y a de caractéristi-

que dans les civilisations natives. Le Nègre assimilé est un «déclassé», qui cherche à oublier ses origines culturelles (les raciales étant déjà impossibles) et qui se livre aveuglément aux mains de l'Européen. Le résultat de ce processus est bien connu, inutile de l'analyser ici.

On comprend donc pourquoi tout l'enseignement supérieur se trouve centralisé dans la Métropole et pourquoi il n'existe pas d'universités nègres ou africaines, soit dans la Métropole, soit outre-mer. Les Nègres et les Blancs nés en Afrique qui se montrent capables de fréquenter un cours supérieur, doivent le faire obligatoirement dans la Métropole, dans des centres amorphes de culture, pour que leur formation se fasse dans le «bon sens», c'est-à-dire le sens capitaliste et impérialiste, qui est le seul à pouvoir conférer des diplômes de citoyen au Portugal.

3. Etant donné que le Portugais a montré une certaine capacité à créer des mondes «créoles» (les raisons profondes et contradictoires de ce fait mériteraient toute une étude) et que l'Africain a accès, dans la Métropole, à toutes les Ecoles supérieures (sauf celles de l'armée et de la marine) on peut admettre qu'il ne soit pas créé des Universités pour Nègres, c'est-à-dire fréquentées exclusivement par les Nègres; mais ce qu'il faudrait, ce serait une Université ou des Universités pour étudier les problèmes de la culture nègre, que ce soit celle de l'Afrique portugaise ou des autres Afri-

* Les étudiants noirs parlent... *Présence Africaine* (1953), n.° 14, p. 223-240.

Em resposta a um inquérito realizado pela revista *Présence Africaine*, os membros mais activos do Centro de Estudos Africanos, agrupamento formado em Lisboa por intelectuais e estudantes das colónias portuguesas, redigiram em 1951 uma contribuição colectiva. Autores: Francisco José Tenreiro, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário de Andrade e Alda do Espírito Santo. Os originais em língua portuguesa desapareceram. Informação obtida em *A Arma da Teoria. Unidade e Luta*. Vol. 1, p. 21.

ques. Une Université africaine au sens le plus ample de l'expression.

4. Une Université de ce type pourrait fonctionner dans la Métropole, à condition que l'on crée dans les diverses possessions portugaises des Centres de Recherche bien appareillés où les Nègres comme les Blancs de valeur s'intéressant aux problèmes africains pourraient entrer, sans réserves ni discriminations raciales. Les relations de cette Université avec les Universités congénères déjà existantes en territoires africains contribueraient d'une façon efficace à la redécouverte de l'Afrique.

5. Il est évident qu'il existe dans la Métropole une Ecole Supérieure qui, du point de vue du gouvernement portugais, paraît résoudre ce problème. Le nom de cette école est significatif: *Ecole Supérieure Coloniale* et elle se destine à préparer des individus pour les carrières administratives d'outre-mer. Son origine, pourtant, est encore plus significative. Elle a été créée, il y a quelques années, sous l'égide de la *Société de Géographie* de Lisbonne et par quelques membres de cette Société. On ne peut méconnaître le rôle important joué par les Sociétés de Géographie, à la fin du XIX^e siècle et au début du XX^e, dans la reconnaissance géographique de l'Afrique; mais également personne n'ignore la signification politique qu'elles ont prise, les intérêts capitalistes qui les ont soutenus et les idées impérialistes qu'elles ont supportées. Née dans un pareil climat opportuniste, l'*Ecole Supérieure Coloniale* a souffert de ces tares jusqu'aujourd'hui et, par conséquent, tous les sujets sont traités du point de vue impérialiste. Un enseignement de ce genre ne peut d'aucune manière intéresser les Africains qui, dans la Métropole, cherchent d'autres Ecoles ou Facultés, Médecine, Droit, d'Ingénieurs, etc... D'ailleurs, si l'Ecole Coloniale ne plaît pas aux Africains, elle ne plaît pas non plus aux propres Européens qui la fréquentent. Depuis dix ans, et pratiquement tous les ans, ses élèves présentent au Ministère des Colonies (aujourd'hui: d'outre-mer) de longs rapports demandant de substantielles transformations pour élargir le nombre des cours à y administrer et d'en élever la catégorie sociale.

6. Quelques Nègres ont fréquenté cette Ecole, dans la proportion de 2 à 3 pour chaque cours (sur une moyenne de 100 élèves). C'est qu'aucun d'eux ne peut satisfaire complètement les conditions d'entrée dans le cadre colonial; ils sont presque toujours envoyés dans les Colonies où les trai-

tements sont inférieurs: Cap Vert, Guinée, Saint-Thomas et Timor. La principale raison invoquée, c'est leur absence de grade militaire, mais la véritable raison c'est qu'Angola et le Mozambique (les uniques Colonies qui paient bien) maintiennent une attitude hostile envers le Nègre qui s'élève socialement.

7. Les lois fondamentales de l'État portugais, la Constitution politique et l'Acte colonial, se sont fondues ensemble récemment. Le terme de Colonie et ses dérivés ont été remplacés par ceux d'OutreMer et dérivés. On peut donc penser que l'*Ecole Supérieure Coloniale* changera aussi de nom... Mais à part cela, il n'y a aucun professeur de couleur dans son corps enseignant. Ce qui est véritablement symptomatique.

Conclusion: Le Nègre portugais s'est accoutumé depuis longtemps à ne plus rêver. Cependant, si c'est encore possible, voilà la base sur laquelle doit reposer notre rêve:

Une Université africaine ne doit être créée que dans la mesure où elle serait également ouverte à Nègres et Blancs. Le Nègre portugais ne veut pas substituer un nouveau racisme à l'ancien. Ce qu'il réclame, c'est la liberté dans l'action, le droit d'être considéré comme une personne et pour cela, l'égalité des droits avec l'Européen — la parité sociale comme on dit aujourd'hui.

II. L'Étudiant africain et la civilisation occidentale

- 2.° Réaction aux «valeurs» significatives de la civilisation occidentale;
- 3.° La part africaine.

1. Pour pouvoir répondre à cette question item de l'enquête, il est bon au préalable de penser à ce que signifient réellement ces termes: valeurs significatives de la Civilisation occidentale. La Civilisation occidentale ne correspond à aucun critère historique. Le terme «Occidental», ajouté à celui de «Civilisation» prétend certainement s'opposer à «Oriental». Ainsi, ceux qui font l'éloge de la «Civilisation occidentale» (même les hommes de la Wall Street, voyez-vous!) revendiquent pour eux l'exclusivité du message du Christ: l'armure morale de cette civilisation, disent-ils, c'est le christianisme. Ce qui existe en fait pour l'Europe occidentale, c'est l'ensemble des traditions gréco-romaines. Et les Occidentaux peut-être entendent par «valeurs»

significatives les conceptions philosophiques ou religieuses, les traditions, les formes d'expression, les techniques qui ont constitué les virtualités propres de l'Antiquité occidentale. Mais on parle plutôt de civilisation, ou mieux encore, de cultures européenne, asiatique, africaine, américaine...

Les États européens se sont constitués sur les bases de leurs traditions politiques. Et lorsqu'au XV^e siècle, une certaine Europe occidentale se mis en contact avec l'Afrique, ce fut une suite d'impositions et de dominations systématiques. L'Occidental, du type anglais, français ou portugais, parti pour «coloniser» l'Afrique était un homme sans culture. Ce n'est que plus tard que l'Africain perçut les fameuses «valeurs» de la Culture occidentale, mais déjà plus comme «valeurs», maintenant comme importations du «colonisateur» blanc.

Il est impossible d'analyser objectivement l'état actuel de n'importe quel problème africain, comme celui de l'enseignement, sans tenir compte, en premier lieu, de cette réalité, l'exploitation européenne, le fait colonial. Les premiers commerçants blancs entrés en contact avec l'Afrique nègre ne se sont jamais préoccupés de connaître nos valeurs natives. D'ailleurs il n'y avait rien d'autre à faire que d'accepter leurs objectifs d'exploitation de l'homme par l'homme. A peine s'ébauchait une attitude de curiosité et de surprise qu'une attitude belliqueuse lui succédait: domination et destruction, absorption totale du natif et de ses attributs, de la terre et de ses produits. Les missionnaires, autre type de commerçant, méritent une place de choix dans cette œuvre barbare que fut la «colonisation» européenne, comme propagandistes d'une religion qu'ils disaient l'unique véritable.

Lorsque nous regardons aujourd'hui les cadres de notre vie économique sociale, nous ne pouvons pas manquer d'être effrayés devant la pénurie de notre matériel humain. La raison en est claire: la politique d'assimilation, qui est celle de nations comme la France et le Portugal, ne peut aboutir qu'à une perte des valeurs indigènes, qui doivent obligatoirement être remplacées par d'autres, considérées comme supérieures, ou comme on dit, «civilisées». C'est ici que commence le drame et aussi la mystification, parce que les lois coloniales marquent des différences entre «le civilisé» et «l'indigène». L'indigène — nous dirions, nous, le Nègre authentique d'Afrique — est alors l'homme sans civilisation... Et, pour cela même, on ne lui

accorde pas le droit d'être étudiant. C'est seulement l'assimilé, c'est-à-dire le Nègre occidentalisé, qui est en condition économique et sociale de fréquenter les centres scolaires.

Nous pouvons signaler trois phases dans l'évolution des réactions de l'étudiant africain devant les «valeurs» significatives de ce que l'on appelle la civilisation occidentale:

a) L'enfant africain qui va prendre pour la première fois contact avec les livres trouve déjà dans «l'école primaire» un système de pensée et une orientation pédagogique complètement étrangers à son milieu. Tous ses pas sont dirigés par une conception «européenne» de la vie, par des concepts moulés selon les normes de la nation colonisatrice. Il lit, il étudie et il prie dans les livres de l'école européenne établie sur sa terre natale d'Afrique. L'instruction primaire ouvre les premières fenêtres à la curiosité de l'enfant et voici le paysage qui s'y découvre:

«Aux temps antiques, une poignée de héros partit des jardins plantés au bord de la mer pour «civiliser» l'Afrique sauvage...» Phrase de réception.

b) Le lycée complète les notions de géographie, d'histoire, de littérature des «colons», leur ajoute de nouvelles sciences, tandis que l'étudiant, sous ce régime, s'éloigne de plus en plus de tout ce qui est nativement africain. Le jeune se transforme en une fausse monnaie, qui n'a plus aucune valeur dans le cadre de sa propre civilisation, et qui ne peut pas se réaliser non plus dans les cadres de la vie coloniale, puisque ceux-ci sont réservés, quasi exclusivement aux Blancs, fils des «colons». Par intérêt lucratif de bonne renommée et pour la gloire politique, les pouvoirs officiels placent quelquefois dans un poste d'administration coloniale un natif muni d'un diplôme de cours secondaire...

Dans cette seconde phase, pourtant, il faut distinguer deux attitudes: la première, celle de l'étudiant conscient des réalités africaines, qui envisage «l'instruction secondaire», offerte à son intelligence comme une technique de pensée, comme une arme à utiliser dans l'avenir pour son propre bénéfice contre la domination coloniale, comme un moyen d'expression dont il pourra profiter pour devenir le porte-étendard des aspirations de son peuple — la seconde, l'attitude lamentablement triste de l'étudiant qui imite avec toute son inconscience, le «Patron» blanc et qui absorbe les

«valeurs» significatives de l'Europe. C'est le type des jeunes qui s'habillent à la mode du Portugal ou de la France, qui s'efforce à «faire de beaux discours»..., enfin, tout le ridicule de la phrase si connue du Nègre qui disait: «Nous autres, Latins...»

c) La troisième phase correspond normalement à un changement brusque de milieu, le passage de l'Afrique à la Métropole coloniale. L'étudiant part suivre des cours d'enseignement supérieur et alors, une des deux attitudes ci-dessus analysées se fortifie.

2. *La Part africaine*

Comme on le voit, il n'y a pas de part africaine dans l'enseignement administré dans les colonies, du moins dans les colonies de style portugais. Et l'on comprend très bien cette absence, si on a en vue la politique de domination économique menée par les pouvoirs du Gouvernement central. Nous savons à quel point les problèmes d'orientation culturelle des étudiants découlent des conditions économiques et des régimes politiques des pays où ils vivent. Parce que la culture est un reflet idéologique du complexe socio-économique. La «colonisation» nous empêche donc d'acquérir cette «prise de conscience» des réalités africaines, qui constitue «les valeurs» de la Part Africaine.

Part africaine, de nos jours, signifie, lato sensu, la grande contribution que les formes d'expression caractéristiquement africaines, ou mieux, négro-africaines ont apporté au patrimoine culturel de l'humanité. Ce n'est pas le moment de discuter plus à fond ce sujet, déjà bien connu. Mais, devant l'absence, que nous avons signalée, de quelque part africaine dans la formation intégrale de l'étudiant négro-africain, est-ce qu'il est encore possible de penser à une nouvelle orientation, à donner aux cadres de l'enseignement en terre d'Afrique Noire?

Voyons bien cet étudiant africain, qui a maintenu une attitude consciente, la meilleure attitude, dans les phases *b* et *c*, une fois de retour dans son milieu, luttera pour une expression significative. Tous les hommes réellement progressistes vivent aujourd'hui l'heure de la rencontre universelle. Aussi les étudiants africains cherchent à rattraper le temps perdu, dans la construction d'autres mondes et essentiellement, ils aspirent à être les porte-paroles de la libération de toutes les chaînes qui entravent la marche du progrès. La Part africaine

n'apparaîtra dans l'enseignement que lorsque l'Afrique aura cessé d'être le débouché de l'impérialisme colonial.

Voici la grande tâche qui pèse sur les épaules des nouveaux intellectuels africains: être la conscience vivante des peuples africains.

III. Problèmes étudiants pour l'Afrique

1.° La grande pitié des écoles africaines.

1. Depuis le début des temps coloniaux, l'Africain des colonies portugaises est en train de s'offrir un «processus» de détribalisation. Ce processus le conduit, par l'intermédiaire de l'«assimilation», à la civilisation dite européenne.

Dans le mécanisme colonial, il y a, *théoriquement*, des droits différents pour les Européens et européens d'un côté et pour le restant de la population de l'autre. Un racisme explicite ou implicite milite contre l'Africain dans le champ socio-économique, mais dans le champ culturel, les opportunités sont encore plus fermées à celui que l'on appelle «l'indigène» qu'à celui qui est assimilé.

De là découle la nécessité pour l'Africain de passer dans le domaine où la vie lui paraît plus facile. Ce passage peut se faire par une augmentation de sa culture, ou une élévation de son niveau économique. Sans localiser, pour le moment, l'absence de possibilité d'une formation complète de l'homme, les moyens manquant pour la réalisation matérielle de sa vie, la difficulté du passage dont nous parlons apparaît clairement par suite du manque d'établissements scolaires et de la difficulté des programmes d'enseignement.

2. *Manque d'établissements scolaires pour l'Africain.*

La population scolaire se divise encore en deux grandes catégories: *a)* ceux qu'on appelle les indigènes et *b)* les «civilisés». L'Africain connaît un curriculum différent suivant la manière dont il est considéré d'une façon un peu arbitraire et sans obéir à un critère rigide, comme appartenant à l'une ou à l'autre de ces catégories.

a) Établissements scolaires pour les soi-disant indigènes.

Il n'existe dans toute l'Afrique Portugaise aucune école officielle ou privée d'enseignement primaire. L'État maintient quelques écoles professionnelles d'Arts et Métiers; mais vu le peu de

soins qui existe dans la préparation de leurs corps enseignants, vu la déficience des programmes qui n'ont souffert aucune modification depuis leurs fondations et qui sont laissés un peu à la charge de chaque professeur, elles ne peuvent en aucune manière remplir leur mission.

La population considérée indigène — 99% de la population totale — peut aussi utiliser les écoles missionnaires, soit protestantes soit catholiques, ces dernières jouissant de certains privilèges gouvernementaux. Les missions catholiques joignent aux déficiences inhérentes à tout enseignement religieux, un certain nombre d'autres déficiences encore plus désastreuses. Plus intéressée à faire de nouveaux chrétiens qu'à *former des hommes*, la Mission, même dans son objectif, échoue faute de moyens pour pouvoir travailler. Le missionnaire catholique s'imagine que plus son sacrifice est grand, plus sa misère est profonde, et mieux il remplit son rôle de sacrifié. D'une manière générale, il n'est pas et il ne peut pas être un Maître, faute de préparation pédagogique; aussi son travail ne manque-t-il pas d'être complètement inutile.

D'un autre côté, l'État se repose sur les Missions de ses obligations envers les indigènes, n'ouvrant ni ne subventionnant quelque autre école pour eux. Il faut noter aussi une mauvaise distribution territoriale des Missions. Il n'en existe pas dans des aires très peuplées, trois fois plus grandes que le Portugal, alors qu'on en rencontre deux ou trois à quelques dizaines de kilomètres de distance. Il semble que leur distribution obéit à la recherche d'un bon climat, plus qu'aux nécessités de la population.

Il existe aussi, mais en plus petit nombre, des missions protestantes, dont le travail est, sans l'ombre d'un doute, plus efficient que celui des missions catholiques.

b) Etablissements scolaires pour ceux qui sont considérée «non indigènes». Sont considérés non indigènes, la totalité des blancs et les Africains qui satisfont à certaines conditions, plus ou moins arbitraires et variables de colonie à colonie.

En principe, l'étudiant africain considéré non indigène peut s'inscrire et faire ses études dans n'importe quel établissement officiel d'enseignement.

En réalité, il n'a à sa disposition que les places non occupées par des étudiants blancs. Ainsi, on n'ouvre une école que lorsque la densité de la population blanche en justifie l'existence. Dans la majorité des cas, l'école comporte un nombre plus

élevé de places qu'il n'existe d'étudiants et alors les vacances sont prises par des étudiants africains; on ne songe à ouvrir une nouvelle école que lorsque celle qui existe déjà ne comporte plus d'étudiants blancs. Et le cercle recommence.

En ce qui concerne l'enseignement secondaire, la fréquence des étudiants africains ne manque pas de se ressentir, comme on pouvait s'y attendre, de ce qui se passe dans l'enseignement primaire. La difficulté de leurs études est, par conséquent, plus grande.

Il n'y a, dans toute l'Afrique Portugaise, que quatre lycées: un au Cap Vert, deux à Angola et un au Mozambique.

Ce petit nombre d'établissements d'enseignement secondaire est une preuve que cet enseignement n'est pas destiné aux populations africaines. L'étudiant africain peut, en théorie, profiter de ce qui existe, mais jamais, même dans les plus petits détails, on ne cesse de mettre en évidence, que «ceci» n'a pas été fait pour lui. Dans cet ordre d'idées, indiquons que les lycées sont créés dans les centres de plus forte densité de la population blanche.

La pauvreté dans laquelle vit, en général, la famille africaine ne lui permet pas de prendre à sa charge les frais de déplacement de leurs fils et de leurs séjours dans ces centres; ils ne peuvent donc fréquenter les lycées. De là le nombre infime de ceux qui réussissent à faire un cours secondaire.

Il existe encore quelques écoles techniques en Afrique Portugaise. A Angola, la plus fortunée des colonies, il y a deux écoles d'enseignement commercial et industriel, une autre d'arts et métiers et une d'agriculture. La présence d'Africains dans ces écoles est quasi nulle, certaines n'ont pas connu de toute leur existence l'immatriculation d'un seul étudiant africain.

L'enseignement ne pouvait manquer d'être fortement influencé par le milieu ambiant et l'Africain qui étudie sait très bien qu'une fois franchies les barrières qu'il lui impose, il est jeté dans un milieu hostile, qui se refuse presque à le recevoir. Ayant brisé par la spécialisation ou par un apprentissage plus soigné l'unique fin pour laquelle, de l'avis des Blancs, le Nègre existe — celui d'être un animal de charge — il a à surmonter un nombre innombrable de difficultés pour pouvoir arriver à vivre.

Mais il n'est plus le Nègre servile, l'animal de charge qu'on s'est habitué à mépriser. Un vent nouveau souffle sur l'Afrique et l'Africain commence à connaître ses propres responsabilités.

3. En plus de l'étrécissement des cadres de professeurs et de leur préparation, les programmes d'enseignement ne satisfont pas l'Africain. Dans l'état actuel, si on laisse de côté la petite partie de la population qui vit autour des villes et qui est habituée, par cela même, à parler le portugais, la première difficulté rencontrée par l'enfant noir est celle de l'apprentissage de la lecture dans une langue étrangère à celle à laquelle il est habitué. Aussi ne progresse-t-il que péniblement: en règle générale, il ne termine que tardivement le cours primaire, à 14, 15 ans ou plus vieux encore. Le désintérêt du professeur, ainsi que d'autres raisons, peuvent être également invoquées, pour expliquer ce retard. D'un autre côté, les programmes d'enseignement sont élaborés au Portugal et appliqués en Afrique sans leur nécessaire adaptation.

L'enseignement de la géographie élémentaire et de l'histoire du pays, par exemple, ne comporte pas cette part, que nous appellerions «africaine», pour la satisfaction plus grande des enfants Nègres. Il faut ajouter qu'il est donné à travers une conception incompréhensible ou difficilement compréhensible pour eux.

Le résultat, c'est une intelligence encombrée de phrases toutes faites et avec des lacunes importantes. En un mot, un enfant mal formé, une misère intellectuelle.

Pour le cours secondaire, généralement peu accessible au Nègre, faute de ressources financières, l'orientation générale est aussi défectueuse. La partie africaine est presque toujours méprisée. C'est pourquoi l'Africain instruit présente une intelligence spéciale — c'est comme s'il avait un cerveau avec des impressions venues seulement d'Europe, à l'intérieur d'un crâne africain. Évidemment, au contact de la vie réelle, il se produira bien des chocs entre ces Africains et le milieu. C'est ce manque d'identification, ce manque de coincidence entre la réalité africaine et l'homme qui constitue la misère, ou mieux encore le crime que l'école africaine perpète contre le cerveau des enfants noirs.

Dans les cours techniques, on trouve la même orientation européenne, en outre de ce que nous avons déjà dit, que, dans les colonies portugaises, l'enseignement technique est dirigé quasi exclusivement au service des Blancs. Le Nègre ne reçoit que ces notions rudimentaires qui ne pourront pas lui permettre de mener une vie indépendante sur sa propre terre.

En résumé: les programmes des écoles pour les Nègres comportent une lacune importante, l'absence de la part africaine.

2.° Quelles études choisit l'étudiant africain? Peut-il espérer des débouchés correspondant à sa valeur?*

1. Le nègre des colonies portugaises d'Afrique, comme celui des autres colonies étrangères, ne jouit généralement pas de ressources économiques compatibles avec sa dignité humaine. La structure du régime colonial lui réserve, explicitement ou tacitement, les positions qui correspondent, dans la structure sociale capitaliste, à un niveau socio-économique considéré comme inférieur. En somme, la presque totalité des masses nègres (celles qui sont en contact avec la «civilisation occidentale») occupent dans la société coloniale une position comparable, mais non identique, à celle des masses prolétariennes métropolitaines. Comparable, mais non identique, car lorsque le Nègre touche au champ limité des «opportunités qui lui sont ouvertes», il y rencontre, explicites ou tacites, les limitations imposées par le racisme. Dans certaines colonies plus que dans d'autres (au Mozambique par exemple) le racisme à la portugaise, différent certes, mais également racisme, impose des limitations au progrès économique et social des masses nègres, leur enlevant les possibilités d'améliorer les conditions de vie précaires, dans lesquelles elles vivent. D'ailleurs, cette amélioration du niveau de vie ne convient naturellement pas aux intérêts, explicites ou implicites du colon.

Les professions réservées au Nègre, à celui auquel le colonialisme donne le nom d'«assimilé» sont, entre autres: valet (la grande majorité), manœuvre, portier, chauffeur particulier, ouvrier de seconde catégorie, etc... En plus le Nègre peut être fonctionnaire public (sans pouvoir entrer en concurrence avec le Blanc, dans la majorité des colonies) et, plus rarement, employé de commerce.

Même si l'enseignement moyen et supérieur étaient administrés dans les colonies portugaises d'Afrique, ce qui n'a pas lieu, il resterait évident que le Noir souffrirait de la difficulté ou de l'impossibilité de disposer du minimum indispensable

* Este V item foi publicado em *A Arma da Teoria. Unidade e Luta*. I vol. — Lx. 1976, p. 30-32 com o título O papel do Estudante Africano.

pour subvenir aux dépenses d'un cours moyen ou supérieur au Portugal. C'est-à-dire que la barrière économique est la première garantie que la condition d'infériorité sociale du Nègre dit civilisé s'éternisera.

Ceci dit, la vérité veut que l'on y ajoute ceci: malgré tout, certains Nègres ont pu vaincre cette barrière; conquérir une certaine indépendance économique provenant de la possession d'une profession (cours moyen ou supérieur, fonctionnaire public). Cette vérité n'affecte en rien le tableau brossé plus haut. Après des siècles d'action «civilisatrice» le nombre des Africains qui peut toucher, sous la vigilance d'un racisme christianisé ou chrétien, au gâteau de la civilisation est infime. Il faut noter que l'on présente ce fait en d'autres termes, afin de défendre le colonialisme (lire: l'exploitation des masses africaines). Le serpent dit la légende, tenta Adam et ce furent tous les hommes qui furent punis.

En conclusion: a) d'une manière générale, le Nègre ne dispose pas de ressources suffisantes pour être étudiant, quel que soit le degré de l'enseignement; b) un nombre réduit d'Africains peut, dans les colonies portugaises, disposer de ces ressources; c) quelques-uns d'entre eux peuvent aller jusqu'à l'enseignement moyen ou supérieur, exclusivement administré au Portugal.

2. Cherchons maintenant à répondre à la question suivante: Quels sont les cours choisis de préférence par l'étudiant africain des colonies portugaises? Pour y répondre, il faut d'abord répondre à une question préalable: Quels sont les facteurs qui conditionnent ce choix?

Les facteurs qui conditionnent le choix d'un cours au Portugal de la part d'un étudiant africain sont:

a) *Les circonstances qui rendent possibles ses études.* Comme nous l'avons vu, le Nègre ne dispose pas en général de moyens pour pouvoir payer ses études. Aussi la majorité des étudiants africains au Portugal est constituée d'individus qui, ayant révélé des qualités d'intelligence et de travail dans leurs colonies d'origine, ont reçu une bourse pour continuer leurs études. Le plus souvent la concession d'une bourse impose au candidat un certain nombre de cours entre lesquels il peut faire son choix; le choix cependant est limité par un facteur qui ne permet qu'exceptionnellement à l'étudiant de suivre sa vocation.

b) *Les probabilités d'une future collocation.* Les difficultés de collocation constituent au Portugal un problème. C'est pourquoi l'étudiant cherche à fréquenter les cours pour lesquels cette difficulté est plus petite, en dehors de toute vocation. C'est une mesure de défense imposée par les circonstances qui règlent le travail intellectuel dans la «civilisation occidentale». L'étudiant africain est obligé de l'utiliser. Mais à ces difficultés générales il s'en ajoute d'autres pour lui, celles qui résultent de sa condition d'Africain colonisé. S'il tombe sous la condition de a) il peut occasionnellement rencontrer dans les cours indiqués au moment où il reçoit sa bourse, un qui lui offre de plus grandes possibilités de collocation future.

c) *Vocation.* D'une manière générale, ce facteur n'agit que pour les étudiants qui peuvent subvenir eux-mêmes aux dépenses de leur instruction et qui ne se préoccupent pas des difficultés de collocation. On trouvera difficilement un Africain dans ces conditions. S'il tombe sous les cas de a) ou b) il peut occasionnellement rencontrer parmi les cours qui lui sont indiqués ou entre ceux qui offrent les plus grandes probabilités d'emplois, un qui corresponde à sa vocation.

d) *Désir de disposer de connaissances qui puissent être utiles aux masses africaines.* C'est un facteur nouveau, très nouveau, qui intervient dans le choix d'un cours pour l'étudiant africain. Etant données les difficultés économiques qu'il rencontre, on comprend que ce facteur n'exerce pas l'influence que l'on souhaiterait. De plus, le Nègre que le colonialisme appelle «assimilé» est en général coupé de ses propres problèmes, du problème des masses africaines. Assimilé veut dire généralement *déraciné*. Il est juste de dire, pourtant, qu'*actuellement* l'étudiant nègre des colonies portugaises est en train de prendre peu à peu conscience de sa position dans le monde: celle d'un homme nègre qui doit avoir comme préoccupation fondamentale celle de servir la cause de l'émancipation des hommes nègres, en servant ainsi l'humanité. A mesure que cette conscience prendra forme, dans un nombre toujours croissant d'étudiants africains le rôle de ce facteur ne fera qu'augmenter. L'étudiant africain doit mettre toutes ses capacités à profiter au maximum des rares opportunités que le régime colonial lui offre pour lutter en vue de la libération des masses africaines, de sa propre libération.

3. Après avoir indiqué les facteurs qui influent sur le choix d'un cours de la part d'un étudiant africain, nous pouvons maintenant répondre aux questions suivantes: Quels sont les cours les plus fréquentés par les étudiants africains? Peuvent-ils compter sur des opportunités correspondant à leur valeur réelle en tant que travailleurs intellectuels?

Les cours les plus fréquentés par les étudiants africains sont cours supérieurs, médecine, droit, écoles d'ingénieurs, agronomie, écoles vétérinaires, lettres et sciences économiques et financières; cours moyens, ceux de professeurs primaires, de gérants de propriétés agricoles et d'aide-ingénieurs.

La médecine est le cours le plus fréquenté. Ce fait s'explique par les circonstances suivantes: *a)* ce cours est presque toujours indiqué dans les concessions des bourses d'études; *b)* c'est une branche d'activité pour laquelle l'État offre les plus grandes possibilités d'emploi, bien qu'il n'offre pas au Nègre en relation avec le Blanc, sauf de très rares exceptions, des possibilités identiques d'accès aux catégories les plus élevées et cela, quelle que soit sa valeur; *c)* c'est l'activité qui permettra à l'étudiant africain d'avoir le plus grand contact avec les masses nègres. Notons-le en passant: le médecin nègre a les plus grandes difficultés pour exercer sa profession en Afrique en dehors de la tutelle de l'Etat, à cause du préjugé racial.

Les autres cours ne sont fréquentés que par un nombre réduit d'Africains. Les activités qui leur correspondent rencontrent en effet de plus grandes difficultés d'emploi en Afrique, comme celles imposées par le racisme. En particulier, pour les étudiants formés en lettres et qui désireraient être professeurs en Afrique, ces difficultés sont pratiquement insurmontables. Le cadre du professorat (enseignement secondaire) est réservé aux diplômés européens, bien qu'aucune loi ne légifère à ce sujet.

Les écoles militaires sont absolument fermées pour le Nègre.

3.° Les associations d'étudiants

Pour faire un résumé rapide au sujet des institutions académiques qui intéressent l'étudiant Africain portugais, il convient de considérer dans leur essence le véritable comportement de ces associations, la position de l'étudiant nègre devant elles, comme d'analyser les moyens qui facilitent

ou entravent son action vis-à-vis d'elles, en considérant les types d'associations à préconiser.

a) Les associations d'étudiants qui ont pour finalité de coopérer avec la masse des étudiants en vue de la culture, de la lutte pour la revendication de leurs droits, de la collaboration mutuelle et de l'intégration sociale dans les divers «habitats» sont sans doute le point de départ de la formation d'une centre académique où l'étudiant pourra se réaliser.

b) Dans les lycées, écoles techniques et facultés, où l'étudiant cherche une orientation pour sa profession, il s'identifie avec tous les autres étudiants, partageant avec eux les problèmes du groupe, s'affirmant seulement comme étudiant.

Il existe un centre académique, la Maison de l'Étudiant de l'Empire Portugais, organisation soutenue par l'État. Elle englobe tous les étudiants portugais d'outre-mer, ce n'est pas le type d'association à préconiser. Elle se contente de fournir une aide aux étudiants pauvres, de leur donner une représentation officielle et ne va pas au delà d'une dispersion accentuée. Elle ne réunit pas les étudiants pour les intégrer, c'est seulement une association de suggestions isolées, réalisées par un groupe ou par un autre d'étudiants, sans parvenir à une unité de l'ensemble, parce que elle ne va pas à la rencontre des buts de la masse des étudiants.

c) Il n'y a donc pas une association d'étudiants africains, qui défende leurs intérêts propres, de culture, de récréation et de prise de conscience. Il n'existe pas un lieu de réunion où ils puissent débattre librement leurs problèmes, étudier les questions qui ont trait à la collectivité africaine. En plus des entraves dues aux tensions actuelles, à la politique gouvernementale, et même aux normes des affaires coloniales, il n'y a pas eu possibilité de créer entre nous une association spéciale pour les jeunes étudiants africains.

Les conséquences de cette lacune sont les suivantes:

a) La dispersion systématique des masses africaines,

b) Le manque d'intégration dans les solutions apportées aux problèmes d'Afrique,

c) La fuite des jeunes filles noires loin des problèmes urgents. Préjugé de couleur fondé sur le modèle occidental (blanc).

IV. L'Étudiant et la vie moderne

1.° Quel rôle veut-il jouer en Afrique?

Le rôle que l'étudiant africain entend jouer en Afrique dépend de nombreux facteurs; de la *conscience* qu'il a des problèmes vitaux du continent, de sa *capacité professionnelle* et des *limitations* que rencontre son activité.

Par conscience, nous entendons son intégration dans les questions relatives à la vie africaine. Puisque nous savons que toute la politique colonialiste repose essentiellement sur le déracinement du natif, l'étudiant africain doit, à une certaine étape de son évolution intellectuelle, se retourner le plus possible vers son âme transfigurée. Voilà à notre avis, la première condition de l'authenticité: se sentir Africain et s'exprimer comme tel. Considérons cette étape franchie; il est africain. Alors se pose le problème de sa capacité professionnelle. Elle dépend des cours qu'il a suivis dans la «métropole», de l'intérêt qu'il a déployé pour prendre possession de la meilleure arme dont il puisse, en accord avec ses aptitudes, se servir, une fois qu'il sera replanté dans les cadres sociaux de l'Afrique. Et le problème déjà traité dans un autre alinéa de cette enquête se repose à nouveau ici — normalement, l'étudiant en question se verra obligé de suivre les cours qui lui ouvriront les meilleures opportunités économiques dans le futur et non ceux qui répondraient le mieux à sa vocation ou aux besoins de ses frères. Considérons encore cette question résolue, acceptons qu'il existe un nombre suffisant de jeunes gens munis de leurs diplômes, conscients du rôle qu'ils ont à jouer en Afrique. Que vont-ils faire? Naturellement ils vont lutter. Et lutter pour quelle cause? Pour celle de leurs droits, les droits de l'Homme.

Une vision superficielle de l'Afrique, celle qui est exploitée selon le style portugais, nous propose de terribles problèmes. Pour ce qui a trait aux populations dites *non civilisées* ou *indigènes*, les lois coloniales ne leur reconnaissent aucun droit, mais seulement des obligations. C'est pour cette espèce de population, en fin de compte, que l'étudiant africain a un intérêt, dans une mesure ample et directe. L'étudiant africain sorti des Écoles de l'Europe Occidentale doit tourner ses regards sur un tas de problèmes concrets et dramatiques pour lesquels l'homme réellement *colonisé*, c'est-à-dire

exploité, ne possède aucun moyen de se défendre, n'a pas de voix pour exprimer ses nécessités les plus primaires. Sans droit à la vie sociale, ni même à sa vie tribale, sans droit politique, l'*indigène* est pratiquement dans l'impossibilité de pouvoir choisir son chemin. Il est le valet du Blanc dans les cités, le candidat à mort dans ses plaisirs de chasse et principalement une main-d'œuvre bon marché et dispersée dans les endroits les plus éloignés de sa terre natale. La Déclaration des Droits de l'Homme certainement n'inclue pas les populations africaines. La vie économique de l'Afrique toute entière entre les mains des monopoles commerciaux et industriels n'admet l'Homme-Nègre en son sein, que comme unité de travail. Unités qui s'additionnent dans les banques, dans les chiffres d'impôt, de contributions, dans les pensions grasses des coloniaux en retraite, etc...

Nous avons ici le premier aspect de notre lutte: désintégrer la bourgeoisie coloniale en accordant le droit au travail rémunéré aux populations natives. En disant cela, tout le reste n'est plus que conséquence, découle des conditions de la vie économique. Pour nous, il n'y a pas de formation professionnelle pour l'étudiant africain qui intéresse tel ou tel aspect de la vie. Toutes les professions, ou plus exactement tous les jeunes Africains qui désirent jouer un rôle en Afrique doivent se jeter dans la lutte pour cette question basique: une vie économique stable qui rende possible de nouvelles conquêtes. Avec une réserve toutefois: la division du travail ou comme on dit, la distribution des activités professionnelles seule pourra contribuer à ce que l'Afrique puisse prendre dans l'avenir la place qui lui revient dans le concert des peuples.

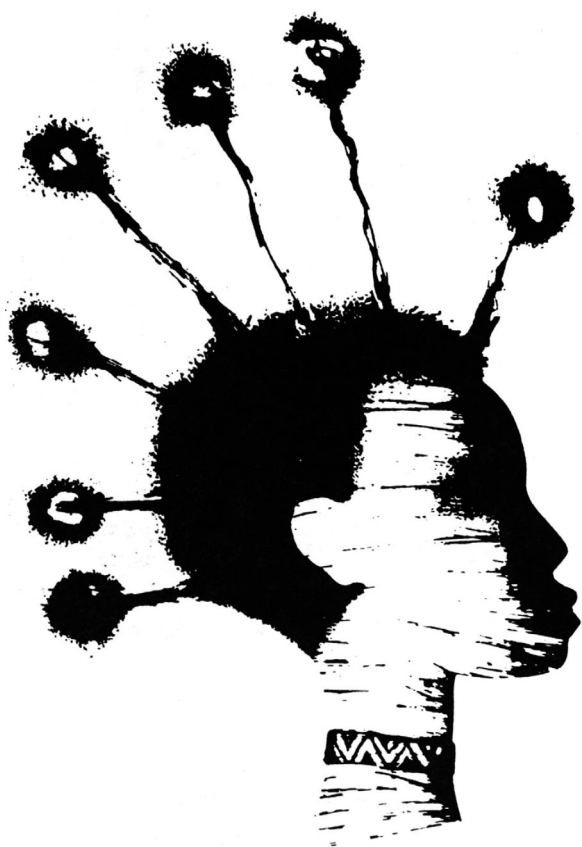
C'est ainsi que les étudiants en médecine, incontestablement les plus nombreux, se voient réservés un rôle prépondérant, soit dans le domaine de l'assistance sociale à l'enfance, soit dans celui de l'assistance à la femme, au travailleur en général — piliers de la nouvelle société.

Ceux qui se dédient aux problèmes du sol auront à lutter pour sa valorisation, pour l'augmentation des moyens de production spéciales à l'Afrique nègre. Le maître d'école devra être un éducateur selon les normes modernes, capable d'exercer des fonctions hautement culturelles, de fomenter le développement des capacités professionnelles de chaque être africain, pour en faire un *être social* plus parfait, à la fois un et multiple. A ce sujet, il convient de souligner que la campagne d'alphabétisation, menée à bonne fin dans les

pays dits en retard, sous les auspices de l'UNESCO et du dollar (contentons-nous de ne dire que cela) est encore loin de représenter son rôle de formation dans les colonies portugaises; nous croyons que quelques missions protestantes seulement ont travaillé dans ce sens et avec beaucoup de restrictions de la part du gouvernement central.

Par conséquent, telle est la fonction que doit remplir l'étudiant africain, une fois conscient de nos problèmes les plus douloureux, et les plus urgents pour notre évolution, une fois obtenu sa capacité professionnelle en quelque branche d'activité que ce soit, dans cette Afrique nègre dont il n'est plus que le locataire.

DES ÉTUDIANTS D'AFRIQUE PORTUGAISE



A aventura cultural de Lisboa*

MARIA DO CÉU CARMO REIS**

a) Culture africaine au CEA

[...] *L'aventura* culturelle de Lisbonne permettra une lecture plus riche et plus structurée de notre problématique. D'abord, par les caractéristiques socio-culturelles du groupe: jeunes étudiants, issus de la petite bourgeoisie colonisée, à vocation intellectuelle, ils s'interrogent sur leurs pays, leurs cultures, leur continent. Ensuite, la rencontre d'individus venus d'espaces géo-sociaux différents — Angola, S. Tomé, Guinée, Cap-Vert, Mozambique — permet une multiplicité d'éclairages autour de la réflexion sur le phénomène colonial. Enfin, la structure que le petit groupe d'étudiants se donna, préparera l'émergence des idéologues du mouvement nationaliste, et facilitera la transparence de certaines représentations. On ne peut oublier également les liens établis avec des institutions culturelles extérieures à la métropole — Présence Africaine par exemple¹ —, source d'effervescence et de diffusion d'un savoir culturel du monde noir.

A Lisbonne, les activités du groupe étaient centrées autour de quatre pôles: le Centre d'Etudes Africaines², la Maison des Etudiants de l'Empire³, le Club Maritime⁴ et la maison de la Famille Espírito Santo⁵. Dans cet ensemble, une place particulière revient au Centre d'Etudes Africaines en tant que lieu privilégié de production de discours. On y réfléchissait à partir d'un axe centré sur la problématique de la réafricanisation des esprits en tant que processus comprenant la rupture avec

l'assimilationisme et l'émergence d'une nouvelle conscience culturelle, la connaissance de la réalité africaine et la formulation culturelle du nationalisme. Par sa morphologie, le Centre se présentait comme un noyau central restreint, autour duquel gravitait une nebuleuse d'individus plus au moins identifiable. Six personnages se distinguaient: deux femmes poétesses — Noémia de Souza⁶ et Alda do Espírito Santo⁷ —, quatre hommes poètes et/ou essayistes — Francisco José Tenreiro⁸, Mário de Andrade⁹, Amílcar Cabral¹⁰ et Agostinho Neto¹¹. La production idéale du groupe s'est traduite par l'organisation d'un 'Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa' (Cahier de Poésie Noire d'Expression Portugaise)¹², la création de groupes de réflexion théorique sur le Continent Africain et la Pensée Noire et la participation à des causeries ouvertes à la problématique de l'identité culturelle africaine.

Les idées de la négritude empreignent profondément les analyses de quelques-uns des protagonistes du Centre: "Toute la poésie noire est de nos jours l'affirmation de la négritude (...) la négritude se définit comme étant à la fois objective et subjective. Dans son objectivation elle recrée les formes d'art populaire (musique, danse, poésie); par sa subjectivation, elle crie la douleur millénaire de l'homme africain (douleur d'une expérience de travail esclave), dans un appel au rassemblement de l'âme collective noire dispersée de par le monde"¹³. Il va falloir, donc, se réapproprier une iden-

* Excerto de "Representation sociale de la Femme dans le discours nationaliste: le cas de la génération des années 50 en Angola". *África*: Centro de Estudos Africanos — USP, S. Paulo, 10: 152-7 (1987). O título e subtítulo a) são da responsabilidade do Editor.

** Socióloga e investigadora angolana. Universidade E. Mondlane. Maputo.

tité culturelle perdue parce qu'aliénée par la colonisation: "(...) Depuis le XVe siècle le contact d'une certaine Europe avec l'Afrique a opéré dans les corps sociaux de ce qu'on appelle le continent-noir, un ramolissement de sa force grégaire, et même sa destruction; en déracinant les hommes de leurs tribus, en niant leurs valeurs culturelles, en épuisant leurs forces aborigènes au profit de la formation d'un nouveau continent"¹⁴.

Dans ce processus de recréation culturelle, qui se veut aussi une recherche d'un monde originel perdu, le *langage symbolique se pose souvent au féminin*: Mère Afrique, Mère genitrix, Mère-Force, Mère point d'ancrage, Mère-souffrance etc. Dans ses métamorphoses la mère est celle qui était à l'origine du mythe de "l'âge d'or" avant que l'Évènement brutal ne brise l'harmonie du Monde Africain: "Dans tes yeux, ma Mère/je vois des océans de douleur/clairs soleils couchants, paysages/paysages violet/drame de Chaim et drame de Jafé"¹⁵; mais elle est aussi une présence permanente dans la diaspora noire: "Elle est venue du sud/ il y a belle lurette,/dans le flot de contratas M'ame Charlotte"¹⁶.

Mais la présence, encore timide, d'une femme aux contours historiques et sociologiques plus précis sera l'oeuvre de la poésie féminine: *Femme-rural, femme-quotidien* subissant le poids d'un travail et d'une maternité qui lui échappent. Ainsi Noémia de Souza:

Qui a donc étranglé la voix lasse
de ma soeur de la brousse?

.....

Elle ne m'arrive plus chaque matin
épuisée de sa longue marche
Kilomètres et kilomètres avalés
dans l'éternel cri: Macala

Non, elle ne m'arrive plus mouillée de la bruine
chargée d'enfants et de résignation...
Un enfant sur le dos, un autre dans le ventre
— toujours, toujours, toujours"¹⁷

Et Alda do Espírito Santo s'adressant à l'enfance:

Ta Mère, petit
dans le combat de la vie
le panier à poissons sur la tête
au travail quotidien
Le tout petit sur l'échine ambulante

.....
Mère en marche sous le poids de la vie
Mère en marche pour le poisson à vendre"¹⁸

Mais ces représentations lucides et furtives de la femme africaine, ne sont encore que des bribes d'un discours inachevé et cherchant sa cohérence interne. D'autres préoccupations vont structurer le discours culturel et devenir prépondérantes. Il en est ainsi:

- a) de la question de la langue en tant que forme de communication et de reconnaissance culturelle¹⁹
- b) du problème du folklore africain, qui devrait être analysé sous un nouveau prisme, regard dépouillé d'un eurocentrisme, qui n'y voit que de l'exotisme²⁰
- c) de l'étude du continent africain pour acquérir un savoir que l'école coloniale avait aliéné²¹.

Ainsi, dans les pratiques culturelles du Centre d'Études Africaines, la femme n'était pas encore perçue comme un sujet historique et sa représentation s'inscrivait dans le discours sous une forme diffuse, circonstancielle, souvent synchronique.

Toutefois, au niveau du quotidien, les deux personnages féminins qui traversent la vie du groupe, jouent le rôle de compagnes de l'"aventure" culturelle. Mais cette légitimité leur est donnée par deux qualités: elles sont poétesses et elles sont noires. La dimension femme n'en étant pas encore un critère.

D'ailleurs, chez les acteurs du groupe, cette conscience en train de se faire, n'est pas sans ambiguïté: petit microcosme de l'espace colonisé portugais ils regardaient ce monde là, comme quelque chose presque homogénéisée: ils n'étaient que des noirs subissant en commun la loi aliénante de l'assimilationnisme colonial, qui recherchaient leur Afrique leur spécificité géo-sociale importait peu. Cette sorte de synchronisme indifférencié faisait écran entre eux et les inégalités et différences au sein même de la société colonisée. Dans ce contexte, comment isoler la femme, comment la représenter autrement, sinon par le biais des catégories susceptibles de donner au monde noir une dimension universalisante?

Par ce jeu de miroirs, le groupe pourrait presque affirmer: devant le colonialisme on est tous des égaux de l'inégalité.

Et pourtant, cette conscience primitive de la différence, est-elle déjà une conscience de groupe

en révolte, marquant la limite au-delà de laquelle le “seuil de tolérance à la déstructuration culturelle”²² ne peut déboucher que sur la compréhension de l’histoire au moyen de “réactions ayant un sens directement politique”²³.

b) Formulation politique du discours nationaliste et Représentation Sociale de la Femme

Ce discours prend forme pendant la période allant du milieu des années 50 jusqu’aux débuts de l’année soixant. Deux événements jallonnent cette période historique: les révoltes en Angola du 4 Février 1961 et du 15 Mars 1961²⁴ et la manifestation des mouvements nationalistes structurés sur la scène internationale. Au sein du MPLA (Mouvement Populaire pour la Libération de l’Angola) nous trouverons quelques uns des acteurs du Mouvement Cultural-Littéraire, dont nous avons parlé ci-dessus, notamment Viriato da Cruz, Mário de Andrade et Agostinho Neto.

Pendant cette durée, les premiers “corpus” de textes politiques font leur apparition: programme politique, textes de propagande, interviews, journaux, etc., ainsi que les premières structures organisationnelles. Le noyau dirigeant sera composé d’hommes, mais les femmes feront lentement leur rentrée sur la “scène militante”. Jouant, il est vrai, des rôles accessoires et pourtant utiles: elles sont une force d’appui moral, parfois matériel, libérant ainsi l’homme des contraintes quotidiennes, ce qui lui permettra de mieux gérer les affaires nationales. La conscience politique, pour beaucoup de ces femmes, sera encore grégraire (liée à son rôle dans la famille) et teintée d’une affectivité immédiate (on suit le fiancé, le compagnon, le mari).

Cette situation a ses raisons historiques qui méritent bien une parenthèse:

Le déclin des familles créoles à partir du milieu du XIXe siècle s’est accentué au début du XXe siècle par des mesures économiques, policulturelles et politiques destinées à consolider la domination coloniale. La dictature de Salazar qui débute en 1928 et la politique de peuplement accéléré, poursuivie après la deuxième guerre mondiale, parachèveront ce processus. La femme s’en ressentira cruellement de tous ces changements: perte du pouvoir commercial et donc économique, retrécissement de son champ de pouvoir social (désormais l’enceinte familiale sera le domaine possible où elle jouera le rôle de mère et

gardienne du foyer). L’accès à l’instruction sera plus limité: face aux difficultés financières des familles africaines, celles-ci auront tendance à privilégier les enfants mâles en détriment des jeunes-filles. Pour l’enseignement supérieur, les obstacles seront plus importants²⁵. Écartées de la vie sociale, les femmes feront l’apprentissage de la chose publique dans le mouvement nationaliste.

Il n’est donc par étonnant de repérer dans un rapport politique de 1961²⁶ la totale absence des femmes pour ce qui est de leur participation dans les discussions politiques, dans la mise en oeuvre de stratégies à suivre où même dans les confrontations politiques. Et lorsqu’on y trouva quelque référence, ce fut par rapport à son statut de mère et épouse (règlement de problèmes quotidiens).

Et pourtant, cette période fut d’une grande richesse politique:

- mise en place des différents organismes politiques
- formulation dans les grandes lignes de la stratégie et des tactiques à suivre;
- luttes politiques au sein de l’organisation nationaliste;
- la question de l’unité du mouvement nationaliste sera mise en exergue;
- déploiement d’actions visant la reconnaissance internationale du mouvement nationaliste.

A travers cette dynamique, le discours nationaliste prendra des contours plus clairs et on y commencera à déceler des “configurations relativement homogènes de représentations, d’idées, de valeurs, de principes d’action (mots d’ordre) s’exprimant par des textes et des institutions d’information visant à transformer les consciences et à modeler le consensus; et à faire agir celui-ci dans une direction choisie”²⁷.

¹ C’est Mário de Andrade qu’établira des relations épistolaires avec Allioune Diop, Directeur de la Revue.

² Le Centre d’Etudes Africaines aura sa période de maturation pendant l’année 1950, émergera en 1951 et prolongera ses activités jusqu’à l’année 1953.

³ Cette Maison fut fondée en 1944.

⁴ Ce Club rassemblait des africains qui exerçaient des petits métiers dans les bateaux: serveurs en 2ème et 3ème classes, employés dans les machines etc. Une pièce de Keita Fodeba, *Le maître d’école*, a été jouée dans ce Club.

⁵ Cette famille de São Tomé, constituait, en quelque sorte, le point d’ancrage d’une certaine convivialité du groupe.

⁶ Née au Mozambique en 1926. Journaliste.

⁷ Née à São Tomé en 1926 et décédée en 2010. Elle fut, pendant deux termes, présidente de l'Assemblée Populaire Nationale de son pays.

⁸ Né en 1921 à São Tomé et décédé à Lisbonne en 1963. Son oeuvre est à la fois littéraire et scientifique.

⁹ Né en 1928 en Angola. Premier Président du MPLA (Mouvement Populaire pour la Libération de l'Angola). Il a écrit des essais d'ordre littéraire et sociologique.

¹⁰ Né en 1924 en Guinée-Bissau, mort assassiné en Janvier 1973 à Conakry. Secrétaire Général du PAIGC (Parti Africain pour l'Indépendance de la Guinée et du Cap Vert). Il a écrit une oeuvre scientifique (agronomie) et politique.

¹¹ Né en 1922 en Angola. Décédé en 1979 à Moscou. Président de la République Populaire de l'Angola. A publié un livre de poèmes.

¹² Publié à Lisbonne, en 1953.

¹³ Mário de Andrade, *Qu'est ce que la littérature négro-africaine?*, Texte inédit, Lisbonne 1951, pag. 23/24.

¹⁴ Mário de Andrade, Préface au *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, Lisbonne, Avril 1953, pag. 1.

¹⁵ In Mário de Andrade, *La Poésie Africaine d'expression portugaise*, Paris Ed. Pierre Oswald, 1969, pag. 99.

¹⁶ "Romance de M'ame Charlotte" de Francisco José Tenreiro, Ibidem, pag. 73.

¹⁷ "Appel", Ibidem, pag. 137.

¹⁸ "Au loin de la Plage", Ibidem, pag. 68/69.

¹⁹ Voir à ce propos Mário de Andrade "Questões de Linguística Bantu I — Da Posição do Kimbundu nas Línguas de Angola", *Mensagem*, 1, Luanda 1951.

²⁰ Mário de Andrade, "O Folclore na Cultura Bantu" texte inédit. Lisbonne Octobre 1950.

²¹ Exposés de Francisco José Tenreiro ("Structure Géographique du Continent Africain"), de Noémia de Sousa et Alda do Espírito Santo ("La Pensée Noire") au Centre d'Etudes Africaines en 1951.

²² Georges Balandier, *Sens et Puissance*, Paris, PUF, 1981 pag. 157.

²³ Ibidem pag. 1-58.

²⁴ Le 4 Février 1961, des militants nationalistes de la capitale ont donné l'assaut des prisons de Luanda dans l'intention de libérer des prisonniers politiques, sans toutefois y parvenir. La paternité de cette action a été revendiquée, à l'extérieur, par la Direction du MPLA.

Le 15 Mars de la même année un mouvement de révolte armée contre l'exploitation coloniale a éclaté au Nord-ouest de l'Angola. Cette jacquerie a été revendiquée par l'UPA (Union des Populations de l'Angola).

²⁵ Il y avait, à Luanda, en 1958-1959, pour une population noire urbaine d'environ 140.000 personnes, 5 bacheliers noirs.

²⁶ Ce rapport concernait un groupe d'étudiants qui a quitté clandestinement le Portugal, au mois de Juin 1961, pour rejoindre le Mouvement nationaliste.

—²⁷ François Châtelet et Evelyne Pisier-Kouchner, *Les Conceptions Politiques du XXe Siècle*, PUF, 1981, pag. 506.



Era no tempo das acácias...*

CARLOS ERVEDOSA**

Anos obscuros

[...] A Casa dos Estudantes do Império funcionou normalmente até à Primavera de 1952.

No princípio desse ano os estudantes coloniais de esquerda, que já eram bastantes, apesar das suas origens, ganharam as eleições nas secções de Angola, Cabo Verde e Índia, e o Acácio Cruz, estudante de engenharia vindo de Silva Porto e proposto pela Secção de Angola, conquistava também, muito naturalmente, a presidência da Direcção-Geral da CEI. Amílcar Cabral, o futuro fundador do PAIGC, era o Vice-Presidente, por indicação da Secção de Cabo Verde a que pertencia.

Decorria a vida associativa com toda a normalidade. Funcionava o lar, a cantina e o posto médico. As Secções davam regularmente os seus bailes e matinés dançantes para convívio e angariação de fundos. A Secção de Angola, na passagem de ano, dera um baile monumental no Centro de Actividades Económicas de Angola, abrilhantado pela «Orquestra Copacabana». Decorriam os campeonatos internos de damas, xadrez e pingue-pongue. O grupo representativo de futebol media forças com os das Associações Académicas de Lisboa. A Cultural fazia as suas palestras, exposições e recitais de poesia e saíra já o número da «Mensagem» com a colaboração dos sócios. Nela, o Amílcar Cabral assinava «A Defesa da Terra», o Mário Pinto de Andrade «A Literatura Negra e os seus problemas», o Francisco José Tenreiro publicava o seu poema «1619» e o António Neto fazia a crítica literária ao livro de poemas do Orlando Costa, recentemente publicado.

Mas o governo foi protelando a homologação das eleições e quando se chegou a Maio decidiu nomear uma comissão administrativa da sua confiança política para gerir os destinos da CEI.

Recordo bem. Num fim de tarde dum domingo soalheiro, quando chego à Casa depois de uma excursão ao Portinho da Arrábida, organizada pela Secção de Angola, era enorme a agitação reinante na sala da Direcção-Geral. Lembro-me de ver, entre outros, o Acácio Cruz e o Amílcar Cabral, da Direcção-Geral, o António Neto, o Antero Abreu e o Mário Pinto de Andrade, da Secção de Angola, o Telmo Crato Monteiro, presidente da Secção de Cabo Verde, o Orlando Costa, presidente da Secção da Índia... dirigentes e outros associados, ali reunidos, revoltados, discutindo e comentando a notícia que lhe chegara por portas travessas: no dia seguinte, segunda-feira, sairia no «Diário do Governo» a portaria que nomeava uma Comissão Administrativa para a Casa dos Estudantes do Império.

Decidiram os dirigentes ali reunidos elaborar e distribuir ainda essa noite, aos sócios, um abaixo-assinado de protesto e um comunicado. Denunciava-se a atitude prepotente do Governo, pedia-se a solidariedade de todos os sócios para com os seus dirigentes democraticamente eleitos e a sua recusa a qualquer colaboração com os membros da Comissão Administrativa imposta.

A Comissão Administrativa chegou no dia seguinte e manteve-se durante longos cinco anos, repartidos em dois períodos.

No primeiro foi presidida pelo Dr. Carlos Soveral, um licenciado em Histórico-Filosóficas, ho-

* Extractos do livro «Era no tempo das acácias floridas». ALAC (1990). Os subtítulos são da responsabilidade do Editor.

** Geólogo e ensaísta angolano (1932-1992). Dirigente da CEI e responsável pela Secção Editorial. Director da Mensagem em 1962-63.

mem inteligente e culto que logo sentiu como era ingrato estar em guerra contra toda uma associação de estudantes. Foi-se embora logo que pôde.

Seguiu-se-lhe o Dr. José Barata, licenciado em Económicas e que, ao contrário do primeiro, era bastante primário. Agarrou-se ao lugar como lapa à rocha e só dali saiu ao fim de quatro anos, quando o governo o transferiu para outro posto.

Foram cinco anos de estagnação, com a CEI reduzida às funções de uma simples pensão. Os estudantes ultramarinos continuaram a frequentar o lar e a cantina, a sede e o posto clínico, mas recusaram-se a colaborar em quaisquer outras actividades promovidas pela Comissão Administrativa.

Participavam activamente nas movimentações democráticas, como as comemorações do «5 de Outubro», data que era aproveitada para romagens, comícios e jantares de confraternização pelos opositoristas ao regime de Salazar.

Na véspera do «5 de Outubro» de 1956 já andava eu, militante do MUD Juvenil, com outro estudante angolano, o Portela Santos, a distribuir bandeirinhas nacionais pelos comerciantes da Baixa lisboeta. No dia seguinte grande número de lojas da Rua dos Fanqueiros, da Rua Augusta, da Prata e do Ouro exibiam nas montras as bandeirinhas verde-rubras, naquela data com uma carga ideológica bem republicana e democrática.

Os estudantes ultramarinos integraram-se nas associações de estudantes das faculdades que frequentavam, também elas correndo riscos de encerramento ou de limitação às suas actividades e ao sistema democrático que as regia. E participaram activamente nas lutas académicas de Lisboa, sobretudo durante a crise desencadeada pelo famigerado Decreto n.º 40 900, que pretendia colocar as Associações de Estudantes sob a égide da «Mocidade Portuguesa».

Recordo o João Cravinho, do Técnico, o Noales Rodrigues, de Ciências, o Goulart, de Económicas, a Manuela Biu e a Vera Azancot, de Letras, o Carlos Portas, de Agronomia... e tantos outros.

Cedeu o governo perante a luta dos estudantes de Lisboa e Coimbra contra o decreto do Ministro Leite Pinto. Foi suspensa a lei e os estudantes ultramarinos aproveitaram a ocasião para fazerem ouvir também as razões da sua luta.

E assim, no dia 25 de Janeiro de 1957, discutiam-se e aprovavam-se em Assembleia Geral os novos estatutos da Casa dos Estudantes do Império.

Era eu quem tinha a honra de presidir à mesa dos trabalhos.

Os novos estatutos tiveram de ser elaborados tendo em conta os circunstancialismos e as pressões reinantes. Desapareceram, por exemplo, as antigas secções regionais, secções que eram entendidas pelas autoridades como focos de nacionalismos.

Há muito que os velhos e marcados estudantes, concluídas as suas formaturas, tinham deixado a Casa e seguido a sua vida. Havia uma nova geração, mas os ideais democráticos e nacionalistas eram já como um vento forte que varria o mundo.

Vieram depois as eleições para os Corpos Gerentes. O Fernando Vaz foi o Presidente da Direcção, eu continuei Presidente da Assembleia Geral e o Hugo Azancot de Menezes, Presidente do Conselho Fiscal.

Um indiano de Moçambique, um branco de Angola e um mestiço de S. Tomé. Era assim a Casa dos Estudantes do Império, santuário da confraternização racial. [...] (págs. 121-124)

A Casa era uma escola...

[...] Continuei a viver no lar da Casa dos Estudantes do Império, mas agora tendo por companheiro de quarto o David Bernardino, estudante do 2.º ano de Medicina e que viera lá das traseiras morar no melhor quarto vago da frente.

Devo-lhe muito da minha formação cultural. Com ele fui pela primeira vez ao ballet, pela primeira vez à ópera e, no seu Telefunken, ouvi pela primeira vez a Nona Sinfonia completa. Das suas mãos recebi também grande parte dos livros que estiveram na base da minha cultura literária.

A juventude portuguesa, a mais inconformada, engajava-se então num movimento político de esquerda, clandestino, o Movimento de Unidade Democrática Juvenil. Na conquista das liberdades que os vencedores do conflito mundial lhe tinham recusado.

O fim da Guerra tinha sido há meia dúzia de anos, uma guerra cruel que ceifara milhões de vidas e de heróis que haviam lutado por um mundo livre, mais fraterno e com mais justiça social.

Tinham-se calado as armas nos campos de batalha, chegavam agora as mensagens dos artistas através da pintura, do cinema e da literatura.

Eram os tempos áureos do neo-realismo.

Emocionávamo-nos com as aventuras dos pobres miúdos do Pereira Gomes pelos esteiros do Tejo, com os gaibéus do Alves Redol e com os heróis do Manuel da Fonseca pelas searas de vento.

Rejubilávamos com o fogo dos estudantes na noite escura, do Fernando Namora, crispávamos-nos com o uivo dos lobos nas serranias do Aquilino e estávamos com Ferreira de Castro ao lado dos operários da Covilhã.

De França chegava-nos o canto alto do Aragon e do Éluard, esperançoso, mas chorávamos em Espanha a morte de Garcia Lorca pelas balas assassinas de Franco.

De Itália era o cinema, um cinema que nos fazia pensar, que nos metia pelos olhos dentro imagens reais dum mundo que tinha de mudar, com as películas de Sica e Zavattini, «Ladrões de Bicicletas», «O Capote», «Humberto D», «O Milagre de Milão», «O Pão Nosso de Cada Dia»...

Dos Estados Unidos chegavam-nos os livros de Steinbeck, de Caldwell, de Hemingway... «As Vinhas da Ira», «A Estrada do Tabaco», «Por Quem os Sinos Dobram»... e do Brasil o Jorge Amado, o Graciliano Ramos, o Guimarães Rosa, narrando as vidas secas dos homens e as esperanças dos homens germinando pelos subterrâneos da liberdade ou pelas veredas luminosas do sertão.

E ainda lá mais de baixo, da ponta sul, ressoava o canto general do Pablo Neruda, desse Pablo genial que iria morrer (os poetas morrem?...) um dia, quando os primeiros pingos de chuva caíam nas ruas de Santiago.

Era «obrigatória» a leitura de «Estes Dias Tumuluosos» do Pierre van Passen, do «Processo Histórico» do Juan Clemente Zamora, textos do Pollitzer, do Marx, do Engels, do Lenine...

O Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa, publicado pelo Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro, alertava-nos para a problemática social das nossas terras e falava-nos dos expoentes da Negritude no mundo, do Senghor, do Césaire, do Guillén, do Langston Hughes e já do orgulho escandaloso de ser negro.

Acreditávamos que um dia o mundo seria melhor, com paz, amor e justiça e que, de mãos dadas, seguiríamos fraternalmente pela estrada larga de Walt Whitman.

Era também o tempo do neo-realismo na pintura. Para mim, os melhores, Rivera, Orozco, Siqueiros e Portinari, pelos motivos tratados.

Por eles cheguei aos outros modernistas, desde o impressionismo para cá.

Nesse tempo a editora «Europa-América» tinha, num primeiro andar da Rua das Flores, uma sala de exposições onde continuamente se exibiam excelentes reproduções de quadros célebres. Passei ali mui-

tas tardes, encantado, e com o sacrifício de outros prazeres fui comprando algumas delas, Gauguin, Modigliani, Picasso, Matisse e os «Zapatistas» de Orozco, que foram decorando as paredes solitárias do meu quarto de estudante. [...] (págs. 118-121)

A Editorial

[...] Cheguei à CEI com poemas e contos dos Novos Intelectuais de Angola. «O Grande Desafio», «Fogo e Ritmo», «Namoro», «Estrela Pequena»; «A Mulemba Secou», «Linha Quatro» e outros poemas do novo cancionero angolano foram um alumbramento, como diria Manuel Bandeira.

Com a ajuda do Costa Andrade, jovem escritor do Huambo que poetava com o pseudónimo de Flávio Silvestre, publiquei uma colectânea de «Poetas Angolanos» e outra de «Contistas Angolanos», dactilografados e copiografados pelas nossas próprias mãos nas «oficinas» da CEI.

Depois a Fundação Gulbenkian, por intermédio do Dr. Sá Machado que era angolano como nós e que já ofertara à CEI camas para o Lar, um fogão para a Cantina e livros para a Biblioteca, entregou à Secção Editorial uma duplicadora Gestetner, eléctrica, e uma boa máquina de escrever, o que permitiu melhorar o aspecto gráfico da «Mensagem» e das antologias que se editavam.

Aqui, não posso deixar de recordar, com saudade, a colaboração do jovem José Ilídio Cruz, pobre e infeliz companheiro que tão cedo abandonaria este mundo.

Com uma pequena quantia cedida pela Direcção da Casa, também conseguimos dar início à impressão tipográfica das obras dos jovens autores ultramarinos. As editoras comerciais não se arriscavam a publicar escritores sem nome feito e ainda por cima com uma temática um tanto perigosa nas circunstâncias.

O escritor Castro Soromenho recomendou-nos a «Tipografia Minerva», na Praça da Alegria, e foi ali que se imprimiram os livros de uma colecção que ficaria célebre e a que nós demos, muito simplesmente, o nome de «Colecção Autores Ultramarinos».

Nela publicaram os seus livros de estreia o Luandino Vieira, o António Jacinto, o Viriato Cruz, o António Cardoso, o Manuel Lima, o Arnaldo Santos, o Costa Andrade, o Agostinho Neto, o Alexandre Dáskalos, o Henrique Abranches, o José Craveirinha, o Ovídio Martins...

O Agostinho Neto, ainda na cadeia do Aljube, recebeu das mãos da esposa, a Maria Eugénia, os primeiros exemplares de «Poemas» que eu próprio lhe fora levar a casa.

Treze anos depois, quando a Editora Sá da Costa publicou em Lisboa a «Sagrada Esperança», de Agostinho Neto, o livro trazia uma introdução assinada pela Marga Holness, introdução que desapareceu depois nas edições post-mortem do Autor.

Podia-se ler ali uma transcrição do Costa Andrade:

«(...) Em autêntico desafio à censura fascista, Carlos Ervedosa e nós próprios conseguimos, sob os auspícios da Casa dos Estudantes do Império, compilar e publicar pequenos volumes com as obras mais importantes dos nossos intelectuais, algo inédito em Portugal e na história da literatura angolana. O opúsculo dos poemas de Agostinho Neto deu-nos a possibilidade de verificar como eram estreitos os laços entre o povo e o poeta. Após a sua chegada a Luanda e numa única tarde, a totalidade dos livros foi inteiramente absorvida.» [...] (págs. 131-132)

Identidade e resistência

[...] Ao longo dos anos da sua existência, a Casa dos Estudantes do Império desenvolve, a par duma profícua actividade no campo social, desportivo e recreativo, um trabalho intensivo de divulgação da cultura dos territórios coloniais. E no desempenho de todas essas tarefas criaram-se laços de profunda amizade e uma consciência nacional, sobretudo angolana e moçambicana, que não admitia a exclusão de ninguém.

A Casa era uma associação de estudantes, politicamente neutra por força estatutária, mas de esquerda por força da opção política dos seus dirigentes. Multirracial na sua composição étnica e nos seus ideais de sociedade. Quem não a aceitasse deste modo, ou não passava a porta do rés-do-chão, ali no 23 da Duque d'Ávila, ou ia-se embora de vez. O que aconteceu em qualquer dos casos e o que não agradava aos governantes de então, ainda obcecados pela ideia anacrónica de um país repartido por quatro continentes e às ordens do Terreiro do Paço.

Durante a presidência do moçambicano José Miguel Jerónimo, que sucedera pouco tempo antes a César Monteiro, os ministros da Educação e do Ultramar aproveitaram uma desavença entre a se-

de e a sua delegação de Coimbra, numa divisão de verbas, para submeterem a Casa dos Estudantes do Império a uma nova Comissão Administrativa por tempo indeterminado.

Reagiram os estudantes ultramarinos decidida mas cautelosamente. Nesse mesmo dia distribuíam pelo correio o seguinte comunicado:

«Estudante Ultramarino!

A força vem sobrepor-se ao direito.

Coarctando a possibilidade de sermos nós a resolver pelos nossos meios os nossos próprios problemas, foi-nos imposta uma comissão administrativa. Pretexto: o já resolvido caso de Coimbra.

Porque somos amputados arbitrariamente de um direito, porque nos negam a nossa própria afirmação, porque nos querem impor directrizes que nunca foram nem serão nunca as nossas, apelamos, nesta hora grave, para o teu dever de estudante ultramarino, a que estejas connosco. VEM À SEDE URGENTEMENTE! Traz contigo os ultramarinos dignos deles próprios.

Não é só a CEI que está em perigo. São os interesses dos estudantes ultramarinos.»

Assinaram-no, sobre o *stencil*, 73 estudantes que tinham ocorrido à sede.

No dia seguinte, em grande e efervescente reunião, foram enviados enérgicos telegramas de protesto ao Governo e estabelecidas as formas de luta que se impunham.

As outras associações de estudantes do país, solidárias com os seus colegas ultramarinos, enviaram também os seus telegramas de protesto.

Oito meses depois, a CA informou o Governo que tinha encontrado as contas certas e não vendo este brechas na muralha, por onde penetrar, devolveu a normalidade estatutária à Casa dos Estudantes do Império. Ficou então como «presidente interino», até à eleição dos novos Corpos Gerentes, o Paulo Jorge, um moço que viria a ser mais tarde o Primeiro-Ministro das Relações Exteriores de Angola. (p. 137-39)

[...] Na Primavera desse ano [1962], nova crise académica alastrou por Lisboa, despoletada pela proibição do «Dia do Estudante» organizado pelas associações de estudantes. Era então líder do movimento associativo um finalista de Direito, o Jorge Sampaio, hoje Secretário-Geral do Partido Socialista.

Sucederam-se plenários, comunicados, greves às aulas e aos exames, e até uma greve de fome para 80 estudantes barricados na Cantina Universitária, sob a protecção de muitas centenas de outros cá fora. E tudo isto com manifestações de rua desfeitas à coronhada pela Polícia de Choque e prisões e expulsões da Universidade.

O Governo foi também encerrando Associações atrás de Associações para quebrar a força estudantil, até que sobrou a Casa dos Estudantes do Império. E esta imediatamente pôs à disposição dos seus colegas da metrópole as suas instalações para a continuação das Reuniões-Inter-Associações, assim como as suas máquinas de impressão para a elaboração dos comunicados.

O Governo mandou então colocar um polícia à porta. Só entrava quem era sócio da CEI e as malas e bolsas das raparigas revistadas à entrada e à saída.

A Direcção da Casa protestou energicamente junto dos ministérios do Interior, da Educação e do Ultramar. Em resposta mandaram a PIDE invadir a associação, passar uma busca e apreender o que quisesse. No fim entregaram-me uma contra-fé para ir lá abaixo, à António Maria Cardoso, prestar declarações.

O interrogatório efectuou-se num dos últimos andares do edifício da PIDE porque me lembro que através das janelas se via o Tejo com barcos ancorados. Acho que me defendi bem, pois ao anoitecer regressava em liberdade à CEI, onde a malta que me esperava, ansiosa, fez uma grande festa.

Foi neste cenário conturbado que dirigi a Casa dos Estudantes do Império [...] (págs. 157-158)

Também da Casa dos Estudantes do Império se partiu para a luta...

[...] Em Portugal, uma centena de estudantes universitários, africanos de Angola, deixa clandestinamente o país e vão reforçar, quase todos, os quadros do MPLA.

Foram de Lisboa, Porto e Coimbra, alguns com as mulheres e os filhos.

Em Lisboa deu-se logo conta pelo grande número de ausências ao jantar na cantina da Casa.

O Sargento Ferreira, encarregado da escrita e da cantina, lamentou-se-me:

— Logo hoje, que mandei fazer doce, falta tanta gente!...

Reuniram-se no Porto, onde pernoitaram por

hotéis e pensões. No dia seguinte partiram para a fronteira norte e atravessaram clandestinamente o rio Minho.

Em terras de Espanha, já com documentação falsa que os identificava como cidadãos de países africanos, começaram a passar calmamente para a França.

Mas um grupo de 40 ficou retido. As autoridades espanholas da fronteira, porque fossem alertadas pelas autoridades portuguesas, ou porque tivessem desconfiado de tanto negro junto, descobriram as identidades e prenderam o grupo.

Começou depois uma luta diplomática. De um lado, o governo português pedia ao seu aliado espanhol que lhes recambiasse os presos, do outro lado, o governo americano exigia que os deixassem passar. Venceu o pragmatismo de Franco: *amigos, amigos, negócios à parte*, e deixou partir o grupo para França.

Os rapazes brancos ficaram em Portugal, mas alguns, inconformados, logo foram por sua conta e risco e quiseram mostrar, desse modo, que eles também eram Angola.

Ficou a CEI amputada de grande parte dos estudantes angolanos, sobretudo negros e mestiços. Destes sobrou o Manuel Lima, estudante de Direito em Lisboa, negro retinto que ainda por cima usava capa-e-batina.

Poeta e contista, o Manuel Lima não terá, por qualquer motivo, caído no goto dos que organizaram a fuga. Foi depois ter com eles, mas também pelos seus próprios meios. Alferes miliciano, caçador-especial, fora enviado para a Índia enquanto a sua unidade seguia para Angola. Quando o avião que o levava poisou no Egipto para meter combustível, o Manuel Lima pediu licença para ir mandar um telegrama à família. Foi e solicitou asilo político. Só apareceu mais tarde, na organização militar do MPLA sediada no ex-Congo francês.

E muitos outros foram depois partindo para o estrangeiro, uns legalmente, com passaporte, outros clandestinamente. Uns com êxito, outros voltando para trás.

Dois jovens procuraram atingir Marrocos, a partir do Algarve, num barco a remos. Mas foram arrastados para o alto mar e a sede atormentou-os. Um bebeu água salgada e morreu, o outro, mais feliz, foi recolhido por um cargueiro. É hoje o coronel das FAPLA, poeta e pintor Cardoso de Matos.

Jovens atletas ao serviço de clubes metropolitanos seguem o mesmo destino. Da Académica foi o França e o Chipenda. Do Benfica, o Matos e o

Mingas, pobre Said, jovem ministro que viria a morrer tão cedo no golpe fraccionista do Nito Alves.

Para a esmagadora maioria dos estudantes angolanos em Portugal a UPA era um movimento racista e tribalista. A UNITA ainda não existia. O seu fundador e líder era ainda Secretário-Geral da UPA. O MPLA, dos intelectuais Mário Pinto de Andrade e António Agostinho Neto, velhos sócios da Casa e formados nas escolas portuguesas, era então a esperança e a paixão de muitos.

Em Lisboa, entretanto, a CEI e os seus dirigentes passaram a ser alvo de uma vigilância policial mais apertada. [...] (pág. 145-147)

[...] Pouco depois chegou-nos a FUA. A Frente Unida Angolana, liderada por Fernando Falcão, um engenheiro civil de raça branca natural de Angola, desportista e democrata, começara a formar-se clandestinamente nas principais cidades do Sul de Angola. Pretendia um país independente e multirracial.

Rapidamente a PIDE detectou as suas actividades e desmantelou-a. Presos e dispersos por Angola uns, os brancos foram colocados com residência fixa em Lisboa.

Com o Eng. Falcão seguiram para o desterro o Sócrates Dáskalos, reitor do Liceu de Benguela, o Luís Portocarrero e o Carlos Morais, técnicos de contas, todos do distrito de Benguela. Ainda um outro Morais cujo nome próprio me não ocorre, oriundo da Huíla, e o João, moçambicano, personagem central de um poema famoso da Noémia de Sousa e há muitos anos desterrado em Angola.

O grupo apareceu na CEI levado pelo Sócrates. Este frequentara-a durante os seus tempos de estudante, juntamente com o seu irmão, o poeta Alexandre Dáskalos.

[...] Compareceram, timidamente, como quem apalpa terreno, numa daquelas farras organizadas

pela Secção de Camaradagem, com merengues de princípio ao fim. Depois, sentindo o terreno firme, assistiram a todas as sessões da Semana de Recepção aos Novos Estudantes do Ultramar. [...] (p. 154-155)

Assim funcionou a Casa, democraticamente, até 1965. Quando foi extinta, poucos já eram os estudantes angolanos e moçambicanos que havia na Metrópole, absorvidos pelos Estudos Gerais Universitários a funcionarem, há alguns anos, em Luanda e Lourenço Marques.

Muita gente se interroga como foi possível a CEI aguentar-se durante tanto tempo sem ter sofrido penalizações mais graves. Eu tenho a minha explicação:

Por um lado, a actividade da CEI não se podia confundir com as actividades políticas dos seus associados, quando exercidas fora dos seus muros.

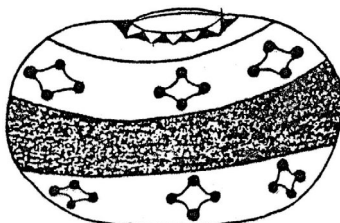
O artigo 3.º dos seus estatutos rezava:

«À CEI é absolutamente vedado interferir em assuntos de carácter político ou religioso, e fazer qualquer distinção de raças, de cores, ou de qualquer outra natureza».

Politicamente desafectos ao governo, os seus dirigentes tinham a arte de fazer caminhar a sua associação até à beira do precipício, mas sem dar depois um qualquer passo em falso.

Ia-se até onde se podia e devia ir.

Por outro lado, um ataque violento à CEI, como a sua extinção, viria revelar uma coisa que o Governo tinha necessidade de ocultar. Que os filhos dos colonos e os filhos dos colonizados, ou seja, os universitários angolanos, brancos, negros e mestiços já tinham chegado a uma conclusão: era preciso mudar e essa mudança necessária passava pela Independência dos seus territórios de origem. E que viesse depois a grande comunidade dos países de língua portuguesa espalhados pelas cinco partidas do mundo. [...] (pág. 140)



Escritores falam...

ANTERO ABREU*

[...] **D**epois, eu fui em 46 para Coimbra. O Neto que, entretanto, tinha acabado o liceu e se tinha empregado e só depois é que tinha ido estudar para Coimbra, o Neto apareceu, salvo erro, em 47, um ano depois de mim. E não sei se foi nesse mesmo ano ou no seguinte que apareceu depois o Lúcio Lara. Continuávamos a dar-nos porque havia uma determinada afinidade entre nós, literária.

O Neto, nessa altura, politicamente, ninguém sabia bem o que é que ele era. Mas, enfim, eu, o Veiga Pereira e outros que já estávamos ligados ao MUD Juvenil e a umas ideias políticas já mais afirmadas e mais organizadas — porque, enfim, o Partido Comunista estava ali ao pé (...) E nós é que puxámos assim Neto para este lado da barreira, porque havia outros lados a puxá-lo... Não vale a pena estar a falar em pessoas — havia indivíduos de outras colónias que também se dedicavam à literatura e com quem o Neto se deu bastante, ao princípio, mas que eram um bocado contra o nosso grupo — o grupo dos “comunistas”, os tais “comunistas” (...) Porque o Joaquim Namorado sempre se interessou muito pelo Ultramar. Ainda nós não sabíamos nada, lá em Coimbra, de literaturas africanas, já ele falava no *Batouala*, de René Maran. O Joaquim Namorado já conhecia isso. No livro *Incomodidade* — andei à procura dele, quando soube da sua morte, mas desapareceu-me — o Joaquim Namorado tem um dos poemas mais importantes que se escreveram sobre África — chama-se mesmo “África”, salvo erro — uma

visão do que era África! Qualquer de nós não se importaria de ter escrito aquele poema! Nem o Neto se importaria de ter escrito aquele poema! O Joaquim Namorado era um homem de um grande leque de interesses, e uma das coisas que o interessavam muito era África. Dava-se muito connosco, moços que tínhamos vindo estudar de África, e muitos de nós íamos frequentar a *Vértice* — que era a revista que ele praticamente dirigiu toda a sua vida.

Portanto, o Veiga Pereira, como estava mais ligado ao Joaquim Namorado, ao MUD Juvenil e ao MUD e através do MUD, ao Partido Comunista Português, creio eu — também não quero dizer que o Partido Comunista estivesse directamente envolvido nessas coisas, é possível que as ligações fossem a título individual, mas, de qualquer maneira sempre se faziam —, o Veiga Pereira era um indivíduo já com uma determinada formação quando eu comecei a ler os livros de marxismo.

(...) Eu continuei a dar-me com o Neto. O Neto colaborava no *Meridiano*, eu era um dos entusiastas do *Meridiano*, mas o Veiga Pereira é que era, efectivamente, o homem que o fazia. O jornal de parede era o Veiga Pereira que o fazia.

P. — Já faziam um jornal de parede? E era relacionado com África?

A.A. — Já fazíamos um jornal de parede relacionado com África, relacionado com a Casa dos Estudantes do Império, com os nossos problemas

* Jurista e escritor angolano, dirigente da CEI em Coimbra. Excertos da entrevista inserida em *Angola. Encontro com Escritores*, Michel Laban, I Vol., Porto 1991, pp. 246-250

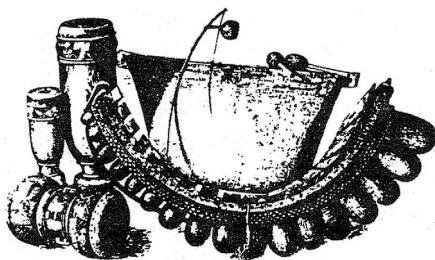
e os problemas de África... E os seus artigos de fundo, as suas citações, etc, tal e qual como o *Meridiano* também tinha. Simplesmente, um jornal de parede não pode ter a característica de um jornal que se lê e que se mete debaixo do braço! Mas já a falar dos nossos assuntos — os assuntos da Casa e os assuntos africanos.

P. — E um jornal de parede era habitual já naquela época?

A.A. — Não era habitual, que eu saiba. É possível que houvesse em determinadas organizações, ou em determinadas empresas, eu não sei. Quem levou a ideia do jornal mural foi o Veiga Pereira. Ele é que o fez durante muito tempo, com a ajuda de outros — um dos quais eu, e lá colaborámos. Depois o Veiga Pereira, nessa altura, mais ou menos, lançou mão ao *Meridiano* e colaborámos também — o Neto publicou lá poesias, não sei se alguma prosa. O Veiga Pereira era uma figura engraçada e fascinante — ainda hoje é uma pessoa interessante.

(...) Depois lá estivemos em Coimbra — onde era forçoso dar-mo-nos porque comíamos nas mesmas pensões. Se não eram as mesmas, eram muito perto. Morávamos nas mesmas casas, ou muito perto uns dos outros. Coimbra é uma terra pequena — morávamos quase todos na Alta, ou perto da Alta, portanto estávamos sempre a encontrar-nos. E encontrávamo-nos muito nos cafés — o café “Montanha” era onde nos encontrávamos. De um lado, os moçambicanos: lá estavam os irmãos Caseiros, que estão agora em Moçambique; o Victor Casaca, que depois veio para aqui, morreu cá. Os

moçambicanos estavam numa mesa e os angolanos iam normalmente para outra mesa. Depois, aí a convivência com o Neto era bastante intensa. E havia uma frequência diária da Casa dos Estudantes do Império: ou porque fazíamos parte da direcção, ou simplesmente porque era o nosso ponto de encontro. É por isso que muita gente me pergunta: “Você é muito pouco coimbrão, tendo estado em Coimbra...” Um colega meu de escritório, todo coimbrão, cantor de fados e tal, admirava-se de eu ter estudado em Coimbra e ser tão pouco coimbrão! Porque Coimbra deixava, naquele tempo, umas marcas muito fortes nos estudantes que por lá passavam: nunca mais se esqueciam daquela vida, daquele ambiente que os cercava. Vinha cá para fora e, pela vida fora — ainda hoje — a recordar com muita saudade Coimbra, a cantarem os fados de Coimbra, a reunirem-se em almoços comemorativos, etc. E esse meu colega admirava-se de como eu era tão pouco coimbrão... Mas não era só eu que era tão pouco coimbrão. Todos os estudantes ultramarinos — de uma maneira geral — eram pouco coimbrãos, ou eram relativamente pouco coimbrãos, porque havia uns que conseguiam ser ambas as coisas. Porquê? Porque a nossa convivência era feita principalmente na Casa dos Estudantes do Império, não era feita na Associação Académica, nem nas repúblicas — embora frequentássemos as repúblicas, embora frequentássemos a Associação Académica, é evidente. Lembro-me que também andei em serenatas, mas o nosso ponto de encontro era a Casa dos Estudantes do Império, os nossos interesses eram os da Casa dos Estudantes do Império, portanto dos estudantes ultramarinos. [...]



Nasci em 1937, fiz os meus estudos primários na cidade de Lourenço Marques, onde fiz também o liceu até ao final do ciclo secundário. Os meus pais eram portugueses que vieram para cá em 1920 e tal. O meu pai era carteiro e a minha mãe doméstica. Vivia numa zona suburbana, na Mafalala, o que dava efectivamente uma ideia do nível económico da família, porque a cidade de Maputo estava concentrada nessa altura nas zonas da Polana. Estudei à custa dos sacrifícios que o meu pai fez e depois, quando terminei o liceu em 1956, fui estudar para Lisboa com uma bolsa de estudo dos Correios onde o meu pai trabalhava, uma bolsa de mil escudos. (...)

Mas logo então, mal chegado a Lisboa, comecei a frequentar a Casa dos Estudantes do Império, precisamente porque a bolsa era pequena e nós tínhamos um pequeno restaurante onde nos encontrávamos todos, onde vivíamos juntos. De Moçambique havia lá muito poucas pessoas no meu tempo (já era nos anos 1957/58). Estava o Sérgio Vieira, o Marcelino dos Santos já tinha saído. Estavam muitos de Angola, da Guiné, de Cabo Verde. Estava o Paulo Jorge, estava o Costa Andrade, conheci o Arnaldo dos Santos, e muitos outros. Da Guiné-Bissau não me recordo de nenhum escritor. Havia vários políticos. De Cabo Verde também encontrei vários, por exemplo o Onésimo Silveira, de São Tomé o Medeiros, e várias dessas figuras. Sobretudo muitas pessoas que depois vieram a desempenhar papéis políticos, entre os quais o próprio Agostinho Neto.

A Casa sempre teve um papel político importante, tanto que tinha sido encerrada e tinha havido uma comissão administrativa que durou precisamente até à altura em que eu cheguei, que foi levantada a comissão administrativa, que era dirigida pelo Estado português e que de novo foram os próprios sócios que começaram a dirigir a própria associação. Sou, portanto, da segunda geração da Casa dos Estudantes do Império. E foi aí que de facto conheci algumas autoridades literárias, que desabrochou o meu interesse pela literatura, pelos problemas políticos e que ensaiei as minhas primeiras tentativas na área da poesia.

Particpei com o Costa Andrade na elaboração da *Antologia dos Poetas Moçambicanos*, que foi prefaciada pelo Alfredo Margarido. A primeira foi feita pelo Luís Pollanah, publicada em 1960, e depois saiu a outra, em 1962, publicada pelo Alfredo Margarido, que fez o prefácio. Particpei também nos jornais *Mensagem*, da Casa dos Estudantes do Império, dirigi um ciclo de teatro na própria Casa dos Estudantes do Império. Portanto pode dizer-se que foi na Casa dos Estudantes do Império, no confronto com as várias personalidades das colónias portuguesas de então que o sentido político despertou para mim.

A maior parte dos meus colegas do liceu... esses não frequentavam a Casa dos Estudantes do Império. Há uma relação entre a minha situação económica, de classe, que me fez aproximar mais deles. De Moçambique havia muito poucos. Do meu tempo havia o Sérgio Vieira, o Luís Filipe

* Professor na Universidade E. Mondlane. Maputo. Excertos da entrevista inserida em *Vozes Moçambicanas*. Patrick Chabal. Lisboa 1994, p. 212-216.

Pereira, que está aqui a dirigir o Instituto Nacional de Desenvolvimento e da Educação, e poucos mais. Houve outros que frequentaram a Casa mas que tiveram percursos diferentes, o Hélder Martins, o nosso antigo ministro da Saúde, houve também o Óscar Monteiro, mais tarde, mas os moçambicanos estavam mais em Coimbra, com actividades um pouco diferentes.

Quando já estava no segundo ano de Medicina decidi regressar a Lourenço Marques para ir trabalhar nos Correios, em 1958, depois das eleições do Humberto Delgado. Trabalhei nos Correios durante um ano para fazer Grego, Latim, Português e História, para me poder matricular na Faculdade de Letras. Nessa altura regresssei para Lisboa mas fui incorporado em 1959 no serviço militar obrigatório. Como tinha interrompido os estudos, então, automaticamente era incorporado. Mas em 1959 não havia nenhuma ameaça de guerra evidente e como eu era excessivamente alto e magro, então fiquei para os serviços auxiliares, de secretariado e logística do exército, o que foi para mim uma grande vantagem porque era um serviço militar mais ligeiro e permitia-me estudar, dava-me tempo.

Foi nessa altura então que me matriculei na Faculdade de Letras a meio tempo em 1960. Frequentei praticamente um ano só da Faculdade de Letras e não cheguei a fazer exames. Interessei-me muito pela actividade teatral, frequentei o curso de teatro do Conservatório Nacional. Contactei com muitos dos que são hoje grandes actores portugueses, como o Nicolau Breyner e outros. Foi um período muito bom e, obviamente, continuei a participar na Casa dos Estudantes do Império.

Foi também a minha estada cá que me enraizou mais as minhas tendências nacionalistas e próindependência de Moçambique. O marxismo era nesses anos a tentação de todos os jovens, da intelectualidade do mundo, e particularmente era a única solução filosófica, ideológica, que permitiria interpretar o colonialismo. Ser-se marxista nos finais dos anos 50, princípios dos anos 60, não era um prodígio. Era praticamente um percurso natural e normal. Ainda por cima porque era a oposição ao regime fascista. (...)

Estive na tropa, fiz aqueles 18 meses que eram obrigatórios e depois fiquei mais um ano. Fui co-

locado como aspirante a oficial miliciano, numa das secretarias do Estado Maior do Exército Colonial Português. Em 1961 rebenta a guerra de Angola. E eu, por uma coincidência do destino, era secretário do ajudante do chefe de Gabinete do chefe do Estado Maior General do Exército Português, o Luís de Pina. Tinha a vantagem de os documentos antes de chegarem ao general passarem pela minha mão, portanto tive conhecimento dos primeiros relatórios sobre a guerra em Angola, e não deixei de lhes dar o destino que achava bem, embora com todas as prudências. A PIDE era uma presença invasora, que se encontrava a todos os níveis e em todos os lugares.

A partir daquele momento o exército colonial começou a mandar contingentes para Angola e começaram a aparecer as primeiras listas, particularmente de oficiais milicianos. E então eu tinha a oportunidade de avisar as pessoas na altura da sua incorporação. Houve um grande contingente de estudantes, entre os quais o Chissano, outros dirigentes de Angola, da Guiné-Bissau, de São Tomé, que tinha partido para França, um grupo de 90 e tal que tinham fugido de Portugal, em Setembro ou Outubro de 1961. E foi assim que em Julho de 1961 eu próprio recebi a minha convocatória para ser mobilizado, evidentemente que decidi não ir.

Atravessei clandestinamente a fronteira em Janeiro de 1962 e depois fui de Espanha para França e fui-me juntar ao grupo das pessoas que já tinham saído. Em Paris os primeiros companheiros que eu encontrei foi precisamente o Chissano e o Sérgio Vieira. O Marcelino dos Santos já tinha saído nos anos 50 e estava em Marrocos nessa altura. Em França tive que trabalhar numa fábrica vários meses, ainda me matriculei na Sorbonne nalgumas disciplinas. Fiquei com algumas disciplinas feitas em Portugal, outras feitas na Sorbonne.

Particpei em Paris na criação na Fundação dos Estudantes Moçambicanos em 1963 e depois, em Maio de 1964, fui para a Argélia, onde trabalhei na representação da Frelimo e depois, mais tarde, em 1965, fui para Dar-Es-Salam, onde estive até ser expulso em Maio de 1968. Depois nessa altura é que fui fazer os meus estudos definitivamente na Polónia. [...]

[...] **P.** — Voltando um pouco à primeira pergunta sobre o debate intelectual que acompanhou a sua criação literária, seria interessante focar a importância que teve a sua estadia fora de Angola. Estou a pensar, precisamente, na Casa dos Estudantes do Império, mas deve haver outros factos importantes, por exemplo, o congresso em que participou, em Paris...

Em *As lágrimas e o vento* refere-se à Casa dos Estudantes do Império em termos muito negativos. Talvez seja bom citar a passagem: “era antes um centro bastante reaccionário que consagrava as divisões sócio-raciais existentes nas colónias e onde os estudantes ‘do Ultramar’ se erigiam em revolucionários a conta-gotas, de óculos e pêra ‘à Lumumba’ mas tirados a papel químico da imagem dos seus colegas metropolitanos. O desencadeamento da insurreição deixara-os tão surpresos quanto perplexos.” (p. 106).

M.S.L. — É que a Casa dos Estudantes do Império teve um aspecto positivo e um aspecto negativo. O aspecto positivo foi que, num certo momento bem preciso, permitiu troca de ideias; permitiu aos colonizados de todas as colónias portuguesas terem um ponto de encontro e sobretudo de consciencialização, de saberem que estavam todos irmanados por um problema comum que era uma luta de libertação. Mas, nessa mesma Casa dos Estudantes do Império, reuniram-se involuntariamente os futuros carrascos e as futuras vítimas. Sempre houve disparidades... é absolutamente falso

pensar que, porque era um centro de intercâmbio e de troca de ideias, fosse algo em que houvesse unidade ou semelhança entre os componentes que frequentavam a Casa, não. Eu fui membro activo da Casa dos Estudantes do Império e, através de inquéritos feitos sobre a situação económica dos estudantes que iam à Casa, chegámos à conclusão de que as mesadas, por exemplo, oscilavam entre 600 escudos e 3 contos e 500 e que, muito curiosamente, eram os negros que tinham as mesadas mais baixas. Portanto, imediatamente, era fácil referenciar que o estudante angolano que dançava e comia na Casa dos Estudantes do Império, mas dispondo de 3 contos e 500 de mesada, tinha acesso a um *standing* de vida que o conterrâneo negro nunca poderia ter. E isso era um reflexo da situação colonial... Sempre a mesma coisa: a vantagem do pai branco...

Numa Angola independente, o que é que se observa? É que os quadros mais válidos não são negros. E quem ocupa os postos-chaves não são negros. Quem vai nas representações diplomáticas — os diplomatas mais capazes — também não são negros. Isso explica-se porque, no tempo colonial, não se abria uma escola senão quando houvesse uma população escolar branca que a justificasse; e a ordem de inscrição se fazia segundo a pele: portanto, os miúdos brancos, filhos de brancos, tinham a primazia; seguiam-se os mestiços, que continuavam a ser filhos de brancos; e, finalmente, os negros. Isso explica igualmente que, por exemplo, onde eu vivi, eu tivesse sido o primeiro negro

* Professor universitário e escritor angolano publicado pela CEI em 1961.

Excertos da entrevista inserida em Angola. *Encontro com Escritores*, Michel Laban, I Vol., Porto 1991, pp. 449-452.

a frequentar a escola primária e tivesse que levar o meu banco porque nem sequer havia carteira para mim!

Na Casa dos Estudantes do Império nós observávamos por exemplo que nos bailes, certos estudantes só estavam presentes até um certo momento: depois, o grupo deles desaparecia porque ia continuar a noite em festas privadas em que, de facto, não havia negros... Eram festas de indivíduos com mais dinheiro, que portanto tinham outras exigências e outras necessidades. Havia esse elitismo feito numa base financeira, independentemente das “amizades” e da camaradagem...

Ora, a partir daí se explica tudo quanto se veio a passar mais tarde, porque só o ideal político é que nos unia... As diferenças sociais de África, de Angola, de Moçambique, etc, foram transpostas para a Casa dos Estudantes do Império... E nós sabíamos quem era quem, absolutamente...

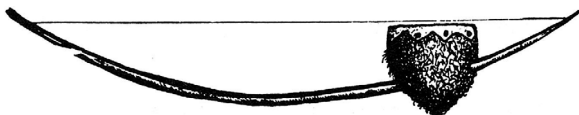
Conheci indivíduos da Casa dos Estudantes do Império que diziam que numa Angola independente se deveria usar panos, porque os panos é que eram a autenticidade angolana... Hoje vestem-se em Paris, Lisboa e Londres! Mas ninguém usa panos... As máscaras caíram.

P. — Mas, no mesmo livro, duas páginas adiante, fala da importância que teve a Europa para a tomada de consciência nacionalista...

M.S.L. — Sim, absolutamente. A Europa, e particularmente Paris, pela liberdade que havia em França, isso permitia às pessoas comunicarem e trocarem ideias muito mais facilmente do que em Portugal — em que era preciso as pessoas esconderem-se para falarem... Nessa medida, para a minha geração, quem não tivesse feito a viagem a Paris não tinha feito a *viagem*... Porque em Paris é que havia tudo o que era proibido em Portugal. E é assim que a participação com o Joaquim Pinto de Andrade no I Congresso Internacional de Escri-

tores e Artistas Negros que se realizou na Sorbonne em 56 marca, para mim, uma etapa extremamente importante na minha vida intelectual na medida em que, pela primeira vez, estou em contacto com uma “intelligentsia” negro-americana que reflecte as minhas preocupações, não só dum ponto de vista espiritual, mas igualmente dum ponto de vista social e político. A festa da *Negritude*, que foi esse encontro, foi também uma festa anticolonial. E nessa medida eu senti-me plenamente realizado e feliz por ter conhecido, pessoalmente, um Richard Wright, um Senghor, um Jacques Alexis, o Rabemananjara, os Diop, enfim, toda aquela gente que participou. Foram uns dias felicíssimos... E esse congresso, depois, valeu-me as fúrias da PIDE, porque data daí a minha interdição de saída de Portugal como indivíduo nacionalista, perigoso...

O outro encontro significativo na minha vida intelectual foi o encontro com Mário de Andrade. Eu não me tornei escritor por ter conhecido o Mário de Andrade, mas eu liguei-me imediatamente de amizade com ele porque o Mário de Andrade tinha preocupações literárias como eu tinha e, apesar da diferença de idade, eu tinha e tenho uma extraordinária admiração por ele. E é assim que, em termos de geração político-literária, eu estou incomparavelmente mais ligado ao Mário de Andrade, ao Tenreiro, ao Amílcar Cabral e Agostinho Neto — que me aceitaram entre eles como um miúdo que tem as mesmas preocupações — que certos contemporâneos meus da minha idade mas que, na verdade, pertencem a outra geração. Quando eles começaram a ter preocupações político-literárias em relação a Angola, já eu as tinha a partir de 49 com o Mário de Andrade, o Amílcar Cabral e outros que eu conheci de perto e lidei... E que só a morte de facto separou: foi o caso do Tenreiro e do Amílcar Cabral... O Mário de Andrade continua a ser um velho e grande amigo, e uma cabeça que Angola se permitiu desperdiçar. [...]



Os Netos de Norton*

ORLANDO DA COSTA**

Não terá sido por mero acaso que ambos eram, como nós, contra os decretos e outras determinações mais ou menos solenes, e de tudo quanto tivesse origem oficial — discursos laudatórios, comunicados, eleições — guardavam, no mínimo, um hostil distanciamento. Sendo pelos sufrágios, éramos nesse tempo — e poderíamos não sê-lo? — contra. A meio caminho das amizades a que não se conhece termo ou o destino das suas influências, as amizades fortes, indecifráveis e outras tantas fortuitas, partilhámos muitos de nós, submetidos e insubmissos, os cercos gémeos do regime e da oposição, a ordem estabelecida. Uma ordem em que fôramos catalogados como simpatizantes de uma esquerda de alto risco, pois flutuávamos entre uma esquerda legalizável e outra ilegalizada, o que, aliás, esteve sempre na iminência de ser verdade. Eles cumpriram convenções, espreitando a incastidade, altearam a voz em centenas de abaixo-assinados e calaram, com fervor militante e utilidade quase cristã, as palavras secretas que resguardam as fronteiras da lealdade da traição. Mas o silêncio quando alastra é insalubre, desgasta todos os sentidos, e, quando assim imposto, entorpece um gesto tão natural e simples como o abraço de dois camaradas. Os que se aperceberam, porém, não chegaram a ser mais felizes que os outros, igualmente sofreadores mas menos infelizes. E talvez não tenha importado muito, porque houve, enfim, um tempo real em que manifestações públicas foram para eles uma demonstração fácil cada vez mais difícil. «A histó-

ria não reza, profetiza», dirá Augusto. O que fazia juntar gente na rua não era o mesmo que a fazia dispersar. Assim, estiveram ambos na rua, separados e sem se conhecerem e depois separados e conhecendo-se e, depois, finalmente juntos para se conhecerem à distância que as regras do matrimónio, intimidando, consentem.

Foi um tempo fértil e estéril, repetiriam os dois, olhando um para o outro com igual generosidade, de mãos dadas até ao fim inevitável da paixão. Um tempo árduo, devo reconhecê-lo hoje, de diálogos arrastados, monólogos omissos e confissões incommunicáveis. Um tempo em que silêncio e sobressaltos, podendo, não deviam passar despercebidos, noites cumuladas de medos e coragem, madrugadas de vigília e, ao amanhecer, o inexplicável recomeço da esperança. Em quê?, perguntarão. No futuro, nas raízes da utopia, nos golpes de Estado ou simplesmente no fervor do sonho? (p. 15-16)

— Olhe, é tudo amigos e amigos de amigos. A comunidade, a casa comum. Também não conheço alguns. — Sorriram ambos um mesmo sorriso transbordante de mútua confiança. — Estão todos aqui — certos brancos, certos pretos e escuros... amarelos, acho que não, estudantes todos — para decidir se devem estar tristes ou alegres com o resultado das eleições e, entretanto, vai-se bebendo à saúde que é do que mais precisamos, não acha?

— E você?

— Eu, o quê?

* Excertos do romance *Netos de Norton* de Orlando da Costa. O livro contém referências à sua vivência na CEI, entre 1948 e o início da década de 50. Embora baseado em factos de ocorrência histórica, tanto as personagens como a matéria romanesca são de domínio puramente ficcional. (N. A.)

** Escritor português. Presidente da última direcção da Secção da Índia da CEI, em 1951-52.

— Já decidiu? Pela alegria ou pelo luto?

Augusto pareceu reflectir intensamente durante um breve momento em que os seus olhos se desviaram de tudo e de todos.

— Nem uma coisa nem outra. Somos muitos a acabar por sentir do mesmo modo. Mesmo que a tristeza nos traga luto para dentro de casa, dá-nos força para chegarmos à janela e regarmos a sardinheira da nossa estimação. — Aproximou uns olhos inesperadamente frios. — Ria-se, ria-se com desdém, que eu não me importo. Acha-me um vulgar idealista, mais um para a conta, não é?

— Não, não. Apenas achei que você tinha falado como um poeta. Digo-lhe mais: admiro a sua boa disposição. Que mais quer?

— Quero que venha ver, a propósito, a minha sardinheira — disse após uma pausa e, pegando-lhe por um braço, levou-a até à janela. Era uma noite morna e enlurada e a sua transparência contrastava com o interior do *atelier*, onde feixes de luz cansada entrelaçavam vultos sentados, estirados no chão, vozes e gestos cruzados, retalhando o ambiente pesado, apesar da jovialidade. «Sobretudo rapazes. Raparigas, contam-se pelos dedos, já era de esperar.»

— A casa comum, como você lhe chamou.

— É. Uma forma de existir resistindo — disse com ar distraído, enquanto passava o braço esquerdo pelo ombro dela e estendia o outro, apontando para o fundo. — Aqueles, por exemplo, são amigos dos primeiros tempos da Casa dos Estudantes do Império, sabe? — Gabriela fez que sim com a cabeça. — Além no grupo dos pretos, o Boavida, o Mário e o Aníbal, vocações revolucionárias, percebe? Os outros, mais à direita, é a malta dos cineclubes, intelectuais de salão. O que está no chão sentado até é dirigente da JUC, e a moça, pelos vistos moça dele, não sei bem, é a primeira vez que os topo... — sorriu malicioso — parece que é herdeira de roças em São Tomé e de companhias de navegação, dessas que há, por aí, a Colonial, a Nacional, essas que nos trouxeram, a mim e ao Raul, espero que não esteja cá por engano. — Gabriela riu-se e concedeu um «talvez não». — Oxalá — disse Augusto — estamos bem precisados de gente bem colocada, herdeiros e herdeiras... (p. 39-40)

É uma questão de estar informado. Informado e de várias fontes, pois a isenção, afinal, somos nós. Só assim é que se pode pôr à prova e respeitar a resistência dos nossos preconceitos e moldar

a nossa identidade, que não pode ser uma pura questão de mística.» «E o dinheirinho que gastas nessas revistas!», interpelava, invejoso, outro. «O *La Pensée*; as *Nouvelles* não sei quê, o *L'Esprit*, o *Témoignage* não sei quantos e sei lá mais quê? Aonde vais buscá-lo, aonde? Ao paizinho, claro.» «Não! Ao alfaiate, meu caro, ao meu alfaiate.» Constava que Augusto mandava ao pai, magistrado no final do périplo das colónias, facturas fictícias do seu escasso mas exigente guarda-roupa. Fazia dois ou três fatos por ano e cobrava contas de seis ou mais. Afinal, cultura é cultura, e, ainda que estudante de longa duração, como se classificava, não podia envergonhar a ascendência, que tendo começado aplicadamente como delegado em Bicholim, no Estado da Índia Portuguesa, teria de acabar um dia como juiz conselheiro jubilado na metrópole.

Metrópole era a designação mítica para alguns de nós, os tais amigos da Casa dos Estudantes do Império, que os barcos das Companhias Nacional e Colonial de Navegação tinham trazido a todo o vapor das áfricas das costas oceânicas do Atlântico e do Índico e de ainda mais longe, onde Camões outrora arriscara em inspiração, métrica e rimas todo o seu destino. Padroados do Oriente em terras de gentios, templos cheirando a sândalo e açafraão e pagodes guardados por dragões coloridos, onde a cruz missionária foi operando obstinadamente o terreno milagre das conversões colectivas aos rituais do catolicismo.

Vir à metrópole estudar e licenciar-se já não era apenas um sonho dos próprios a legitimar-se, mas uma espécie de objectivo, uma meta a reivindicar, forma de compensação ou desafio igualitário, um investimento privado por parte dos progenitores, colonos brancos na sua maioria, de vária natureza e estatuto, indígenas ascendidos a uma burguesia colonial, assimilados, cruzados, creoulos e outros, puros de pele e arrogantes de negritude. Descendentes afastados de sobas e terratenentes autóctones de Goa, um dia desembarcados no Cais de Alcântara, vindos das terras de suas infância e adolescência, viriam descobrir, eles próprios, nos pisos acanhados de um prédio de esquina ancorado no Arco do Cego, as pistas que, tirando-os da marginalidade, condenavam os seus passos e o seu sotaque à custa implacável dos guardiões do Estado, a Pide.

Augusto chegara à metrópole mais cedo que muitos de nós. Viera para interno num colégio de Santo Tirso fazer o liceu e a todos proclamara, à

chegada, ser filho primeiro e único de um fidalgo da metrópole, e que sua mãe se chamava Elefctéria, nome igualmente único no mundo, assegurava, e talvez na história. Que tinha morrido nova por ser muito bela, como só conseguem ser certos mestiços, cruzamento de gregos e africanos, sucumbindo à doença da melancolia, que só ataca os sensíveis de carne e cintilantes de espírito — dizia. Por isso, o pai, juiz de carreira, ao ver-se só, o mandara a ele, filho, para a metrópole estudar artes. Augusto guardava pelo pai um sentimento de equilibrada e distante admiração desde que entendera que o amor dos seus progenitores fora desde sempre contrariado pela sociedade branca e que ambos tinham, à sua nascença, acordado que ele seria artista. E fora assim que Augusto um dia, adolescente ainda, deixara Moçambique, em cuja capital nascera, para ir parar a um colégio norte-nho de filhos-família. Depois, foi Lisboa e as Belas-Artes, Lisboa e o Bairro Alto, o princípio de uma eternidade. (p. 43-44)

Quando me afastei do primeiro grupo onde estive a beber os primeiros e longos copos da noite, os africanos já só falavam na independência das colónias, que se a ditadura não era derrubada e instaurada a democracia então a solução seria a luta armada, se necessário o apelo ao internacionalismo devido mais do que a ninguém ao Terceiro Mundo. «Tu também és terceiro mundo, pá. Lá porque não tens carapinha não te julgues jóia da coroa, pá...» «Vocês têm a vida facilitada, é o que é. A Índia, a grande Índia apenas espera a reacção, basta vocês dizerem.» «E se não forem ouvidos, se a vossa voz não chegar à comunidade internacional, a grande Índia encarrega-se disso. Sem precisar sequer da Commonwealth.» A grande Índia, eram palavras que às vezes me soavam a ironia. «De qualquer modo era bom que se salvaguardasse a identidade própria, que entretanto ganhou forma. Uma forma específica de encarar a vida, um modo de estar e acreditar, hábitos sociais, novas tradições, rituais de civilizações que se podem conjugar.» «Pois, formas culturais que o colonialismo foi implantando, a religião, a língua.» «Tudo isso podem ser valores tornados positivos e a aproveitar...» «Ou a esquecer, se necessário.» «Claro.» «É isso que vale a pena evitar e, infelizmente, parece que a *metrópole* não consente. Há propostas sérias de autonomia, há propostas de acordos a estabelecer, há abertura para a salvaguarda de valores culturais resultantes de tantos

séculos de convivência como há quem designe todo o período de dominação.» «Cuidado, há que não confundir dominação com convivência *tout court*. Diga-se, antes, um certo convívio sob dominação.» «De qualquer modo, o exemplo já foi dado. A Inglaterra cedeu, acabou por ceder calculadamente e há o exemplo de Pondichéry e as outras terrinhas, isso tudo há-de contar» «O que é certo é que não está a contar nada, mesmo nada. Quando se tem voz própria e esta não é ouvida ou simplesmente não há ouvidos para ela... isso é o maior insulto que se pode conceber, porque é como falar para alguém que nem sequer se dá ao trabalho de fingir que é surdo.» «É por isso que muitos pensam que estas coisas não vão com palavras e muito menos com meias palavras. Essa é que é a verdade, meus caros, senão vejamos...» «O tempo o dirá.» «O tempo só dirá aquilo que for hoje decidido.» «O tempo dirá, quer dizer, com o tempo se verá...» «Não! Com o tempo só se verá o fruto daquilo que for hoje e amanhã semeado.» (p. 50-52)

Apesar da estatura e dos gestos desenvoltos, mas sempre cuidadosos, Raul tinha de facto — aquilo que Augusto dizia ser um estado púdicoerótico congénito — um certo ar tímido e curioso de quem é surpreendido num sítio desconhecido a que acaba de chegar. Era o mesmo ar com que desembarcara no Cais da Rocha, vindo de Luanda, no mesmo ano em que o *Lourenço Marques* — nome de barco, sim senhor — zarpando do porto de Mormugão para um turbulento mar Arábico, passara ao largo do golfo de Aden para penetrar vagaroso no mar Vermelho e, a seguir, arrancando de alívio de Port Said, dias depois de a estátua de Lesseps ter sido violentamente apeada por nacionalistas egípcios, singrou a fôlego de cruzeiro por um Mediterrâneo muito azul e transparente, para navegar finalmente em águas atlânticas e vir-me trazer, igualmente tímido e curioso, até ao estuário do Tejo.

Foi numa manhã fresca e iluminada de Setembro e eu trazia também estampado na cara o ar meio assustado dos jovens que ao tempo chegavam do ultramar para *cursar* na metrópole; um ar que acabaria por passar, por se transformar em algo de mais ou apenas acomodado, isto é, mais conforme com os estatutos da metrópole. Augusto sublimara o lado positivo numa perspicácia de ironia, digamos de uma superior subalternidade durante os anos liceais em Santo Tirso, que contaram no final com umas escapadelas ao Porto,

onde, apadrinhado não se sabe por quem, teve o privilégio de pernoitar por duas vezes num luxuoso aposento do bordel da tia Micas. «Uma espécie de tirocínio pré-universitário», dizia. «Malícia e bondade, boas maneiras. Sexo e saber, na reclusão como na evasão.»

Em Raul, porém, o ar desprotegido e natural manteve as marcas da sua adolescência angolana, apesar das mutações positivas, afinal, para todos nós, meros exercícios de forma sobre o tema da diferenciação das origens, razão profunda, pois que antiga no meu caso e voluntariamente partilhada no caso deles os dois. Apesar da sua discutível africanidade, que não estava na pele, era-lhes interior, sentiam-se ambos suficientemente demarcados da metrópole — afinal, nascer e crescer em terras de África, não fora para eles já um mero acidente, mas antes factos carregados, no mínimo, desse sentido colonizador que se pode qualificar de paternalismo e que os obrigaria a um formal repúdio da tribo dos colonos lusitanos e a uma adesão não apenas mas genuinamente lírica de fraterna solidariedade com a negritude. «A negritude será para nós, brancos nascidos e criados na terra africana, uma espécie de mito», disse Doty, a ruiva de Rebello, como ficara conhecida entre nós, desde aquela noite no *atelier* de Augusto. «E os mitos temem-se e, por isso, amam-se ou odeiam-se.» Seria assim, uma questão de decisão, uma questão de opção, um caso de má consciência? «Não tem nada a ver com tolerância, isso é paternalismo confessional. Tem a ver, sim, com opção, opção responsável, podemos chamar-lhe revolucionária», afirmava Doty.

«*Não estales o chicote pr'além das tuas forças, patrão branco. Ao irmão preto basta que lhe dêem os mesmos direitos, irmão branco.*» Este era o princípio de um poema que circulou na Casa dos Estudantes como uma mensagem clandestina assinada por um desconhecido sempre suspeito e que decidiu dar pelo nome de guerra, pseudónimo artístico, Lino Gungunhana. «Muito folclórico, o nome...», houve quem criticasse. «Não passa de uma reivindicação de igualdade proletária, é bom de ver, feita ao patrão branco...» «Pois é. E é precisamente aí que se devem criar as bases de unidade do mundo do trabalho contra o capital explorador, contra o patrão branco, é natural.» (p. 73-75)

«Colonos e indígenas repartem entre si o sabor do medo.» O continente e o ultramar, a metrópole e as colónias entreolham-se com surpresa como se

fosse a primeira vez. Seria o princípio das últimas notícias sobre o abuso do poder e da sujeição, o desenlace dos afectos e das falsas identidades? Pois foi assim que as novas trombetas de Jericó, fazendo estremecer na metrópole os fortes de Caxias e Peniche, sem que, porém, uma só pedra se deslocasse, chegaram a derrubar para os reclusos do presídio de São Paulo de Luanda grades e trancas, ao clamor dos fogos ateados nos musseques negros do Cazenga e do Rangel. Dir-se-ia que era a outra face do mundo.

Na baixa frívola lisboeta, o aroma do café mantinha o preço indiferente, enquanto um vento húmido e distante fazia arder de paixão a brancura florida dos algodoeiros da baixa do Cassange. (p. 101)

— Ela própria não sabe. Apenas acha, percebe, acha! Por exemplo, uns vão achar que com divisas e galões não se brinca e que não se deve ironizar com as colónias de África, pois nunca poderão deixar de ser nossas, de fazer parte da história, da dádiva, das grandezas e misérias da metrópole, património indivisível de riscos e sacrifício comandados pela fê cristã, estás a ver Ricardo? É verdade que a Índia foi-se, mas a Índia não passava de um padroado meio-exótico — vocês desculpem-me, mas é verdade. Longe de ser *the jewel of the crown*, a Índia foi, creio que sempre ou pelos menos para os tipos da minha geração, uma referência do passado, sim, do passado histórico, enquanto que as colónias da «Nossa África», como dizem os metropolitanos, são uma gigantesca roça por explorar, onde o bom selvagem, que até aprendeu com veneração, atento e obrigado a língua de Camões e Pessoa, vai finalmente ditar o futuro do futuro da nação... ou o seu colapso. (p. 130-131)

Ia a desembocar no Campo Grande — à sua direita a 111, onde Augusto, a seu tempo virá ainda a conhecer dias de glória — quando se deu conta de estar a entoar, descontraído, uma cantiga que há poucos dias começara a divulgar-se de boca em boca e que num irónico e intencional ritmo afrocubano insinuava êxodos de gentes, fugas clandestinas, falando de uma certa personagem eventualmente sua conhecida, repetindo-se quase infundável, mais ou menos assim, numa lengalenga de versos aparentemente inocentes e um refrão para ser dito quase em surdina, isto é, entre parêntesis:

*O preto Boavida
partiu p'ra sempre*

*de Lisboa p'ra Coimbra
(P'ra Frente, p'ra Frente de Libertação)*

*O preto Boavida
partiu p'ra sempre
p'ra má vida partiu
de Lisboa p'ra Coimbra
de Coimbra p'ra frente*

(P'ra Frente, p'ra Frente de Libertação)

*Deixou o Marítimo
Direito e Agronomia
o preto Boavida
partiu p'ra sempre
de Lisboa p'ra Coimbra
de Coimbra p'ra frente*

(P'ra Frente, p'ra Frente de Libertação)

Por momentos parecia ter esquecido Gabriela e o seu regresso a casa após seis meses de sequestro prisional, isolamento e provocações, ameaças e chantagens e os seus múltiplos e perturbadores semblantes. «Seria o Boavida da canção o mesmo Boavida que ele conhecia da Casa dos Estudantes, um tal Boavida com quem se cruzara uma noite muito atrás, ia a malta a sair do *atelier* do Augusto, curtindo um luto mal dissimulado pela derrota do Delgado, e ele a chegar para recolher Gabriela? Talvez fosse, pois a verdade é que o dito Boavida, tal como o Marcelino e o Mário e tantos outros, tinha desaparecido do convívio dos cafés, dos bilhares, dos bailes do Arco do Cego e do Marítimo, dizia-se à boca fechada que haviam deixado a metrópole, alguns já formados, outros a meio caminho dos cursos e das vocações, como contrabandistas que se cozem à fronteira e dão o salto dos Pirenéus, qual praga de jovens gafanhotos em busca da longínqua e ancestral savana, deslumbrados ainda pelas luzes de Paris e os fontanários de Roma e passageiramente identificados algures numa Argélia de Ben Bella a caminho de um entreposto africano mais a sul, seria Kinshasa, seria Conakri?... (p. 187-188)

Assim como assim, foram-se vivendo em todas as estações dos anos que se seguiram um tempo de luto e de desilusão.

Terá sido a década mais prolongada de tensão política gerada por um regime envelhecido na sua ilimitada cegueira de isolamento e autoridade,

e que vinha ateando aos seus próprios pés, como um rasto de cinzas incandescentes, mais que uma perigosa indiferença, uma insatisfação generalizada pela população inteira.

O poder, numa já indisfarçável crispação, continuava a ameaçar encerrar as portas à casa comum que abrigara algumas gerações de estudantes vindos de todas as terras do império e, a seu mando, já fora assaltada, pilhada e fechada a Sociedade dos Escritores, aquela no Arco do Cego, esta na Rua da Escola Politécnica, ambas no circuito do eléctrico Carmo 24, uma e outra acusadas de subversivas e de propósitos antipatrióticos. Um branco de Angola, cumprindo uma pena abusiva na Ilha do Sal, ao ganhar o prémio literário do ano, levava ao cadafalso, não só os escritores metropolitanos que reconheciam o seu talento, como toda a associação, tanto como vozes de Moçambique, a do preto e a do missionário branco que, ao denunciarem, um e outro, o morticínio de Wyriamu e o massacre de Inhaminga, transformariam a súplica ancestral de um povo do Sul num protesto universal. (p. 220-21)

Quanto a mim, finalmente, também sem precisar com exactidão quando, Renata imaginou-me numa espécie de longa-metragem de um plano só, num cruzeiro para o Oriente, quase em câmara lenta desde a saída da barra do Tejo, numa travessia azul do Mediterrâneo até à costa do Malabar, o mar Arábico apaziguado após a monção.

Fundeámos, antes do sol se pôr, junto ao cais do velho porto de Mormugão, soterrado por toneladas de minério, donde um dia eu partira sem remorso, numa despedida de ideais e com o frescor dos dezoito anos, desconhecendo as dolorosas e equívocas ansiedades dos regressos tardios e, sobretudo, ignorando o súbito temor que, em cada dia de viagem a partir do mar Vermelho, se foi em mim acumulando, de não encontrar, à chegada, entre os sobreviventes da minha geração, ninguém que me reconhecesse ou a quem eu me pudesse dirigir numa das duas línguas da minha infância: um sonho tão real e alucinante em que, para seguir o caminho até à minha casa, onde me esperava florida a eterna velha árvore de *champá*, eu era obrigado a pensar até ao arrependimento que a minha longa ausência fora o pecado responsável pela mudança de todos os trajectos do labirinto da minha identidade. (p. 266-267)

Lisboa, Setembro de 1993

A Geração da Utopia*

PEPETELA**

Uma escola onde se revelavam novas pátrias

[...] Conversas na Casa dos Estudantes do Império, onde se reunia a juventude vinda de África. Conferências e palestras sobre a realidade das colónias. As primeiras leituras de poemas e contos que apontavam para uma ordem diferente. E ali, no centro mesmo do império, Sara descobria a sua diferença cultural em relação aos portugueses. Foi um caminho longo e perturbante. Chegou à conclusão que o batuque ouvido na infância apontava outro rumo, não o do fado português. Que a desejada medicina para todos não se enquadrava com a estrutura colonial, em que uns tinham acesso a tudo e os outros a nada. Que o índice tremendo de mortalidade infantil existente nas colónias, se não era reflexo directo e imediato duma política criminosa, encontrava nela uma agravante e servia os seus objectivos. E demonstrou essas ideias numa palestra que fez com um médico cabo-verdiano, no ano passado. Palestra prudente, com cuidadosa escolha de palavras, que lhe valeu muitos aplausos no fim, mas também uma chamada à PIDE, a polícia política, para advertência. Agora tens ficha na PIDE, cuidado, avisou Aníbal. Os pais lá em Benguela souberam do caso, por vias que só Deus talvez explicasse. Lá veio a carta, pagamos-te os estudos para seres médica e não para defenderes ideias comunistas. Não ponham adjetivos ridículos, são ideias justas, respondeu ela, sabendo que não os convenceria. (p. 13)

[...] Levou Denise ao Rialva e à Casa de Estudantes. Foi um sucesso. Todos os companheiros contemplavam a loira e vinham tentar conversar

com ela. Batiam nas costas de Malongo, segredando, sim senhor, estás a comer do bom. Ele ficava orgulhoso dos olhares gulosos que dirigiam a Denise.

E o sucesso foi ainda maior quando, depois do almoço, foram para o salão da Casa conversar. Muitos prescindiram do habitual café para ficarem no papo com a francesa. Que se revelou adepta do FLN argelino, tinha mesmo chegado a militar num grupo de apoio à independência da Argélia. Pela primeira vez os estudantes ouviam a versão nacionalista dessa guerra que tantas esperanças trouxera para África. Denise estava deliciada em poder explicar as origens e as principais peripécias da luta da Argélia e de como alguns franceses apoiavam os seus companheiros árabes. Os jornais portugueses só reportavam a versão colonialista francesa. E advogavam abertamente a tese da extrema direita francesa que se organizava na OAS. Era pois uma novidade saber que os “terroristas” argelinos tinham grandes chefes como Karim Belkacem, Ben Bella, Aït Ahmed, Ben Kheda, Boudiaf, uns na cadeia mas em breve libertados, outros preparando negociações com o Governo de De Gaulle para se chegar à independência. Ouviram falar da batalha de Argel, da Kabília e dos Aurès, nomes habituais na imprensa, mas agora completamente diferentes, revestidos da aura do heroísmo. [...] (p. 67)

Uma barreira subtil...

Atravessaram a rua, entraram na Casa dos Estudantes. No primeiro andar era a cantina. Foram passando por entre as mesas, cumprimentando os que já estavam instalados. (...)

* Extractos do romance «A Geração da Utopia», D. Quixote, Lisboa 1992. Os subtítulos são da responsabilidade do Editor.

** Escritor e sociólogo angolano. Professor na Universidade Agostinho Neto. Colaborador da Mensagem.

Sara abstraiu da conversa futebolística que não lhe interessava e ficou a observar a sala.

As mesas estavam todas ocupadas, aos grupos de quatro. A maioria era de angolanos, todos misturados, brancos, negros e mulatos, estes bem mais numerosos. Os cabo-verdianos, que se misturavam facilmente com os angolanos, eram quase exclusivamente mulatos. Os guineenses e são-tomenses, mais raros, eram negros. Os moçambicanos eram na quase exclusividade brancos. E tinham tendência de se juntar aos grupos. Mesa unicamente constituída por brancos, já se sabia, era de moçambicanos. A *british colony*, como diziam ironicamente os angolanos. Claro que havia excepções, como aquela mesa em que Belmiro, um negro guineense, estava sentado com três brancos moçambicanos. Mas isso porque Belmiro chegou atrasado e o único lugar vago era naquela mesa. Se pudesse escolher, ia para outra, até porque a conversa certamente estava mais emperrada que normalmente. Os angolanos tinham menos desses problemas, apesar dos últimos acontecimentos. No entanto, ela sentia, havia muito subtilmente uma barreira que começava a desenharse, algo ainda indefinido afastando as pessoas, tendendo a empurrar alguns brancos angolanos para os grupos de moçambicanos. A raça a contar mais que a origem geográfica? Oh, já estou a ver fantasmas. Ela própria não notara, ao aproximar-se de grupos angolanos, algumas caras mais fechadas, conversas interrompidas? Sim, havia. Era normal. Em Angola tudo estava a tender para uma guerra racial, havia uma repressão selectiva. Isso provocava reflexos em Lisboa. (p. 17-18) [...]

As farras

O ambiente estava animado, mas não tinha ainda chegado ao rubro. Isso só depois da meia-noite. Havia talvez uma centena de pessoas no salão, metade dançava. Foi passando pelos grupos encostados às paredes ou nas varandas, cumprimentando. Amigos antigos, que não via há muito tempo, outros que vinham de Coimbra ou do Porto. O baile era o pretexto para as pessoas se encontrarem, refazerem as amizades. No entanto, havia grupos mais fechados e as diferentes fracturas, nacionais ou raciais, começavam a ser evidentes. (p. 97) [...]

A repressão

— A situação está séria. Muita repressão, a PIDE anda doida. Devem estar a fazer inquéritos

e mais inquéritos sobre a Casa. Neste momento deve ser o alvo principal deles. Conversas mais sérias, não convém tê-las nem na Casa nem no Rialva. Reparaste no tipo com chapéu que estava sentado ao nosso lado no café? Aquele não engana ninguém. Lá no quartel também sinto que me observam. Tenho sempre alguém perto, no outro dia a minha estante foi mexida. Os livros estavam arrumados, só que não exactamente como os deixo sempre.

— E tinhas lá livros perigosos?

— Com esses tipos nunca se sabe o que é livro suspeito ou não. Tenho lá a “Autópsia dos Estados Unidos”, por exemplo. “As mãos sujas” de Sartre. Livros de Filosofia e de História, de todas as tendências. “O Processo Histórico” de Zamora, esse é marxista. Mas saberão eles?

— Mas não te vais pôr agora a olhar para trás constantemente...

— Pode ser paranóia. Mas que mexeram nos livros, isso mexeram. E que na Casa deve haver informadores da PIDE, também é quase certo. E ponho a minha cabeça em baixo dum comboio se o tipo do chapéu não é pide.

— Sim, é preciso ter cuidado. A malta está na mira, tem de estar. (p. 19-20) [...]

Os primeiros passos no caminho da luta

Os mais-velhos tinham-lhe encomendado um serviço. E Vítor ficara muito orgulhoso, porque pela primeira vez o faziam participar nalguma coisa. Era muito simples e aparentemente sem importância. No entanto, já entendia suficientemente o ambiente da Casa para saber que por detrás duma coisa banal se escondia algo mais importante. Os mais-velhos eram estudantes em fim de curso, ou mesmo com o curso já terminado, que se reuniam em casa dum ou outro, para conversarem sobre os assuntos da terra. Muitas vezes com umas violadas à mistura. Não lhe parecia um grupo organizado, mas bem podiam ter ligações com o exterior. De facto, algum deles por vezes lhe passava um papel clandestino ou lhe dava uma explicação mais séria sobre os acontecimentos. E transmitia notícias frescas da terra. Manobravam nos bastidores da Casa dos Estudantes, alguns faziam parte da Direcção, e influenciavam decisivamente as eleições nas Assembleias Gerais. Mas tudo aparentemente sem organização prévia. (p. 81)

MERIDIANO

BOLETIM DA CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO
DELEGAÇÃO DE COIMBRA

Ano III

24 de Janeiro de 1948

N.º 6

Editorial

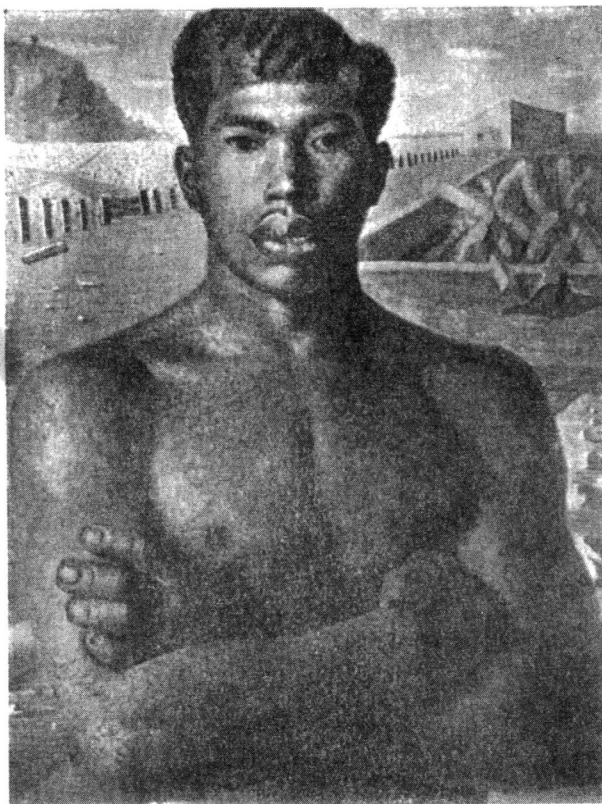
Veiga Pereira

A actual Direcção da Delegação de Coimbra da C. E. I., ao iniciar as suas actividades, não pode, nem quer prometer à massa associativa, um grandioso plano de realizações.

A isso se opõe, não só a impossibilidade de prever as condições em que actuará, mas, muito principalmente, a deficiente situação económica em que se encontra esta Delegação.

Logo de início, e com o fim de minorar esta situação, procurámos levar a cabo o saneamento das finanças: recomeço da cobrança de cotas e reembolso dos empréstimos feitos a sócios.

Mas, infelizmente, o produto da cotização e o subsídio que ora nos é fornecido pela Sede, não bastam para satisfazer as necessidades desta Casa.



Mestiço — Portinari

Como única solução, surge-nos a elevação do quantitativo do actual subsídio e a concessão dum subsídio extraordinário, que nos permitissem a instalação num novo edifício, e a realização daqueles melhoramentos que nos parecem mais prementes. Dentre estes, e em primeiro plano, há a instalação dum consultório médico, e dum refeitório; a construção de um campo de jogos e de balneários, e a aquisição de mobiliário.

Mas, sem estar assegurada uma sólida e estável posição financeira, seria temeridade, ou mesmo loucura, encetar obra de vulto. Junto, quer do Ministério das Colónias, quer da nossa Sede, foram apresentadas, por dois membros da Direcção as nossas justas reivindicações, que esperamos sejam atendidas, tornando possível a total consecução dos nossos fins.

(Cont. na pág. 2)

Documentos

1.

Um Olhar sobre a CEI

(nos Arquivos de Salazar e da Pide)

AIDA FREUDENTHAL*

Quando na década de 50 a vigilância policial sobre as Associações Académicas assumiu contornos mais duros, incidiu fortemente sobre a CEI, por uma dupla razão: além de estudantes, permeáveis como todos os outros aos novos ventos ideológicos difundidos no pós-guerra, os «ultramarinós» representavam para o Estado Novo, uma reserva especial destinada à perpetuação do império. Constituíam porém, na eventualidade de alinharem na oposição ao governo, uma ameaça substancial à política «assimilacionista» e à corrente «lusotropicalista», na fase da sua recuperação pelo Estado Novo.

Partindo da vivência quotidiana na CEI e da consciência que os sócios mais activos então partilhavam acerca dos limites impostos à sua actuação no campo associativo, formulámos uma questão: em que medida coincidem a realidade interna da Associação e a(s) imagem(s) que dela tinham as estruturas governamentais directamente empenhadas no controlo político da CEI?

Viabilizado o acesso aos Arquivos de Salazar e da Pide (não só pelo tempo entretanto decorrido sobre os acontecimentos como pela acção persistente e decisiva de investigadores como Fernando Rosas), a leitura dos documentos existentes relativos à CEI possibilitou o conhecimento de algumas versões oficiais, nomeadamente a propósito dos confrontos mais graves que opuseram a Associação, na segunda década da sua existência, aos supremos interesses da política colonial. Dessa leitura resultou a selecção de documentos que se afiguraram mais significativos para o entendimen-

to da estratégia adoptada pelo colonialismo português em relação à CEI.

Como demonstram alguns estudos inseridos nesta edição, decorreu entre 50 e 65 o período mais agitado na existência da Casa, tanto em Lisboa como em Coimbra. Ao longo de uma década, uma parte dos estudantes que a frequentavam aprofundaram a sua consciência identitária, em confronto com uma realidade social que pretendia descaracterizá-los e por vezes exercia fortes pressões no seu quotidiano.

É sabido que o momento político propiciava na época o despertar dos jovens para as questões culturais e políticas. Uma vez expressa internacionalmente a condenação do colonialismo formal, nos anos que se sucederam ao fim da 2.^a Guerra, tornou-se visível uma agitação crescente entre os estudantes originários da Índia, então muito numerosos na Casa. A independência da União Indiana e as frequentes acusações de Nehru ao colonialismo português não podiam deixar de atrair a sua atenção ao mesmo tempo que desencadeavam discussões acaloradas. Não tardaram as pressões do governo sobre o meio académico, mas apesar da histeria da propaganda oficial, os estudantes indianos recusaram repudiar publicamente as declarações de Nehru em 1951, o que deixou as autoridades estupefactas¹, mas determinadas a intensificar a repressão policial.

Como era previsível no contexto de um regime autoritário, a repressão sobre as posições políticas dos estudantes das colónias, acompanhou de perto a contestação e o debate ideológico cada vez mais

* Mestre em História Contemporânea. Centro de Estudos Africanos e Asiáticos — IICT.

alargados entre os jovens. Esse debate ter-se-á iniciado em Coimbra, onde a questão colonial terá por certo suscitado opiniões contraditórias e inevitáveis “fracturas” entre os estudantes africanos e os estudantes indianos², produto de diferentes expectativas acalentadas por cada grupo.

Como medida preventiva, não só foi imposta à CEI a comunicação ao Ministério da Educação dos corpos gerentes eleitos, a fim de serem homologados³, como foi nomeada pelo governo a primeira Comissão Administrativa em 30.5.1952.

A fim de iludir o controle de que a CEI era alvo, as actividades associativas promovidas pelos sócios foram esvaziadas do seu eventual conteúdo político, enquanto os estudantes mais politizados buscavam outros locais onde pudessem exprimir opiniões e reflectir mais profundamente sobre a questão colonial: em Lisboa fora criado em 1951 o Centro de Estudos Africanos de acesso restrito e alguns estudantes frequentavam o Clube Marítimo⁴, envolvendo-se paralelamente nas lutas académicas e nas campanhas eleitorais; em Coimbra, frequentavam o Ateneu⁵ e trabalhavam na Associação Académica. Apesar do subsídio que a delegação de Coimbra recebia da sede, as decisões da Comissão Administrativa eram também frequentemente iludidas, afirmando-se uma autonomia crescente face às ingerências oficiais.

Exprimia oportunamente o ministro do Ultramar Sarmiento Rodrigues, a sua preocupação pela formação entre os «ultramarinos» aparentemente segregados de outros universitários, de um «espírito de grupo»⁶, fortalecido pela vivência comum no Lar da Casa. Afirmava ainda o ministro que a «unidade nacional» podia estar ameaçada no futuro, lançando os estudantes num «campo político adverso» se não se adoptasse uma política que integrasse nos mesmos organismos, estudantes portugueses e estudantes das colónias⁷.

Em 1955, na sequência das diligências oficiais, seria feita uma inquirição sobre a CEI, junto do Presidente da Associação Académica de Coimbra e dois estudantes angolanos, um dos quais fora director da Casa. Confirmavam eles o isolamento dos «ultramarinos de cor» ou o seu afastamento voluntário do convívio coimbrão, o que não deixava de levantar suspeitas quanto à sua fidelidade ao Estado Novo⁸.

Se a aparente «cisão» entre estudantes indianos e africanos dava às entidades policiais certas esperanças, pela suposta dificuldade de entendimento entre os próprios «ultramarinos», por outro lado in-

quietava-as o facto de persistir um certo retraimento no convívio com os estudantes da «metrópole».

De facto que barreiras subtis levariam os estudantes das colónias a não se juntarem frequentemente com os do «continente»? Que temas alimentariam os seus debates conspirativos? Eis algumas das questões que determinavam a busca de informação pela Pide dentro do próprio meio estudantil.

Sabe-se por testemunhos vários que existiam de facto contradições entre os estudantes das colónias, quer por motivos económicos, quer por razões ideológicas e culturais. Se é certo que nem todos concebiam do mesmo modo o futuro dos seus países, tão pouco se regia por imperativos idênticos a sua actuação cívica no quadro do Império, compreendida entre extremos de acomodação e de resistência. Porém face à «metrópole», afirmava-se uma unidade mais profunda, que resguardava amizades e cumplicidades de infância e de adolescência, de bairro e de escola, de vivências culturais que a língua comum cimentava e que a propaganda oficial não conseguia anular junto da maioria dos estudantes.

Assinalava a PIDE em 1955 que a Direcção da CEI, composta por negros cabo-verdianos e guineenses e só um vogal branco, proporcionava uma «forte propaganda separatista» que se suspeitava fosse feita junto de «elementos nativistas» residentes em Coimbra. Ignora-se a veracidade desta acusação. Certo é que a politização crescente, em parte tinha a ver com os contactos mantidos pela CEI com o Ateneu e com elementos da esquerda portuguesa (do PCP e do MUD Juvenil) e com o grupo oposicionista da Associação Académica, ao qual era aliás cedido o espaço da CEI para as suas reuniões. Encontrava-se já em marcha a contestação ao Dec. 40 900, pelo que a estratégia estudantil aconselhava com efeito a união de esforços entre grupos com algumas afinidades, neste caso ideológicas, no sentido de romper com a tutela exercida pelo Ministério da Educação sobre a Academia⁹.

Como foi já referido por outros autores¹⁰, as suspeitas oficiais sobre a CEI, acumuladas ao longo dos anos 50, levaram algumas vezes a preconizar o encerramento da Casa, já que a sua simples existência alimentava «uma consciência gregária» entre os estudantes das colónias. A Pide em Coimbra era acérrima defensora dessa tese¹¹. Pesando no entanto os argumentos pró e contra, outras entidades consideravam que a sua extinção da CEI colocaria problemas ainda maiores, nomeadamente ao desencaixar protestos internacionais no seio da ONU.

O ano de 1960 constituiu um ponto de viragem na actividade política dos estudantes africanos, ao torná-los mais conscientes e decididos a intervir. A isso não era alheia a conjuntura internacional: afinal foi esse o ano das independências africanas, activando campanhas anticoloniais à escala mundial.

No início da década de 60, quando as independências africanas vieram intensificar o debate ideológico, o fermento nacionalista actuou junto dos estudantes da CEI que participaram entusiasticamente nesse movimento. Embora se desconheça a sua verdadeira autoria, em seu nome foi difundido um documento que abalou os responsáveis da política colonial. A **Mensagem ao Povo Português**, distribuída em Novembro de 1960¹² os estudantes africanos denunciavam violações e abusos praticados nas colónias africanas, exigindo o fim do regime colonial através da abertura de negociações entre os movimentos de libertação e o governo português, a fim de evitar uma previsível guerra já anunciada. A partir de então o regime decidiu o assalto final à CEI¹³, não apenas como «antro de comunistas», mas o que era muito mais preocupante, como centro de difusão de propaganda anticolonial no próprio coração do Império.

Além disso, enquanto as ligações com organizações do exterior ajudavam a estruturar de modo mais eficaz a acção política interna, proporcionaram igualmente condições de fuga. Aquela que se tornou mais notória foi a de estudantes negros e mestiços, ocorrida em Junho de 1961, que envolveu estudantes da CEI e núcleos de estudantes protestantes¹⁴. Compreensivelmente, a «fuga» constituiu de facto um rude golpe nas expectativas oficiais. Por outro lado, constituiu elemento de legitimação histórica para alguns intervenientes no processo das independências tendo sido objecto de versões contraditórias. Tanto as motivações dos participantes, como os preparativos e os apoios obtidos para a fuga têm suscitado juízos controversos, que a investigação histórica irá por certo esclarecer nos próximos anos.

Apesar da hesitação demonstrada pelas autoridades portuguesas ao adiar sucessivamente a adopção de medidas drásticas contra a CEI, preferindo exercer ao longo dos anos uma fiscalização através de informadores e interferindo por mediação de Comissões Administrativas e da polícia política, a partir de 1960 adivinha-se a adopção de uma estratégia menos contemporizadora.

Para tal contribuíram o nível de politização crescente manifestado nas actividades da CEI,

a comprovada adesão de alguns sócios ao PCP e sobretudo aos Movimentos de Libertação depois de 61, factores responsáveis pela decisão do governo português de operar a asfixia financeira da Casa através do corte dos subsídios oficiais, efectuado a partir de Janeiro de 1963, preparando desse modo a sua falência a curto prazo.

Nesse contexto, limitadas pela contenção das despesas, as actividades da Casa foram restringidas ao essencial, ao mesmo tempo que o número de sócios diminuía, provocando o esvaziamento gradual da CEI. Um grupo ainda considerável de estudantes teimou no entanto em mantê-la viva apesar das dificuldades internas e do apoio declarado das AA em 1962-63¹⁵ a uma frente comum contra o governo.

A consolidação de uma linha dura no regime a partir de 63, em estreita relação com a guerra colonial, consumaria o fecho da CEI em Setembro de 1965 e consequente apreensão dos seus haveres¹⁶.

Durante a consulta do Arquivo Salazar, entre a volumosa documentação sobre o Ultramar, o Partido Comunista e a Educação, confrontámo-nos com uma aparente escassez de informação sobre a CEI, contida apenas em algumas cartas e relatórios lacónicos, dirigidos ao Presidente do Conselho.

Numa primeira avaliação, ainda que admitida a hipótese de eventuais extravios de documentos, esta situação parece remeter a «questão CEI» para um plano muito secundário no trabalho quotidiano de Salazar. Poderá daí deduzir-se que o assunto assumia de facto uma importância restrita, reflectindo a convicção inabalável do ditador num «Portugal uno e indivisível» que umas centenas de estudantes não poderiam jamais abalar e muito menos destruir?

Em contrapartida, encontram-se no Arquivo da PIDE¹⁷ dados fundamentais acerca da CEI, embora claramente orientados para o objectivo essencial: a identificação dos suspeitos de ligações políticas com o Partido Comunista e de defensores de teses anticoloniais. Seria esse o banco de dados sobre a CEI, constituído em processos individuais, que habilitaria a Pide ao exercício da repressão em tempo oportuno.

Registe-se porém a escassez de textos de análise da problemática fundamental relativa aos estudantes das colónias. Sendo altamente improvável que as estratégias adoptadas pelo governo não tenham sido precedidas de debate político entre os responsáveis da Educação, do Ultramar e dos or-

ganismos repressivos (PIDE), há que prosseguir a pesquisa noutros fundos documentais. De facto até ao momento desconhecem-se as análises dos responsáveis pela política colonial sobre o sector estudantil africano, as quais poderiam esclarecer muitas outras interrogações em torno da CEI.

¹ Ofício confidencial de 9.4.1951. ANTT. PIDE/DGS, Pr. 329/46/SR (fls. 339 a 340).

² Relatório Secreto sobre a Acção da CEI em Coimbra — [1955]. ANTT AOS/CO/PC 51A, 2.^a subd. **Doc. 3.**

³ Ofício de Janeiro de 1951 e Ofício de 26.6.1963. ANTT. PIDE/DGS, Pr. 329/46/SR (fls. 343 a 350 e fls. 4 e 5, respectivamente). Informação ao Comissário da MP, Gonçalves Rodrigues, de 20.01.1955. ANTT. PIDE/DGS, pr. 3767.

⁴ Informação de 14.5.1958. ANTT. PIDE/DGS, Pr. 329/46/SR. (fls. 227).

⁵ Informação de 3.9.1954. **Doc. 2.** Relatório 10/954 de 30.11.1954. ANTT.PIDE/DGS, Pr. 3767. **Doc. 4.**

⁶ Informação ao Presidente do Conselho de 19.8.53. AOS/CO/-UL-20, Pasta 13/2.^a subd.

⁷ Carta do Ministro do Ultramar ao Presidente do Conselho de 21.12.1952, AOS/CO/UL-20, Pasta 13/1.^a subd. **Doc. 1.**

⁸ Relatório Secreto de 1955, já citado na Nota 2).

⁹ Idêntica atitude durante a crise académica de 1961-62 quando a CEI de Lisboa acolheu a RIA e os seus sócios aderiram em massa ao movimento estudantil e à greve. (Actividades políticas dos estudantes universitários portugueses. Relatórios de 6.02 e de 8.02.1961, AOS/CO/UL32C) P. 2.

¹⁰ Ver os artigos de Fernando Rosas e de Cláudia Castelo nesta edição.

¹¹ Relatório n.º 27 de 12.12.1960. PIDE/DGS. Pr. 3767 (fls. 56-58) **Doc. 6.**

¹² Enviado por correio em Coimbra em 28.11.1960. PIDE/DGS Pr. 3767. (fls. 53-54) **Doc. 5.** Ver artigos de C. Castelo e F. Rosas.

¹³ Parecer do Presidente do Conselho num ofício do Director da Pide de 21.12.1960. PIDE/DGS Pr. 3767 (fls. 51-52). **Doc. 7.**

Informação n.º 1112/61-GU.PIDE/DGS Pr. 329/46 S.R. Pasta 5. **Doc. 8.** (cit. por C. Castelo). Êxodo de estudantes africanos de Portugal. Informação da PIDE de 23.10.1961, AOS/CO/PC-81/2.^a subd. **Doc. 9.**

¹⁵ Informação n.º 65/62 SC. com Auto de Busca e Apreensão. PIDE/DGS. Pr. 329/46 SR. Pasta 5. Ver **Doc. 10.** Comunicado conjunto das AA e da CEI] 19631. PIDE/DGS Pr. 329/46 SR. Ver **Doc. 11.**

¹⁶ Auto de Busca e Apreensão (2.9.1965). PIDE/DGS. Delegação de Coimbra. Pr. 3767 (fls. 16-27).

¹⁷ Agradeço à Dr.^a Cláudia Castelo as referências ao Arquivo da PIDE/DGS relacionadas com a Casa dos Estudantes do Império, que me facilitaram substancialmente a pesquisa.



Lx. 24.12.52

Senhor Presidente:

A Casa dos Estudantes do Ultramar é um problema que uniu e preocupa, assim como a Liga Nacional Africana de Branda e ainda outras manifestações de isolamento e separação, que de lá para cá, mesmo as Casas da Metrópole, com a falta de encontros.

Durante a primeira, tenho falado às vezes no assunto e tenho recebido muitas sugestões. Acaba de me chegar as minhas cartas, sem



dirigente da Sociedade Portuguesa,
Daniel Filipe. Mas me adiantem
muito, me confirmem me uma atitu-
de de espírito.

A minha ideia foi sempre acabar
com um organismo que se ergue e
estormenta e o lance num cam-
po proibido adverso, ameaçando
em futuro a própria unidade na-
cional. E' o fruto que dali sai.
Mas como acabar?

Pensei na Sociedade Portuguesa.
O momento que agora reati repre-
sa essa atitude e eu sei que
qualquer medida frontal levou.
Seria a maior objecção e de



Não de início muito mais real-
fadas.

Para mim o ideal seria criar
apoi em Lisboa uma casa, uma
instituição, que pudesse receber e
reunir os estudantes portugueses,
do norte e do sul do mar. Então
sim, que não tivesse preferência,
no mesmo tempo poder-se-ia ver
em uma orientação eficaz. A
Moc. Port. teria toda parte do
minimamente. Ali caberiam os estu-
dantes do Ultramar que apenas
se poderiam distinguir pelas
Bomplan, provavelmente maiores
- ter preferências de maior per-
centagem - e que não daria direi-
to a subsideio que o Ultramar



conceder.

Em suma, acabou com o seu
caso, para a simples multa, i'ria
locustar um problema assisten-
cial importante. Sente-se a
a Moç. Port., tem razão
muito mais, imprevisíveis, por
se tratar de estudantes.

Soluções: nomear já uma
comissão, dos Min.^{os} da Ed. e do
Ultramar (Dir.^o geral de Ensino
Superior, Direcção Portuguesa, Direc.
geral de Ensino do Ultramar, Cons.
dos Estudantes do Império) para
estudar a situação de um lado
dos Estudantes Universitários

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR
GABINETE DO MINISTRO

em Lisboa, e de forma admitida
no de cá e no de lá, em pouco.
Após a publicação dos artigos
jornais de Petropolis e do Ulls
mas

Vos, Senhor Presidente, que
apresenta enfaticamente como so-
lucão, não posso, afinal, dar-me
primeira ideia para a qual se-
ra a critica e a orientação
de Vossa Senhoria.

Com os mais respeitosos em-
penhos

D. V. S. E.

Li Adm. e H. M. F. S.



Lisboa, 21.12.52

Senhor Presidente:

A Casa dos Estudantes do Império é um problema que muito me preocupa, assim como a Liga Nacional Africana de Luanda e ainda outras manifestações de isolamento ou separação, quer de lá, quer de cá, mesmo as Casas da Metrópole, como agora se encontram.

Quanto à primeira, tenho falado às vezes no assunto e tenho recebido sugestões. Acaba de me chegar às mãos uma, dum dirigente da Mocidade Portuguesa, Daniel Filipe. Não me adiantou muito, mas confirma-me um estado de espírito.

A minha ideia foi sempre acabar com um organismo que segrega os estudantes e os lança num campo político adverso, ameaçando no futuro a própria identidade nacional. É o fruto que dali sai. Mas como acabar?

Pensei na Mocidade Portuguesa. O memorial que agora recebi reprova essa atitude e eu sei que qualquer medida frontal levantaria as maiores objecções e daria de início muito maus resultados.

Para mim o ideal seria criar aqui em Lisboa uma casa, uma instituição, que pudesse receber e reunir os estudantes portugueses daquem e dalem mar. Então sim, que não haveria segregação; ao mesmo tempo poder-se-ia exercer uma orientação eficaz. A Moc. Port.^a teria nela parte dominante. Ali caberiam os estudantes do Ultramar que apenas se poderiam distinguir pelos benefícios, porventura maiores — ter preferência em maior percentagem — a que lhes daria direito o subsídio que o Ultramar concedesse.

Em suma, acabar com o que está, pura e simplesmente, iria levantar um problema assistencial importante. Entregá-la à Moc. Port.^a, teria reacções muito más, imprevisíveis, por se tratar de estudantes.

Solução: nomear já uma comissão, dos Min.^{os} da Ed. e do Ultramar (Dir.^{ção} Geral do Ensino Superior, Mocidade Portuguesa, Dir.^{ção} Geral do Ensino do Ultramar, Casa dos Estudantes do Império) para estudar a organização dum Lar dos Estudantes Universitários em Lisboa, onde fossem admitidos os de cá e os de lá, em percentagens equivalentes aos subsídios globais da Metrópole ou do Ultramar.

Isto, Senhor Presidente, que apresento enfaticamente como solução, não passa, afinal, duma primeira ideia para a qual peço a crítica e a orientação de Vossa Excelência.

Com os mais respeitosos cumprimentos

De V.^a Ex.^a

Seu Admirador Atento e muito Grato

Doc. 2

C Ô P I A - Informação de " " de 3/9/954-----

-ATENEU DE COIMBRA-



Este Club, continua a ser a escola malinosa do comunismo. Além do que temos relatado, sobre a sua nefasta acção no meio associativo, surge agora o problema de Goa, que lhes serve de optimo tema para a sua expansão avançada.-----

É rarríssima a noite que as suas reuniões não deitam até desoras. Discute-se quasi permanentemente, o caso da Índia, com os piores comentários contra a attitude do nosso Governo.-----

Vou dar uma ideia o mais aproximada possível das afirmações que ali se fazem:-

a)-Que a Índia é dos indianos e por conseguinte nada ali temos que fazer e o que se devia já ter adptado há muito, era a entrega imediata de todos os seus territórios em poder dos portugueses assim se saía com honra.-----

b)-Que a ditadura de Salazar nos leva à ruína, tanto pelo lado financeiro, como pela perda inútil de vidas, por uns bocados de terra que nada valem e que de direito não são nossos.-----

c)-Que o Governo está conduzindo o problema, por uma forma vergonhosa, fazendo uma prepaganda inteiramente baloufa, que ninguém acredita, porquanto os gceses estão desejosos de se unirem aos seus irmãos de raça.-----

d)-Que temos de abrir os olhos, pois a politica de Salazar é só de carne para canhão, perfeito sistema fascista.-----

e)-Que por estarmos a ser mandados por um bando de fascistas é que surgiu tão grave causa, pois se fosse um governo de democracia e liberdade, já de há muito que o assunto se tinha resolvido, sem perda de vidas e com prestígio para nós.-----

Isto é, um pálido resumo do que se passa em tal Club comunista, comentando-se à mistura e com maior asperesa, o motivo porque Salazar não pede Olivença ao seu irmão fascista Franco, pois esse território, é que é nosso e há muito que devia ter voltado para nós.-----

As personagens governamentais mais atacadas e vexadas nestas palestras, são Suas Exmas. os "enhores Drs. Oliveira Salazar e Santos Costa, aquém dão o rotulo de fascistas e jesuitas.-----

Este Clubo é também muito frequentado pelo "Juvehil" da Casa dos Estudantes do Império, que são também da pior marca.-----

A Acção da “Casa dos Estudantes do Império” em Coimbra*

1. Em cumprimento do determinado por Sua Ex.^a o Ministro, para averiguar da possibilidade da “Casa dos Estudantes do Império” em Coimbra estar exercendo uma acção subversiva no meio académico ultramarino daquela cidade, foram trocadas impressões com o Presidente da Associação Académica e com dois estudantes angolanos um dos quais fora director daquela Casa.

Resumem-se a seguir os pontos principais que se conseguiram averiguar.

2. Isolamento dos estudantes ultramarinos

Segundo as declarações prestadas começou a notar-se, há cerca de um ano, que os estudantes de cor deixaram de frequentar a “baixa” subtraindo-se ostensivamente ao convívio extra-escolar com os seus colegas brancos. O facto foi estranhado por não haver qualquer segregação racial em Coimbra quer (sic) por parte dos outros estudantes.

Simultaneamente deixaram de organizar as habituais festas e bailes na CEI o que provocou o afastamento de numerosos estudantes brancos.

O desejo de isolamento foi levado ao ponto de colocarem tabuletas proibindo o estacionamento em frente ao edifício.

De notar que existe uma cisão notável entre o grupo dos estudantes indianos e o grupo dos negros.

3. Dependência da CEI

Foi este um ponto que se mostrou difícil de esclarecer.

Segundo parece a CEI de Coimbra depende, ou deveria depender, da Casa-Mãe em Lisboa a qual por sua vez depende dos Ministérios da Educação Nacional e do Ultramar.

Contudo quando, há cerca de 3 anos**, foi nomeada uma Comissão Administrativa para a Casa

de Lisboa a Direcção de Coimbra recusou-se a acatar as suas decisões e tem tomado desde aí uma atitude de independência quase total limitando-se a receber os subsídios que são enviados de Lisboa.

4. Direcção e massa associativa da Casa

Tem-se verificado grande actividade durante os períodos de eleições para a Direcção por parte dos elementos de cor.

A actual Direcção é constituída por elementos negros de Cabo Verde e Guiné com excepção de um dos vogais que é branco. Além disso parece ter-se sempre verificado uma política de Províncias, visto a Casa ter sido controlada sucessivamente por indianos, moçambicanos e angolanos.

Quanto ao número de sócios parece ser de cerca de 200.

Na opinião dos estudantes com quem falámos não há indivíduos de real valor entre os estudantes de cor. Tal facto poderá vir a ser mais prejudicial aos interesses nacionais por que uma vez formados e regressando às suas províncias, terão maiores dificuldades em se colocarem o que os levará a um estado de espírito de revolta e de inadaptação.

5. Propaganda separatista

Segundo algumas das declarações ouvidas há fortes suspeitas, outras dão o facto como certo, de que na Casa se organiza uma forte propaganda separatista, tendo ficado com a ideia de que uma vez colocado na Direcção um núcleo separatista, esse grupo procura agora aliciar contactando-os isoladamente, os elementos ultramarinos que não pertencem ou não são assíduos na Casa.

Segundo algumas informações existiria troca de correspondência entre a Direcção e elementos nativistas locais.

* Relatório Secreto [1955]. ANTT — AOS/CO/PC-51A — 2.^a Subd. P. 2.

** Esta referência permite datar a informação de 1955.

Uma das funções essenciais da Casa é a acção social por intermédio da concessão de subsídios e bolsas de estudo.

Parece que esta actividade tem sido exercida com discriminação intencional além do que o número de bolsas concedidas parece exceder os seus subsídios o que levaria à conclusão de que estariam a ser financiados directamente por elementos ultramarinos ou outros.

6. Reuniões políticas na Casa

Um grupo de estudantes esquerdistas, alguns abertamente comunistas, assedia frequentemente a Direcção da Associação Académica com pedidos para a realização de reuniões nas suas salas, reuniões essas que, aparentemente inocentes, têm finalidade política.

Esse grupo é notório pela oposição à Direcção tendo-a atacado constantemente nas Assembleias, utilizando uma tática de manifesta inspiração comunista.

Ora já há alguns meses perante a recusa da Direcção de os deixar utilizar as suas salas, entravam em contacto com a Direcção da Casa que os autorizou a utilizarem as suas instalações, e onde realizam as reuniões com grande frequência. Foi este um facto que levou um dos estudantes com quem trocámos impressões a afastar-se da frequência da Casa.

7. Possível influência americana

Das perguntas que fizemos sobre possíveis contactos com a propaganda anticolonialista americana não obtivemos quaisquer respostas concretas apenas nos tendo sido indicado que, há tempos, uma senhora americana se dirigiu ao Reitor da Universidade pedindo-lhe autorização para entrar em contacto com os elementos académicos protestantes a fim de tomar conhecimento dos seus problemas. Tal autorização foi-lhe negada com o fundamento de que não havia protestantes em Coimbra.

8. Conclusões

Dos factos apontados anteriormente parece poderem tirar-se as seguintes conclusões:

- a) É de duvidar da vantagem da existência das Casas dos Estudantes do Império.
A acção social poderia ser exercida por outros organismos académicos que para isso re-

cebem delegação. Por outro lado dão ao estudante ultramarino uma consciência gregária local que é inconveniente para os interesses nacionais.

A política mais conveniente seria dispersá-los por várias Casas de Estudantes sem distinções geográficas a fim de lhes afastar quaisquer ideias de segregação racial e de procurar assimilá-los ao meio metropolitano.

De notar que esta opinião foi expressa pelo estudante ultramarino, ex-Director da CEI com quem falámos e que chegara, ainda durante o seu período na Direcção, a propor a extinção da CEI.

- b) Contudo a hipótese do encerramento da Casa por pressão governamental teria repercussões políticas muito desfavoráveis e certamente conduziria aos, já habituais, protestos junto da ONU e de algumas potências estrangeiras.
- c) O processo seguido na obtenção do controlo da Casa tem muitos pontos de contacto com a tática comunista e pode filiar-se na acção de uma minoria agressiva de tendências separatistas (certamente animada e apoiada por elementos comunistas metropolitanos como o prova a autorização para a realização de reuniões) que conduziu ao afastamento voluntário da maioria dos estudantes sem tendências políticas firmes.
A experiência prova-nos que uma vez entri-cheirados nessas posições o seu afastamento será difícil.
- d) Como solução imediata para o caso apenas podemos indicar a seguinte:

- Animar e apoiar alguns elementos ultramarinos nacionalistas para que interessando-se novamente pelos assuntos da Casa possam pela sua acção alterar o rumo dos acontecimentos.
- Quanto aos métodos que teriam de utilizar aconselharíamos que seguissem tática semelhante à comunista: prolongamento exagerado das assembleias, convocações extraordinárias, petições, etc., procurando dificultar ao máximo a acção directiva.

Parece-nos essa uma forma de eliminar a acção inconveniente que exerce actualmente a Casa dos Estudantes do Império de Coimbra.

(Confidencial)

Doc. 4

RELATÓRIO

Nº. 10/954

Excelentíssimo Senhor

A Delegação da Casa dos Estudantes do Império, em Coimbra, foi, desde o seu início um centro académico de actividades pró-comunistas, orientada e controlada por elementos do M.U.D. Juvenil, especialmente pelo Dr. JOAQUIM VICTORINO NAMORADO, o qual, aproveitando a sua qualidade de explicador que ilegalmente mantém, exerce sobre ele uma influência decisiva.

Até há pouco tempo as actividades da Direcção e dos seus associados limitavam-se ao meio académico, auxiliando as direcções comunistas da Associação Académica e perturbando a acção daquelas que não eram propostas pelo M.U.D. Juvenil.



Nas diversas Assembleias magnas onde sempre se discutem mais os problemas políticos do que os de interesse académico, nas diversas e anuais eleições dos corpos gerentes da Associação Académica e mesmo nas várias campanhas eleitorais a que o País, desde 1945, normalmente ou por força das circunstâncias, tem sido sujeito sempre esse pequeno grupo de estudantes apareceu lutando ao lado dos elementos mais combativos do M.U.D. Juvenil, organização ilegal de que, em nossa convicção, todos ou quase todos são simpatizantes ou aderentes.

Mas, a partir do ano lectivo findo, começou-se a notar por parte da direcção do Ateneu de Coimbra, agremiação essencialmente comunista da juventude operária, anteriormente já frequentada pelos elementos académicos mais em destaque do M.U.D. Juvenil, tais como Dr. JOAQUIM DE SOUSA E CASTRO, JOSÉ MALHEIRO DA SILVA, ALBERTO DE OLIVEIRA VILAÇA e outros, uma tentativa de aproximação com a Delegação da Casa dos Estudantes do Império.

E, assim, os poucos recitais e palestras que até esta data eram realizados, com certa dificuldade, na União de Grêmios dos Logistas de Coimbra passaram a se-lo, com mais frequência e avontade, na sede do Ateneu de Coimbra.

Ora organizados pelo próprio Ateneu ora pela Delegação da Casa dos Estudantes do Império mas sempre em bom entendimento e com a presença da massa associativa dessas colectividades os passeios, conferências, bailes e recitais sucederam-se durante todo o ano.

E, assim:

- Em 29/4/954 - A Direcção do Ateneu de Coimbra enviou alguns convites para a Delegação da Casa dos Estudantes do Império e seus associados a fim de assistirem no dia seguinte, pelas 21,30 horas, a uma palestra realizada na sede do Ateneu pelo Dr. MÁRIO DE OLIVEIRA VILAÇA, subordinada ao tema "ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEATRO NÃO PROFISSIONAL";
- Em 5/5/954 - O Engenheiro Geógrafo Dr. JOAQUIM ANTÓNIO DOS SANTOS SIMÕES proferiu no Ateneu uma conferência que teve por tema "O RACISMO E A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA", à qual assistiu grande número de estudantes da Casa do Império;
- Em 16/5/954 - O Ateneu realizou uma excursão a Penacova, onde se incorporaram alguns estudantes da Casa do Império, embora em menor número do que o Ateneu esperava;
- Em 5/6/954 - Realizou-se no Ateneu uma conferência cultural com grande entusiasmo por parte da Casa dos Estudantes do Império, a qual teve por tema "UMA NOVA POESIA - NASCEU EM ÁFRICA". Foi conferente MÁRIO PINTO DE ANDRADE, de raça negra, de Lisboa e apresentado por JORGE NUNES, presidente da Direcção da Delegação da Casa dos Estudantes do Império, desta cidade. Esta conferência foi ilustrada por MÁRIO BARRADAS com declamações da "POESIA NEGRA";
- Em 6/6/954 - Realizou-se no Ateneu um baile dedicado à Casa dos Estudantes do Império;
- Em 3/9/954 - Os estudantes da Casa do Império continuam a frequentar assiduamente o Ateneu;
- Em 26/9/954 - Foram indicadas reuniões no Ateneu a que assistiram associados da Casa dos Estudantes do Império para tratarem da escolha de nomes a introduzir nas listas para a eleição de Juntas de Freguesia. Por conselho do Dr. JOAQUIM VICTORINO NAMORADO tais reuniões eram cuidadosamente mascaradas como se se tratasse de ceias e jogos;
- Em 4/11/954 - Os Estudantes da Casa do Império realizaram um baile no Ateneu.



Se outras razões não existissem, esta ligação com o Ateneu de Coimbra e a aproximação com os elementos avançados que a frequentam seria suficiente para nos mostrar a afinidade política destas agremiações e as tendências comunistas dos seus associados e dos membros da Direcção da Delegação da Casa dos Estudantes do Império, nesta cidade, que para o ano lectivo de 1953-54 era assim constituída:

Presidente.....JORGE NUNES
Vice-Presidente..MANUEL DE JESUS MONTEIRO DUARTE
Secretário.....ALVARO LERENO COHEN
Tesoureiro.....JOÃO BATISTA DE CASTRO VIEIRA LOPES
Vogal.....VICTOR MANUEL DIAS BARROS

Todos estes indivíduos são, como atrás disse, orientados e facilmente manejados pelo Dr. JOAQUIM VICTORINO NAMORADO e, embora difícil se torne prová-lo, fácil é verificá-lo, bastando, para tanto, ver os encontros e as conversas animadas entre todos eles no "Café Montanha", desta cidade, e ainda o cuidado com que estes estudantes, todos ou quase todos negros ou molatos, procuram angariar explicandos para o Dr. JOAQUIM NAMORADO, actividade esta que se nota muito especialmente no início de cada ano lectivo com a chegada dos caloiros.

É, no entanto, de estranhar que, estando a Casa dos Estudantes do Império subordinada directamente ao Excelentíssimo Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, estas actividades não tenham sido reprimidas e as direcções se sucedam sendo guia das pela mesma orientação política.

A razão, porém, encontra-se facilmente.



Por virtude de uma disposição dos seus estatutos as direcções das diversas Delegações da Casa dos Estudantes do Império deveriam ser nomeadas e controladas pela Comissão Administrativa que, como certamente é do conhecimento de V. Ex^{as}., orienta hoje os seus destinos.

Para que essas direcções possam merecer inteira confiança à Comissão Administrativa, esta elegeria os presidentes e vice-presidentes das diversas direcções, deixando depois a estes o encargo de escolherem mais 3 colaboradores para os cargos de secretário, tesoureiro e vogal.

Por um descuido imperdoável ou por recearem a acção dos estudantes de Coimbra o certo é que nesta Delegação tal não se tem verificado, acontecendo que as eleições se fazem entre os associados sem qualquer interferência da Comissão Administrativa ou da antiga direcção que depois aceita o facto como consumado, dando-lhes, desta forma, inteira liberdade de acção.

Depois dos acontecimentos de Goa o assunto come-

çou a merecer um pouco mais de atenção às instâncias superiores e pensou, então, o Excelentíssimo Comissário Nacional da M.P. nomear para Coimbra um Delegado, escolhendo, para esse fim, o Dr. CESAR JOAQUIM DA SILVA DE OLIVEIRA PEGADO, goês por nascimento, professor particular e 1.º bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Não quis, porém, o Dr. CESAR PEGADO, tomar sobre si o encargo de orientar esta Delegação com a actual direcção e, por isso, foi decidido que seria primeiramente nomeado uma nova direcção nos moldes que atrás ficam descritos e que só após ter a mesma direcção tomado posse seria feita a sua nomeação, evitando, desta forma, a má vontade que contra si poderia ser fomentada no meio académico pelos estudantes que compõem a actual direcção e que eram, sem dúvida, os mais directamente atingidos.

Parece que para estas diligências veio propositadamente a Coimbra o Presidente da Comissão Administrativa de Lisboa, um tal senhor Dr. BARATA, que, logo após o seu regresso a essa cidade, deveria comunicar à actual direcção da Delegação de Coimbra os nomes dos estudantes escolhidos para os cargos de presidente e vice-presidente da futura direcção.

Antecipando-se a esta decisão que, certamente por inconfidências lhes chegou ao conhecimento, a actual direcção comunicou à Comissão Administrativa que iria proceder na sexta-feira passada, dia 26 do corrente às eleições tal como as têm feito nos anos anteriores.



Para remediar o mal veio de novo e urgentemente a esta cidade o mesmo senhor Dr. BARATA que, com certa habilidade, fez comunicar imediatamente aos associados que a eleição não se faria por já terem sido nomeados pela Comissão Administrativa dois estudantes a quem nesse mesmo dia seria dada posse, devendo, por consequência, receber deles todos os haveres da Delegação.

A decisão da Comissão Administrativa não foi acatada e em Assembleia Geral que teve lugar nesse mesmo dia os associados da Delegação resolveram manter a mesma atitude de indisciplina e rebeldia já demonstrada na circular de 26/8/954, do seu "Departamento de Cultura e Informação", que acompanhou o ofício de V. Ex.ª. nº. 5152-S.R., urgente de 4/9/954.

Segundo informações que não me podem merecer, de momento, grande confiança, dada a dificuldade com que lutamos quando, como agora, se trata de associações ou actividades académicas, a Comissão Administrativa parece manter a resolução de nomear direcção de sua confiança nem que para tal tenha de recorrer a meios extremos, inclusivamente à nossa Polícia.

Na sexta-feira passada mantivemos uma vigilância discreta à sede da Delegação por ser do nosso conhecimento que

os associados pensavam provocar determinados desacatos e retirar durante a noite da sua sede, na Rua Aires Campos nº.18-19., o pouco mobiliário ainda ali existente.

Porém, nada de anormal se passou até hoje.

Aguarda-se com interesse o desfecho deste incidente que certamente se agravará se não houver uma acção decidida da parte do Excelentíssimo Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa.



Coimbra, 30 de Novembro de 1954.

O INSPECTOR,

José Barreto Sacchetti.

MENSAGEM AO POVO PORTUGUÊS

Os estudantes universitários naturais das colónias africanas de Portugal, na qualidade de futuros dirigentes dos seus respectivos Países, sentem-se no dever de expor ao Povo Português o seu ponto de vista àcerca das acusações feitas na ONU contra o Governo Português.

Tendo acompanhado com a maior atenção o desenrolar dos acontecimentos nas altas esferas internacionais — através da Rádio e da Imprensa estrangeiras, e não das portuguesas pelos seus permanentes atentados à verdade — compreendemos que estavam a ser tratados com sensatez e espírito construtivo problemas vitais para os nossos Povos. Damos todo o nosso apoio às referidas acusações e apresentamos mais algumas:

- 1) A existência de trabalho forçado na Guiné, S. Tomé, Angola (em particular em Porto Alexandre, Baía dos Tigres e Foz do Cunene), Moçambique (em particular na Foz do Limpopo);
- 2) A exportação de trabalhadores indígenas de Angola e Moçambique para as minas da União Sul Africana (onde chegam a ser castrados a fim de darem melhor rendimento no trabalho) a troco de certas compensações como o pagamento ao Governo Português da Taxa Pessoal Anual relativa aos indígenas exportados;
- 3) As fomes que, por culpa da imprevidência e incompetência dos representantes do Governo Português, periodicamente têm vitimado milhares de vidas em Cabo Verde, sendo de 17.000 (dezassete mil) o macabro saldo da última crise;
- 5) A concentração de forças militares repressivas nos nossos Países;
- 6) O massacre que em 1951 vitimou 900 (novecentos) indígenas de S. Tomé, abatidos por civis europeus armados pelo Governador Gorgulho;
- 7) A inexistência de universidades e insuficiência de escolas do ensino médio primário.

POVO PORTUGUÊS

Nas manifestações organizadas pelo Governo de Salazar meia dúzia de estudantes subornados têm abusivamente pretendido representar a opinião das colónias portuguesas. Com energia, repudiamos essas traições à verdade e aos interesses dos nossos Povos. A melhor prova de que a verdade está muito longe do que afirmam a Rádio e a Imprensa controladas por Salazar, está no facto de nenhuma das Associações dos Estudantes Ultramarinos ter aderido às manifestações. A própria Assembleia Magna da universidade de Coimbra rejeitou a sua participação em qualquer manifestação de apoio à actual política colonial portuguesa.

POVO PORTUGUÊS

É nosso maior desejo o estabelecimento de relações de amizade com todos os povos que mostrem desejos de colaborar connosco numa edificação democrática dos nossos Países. No entanto, sentimos particular preferência pelo Povo Português, dadas as suas elevadas qualidades de compreensão e afabilidade no contacto inter-raças.

Para que as nossas esperanças num futuro de apertada colaboração com Portugal não saiam frustradas é necessário pôr termo aos preparativos da **[ilegível]** para uma nova guerra colonial, onde correrá o nosso sangue e o sangue da vossa sacrificada Juventude.

Fazendo nossas as reivindicações constantes da Declaração do MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, consideramos como sinal de boa fé do Governo Português o cumprimento do seguinte:

- Reconhecimento solene e imediato do direito dos povos das colónias africanas de Portugal à autodeterminação;
- Amnistia total e incondicional e libertação imediata de todos os prisioneiros políticos;
- Estabelecimento das liberdades públicas, nomeadamente a de formação legal de partidos políticos, e garantias concretas para o exercício efectivo dessas liberdades;
- Retirada imediata das forças armadas portuguesas e liquidação imediata das bases militares existentes nas colónias africanas de Portugal;
- Convocação de Mesas Redondas constituídas por representantes de todos os partidos políticos das colónias e por representantes do Governo Português, para a solução pacífica do problema colonial português, no interesse das partes em presença.

POVO PORTUGUÊS: Acabamos de apresentar o ponto de vista dos estudantes universitários das colónias africanas de Portugal no desejo de contribuir para uma solução pacífica do conflito que nos opõe, não ao Povo Português, mas à Ditadura de Salazar, defensora dos interesses monopolistas que roubam os nossos recursos naturais e depauperam os nossos Povos com um trabalho escravizados. Os monopólios que exploram os nossos Países põem em perigo a Felicidade e a Paz dos nossos Povos e arrastam o Povo Português para uma guerra inútil e suicida.

VIVA A PAZ E FRATERNIDADE ENTRE OS POVOS — ABAIXO O COLONIALISMO!

- Este documento será divulgado em Portugal, nas colónias e no estrangeiro.

ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS REPRESENTANDO AS COLÓNIAS DE:
ANGOLA — CABO VERDE — GUINÉ — MOÇAMBIQUE — S. TOMÉ E PRÍNCIPE.

(Confidencial)

Doc. 6

RELATÓRIO

Nº 27

Excelentíssimo Senhor

Para os fins que V.ª Ex.ª julgar convenientes, tenho a honra de informar :

-CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO



Como, em devido tempo, tive a honra de informar V.ª Ex.ª foi distribuído no meio académico universitário um panfleto intitulado " Mensagem ao Povo Português " que parece ser emanado dos estudantes universitários ultramarinos ou, melhor talvez, da Casa dos Estudantes do Império,- conhecido pela C.E.I. - iguais ao exemplar que tenho a honra de juntar.

Poucos dias depois dessa distribuição veio ao meu conhecimento ter havido na sede da Delegação de Coimbra da C.E.I. um incidente entre estudantes da metropole e ultramarinos que terminou com uma cena de pancada entre os mesmos mas já no exterior.

Esse incidente foi ocasionado por um estudante da metropole que havia entrado na sede da Delegação ter sido proibido de se sentar por um estudante preto, natural da Guiné, que, formalmente, lhe disse: " Branco não senta aqui " .

O " branco " não se sentou mas teria batido no " preto " se não fosse a intervenção de um outro estudante, este natural de Angola que os apaziguou.

O caso veio ao conhecimento de outros estudantes mais exaltados os quais, seguidamente, já na rua, bateram em dois ou três dos estudantes ultramarinos que se encontravam na sede da Delegação e que teriam apoiado aquela atitude de arravo.

O incidente, conhecido na Academia, teria tido consequências desagradáveis se não fosse a nossa intervenção junto de alguns estudantes a quem procuramos fazer crer que qualquer acção de violência contra os estudantes da C.E.I., ainda que justa, poderia comprometer o País no momento presente.

Conseguimos, é certo, fazer diminuir consideravelmente a excitação que o caso motivou mas não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação pelo recrudescimento de actividade que, desde Maio do último ano, se vem notando na C.E.I. que, em má hora foi criada.

Na realidade, ligados sempre às diversas correntes " oposicionistas " ou, melhor dizendo, da extrema esquerda, os estudantes da C.E.I. foram durante anos motivo de sérias preocupações

Já em 1954, em relatório confidencial que tive a honra de enviar a essa Direcção, com data de 30 de Novembro, me referi às actividades pró-comunistas da direcção da Delegação da C.E.I. e seus associados não só no meio académico como em ligação com o operariado desta cidade, através do Ateneu de Coimbra, agremiação essencialmente comunista que abriga e acarinha todos os elementos já condenados - e bastantes são - por actividades subversivas.

Em 1955, ao sermos consultados, directa e particularmente, pelo Excelentíssimo Senhor Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Professor Doutor António Gonçalves Rodrigues, sobre o comportamento de " membros pseudo-eleitos da C.E.I. " respondemos, depois de superiormente autorizados, o seguinte:

" O desejo de prestar a V.ª Ex.ª informações exactas sobre os individuos constantes da lista que me enviou e as dificuldades do meio e época de férias fizeram com que só agora tenha sido ultimado o nosso trabalho.

Todos os individuos são, politicamente, maus, seguindo a doutrina do " M.U.D. Juvenil ".

É certo que pouco notórias têm sido, até hoje, as suas actividades políticas mas fazem parte dum grupo de estudantes das nossas províncias ultramarinas que vêm sendo cuidadosamente preparados pelo Dr. Joaquim Namorado e outros mentores do Juvenil.

Não convém, por essa razão que tomem a direcção da Casa dos Estudantes do Império e dificilmente V.ª Ex.ª encontrará, dentro dos associados, quem mereça a confiança necessária para o desempenho dos cargos de direcção.

Estes são os motivos por que, como já disse a V.ª Ex.ª, em minha opinião, só a dissolução conviria para extinguir o mal que dali se espalha a todo o meio académico".



Vencido que foi esse período de agitação e contrariada por nós, tanto quanto possível, a actividade política dos elementos mais influentes a Delegação da C.E.I. passou a uma inactividade que muito desagradava à Direcção da C.E.I. -Sede, em Lisboa, chegando a dizer-se: " Ora, sustenta-se em Lisboa que é preciso encerrar a Delegação de Coimbra por o desinteresse dos ultramarinos aqui residentes não justificar a sua existência " - carta da Direcção da Delegação de Coimbra n.º 53-59/60, de 23/5/1960, dirigida à Direcção da Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa.

E, então, que, procurando desfazer essa impressão, aliás justificada, da Direcção-Sede, a Delegação de Coimbra entusiasmada e apoiada na vitória das " esquerdas " para os corpos directivos da Associação Académica, numa reunião entre os elementos das direcções da Sede e Delegação se propõem solucionar os diferendos existentes entre eles, certa de que, se tal se conseguisse, " uma nova era auspiciosa estaria aberta para a C.E.I. " .

E, na realidade, parece que assim aconteceu.

De então para cá a C.E.I. voltou à actividade e, em Assembleia Geral da Delegação de Coimbra, foi ratificado o acordo saído de uma reunião entre a Direcção da Sede e os representantes desta Delegação e empossada uma Comissão Directiva à qual foram conferido

plenos poderes, por 3 meses, para levar a cabo diligências para normalização das actividades da Delegação, transferir as suas instalações e fortalecer os laços de solidariedade entre os ultramarinos de Lisboa, Porto e Coimbra.

Possivelmente, como principio dessa actividade, foi requerida, na sexta feira última, dia 9, ao Excelentíssimo Senhor Governador Civil deste distrito, autorização para a realização, no dia imediato, 10 do corrente, de um almoço de confraternização no Café Nicola, desta cidade, seguido de baile no qual deveriam comparecer cerca de 80 estudantes Moçambicanos, de ambos os sexos, de Coimbra, Porto e Lisboa.

Ouidos sobre a decisão a tomar, pronunciámo-nos desfavoravelmente, tanto mais que, pretextando-se a ausência do Senhor Governador Civil, não haveria que invocar outras razões justificativas do indeferimento.

Assim aconteceu mas ao haver conhecimento de que o requerimento não poderia ser deferido, uma comissão de 7 estudantes Moçambicanos procurou-nos para saber das razões do indeferimento, convencidos de que teriam encontrado motivos para protestos contra a P.I. D.E..



Recebidos imediatamente, com mostras de aborrecimento pela contrariedade que isso lhes acarretaria, fiz-lhes sentir serem eles os maiores culpados visto tão tardiamente terem requerido a autorização sem se lembrarem das demoras possíveis no despacho, sempre de prever quando ele depende de pessoa que tem, pelos seus múltiplos afazeres necessidade de constantes deslocações.

Todavia, não desocultei também que se esta Policia fosse futuramente ouvida sobre o deferimento de idêntica petição se pronunciará desfavoravelmente.

Conformados mas não convencidos participaram-me que, impossibilitados de se reunirem no dia combinado, optariam por um adiamento até Janeiro, depois de passadas as férias do Natal.

Verifica-se, assim a intenção de não desistirem mas antes continuarem nas suas actividades motivo porque me permito repetir o que disse ao Excelentíssimo Senhor Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa:

"só a dissolução conviria para extinguir o mal que dali se espalha a toda a Academia."

Doc. 7



POLÍCIA INTERNACIONAL
E DE DEFESA DO ESTADO

N.º 8.516-S.R.

Roga-se que na resposta se
indiquem os números e data
deste officio.



SECRETÁRIO

*Ass. S. R.
em 28.12.1960*

Exm.º Senhor Inspector-Adjunto da Polícia
Internacional e de Defesa do Estado

COIMBRA

Em referência ao officio confidencial de
V. Ex.ª., n.º. 417/60-S.R., de 12 do mês corrente, que
acompanhava o relatório n.º. 27, da mesma data, a se-
guir transcrevo o parecer de Sua Excelência o Senhor
Presidente do Conselho, acerca do assunto referido
naquele relatório:

"Não sei o que dirão a respeito do assun-
to os senhores Ministros da Educação Nacional e do
Ultramar? Por mim parece-me o seguinte:

- a Delegação da P.I.D.E. em Coimbra que
parece ter possibilidades de penetração no meio aca-
démico devia proceder a uma investigação cuidada da
origem do manifesto. Na redacção deste podem estar
implicados alguns (não me parece que todos) os alu-
nos que constituem a C.E.I. em Coimbra.



- se se concluir pela responsabilidade
de alguns destes estudantes, não só devem tomar-se
as providências que neste caso é de uso corrente co-
mo aproveitar a oportunidade de dissolver a C.E.I. o
que há muito tempo se deveria ter feito.

Vê-se que os rapazes são conduzidos pelo
grupo comunista, grupo que conseguiu evitar as mani-
festações da A.A. de Coimbra, não de apoio ao Gover-
no mas de protesto contra a campanha da O.N.U. e de
outros meios contra a integridade da Nação Portuguesa.
O manifesto traduz a orientação conhecida."

A Bem da Nação

COIMBRA
1171
REC. EM 28/12/1960

P. I. D. E.
COIMBRA
S. R.
ENTRADA N.º 392
REC. EM 28/12/1960



POLÍCIA INTERNACIONAL
E DE DEFESA DO ESTADO

S.  R.
- 2 -

N.º

Roga-se que na resposta se
indiquem os números e data
deste ofício.

Lisboa, 21 de Dezembro de 1960



O DIRECTOR,

EMS/LS.

Informação N.º 1112/61-GU*

Fuga de Estudantes Ultramarinos

Desde meados do mês de Maio deste ano que esta Polícia possui informações de que elevado número de indivíduos de cor, principalmente estudantes e outros relativamente novos e com alguma cultura, iriam tentar sair da Metrópole, com o fim de atingirem Paris, seguindo depois dali para outros países, a fim de darem a sua colaboração aos elementos terroristas que vêm actuando contra a permanência de Portugal nas províncias ultramarinas de África.

Iniciadas as diligências a fim de se tentar conhecer os meios de que dispunham e que permitissem a saída em massa de naturais das províncias ultramarinas portuguesas, tanto mais que se sabia que a grande maioria sairia indocumentada ou com documentação falsa, conseguiu-se apurar o seguinte:

A «**Casa dos Estudantes do Império**» funcionava, em Lisboa, como o principal centro recrutador, dizendo o aliciador ao pretendido aliciado, que estavam tentando fazer sair do País, o maior número de estudantes ultramarinos e patriotas angolanos que desejassem trabalhar a favor da independência de Angola, saída essa que se faria ilegalmente, mas com toda a segurança, visto ser dirigida por uma «Organização de Protecção aos Povos Subdesenvolvidos».

Acrescentava que os indivíduos que saíssem do País, uns destinavam-se a tomar parte activa na luta que actualmente se trava em Angola, sendo previamente treinados em escolas de preparação militar, que funcionavam em Marrocos, no Iraque e na Argélia, tornando-se assim os futuros chefes militares dos guerrilheiros que lutam em Angola e orientadores dos campos de treino para terroristas que funcionam na República do Congo (ex-belga) e que na futura nação independente de An-

gola eles ocupariam cargos directivos no exército, enquanto outros se destinavam a tomar parte na luta formando o escol intelectual, para o que lhes seria possibilitado iniciarem novos cursos ou continuarem os cursos que frequentavam em Portugal em diversos países da Europa, para o que seriam subsidiados por uma «comissão de refugiados», dependente da tal «Organização de Protecção aos Povos Subdesenvolvidos», que conseguiria bolsas de estudo nos países onde eles fossem estudar.

Os indivíduos nestas condições seriam os responsáveis pela política e pela administração de Angola, uma vez conseguida a independência.

Aos indivíduos que pretendiam aliciar foi-lhes também dito que em meados do mês de Junho findo chegaria a Portugal um diplomata suíço que se encarregaria da elaboração dos passaportes daqueles que iriam sair, pelo que deveriam entregar duas fotografias tipo passe.

Era-lhes indicado que logo que fossem avisados deveriam seguir para a cidade do Porto, onde na Estação de S. Bento estaria um agente de ligação à sua espera; que não poderiam levar mais de cinco quilos de bagagem e que teriam de levar mil escudos que se destinavam a pagar a passagem de barco para passarem a fronteira. A partir daquela cidade, o transporte seria feito de automóvel em direcção a uma fronteira do Norte.

Soube-se também que em Maio do corrente ano, o chamado «MPLA — MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA», começou a organizar os seus serviços e a criar «delegados» em várias localidades do Continente com vista ao recrutamento de todos os ultramarinos que se encontram na Metrópole começando, como é óbvio, pelos angolanos.

Conhecem-se pormenores de aliciamentos feitos em Lisboa, Coimbra e no Porto, sendo interes-

* Enviada pela PIDE à Presidência do Conselho e a vários ministérios em 4 de Julho de 1961.

sante salientar que entre os aliciados até agora conhecidos figuram oficiais milicianos da Força Aérea e do Exército, sabendo-se que alguns deles já abandonaram clandestinamente o País.

Conhece-se igualmente que alguns dos aliciados, receando o futuro, pretendiam obter passaporte pelas vias legais mas, devido às providências que foram tomadas com vista a impedir a concessão de passaporte a naturais do ultramar suspeitos, foi então intensificada a campanha para a saída clandestina e quase todos os que haviam sido abordados, entregaram as duas fotografias pedidas.

Por tudo quanto tem sido possível saber as raparigas ultramarinas, mesmo as que se encontram detidas, nada sabem sobre a forma como se processaria a passagem da fronteira e tudo o mais que se seguisse, não há dúvida, porém, que deram as fotografias que lhes pediram e que se prestavam a acompanhar os seus namorados de quem, por sua vez, receberiam as indicações necessárias no momento oportuno.

Não restam dúvidas que se mostra de grande amplitude o êxodo de estudantes ultramarinos e a clandestinidade de que se reveste a forma como actuam e para o demonstrar, basta referir que um oficial miliciano tendo pedido autorização para ir a Coimbra fazer um exame — autorização que lhe foi dada particularmente — cumprindo a determinação de abandonar o País, seguiu para França, parece que na companhia de um irmão, nunca mais regressando ao Quartel.

Julga-se que a organização que visa promover a saída do país de jovens ultramarinos, estende-se não só ao estudantes, mas também a outros indivíduos de cor, principalmente a funcionários dos serviços públicos, admitindo-se até que, aqueles que por razões especiais não possam sair da Metrópole, tenham recebido missões que podem considerar-se «actos de sabotagem fria», como seja a interceptação de correspondência nos CTT, destruição ou alteração de certos documentos em Repartições Públicas, etc.

Parece que tudo isto significa que uma acção comandada do exterior terá possibilidade de alastrar em manifesto prejuízo de Portugal e, não há dúvida que existe uma organização empenhada nessa luta, não só pela afirmação que é feita aos aliciados de que serão protegidos pela «Organização de Protecção aos Povos Subdesenvolvidos», mas também porque, na «Conferência Europeia de 1961», realizada recentemente em Oslo, o comunista SILAS COUTINHO CERQUEIRA, desde há

tempos fixado em Paris, declarou, entre outras calúnias, *que vários oficiais e soldados foram detidos por se recusarem a seguirem para Angola, tendo outros fugido.*

A confirmar a acção exterior, comandada pelo «MPLA — MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA», organização terrorista que funciona nos moldes do «partido comunista», ao qual aliás está ligado, pormenor que é necessário considerar para se poder concluir do elevado grau de perigosidade que representa todo este conjunto de factos para a Segurança interior e exterior do País, está o facto do seu principal dirigente, MÁRIO COELHO PINTO DE ANDRADE, comunista activo, ter sido recebido pelo Presidente do Conselho da República do Senegal, havendo a esse respeito o Ministro da Informação daquele país declarado, que o Presidente da República também o receberia, acrescentando que ele poderia contar com a simpatia das autoridades senegalesas.

Aquele Ministro teria também afirmado, numa conferência de Imprensa, que o MÁRIO COELHO PINTO DE ANDRADE não só desejava ir à Universidade de Dakar *acolher os estudantes angolanos expulsos de Portugal por se terem recusado a pegar em armas contra a sua «pátria»*, mas também examinaria com o governo senegalês a possibilidade de abrir naquela cidade um «bureau de informação e de apoio à sua organização».

Parece também estar prevista uma conferência de Imprensa a dar em Dakar pelo MÁRIO COELHO PINTO DE ANDRADE, que dizem pretender expor a situação de Angola, a qual teria o patrocínio do jornal «UNITÉ AFRICAINE», órgão oficial do partido governamental senegalês — UNIÃO PROGRESSIVA DO SENEGAL.

Até agora temos, portanto, em ligação com o movimento de ultramarinos que surgiu agora na Metrópole, além do «MPLA», seu organizador, a «Organização de Protecção aos Povos Subdesenvolvidos», organismo de que até agora não tínhamos ouvido falar, mas dada a coincidência de também dizerem estar ligado ao movimento um diplomata suíço, não nos repugna pensar que se trate de qualquer organismo controlado pelo centro de subversão e espionagem soviético, fixado em Berna, tanto mais que há algum tempo foi anunciado que os chamados «MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DAS COLÓNIAS PORTUGUE-SAS» iriam instalar um escritório naquela cidade, nunca mais se tendo ouvido qualquer notícia, certamente porque, dada a sua natureza subversiva,

interessasse mais que as suas actividades clandestinas permanecessem ignoradas do grande público.

É bem evidente que todas as actividades de naturais das províncias ultramarinas portuguesas a que nos vimos reportando, não teriam alcançado as proporções que alcançaram, se, a par das directivas que recebem do exterior, não estabelecessem igualmente contactos com agentes subversivos, tanto de países comunistas, como de capitalistas e afro-asiáticos, que, a pretexto não se sabe de quê, chegam a Lisboa de avião com o rótulo de «passageiro em trânsito» e deixam-se aqui ficar um ou dois dias, tempo mais que suficiente para levarem a cabo as tarefas que lhes incumbiram de executar.

Assim, é frequente permanecerem em Lisboa, um ou dois dias, liberianos que, vendo-se bem as

coisas, poderiam ter seguido para o seu país por rota mais curta e, por conseguinte, mais prática e mais económica. (fls. 150-152)

[...] Em face do que ocorre actualmente com os estudantes e outros naturais do ultramar, não repugna acreditar que os contactos do «MPLA» e da «UPA», assim como as respectivas ligações, foram possibilitadas, além do mais, por todos esses passageiros em trânsito, especialmente afro-asiáticos, que *inexplicavelmente* durante meses desembarcaram em Lisboa, aguardando aqui durante dois, três ou quatro dias, avião que os levasse ao seu destino, o que teriam conseguido facilmente utilizando carreira aérea diferente. (fls. 153)

4/7/961

Informação N.º 1546/61-GU*

Êxodo de Estudantes Africanos de Portugal

Data de Origem: Agosto de 1961

De uma fonte geralmente bem informada e digna de confiança, recebemos a seguinte informação:

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA SOUSA HORTA e LUÍS DE ALMEIDA, dirigentes da «UNIÃO GERAL DOS ESTUDANTES DA ÁFRICA NEGRA SOB O DOMÍNIO PORTUGUÊS — UGEAN», esforçam-se, em ligação com a «UNIÃO INTERNACIONAL DOS ESTUDANTES — UIE», com sede em Praga e ainda com a colaboração de AMILCAR LOPES CABRAL «ABEL DJASSI» e HUGO JOSÉ AZANCOT DE MENEZES, em provocar o êxodo dos estudantes africanos residentes em Portugal.

A «UGEAN» não dispõe de recursos suficientes para fazer face às despesas resultantes desse êxodo, tendo o JOSÉ CARLOS HORTA obtido, em Julho deste ano, cinco bolsas de estudo da «UIE» e a promessa da concessão de outras, no caso de existirem vagas quando as aulas recommencem.

Sob a pressão da «UGEAN» e crenças de uma acção da polícia portuguesa, várias dezenas de estudantes têm-se refugiado no estrangeiro, mesmo antes de fazerem os exames.

A situação destes estudantes é bastante precária, tanto mais que a «UGEAN» viu recusado o pedido que fez ao «PAI — PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA» e ao «MPLA — MOVIMENTO POPULAR DA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA», de fundos para eles.

Os dirigentes da «UGEAN» esperavam obter subsídios e bolsas de estudo no «FORUM DA JUVENTUDE», realizado em Moscovo em Julho/

Agosto deste ano. Por outro lado eles pediram que fosse feita uma subscrição entre os camaradas da Guiné e Cabo Verde. O LUÍS DE ALMEIDA é que deve controlar os fundos recebidos.

As autoridades de Conakry tendo-se apercebido destas dificuldades, enviaram a Paris, em Agosto, o Dr. EDUARDO DOS SANTOS, do «MPLA», que viaja com um passaporte guineense sob a falsa identidade de MARCEL CAMARÁ, a fim de contactar com a Embaixada da República da Guiné, para regular o problema dos estudantes angolanos refugiados em França.

Junta-se uma relação dos estudantes naturais de Angola que se encontram refugiados em França.

NOTA: Sabe-se que os estudantes das províncias ultramarinas portuguesas refugiados em França, beneficiaram de diversas «ajudas» para ali chegarem.

Assim, em 2/7/61, eram esperados em Hendaia por TATIANA METZEL, francesa, nascida em Berlim e «assistente protestante das prisões», tendo sido acompanhados por três americanos — DAVID WARDELL POMEROY, HOWARD JONES KIMBALL e WILLIAM J. NOTTINGHAM.

Eram portadores de «salvo-condutos» passados por uma embaixada africana em Paris e de certificados passados pelo serviço ecuménico protestante CIMADE, nos quais esta organização declarava tomar a responsabilidade das formalidades administrativas e das despesas de subsistência destes estudantes durante a sua permanência em França. [...]

I N F O R M A Ç Ã O

Doc. 10

Nº.65/62-S.C.



Pela nota oficiosa do Ministério da Educação Nacional publicada na imprensa de 19 de Maio último, foi dado conhecimento de que era considerada ilegal a circulação de comunicados emanados das Associações de Estudantes.

Porém, continuaram os mesmos a ser distribuídos entre os estudantes universitários, contrariando assim, o que havia sido superiormente determinado.

Entretanto chegou ao conhecimento desta Polícia que os mesmos vinham sendo redigidos e copiografados na sede da "Casa dos Estudantes do Império", onde vários estudantes se reuniam, de porta fechada, na sala da biblioteca daquele organismo estudantil, utilizando a máquina de escrever e o copiógrafo ali existentes.

Em consequência de tais informações e com vista a esclarecer verdadeiramente as referências que nos vinham chegando, foi montado, junto da "Casa dos Estudantes do Império", um serviço de vigilância por parte desta Polícia, e, mais tarde, passada busca às instalações da mesma, conforme se verifica do auto de busca e apreensão que se junta, por cópia, onde foram apreendidos vários documentos, os quais se encontram descritos no referido auto.

Dado o interesse em esclarecer-se convenientemente a proveniência dos documentos ali encontrados, foi ouvido, em auto de declarações, o presidente da "Casa dos Estudantes do Império". Aconteceu, porém, que ele o estudante CARLOS MANUEL NASCIMENTO ERVEDOSA, não esclareceu convenientemente tal proveniência, nem quais os comunicados que ali haviam sido feitos, conforme se verifica pelo seu auto de declarações, que também se junta, por cópia.

Foi, pois, pela razão atrás apontada que se entendeu tomar declarações aos restantes membros da Direcção da "Casa dos Estudantes do Império", por serem os responsáveis pelo que ali se passava, no sentido de se averiguar quem assinava os comunicados, quantos ali haviam sido feitos e quem os copiografava.

Sucedendo, contudo, que as suas declarações não nos forneceram elementos suficientes para se determinar quais os verdadeiros responsáveis pelos comunicados ali elaborados, conforme se pode ver pelas declarações de cada um deles, cujos autos se juntam, por cópia,

11-6-962.

-----AUTO DE BUSCA E APREENSÃO-----

Aos vinte e quatro dias do mês de Maio do ano de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Lisboa e Sêde da Casa dos Estudantes do Império, sita na Avenida Duque de Ávila, número vinte e três desta cidade, estando presente o Chefe de Brigada, senhor Alfredo José de Abreu Carvalho de Almeida, comigo agente servindo de escrivão, ambos da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, acompanhados do Presidente da Direcção da referida Casa dos Estudantes do Império, CARLOS MANUEL NASCIMENTO ERVEDOSA, aluno da Faculdade de Ciências de Lisboa e das testemunhas, Manuel do Carmo Nascimento e André da Conceição Duarte Moço, ambos agentes da mesma Polícia, foi feita uma busca a fim de apreender, os documentos valores ou objectos, que interessem à matéria dos autos.

E finda a busca, foi encontrado:- Um livro intitulado Africa-As Raizes da Revolta, de Jack Woddis, tradução de Waltensir Dutra, edições Zahar do Rio de Janeiro; duas folhas do Boletim Mensagem, do CEI, com o editorial "Dia do Estudante 62"; dezanove manifestos académicos diversos, sendo o último datado de dezanove do corrente; quinhentos exemplares da "Carta aos professores das Escolas Universitárias de Lisboa", datados de quinze do corrente e copiografados na CEI, dezasseis exemplares do Boletim da Secção plenária de dezoito de Março último do II encontro Nacional de Imprensa Estudantil, órgão do SIUN, compostos de três folhas cada, umas agrafadas e outras por agrafar; oitenta e seis exemplares do impresso "Mensagem aos professores, das associações dos Estudantes", datados de um corrente mês; um Boletim da "SIUN", referente à décima conferência internacional de Imprensa estudantil; uma circular do "SIUN," um relatório geral das actividades do "SIUN", de vinte e dois de Março de mil novecentos e sessenta e um a dezasseis de Março último; uma relação de revistas e jornais académicos nacionais e estrangeiros e quatro comunicados académicos manuscritos. Que, por ele, Chefe de Brigada, foi ordenado que fossem apreendidos e remetidos para a Sêde da Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

E para constar se lavrou o presente auto, que depois de lido em voz alta, na presença de todos, o acharam conforme, ratificaram e vão assinar comigo, escrivão, que o dactilografei e revi, dando minha fé de que tudo se passou, conforme narrado fica.-



Alfredo José de Abreu Carvalho de Almeida

Carlos Manuel Nascimento Ervedosa

Manuel do Carmo Nascimento

José Nunes da Silva

-----AUTO DE DECLARAÇÕES-----

Aos vinte e quatro dias do mês de Maio de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Lisboa e Direcção da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, onde se encontrava o Inspector senhor Mário Ferreira da Costa, comigo Ambrósio Maria Falcão, agente servindo de escrivão, compareceu o nacional CARLOS MANUEL NASCIMENTO ERVEDOSA, casado, estudante, natural da freguesia de Nossa Senhora do Carmo, concelho de Luanda, filho de Joaquim de Carvalho Ervedosa e de Fernanda Nascimento do Ó Ervedosa e residente na rua José Falcão, número sessenta e oito, terceiro andar frente desta cidade.

Á matéria dos autos declarou: - Que, fizeram alguns comunicados na Casa dos Estudantes do Império, onde o declarante é presidente da Direcção, a pedido das direcções das associações de Estudantes.

Que, acederam na medida de que não eram proibidos os comunicados e iam assinados pelos responsáveis. Que, antes da nota oficiosa que proibia os comunicados já ali não se faziam. Que, ontem à tarde a direcção da Casa dos Estudantes do Império fez um telegrama ao Senhor Ministro do Ultramar, informando que havia dois agentes à porta da sua Séde, revistando os embrulhos dos estudantes que dali saiam e garantiam a Sua Excelência que não sairia nenhum comunicado da Casa dos Estudantes. Que, fizeram outro telegrama ao Senhor Ministro do Interior, protestando contra a medida. Que, hoje uma comissão de que o declarante fazia parte, foi ao Ministério do Ultramar, falou com um dos secretários de Sua Excelência informando-o de que tinha havido uma busca e garantindo que ali já não se fazia qualquer comunicado. Que, na Casa dos Estudantes do Império há muitos sócios Metropolitanos e que pertencem a várias associações de Estudantes. Que, de momento não lhe é possível saber quais os comunicados que ali foram feitos, pois que raramente ficavam com os originais. Que, a carta aos professores e assistentes das Escolas Universitárias de Lisboa publicada em quinze do corrente, deve ter sido a última coisa ali feita e julga que foram só distribuídos exemplares aos professores e assistentes pois que estão apreendidos nesta Polícia, cerca de quinhentos. Que, não fazem qualquer distribuição de comunicados mas sim as associações de Estudantes. Que, a Casa dos Estudantes do Império, produz um boletim literário informativo há mais de dez anos. Que, o número que está para sair tem um editorial dedicado ao dia do Estudante por se tratar de problema actual dos Estudantes e já está feito há cerca de dois meses. Que, o impresso do SIUN e mais uma relação de direcções que esta Polícia apreendeu, trata-se de imprensa Universitária fazendo parte a Casa dos Estudantes do Império com o seu boletim já citado. Que, se por ventura a Polícia julgasse necessidade de se suprimir o editorial "O dia do Estudante" no referido boletim que a direcção o suprimiria para o boletim sair. Que, o comunicado dos Estudantes presas do qual esta Polícia apreendeu um exemplar com

emendas é bem possível que fosse passado na Casa dos Estudantes do Império mas, o declarante não sabe concretamente pois que não é a pessoa que trata com o copeógrafo. Que, era permitido aos interessados passarem ali os seus comunicados, desde que tratassem assuntos exclusivamente académicos. Que, o livro apreendido por esta Polícia intitulado África As Raizes da Revolta, das edições Zahar do Rio de Janeiro, nem sabe se está proibido de circular no País. Que, a direcção da Casa do Império, é composta pelo declarante, aluno de Ciências; vice presidente, Manuel Dias Monteiro, de Medicina; secretário Luis Serafim Sestelo Moreira, de Medicina; tesoureiro José Sonnemberg Fernandes, do Técnico e vogais José Maria de Carvalho Borges de Sousa, do Técnico, Alvaro Mateus, de Direito e Rui Quartim Costa, também de Direito. E mais não declarou. Lidas as suas declarações as achou conformes ratifica e vai assinar.



Carlos Manuel Nascimento Ervedosa

E para constar se lavrou o presente auto, que vai ser assinado pelo senhor Inspector e por mim agente servindo de escrivão, que o dactilografei.

Mário Ferreira da Costa
Ambrósio Maria Falcão

EM TEMPOS:-Que, o citado livro África-As Raizes da Revolta não é propriedade da Casa dos Estudantes do Império.

E mais não declarou. Lido o presente em tempo a achou conforme ratifica e vai assinar.

Carlos Manuel Nascimento Ervedosa

E para constar se lavrou o presente auto, que vai ser assinado pelo senhor Inspector e por mim agente servindo de escrivão, que o dactilografei.

Mário Ferreira da Costa
Ambrósio Maria Falcão

Campanha de solidariedade à

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

A Casa dos Estudantes do Império, Associação que na Metrópole agrupa e representa os Estudantes Ultramarinos, vive momentos bastante difíceis.

Os subsídios que lhe eram atribuídos pelos orçamentos das Províncias Ultramarinas, foram cancelados pelo Ministério do Ultramar em Janeiro de 1963, sob justificação de lhe não serem concedidos enquanto não fossem aprovados os Estatutos da Associação, entregues nos Ministérios da Educação Nacional e do Ultramar em 20 de Maio de 1962.

Conhecedores, pois, da posição que então lhes foi posta, têm os Dirigentes da Casa dos Estudantes do Império vindo a desenvolver deliberada actividade, no sentido de que a aprovação dos referidos Estatutos se fizesse o mais urgentemente possível, pois dela dependia e depende a sobrevivência da Associação.

Pois bem! Não obstante terem aqueles dirigentes afirmado nos citados Ministérios, sempre e inequivocamente, a gravidade da situação, o problema parece não ter merecido por parte destes últimos as necessárias atenções, e uma resolução justa e natural; mas antes pelo contrário o seu adiamento “sine die” — e adiar não é resolver — confirmado no silêncio e nas respostas ambíguas daqueles Ministérios que bem parecem estar interessados na morte da Casa dos Estudantes do Império por asfixia económica — que sendo lenta é extremamente angustiada, que por velada intenta não dar nas vistas.

Sem aquelas verbas, destinadas na sua quase totalidade ao pagamento das rendas da Sede e do Lar da Associação, esta dificilmente poderá sobreviver. E o certo é que a situação de centenas de Estudantes Ultramarinos depende da sobrevivência da CEI, que lhes dá o amparo moral, cultural, social e económico.

Tendo em conta estes factos, vimos solicitar-te, uma contribuição, ainda que pequena, para a Casa dos Estudantes do Império.

SOLIDARIEDADE PARA A CEI!

SOLIDARIEDADE PARA O ESTUDANTE ULTRAMARINO!

A CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

AS ASSOCIAÇÕES DOS ESTUDANTES DE LISBOA

2. Carta aos jovens coloniais de Lisboa*

Queridos amigos:

1 — Destina-se esta reunião à discussão dos problemas da orientação e dos problemas práticos que são postos pela criação efectiva de uma frente única da Juventude Portuguesa e da Juventude das colónias portuguesas, na luta por um futuro melhor.

Nela participam, de um lado o MUD Juvenil, representado pela sua C.C., do outro, jovens das colónias portuguesas, alguns deles aderentes activos do MUD Juvenil.

Por que sucede isto assim, por que há necessidade duma discussão em que sejam confrontadas as opiniões da C.C. do MUDJ com a de jovens coloniais progressistas, alguns dos quais aderentes activos do MUDJ?

Porque o problema da unidade dos jovens portugueses e dos jovens das colónias portuguesas põe alguns problemas de orientação e de organização acerca dos quais não parece haver unanimidade entre a direcção do MUDJ e alguns jovens progressistas das colónias portuguesas, entre os quais alguns aderentes activos do MUDJ.

Por que é possível e necessária esta discussão e por que todos acreditam que dela advirá um resultado positivo, que grandemente interesse à juventude portuguesa e aos jovens das colónias portuguesas?

Porque em nós, jovens portugueses e jovens das colónias, reside uma firme vontade de alcançar para os nossos povos uma vida feliz, liberta do medo, miséria e obscurantismo, onde a felicidade seja possível para todos independentemente da cor

da pele, das crenças de cada um, da sua função na sociedade, porque estamos animados da nossa grande generosidade juvenil, do nosso amor por todos os homens, mulheres, jovens e crianças; porque reconhecemos que essa generosidade e amor podem encontrar-se e dar-se as mãos por cima de todas as barreiras que nos queiram impor... Porque sabemos, em última análise, que os nossos interesses e aspirações se completam.

2 — O problema da mobilização da juventude das colónias portuguesas veio a ser posto na ordem do dia pela organização dos grandiosos Congressos Mundiais da Juventude e dos Estudantes e do grandioso Festival Mundial da Juventude pela Paz e Amizade.

A C.C. considera que os dois factos mais notáveis, do ponto de vista do MUDJ, destas realizações, são: Por um lado, a participação nelas dos jovens portugueses e coloniais que assim abriram a primeira brecha na verdadeira «cortina de ferro» com que há mais de 20 anos se procura isolar a juventude portuguesa do convívio com os seus irmãos e irmãs dos outros países do mundo; por outro lado, o facto de nessa representação terem estado presentes os jovens de Moçambique, Angola, Goa, Guiné, S. Tomé e Cabo Verde, quer dizer, aos jovens de Moçambique, Angola, Goa, Guiné, S. Tomé e Cabo Verde, quer dizer, aos jovens destas colónias portuguesas, pela acção do MUDJ, foi possível participarem em realizações de tão grande alcance para a consolidação, desenvolvimento e vitória final das juventudes e povos oprimidos, pela sua libertação.

* Documento da Comissão Central do MUDJ. Publicado na revista Vértice, n.º 72 Maio-Junho 1996, p. 15-22.

O estudo dos documentos dos Congressos, o exame das actividades do Festival mostram-nos bem a importância que neles teve o problema da luta antifascista e as perspectivas que se nos abrem, a nós todos, jovens do país colonizador e jovens dos países colonizados, para o reforço da luta pelos nossos direitos e aspirações mais queridas.

Da participação nos Congressos de Bucareste e Varsóvia e no Festival de Bucareste resulta para nós todos uma grande responsabilidade especial. Ao MUDJ, como organizador dessa participação, cabe a grande responsabilidade:

no plano da luta juvenil nacional, de consolidar e alargar a brecha aberta na barreira oposta à juventude portuguesa caminhando para diante no convívio internacional dos rapazes e raparigas portugueses;

no plano da luta dos jovens coloniais, encarar com mais atenção e vigor o auxílio a dar aos jovens coloniais progressistas, realizar a aliança fraternal dos jovens portugueses e dos jovens das colónias portuguesas para a sua luta comum.

Aos jovens coloniais, sobretudo àqueles mais esclarecidos e activos, compete a responsabilidade de não se pouparem a esforços para a realização desta união, na metrópole, e para a mobilização de jovens dos seus países para a luta local pela resolução dos seus problemas.

À medida em que soubermos corresponder a estas responsabilidades será a medida do nosso amor pela juventude dos nossos países e da nossa fraterna amizade juvenil.

No sentido de facilitar a discussão dos problemas que temos pendentes, elaboraram determinados jovens coloniais algumas teses de que fizeram entrega à C.C. Pensamos que podemos cingir a nossa presente discussão à análise dessas teses, já que permitirá uma aproximação muito valiosa dos pontos de vista mais justos. Não podemos pretender nesta reunião, parece-nos, um esclarecimento total de todos os problemas, nem um entendimento unânime e completo acerca de todos os pontos. Também nesta carta não pretendemos abordar todas as questões que realmente interessam. Mas pensamos que daremos hoje um importante passo em frente; que esse passo será mais positivo se a discussão for levada, na medida do possível, aos muitos jovens coloniais que aqui não podem estar; se desta discussão resultarem conclusões práticas e actuação justa imediata, dentro das ideias que hoje aqui aprovamos.

3 — As teses I, II, III, IV e VIII apresentam-se intimamente ligadas, por isso as ligamos desde já. Aí dizem os amigos:

«I — Consideramos que as colónias portuguesas são países africanos ou asiáticos dominados por Portugal.»

«II — Consideramos que as populações desses países são constituídas por colonos portugueses, agentes do colonialismo, e pela população colonizada: os povos africanos ou asiáticos.»

«III — Consideramos que esses povos colonizados têm o direito de dispor dos seus próprios destinos e, portanto, têm o direito à independência nacional.»

«IV — Consideramos que, para o melhoramento das condições de vida dos povos colonizados por Portugal, bem como para o progresso material e cultural dos mesmos e para a manutenção da Paz no mundo é imprescindível a sua independência nacional.»

«VIII — Consideramos que qualquer organização de jovens africanos ou asiáticos necessita do apoio das organizações democráticas portuguesas e que estes jovens devem dar todo o seu apoio às lutas dos democratas portugueses. Consideramos ainda que, na luta contra o colonialismo, é necessária a colaboração entre os colonizados e os elementos progressistas da classe colonizadora.»

É opinião da C.C. do MUDJ que aos povos africanos e asiáticos que vivem nas colónias portuguesas cabe o direito de escolher os seus destinos, independentemente de as actuais colónias (portuguesas ou não) corresponderem aos elementos populacionais mais lógicos e mais de acordo com as características políticas, económicas, culturais, técnicas, etc., das populações do continente africano ou asiático.

Reconhecemos, portanto, aos povos das colónias portuguesas o direito à sua independência nacional, dentro da solução mais justa do problema das nacionalidades que eles venham a encontrar.

Reconhecemos que os povos das colónias portuguesas se encontram dominados pelo colonialismo português, o qual não permite a realização da Independência Nacional desses povos.

Esta posição tem sido sempre a do MUDJ, publicamente manifestada a propósito da chamada Índia Portuguesa.

Esta posição não nos permite, no entanto, considerar justos os termos em que é exposta a tese II. Assim, parece-nos que não corresponde à realidade e não permite, conseqüentemente, uma orientação justa, o considerarmos que as populações dos países colonizados por Portugal se dividem entre colonos portugueses (agentes do colonialismo) e população colonial (povos africanos ou asiáticos).

Tal posição parece-nos artificial, na medida em que pressupõe que a contradição fundamental na fase actual das colónias portuguesas se dá, por um lado, entre os colonos portugueses no seu conjunto e, por outro lado, entre as populações indígenas. Tal divisão não leva em linha de conta que o conjunto «colonos portugueses» não é de modo nenhum um conjunto homogéneo com interesses idênticos que se opõem livremente aos das populações indígenas.

Tal divisão não leva em linha de conta que entre os «colonos portugueses» se encontram, duma banda, os agentes do colonialismo português e estrangeiro (crescentemente americano), colocados nos postos de comando e exercendo uma ditadura política e económica férrea através das grandes companhias monopolistas, da organização corporativa e dos órgãos de governo coloniais; e, de outra banda, a grande massa de trabalhadores portugueses estabelecida nas colónias, em grande parte fugida às dificuldades de emprego e remuneração na metrópole, a pequena e média burguesia das colónias, asfixiada, perseguida e prejudicada através da orgânica corporativa, dos órgãos de governo e dos monopólios coloniais. Tal divisão conduz a uma visão injusta do modo como a luta dos povos coloniais se deve orientar, pois que subestima o valor da aliança entre todas as camadas da população das colónias portuguesas cuja situação económica e política, na fase actual, lhes permite um carácter progressista.

Tal divisão artificial na fase actual das colónias portuguesas não poderá deixar de se manifestar, assim o cremos, na forma como pelos jovens coloniais foi encarada a aliança entre os povos coloniais e as camadas progressistas do povo português numa luta comum e, em particular, no que respeita à aliança entre a juventude colonial e os jovens portugueses para a realização das suas justas aspirações, que, aliás, é reputada necessária nos termos da base VIII.

4 — Parece-nos que os termos em que é exposta a tese IV, embora justos em si mesmos, revelam uma limitação quanto à compreensão da luta dos povos asiáticos e africanos das colónias portuguesas.

Nós, direcção do MUDJ, consideramos que só a instauração dum regime democrático em Portugal permitirá o «melhoramento das condições de vida» da juventude portuguesa, bem como o nosso «progresso material e cultural».

Consideramos que a instauração dum regime democrático em Portugal tem de se caminhar pa-

raelamente com a Independência Nacional do nosso país que, também, ao mesmo tempo que *colonizador*, é *dependente* tradicionalmente do imperialismo inglês e, na fase actual, cada vez mais do imperialismo americano.

Mas acreditamos que a luta da juventude portuguesa, segundo o programa oferecido pelo MUDJ, no plano das reivindicações económicas, culturais, desportivas, recreativas e políticas como educa e forma para a conquista duma situação na qual esses problemas possam ser efectivamente resolvidos.

Ou seja: a luta dos jovens portugueses pelas suas reivindicações imediatas é uma luta inseparável e a forma mais importante de participação da juventude na conquista dum regime democrático e de Independência Nacional no nosso país.

Nós, direcção do MUDJ, consideramos que só um regime democrático em Portugal, que realize a nossa Independência Nacional, poderá seguir uma política consequente de Paz e entendimento com todos os países e traduzir desta maneira os anseios pacíficos e de cooperação internacional do nosso povo.

Mas acreditamos que a luta juvenil pela Paz e pelo entendimento, contra a corrida aos armamentos e a militarização do país, pelas relações económicas e políticas com todas as nações, combate profundamente o agravamento das nossas condições de vida, a participação de Portugal em manobras belicistas, a sujeição nacional no campo dos fomentadores de guerra, e é uma contribuição poderosa para a Paz no mundo.

Do mesmo modo:

1.º — A luta da juventude das colónias portuguesas, entendida apenas e, na fase actual, nos termos duma luta pela Independência Nacional, não encara a importância da luta dos jovens coloniais aliados a todas as camadas progressistas coloniais, pelas suas reivindicações imediatas, contra o trabalho escravo, o roubo das terras pelas grandes companhias, os maus tratos e a política de discriminação racial, a política colonial imperialista e obscurantista, a prostituição, o asfixiamento das actividades comerciais, industriais e agrícolas da pequena e média burguesia colonial, etc...

2.º — A luta das juventudes coloniais pelas suas reivindicações imediatas, a sua participação na luta dos seus povos, aliada às formas próprias de luta pela Paz, é uma poderosa contribuição contra o aproveitamento para a guerra dos imensos recursos naturais africanos e contra a utilização de

mão-de-obra e dos soldados africanos para a subjugação de outros povos colonizados ou mesmo europeus.

3.º — A instauração dum regime democrático em Portugal é da mais alta importância para os povos colonizados por Portugal, já que se não podemos encarar a solução do problema colonial português apenas nessa base, a luta dos povos coloniais pela sua independência é simultânea da luta do povo português pela libertação do jugo inglês e americano e só um regime democrático em Portugal permitirá ao povo português ajudar fraternalmente os povos coloniais no seu desenvolvimento.

4.º — A realização da Independência Nacional dos povos colonizados por Portugal, bem como a própria Independência Nacional do nosso país, está intimamente ligada com o robustecimento crescente da luta dos povos do Vietname, da Coreia, da Malásia, da Argélia, da Guiana, da Tunísia, de Marrocos, do Quénia, etc., pela sua independência; com o apoio crescente das forças progressistas de todo o mundo à luta desses povos; com a solução dos problemas das nacionalidades sobre tão vastas regiões da terra como a URSS, a China, grande parte da Europa.

Da análise que fizemos destas 5 teses apresentadas à discussão podemos pois concluir os seguintes princípios gerais, que norteiam o MUDJ quanto ao problema da juventude das colónias portuguesas:

1.º — O MUDJ reconhece o direito à Independência Nacional dos povos das colónias portuguesas;

2.º — O MUDJ considera que a Independência Nacional dos povos das colónias portuguesas será assegurada pela aliança das populações indígenas das colónias portuguesas com as camadas progressistas do colonato português e com as camadas progressistas do povo português na metrópole, através da luta em comum pelas reivindicações imediatas dos nossos povos, pelas suas liberdades políticas fundamentais, pela Paz;

3.º — O MUDJ considera que essa luta está vigorosamente facilitada pela força crescente da luta mundial pela independência Nacional dos povos oprimidos;

4.º — O MUDJ considera que a juventude das colónias portuguesas se deve mobilizar imediatamente para a luta pelas suas reivindicações imediatas, no plano económico, cultural, desportivo,

recreativo e político, para a luta pela Paz, numa larga base de unidade que englobe os jovens indígenas das camadas mais atrasadas das fábricas, dos campos e dos cais, os jovens «assimilados» dos escritórios, das escolas e dos empregos públicos, os jovens colonos sem distinção de cor, sexo, ideias políticas e religiosas;

5.º — O MUDJ considera que cabe à juventude portuguesa e em especial aos rapazes e raparigas generosos organizados no MUDJ a honrosa tarefa de auxiliar por todas as formas a luta dos seus irmãos das colónias portuguesas vulgarizando a sua situação, condenando os preconceitos racistas e a mentalidade colonialista, ajudando-os organicamente e com a sua experiência de luta, facilitando e auxiliando o contacto dos jovens das colónias portuguesas com os seus irmãos em luta em todos os campos do Mundo.

5 — Discutiremos seguidamente as ideias contidas nas teses V, VI, VII, IX, X e XI.

«V — No que respeita aos jovens africanos ou asiáticos residentes em Portugal, quer estudantes quer funcionários ou trabalhadores, achamos que eles devem organizar-se de modo a terem em atenção *principalmente* os problemas concernentes aos seus próprios países; portanto, a organização da base nacional seria aquela que se procurará realizar logo que possível.»

«VI — Pelo número e consciência desses jovens africanos ou asiáticos que se encontram em Portugal, achamos que, neste momento, é desde já possível organizá-los dentro de centros de interesses existentes ou a formar, onde se procuraria englobar o maior número possível, nomeadamente: Casa dos Estudantes do Império, Clube Marítimo Africano, Grupo Desportivo do Ultramar, Centro de Estudos Africanos.»

«VII — Nesses organismos haveria Comissões Executivas de jovens progressistas a eles pertencentes, cuja acção seria centralizada por uma Comissão Coordenadora da qual sairiam delegados a integrar em Comissão ou Comissões do MUDJ, por exemplo, a IU.»

«IX — Consideramos que a integração pura e simples dos jovens africanos ou asiáticos em Comissões do MUDJ dos respectivos locais de trabalho, desde que não haja uma ligação entre si, seria improficua e sem grande interesse prático para o fomento do movimento dentro dos respectivos países também porque achamos que a luta democrática deve processar-se através dos interesses nacionais.»

«X — Consideramos que a integração de um delegado colonial na IU, sem que ele represente uma organização de base, é inaceitável.»

«XI — Sugerimos a publicação dum ‘boletim colonial’ para divulgação dos problemas coloniais entre os portugueses e para distribuição larga quanto possível nas colónias, como contribuição para a consciencialização dos jovens africanos ou asiáticos das colónias, combate ao racismo, etc...»

A discussão destas teses envolve problemas de concretização da orientação definida na parte anterior desta carta. Parece-nos que é útil salientar antes de mais um princípio, que nem por ser orgânico na aplicação deixa de ter uma importância primordial.

Tal princípio é o seguinte e deduz-se de tudo quanto até aqui dissemos: não há incompatibilidade de qualquer espécie entre a compreensão justa dos seus problemas nacionais por parte dos jovens coloniais e a sua participação activa nas actividades do MUDJ e nos consequentes esquemas orgânicos próprios do MUDJ. Parece-nos importante acentuar tal princípio, uma vez que parece existir da parte de alguns jovens coloniais o receio de que tal facto possa acarretar o «esquecimento» de que os jovens coloniais não são jovens portugueses e que a sua participação lado a lado com os jovens portugueses num mesmo movimento seja uma negação do reconhecimento do direito dos seus povos a dirigirem-se por si mesmos.

Creemos que a negação deste princípio é a negação da amizade fraternal dos jovens portugueses e dos jovens das colónias que queremos cimentar para lá das barreiras que nos impuseram.

Chamamos a atenção para o seguinte:

1.º — Temos que saber aplicar a justa orientação à situação concreta existente. Temos de compreender que a situação actual — que nos pontos seguintes procuraremos concretizar — se desenvolverá. Temos ele pensar bastante nas condições actuais e não nos deixarmos suggestionar pelos nossos desejos nem por exemplos de outros países em que a situação se desenvolveu já mais do que a que se nos apresenta.

2.º — Existem na metrópole cerca de 900 estudantes coloniais que constituem o núcleo mais importante dos jovens coloniais da metrópole.

Tais jovens, na medida em que são estudantes, têm os mesmos problemas que os seus colegas portugueses. Devemos encarar a mobilização desses estudantes para as suas lutas comuns e através da participação activa e organizada nas actividades

do MUDJ. Parece-nos portanto que devemos orientar os jovens estudantes coloniais progressistas a enfileirarem nas comissões e nas actividades do MUDJ sem distinção de raça. Esta é, aliás, a orientação que têm seguido muitos estudantes coloniais, alguns dos quais dos aderentes mais activos do sector académico do MUDJ. Por outro lado, devemos constatar que são os estudantes que nos oferecem também, neste momento, as possibilidades de contacto e de mobilização de outros jovens coloniais não estudantes. Parece-nos, portanto, que devemos ter isto em consideração nos primeiros passos a dar.

3.º — Alguns estudantes das colónias alheiam-se dos problemas e das lutas dos jovens portugueses seus companheiros e do seu Movimento, o MUDJ, por considerarem que devem dar toda a sua atenção ao estudo teórico dos problemas dos seus países, pensando que é desse modo que hoje melhor contribuem para amanhã agitarem em defesa das juventudes a que pertencem. Sem diminuir a importância de tal estudo, devemos salientar que, na medida em que esse estudo as desliga da mobilização concreta dos jovens coloniais e da participação na luta dos jovens portugueses, ela cai no intelectualismo estéril. Pensamos que é necessário assegurar que a direcção da actividade dos jovens coloniais fique na mão daqueles que *estudam e agem e não nas «daquelles que se preparam»*.

4.º — Duma forma geral, não nos parece compatível com as condições actualmente existentes a organização de movimentos próprios ou de um único movimento dos estudantes e restantes jovens coloniais que se encontram na metrópole. Parece-nos que para tal não existem as condições necessárias no capítulo de quadros com a experiência necessária nem no da compreensão justa da orientação que mais interessa à mobilização das juventudes coloniais.

5.º — A participação dos jovens coloniais que estão na metrópole nas actividades organizadas do MUDJ é a forma mais eficaz, nas actuais condições, de garantir:

a) a participação dos jovens coloniais (estudantes e outros) nas actividades progressistas e nos movimentos reivindicativos que tanto interessam a eles como aos jovens portugueses, e nos quais se podem unir fraternalmente pela Paz e pela instauração dum regime democrático em Portugal, pela Independência Nacional em Portugal, pelos direitos e aspirações juvenis;

b) a educação e formação destes jovens dentro de um tipo de actividade organizada e aberta, a formação desses jovens como quadros futuros das lutas e movimentos dos seus próprios povos;

c) a criação efectiva dos laços de amizade e cooperação entre muitos jovens portugueses e muitos jovens coloniais em contacto nas comissões do MUDJ.

6.º — A aceitação deste ponto de vista implica a aceitação, por parte dos jovens coloniais progressistas, da direcção do MUDJ para as suas actividades, na medida em que, tendo o MUDJ uma orientação justa em relação ao problema colonial, e uma experiência de luta já considerável, é a identidade que está em melhores condições de concretizar o auxílio da juventude portuguesa à luta dos jovens das colónias portuguesas, seus irmãos.

6 — Não podemos, no entanto, reduzir a análise do problema a este aspecto. Concordamos com os termos da tese V em que se diz que os jovens coloniais devem organizar-se de modo a terem em atenção *principalmente* os problemas concernentes aos seus próprios países, e com o espírito da tese IX em que se salienta a necessidade de uma *ligação específica* entre os jovens coloniais na metrópole para o «fomento dos movimentos nos respectivos países». Este problema põe, como questão prévia, o MUDJ definir a sua posição quanto à organização de movimentos próprios da juventude colonial. Ao MUDJ não compete decidir se os jovens das colónias portuguesas se devem organizar ou não em movimentos próprios, independentes do MUDJ, é à própria juventude das colónias portuguesas que tal decisão compete. É porém orientação do MUDJ que deve auxiliar os jovens das colónias portuguesas a criar as condições necessárias para que se possa organizar em movimentos autónomos, e que para a criação dessas condições é fundamental a participação dos jovens coloniais nas comissões e actividades do MUDJ por um lado, por outro o contacto mais íntimo possível, entre os que estão na metrópole e os dos seus países de origem, a fim daqueles poderem concretizar a sua ajuda ao desenvolvimento da luta da juventude colonial. Entendemos porém que a principal ajuda à juventude colonial neste momento deve ser dado, no sentido da mobilização para as lutas pela Paz e reivindicações no plano económico, cultural, desportivo, recreativo e político, assumindo as formas próprias que mais

convierem, e que será através dessa mobilização que se criarão as condições necessárias para a constituição de movimentos autónomos: capacidade de acção das massas juvenis coloniais, uma orientação justa para as suas lutas, quadros experientes saídos das classes mais desprotegidas da juventude colonial.

Essa ajuda deve concretizar-se:

a) pela preparação dos jovens coloniais na metrópole como futuros quadros de movimentos coloniais, adquirindo um nível cada vez maior de conhecimento dos seus países;

b) pela sua formação na luta do MUDJ;

c) pelo seu auxílio à divulgação da situação da juventude colonial;

d) pelo auxílio directo à luta dos seus irmãos do Ultramar.

Do exposto até aqui podemos, portanto, concluir:

1.º — É justa a participação dos jovens coloniais na metrópole nas comissões e nas actividades do MUDJ, segundo os seus locais de trabalho, estudo ou recreio, sob a direcção do MUDJ;

2.º — É justa a existência de uma ligação específica entre os jovens coloniais na metrópole que permita a concretização do auxílio directo à luta das juventudes coloniais.

7 — O MUDJ tem as seguintes propostas concretas a fazer, em resultado da análise dos pontos focados nas teses V, VI, VII, IX e X e acolhendo as sugestões constantes na tese XI:

1.º — A participação dos jovens coloniais nas comissões do MUDJ, de acordo com os seus locais de trabalho, estudo ou recreio, em pé de igualdade com os jovens portugueses desses locais;

2.º — A formação de comissões de jovens coloniais progressistas nos centros de interesse e de convívio dos jovens coloniais — estudantis, marítimos, de tipo cultural, etc. — ligados no organismo ou organismos do MUDJ mais indicados;

3.º — A constituição duma comissão representativa das várias comissões de jovens coloniais existentes e de outros jovens coloniais não agrupados em comissões de jovens coloniais, a qual teria por objectivos práticos:

a) centralizar a experiência das actividades dos jovens coloniais dispersos pelas várias actividades;

b) coordenar os contactos com as juventudes das colónias portuguesas;

c) publicar o boletim de estudo e divulgação dos problemas e das lutas dos jovens coloniais da metrópole e das juventudes das colónias;

d) encabeçar e organizar as iniciativas concretas de maior projecção no campo de actividade dos jovens coloniais na metrópole e da confraternização com os jovens portugueses.

Queridos amigos:

Ao terminar desta carta, a C.C. do MUDJ envia-vos, em nome dos jovens progressistas portugueses as mais calorosas saudações juvenis, extensivas a todos os jovens coloniais na metrópole e às juventudes das colónias portuguesas.

A caminho para a unidade efectiva e fraternal dos jovens portugueses e da juventude das colónias portuguesas, para a CONSOLIDAÇÃO DA PAZ E A INDEPENDÊNCIA NACIONAL PARA TODOS OS PAÍSES; PARA A SATISFAÇÃO DOS NOSSOS DIREITOS E ASPIRAÇÕES.

VIVA A JUVENTUDE PORTUGUESA
VIVAM AS JUVENTUDES DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS

Lisboa, Outubro de 1953

A Comissão Central do MUDJ

3. Acerca da elaboração do Programa de Actividade Social da CEI para a Gerência de 1959/1960*

GENTIL VIANA**

Cooperação

(...) A um outro princípio deve obedecer-se ainda na elaboração do programa de actividades — trata-se da cooperação de todos os associados.

Não há qualquer dúvida que os sócios da Casa permanecem sempre afastados dos problemas da Associação. Não aparecem nas Assembleias Gerais, não se candidatam, não fiscalizam a actuação dos órgãos dirigentes, enfim, só são sócios para beneficiar do Lar, da Cantina e de uma ou outra “dança” que a secção de Camaradagem resolva promover... Isto não pode continuar! E o processo que, a nosso ver, pode utilizar-se para combater a apatia, consiste na elaboração de um programa que obedeça a todos os princípios que já enunciámos e a mais este — cooperação — explicável em duas linhas apenas: porque os sócios só trabalham naquilo que sentem verdadeiramente como seu, é fundamental que, depois de enunciadas as necessidades da massa associativa e da Associação e feito o balanço das forças de uma e outra utilizáveis na satisfação daquelas necessidades, os candidatos discutam lealmente com os sócios as promessas dos seus programas. Cada associado intervirá na elaboração do programa em termos de senti-lo como seu trabalho próprio, pois só assim encontrará o entusiasmo necessário para, com sacrifício dos seus interesses individuais, contribuir validamente no sentido da realização dos interesses de todos, dos interesses da Colectividade.

Estabilidade económica

Primeiro que tudo a estabilidade económica, uma vez que, sem ela, o estudante não pode resolver alguns dos problemas fundamentais da sua vida, cujos são: Alojamento, Alimentação e Despesas com estudos. Hoje ninguém duvida que sem aqueles problemas solucionados, não há jovem ou velho que possa estudar com aproveitamento, a ponto de tornar-se verdadeiro conhecedor do seu ofício e, por consequência, elemento útil à sociedade de onde veio e para onde deve regressar. As terras ultramarinas precisam de técnicos, por isso mesmo, nós que do Ultramar para aqui viemos em busca da especialização, temos o dever inadiável de estudar e aprender cada vez mais. Que a nossa passagem pelas terras metropolitanas não se traduza em vergonhosa rapina aos cofres ultramarinos, nem seja a grande desilusão para as esperanças daqueles que no Ultramar se batem dia a dia pela Vida e pelo progresso continuado.

Agora, como não basta apontar interesses e ficarmos por aí, é necessário também dizer alguma coisa sobre as possibilidades da Associação no que respeita à satisfação dos interesses apontados. Vamos, em traços gerais, fornecer uma directriz ou, para dizer melhor, fazer uma sugestão.

À primeira vista, como a estabilidade económica é satisfeita, em regra pela família do ultramarino, ou através de um sistema de bolsas e subsídios instituídos pelas entidades oficiais competentes, pode parecer que a CEI nada tem

* Excerto do original cedido pelo Autor. Ver nota na página seguinte.

** Advogado angolano, dirigente da CEI de Lisboa.

a ver com a satisfação de tal interesse. Isto mesmo já ouvimos dizer a muita gente boa nesta Casa! Felizmente a solução não está de harmonia com a letra e o espírito do nosso Estatuto, como claramente pode ver-se pela simples leitura do art. 2.º e seus parágrafos. É desnecessário insistir.

Tomando como base de partida a organização da CEI (órgãos directivos, Sede, Serviços, Secções e ainda Delegações), parece-nos que podem contribuir para a estabilidade económica do estudante ultramarino, em primeira linha, a secção de Auxílio e de Camaradagem e, em segundo plano e de cooperação com a primeira, os serviços Lar e Cantina. (...)

Fraternidade*

Como terceiro interesse, e de especial relevância, figura aquele a que poderemos chamar interesse da fraternidade. Nós estudantes precisamos de não tentar esconder a própria realidade. Temos o dever de encará-la de frente, de olharmos bem para ela, surpreender-lhe os defeitos e lançarmo-nos com vontade no trabalho são de a corrigirmos. E para nós ultramarinos, oriundos duma sociedade onde se chocam grupos humanos e sociais diversos, é um facto, é a nossa realidade, a existência de preconceitos de raça e de classe que atiram homem contra homem e os impedem de caminhar no caminho do Bem e da Verdade. A Casa não pode nem deve manter-se impassível. Há que eliminar esse erro. São os Estatutos (art. 2.º e parágrafos) e é a noção de justiça que do Ultramar trouxemos e aqui aperfeiçoámos que tanto no-lo exigem.

Será bom por razões de clareza distinguirmos aqui três pontos:

1. Fraternidade entre os estudantes ultramarinos das diversas raças;
2. Fraternidade entre o estudante ultramarino e o ultramarino não estudante;
3. Fraternidade entre o estudante ultramarino e o estudante metropolitano.

Vejamos o primeiro ponto. Claro que seria forte tolice o pensar-se em resolver o problema tão grave recorrendo à doutrinação moral ou brandindo as regras jurídicas que no estatuto impõem a Fraternidade. Isso seria descabido. Daria mesmo

um aspecto de “aula de moral” dos cursos dos Liceus, e pouco ou nenhum efeito produziria sobre a massa associativa. A solução, a nosso ver, está em provocar o contacto directo e íntimo entre os grupos que “de facto” se afastam. Promovam-se bailes, promovam-se excursões, promovam-se festivais desportivos, promovam-se colóquios sobre o Ultramar, definam-se os interesses comuns do estudante ultramarino, procure-se a intervenção de todos os sócios na elaboração dos programas de actividade social que, com todas essas realizações, em que intervirão todos todos, ao cabo de muito trabalho, ao fim de muito sacrifício, teremos a Fraternidade desejada. Só um insensato poderá duvidar da eficiência deste processo.

Segundo ponto. A mais do que se disse em relação ao primeiro, o que, “mutatis mutandis” vale o mesmo para aqui, há a acrescentar que nós, os estudantes, não devemos nem mais um dia, viver separados daqueles que nunca estudaram ou já deixaram de estudar. Os primeiros devem ser trazidos aqui para que conosco vivam e conosco aprendam aquilo que nós já aprendemos. Os segundos também aqui deverão estar pois é com a sua presença, com o seu exemplo, que o jovem estudante se forma e a Casa se eleva. É escolher caminho errado não tentar coisa alguma para nos libertarmos daquilo que é defeituoso nos costumes e nas concepções metropolitanas. Só o que é útil para o desenvolvimento total das populações que deixámos no Ultramar deve ser por nós aprendido e transportado para lá. O Ultramar é terra nova que bem escusa de passar pelas etapas de sofrimento por que passou a velha Europa.

Sobre o processo de eliminar o erro, vale em cheio o que ficou dito no ponto acima. Só acrescentaremos que, dada a existência de associações de ultramarinos não estudantes, toda a nossa actividade social deve ser ordenada de modo a estreitar cada vez mais os laços que naturalmente existem entre a CEI e essas outras agremiações. Com algumas delas, exemplificando o Clube Marítimo, podemos mesmo entrar amiúde em competições desportivas. E com as outras também se arranjará sistema de contacto frequente. Basta que se queira verdadeiramente.

Também cumpre não esquecer as recepções festivas aos representantes do Ultramar que de vez em vez, e hoje isso é frequentíssimo, vêm a Portugal. Isto deve ser feito em relação a todo o ultramarino ilustre, quer seja homem de desporto, quer seja homem de letras ou arte.

* Este fragmento “Fraternidade” foi publicado in Mensagem, 1964, n.º 1 sem indicação de autor e contendo algumas alterações.

Passemos ao terceiro ponto. Não é raro ouvir dizer aos universitários metropolitanos que a CEI provoca um enquistamento pernicioso do estudante ultramarino; que o afasta do seu colega metropolitano, com manifesto prejuízo da própria Universidade e do espírito de Fraternidade que liga ou deve ligar os estudantes das “sete partidas do mundo”... O facto é notório e não podemos negar-lhes razão. Alguns há que chegam mesmo a servir-se disso para concluírem na necessidade de extinção da Casa dos Estudantes do Império!!!

Claro que a solução não está certa. Ela resulta do espírito de comodidade com que as pessoas vêem sempre os problemas alheios... A Casa existe porque só ela pode prosseguir, na metrópole, os fins muito legítimos que estão definidos no seu Estatuto. É uma Associação que tem na base uma mentalidade específica... a mentalidade dos seus associados. Trabalhar por a dissolver é violentar uma personalidade, destruir uma maneira de ser e não há razão alguma, nem pública nem privada, que isso justifique. O que devemos nós, associados, é tentar uma ligação entre o estudante ultramarino (considerado sempre como parte integrante de um todo vivo e organizado — a CEI) e o seu colega metropolitano (também considerado como entidade integrada num grupo).

Ainda aqui se revela desejável o processo indicado no primeiro ponto. Basta que se mude o que deve ser mudado.*

Conhecimento das realidades ultramarinas

Outro interesse de não menor importância do que os já apontados, é o que exige dos jovens estudantes ultramarinos um conhecimento cada dia mais fundo das realidades ultramarinas.

Do facto do estudante ser primeiro que tudo um Homem, integrado numa sociedade, resulta-lhe o dever actual e imperioso de aprestar-se hoje a fim de amanhã contribuir para o desenvolvimento moral, cultural e material da sociedade de onde é originário. Assim, cabe-lhe estudar com detalhe as realizações, os valores e as potencialidades do grupo e da terra de onde veio. Para aqueles que o não quiserem fazer, fica já aqui dito que depois,

no regresso, serão homens falhados; reagirão sempre descompassadamente, e serão por isso repudiados do convívio geral. E é tão fácil, através da CEI satisfazer este interesse... Basta que a secção de Estudos Ultramarinos execute o programa que tem elaborado há já uns dois ou três anos para cá; basta que publique os resultados desse trabalho; basta que recorra mesmo a entidades estranhas à CEI, desde que conhecedoras da matéria e respeitadoras do art. 3.º do nosso Estatuto, a fim de que façam para nós as palestras que nós e os nossos velhos formados (refiro-me aos sócios já formados) não conseguirmos fazer; basta ainda que adquira as publicações feitas pelas entidades oficiais que na metrópole se ocupam de problemas ultramarinos, etc.

E não seria menos valiosa a contribuição da secção Cultural.

A nosso ver devia ocupar-se com o estudo daquilo que é ultramarino na civilização europeia e americana. Devia criar e proteger os grupos folclóricos. Já alguém pensou que nós, com dois ou três grupos folclóricos e mais umas poesias e anedotas características da “terra”, podemos fazer um espectáculo sensacional. Calcule-se o interesse formativo e de propaganda de tal realização...

Também nos parecem de promover-se, umas tantas audições de música gravada e devidos comentários, e ainda exposições de Arte Ultramarina (dizemos “ultramarina” e não negra para abrangermos tanto o que é tradicional como o que o não é).

Uma vez que, em alguns casos há-de escassear-nos o tempo e faltar-nos os conferentes, o Boletim será o complemento das duas secções já referidas. O que se não disser de viva voz será dito em forma escrita...

Por seu turno a Biblioteca faria a exposição do livro ultramarino.

(...)

Setembro de 1959

Ao tratarmos do interesse da Fraternidade parece que devíamos ter dito que é necessário contactar com os estudantes ultramarinos no Ultramar. E não só com os estudantes. Também com as próprias populações. Portanto os nossos relatórios e planos de realizações devem ser enviados para os jornais e associações Ultramarinos. Não se deve esquecer também a propaganda nas Faculdades e outros estabelecimentos de ensino na metrópole.



4. Programa de Actividades para 1963-64*

I Introdução Causas gerais

[...] A CEI não nasce como manifestação dum saudosismo doentio. Embrionou-se, sim, pela força duma consciência das necessidades que então sentiram aqueles que inevitavelmente solicitados pelos seus problemas concretos, vieram ao campo vivo da acção lutar *por aquilo que é comum aos jovens ultramarinos, que, naturalmente, envolvia e envolve problemas específicos*, entrando-se pois num construtivo regionalismo de necessidades e deveres. A CEI passou então a constituir a Associação que na metrópole agrega e defende os interesses básicos do Estudante Ultramarino. Responsabilidade ímpar, missão difícil sobretudo pela complexidade de problemas que naturalmente surgem num organismo que reúne grupos humanos tão diferentes, mas missão sempre cumprida porque sempre houve a consciência da nossa capacidade realizadora e também das suas limitações.

De então para cá o espírito e sentido dos seus fundadores tem-se mantido; prolongou-se à inspiração que os animou na sua edificação, estimulou-se uma tradição que surgiu como elemento de renovação constante e de adaptação às novas circunstâncias; a Associação acompanhou a par e passo as necessidades do Estudante Ultramarino — que em função das realidades se foram multiplicando — na maleabilidade das suas estruturas e na firmeza e dignidade das suas realizações. E em face disso o próprio Ultramar veio concretamente a crer na formação da juventude pela própria

juventude que, naturalmente, quer ver na posse, não apenas duma sólida preparação profissional mas também, duma sã formação de homens conscientes das responsabilidades e legítimos depositários duma cultura nomeadamente ultramarina.

Os tempos foram correndo. Não só porque se fosse assistindo a um desdobrar constante das necessidades sociais — que o estudante como futuro responsável havia de ter que enfrentar — mas também porque a Universidade delas ia deliberadamente divergindo, afastando-as das suas preocupações, o espaço funcional das AAEE e como tal da CEI foi-se supletoriamente alargando, vindo assim a colmatar, ainda que não totalmente, a falha que a Instituição Universitária por insuficiência e inadequação vem apresentando.

A juventude isenta e independente não contemporizava com o condicionalismo que determinava os moldes em que a Universidade se vazava para aí ceder, para aí se perder em vãs subserviências; como causa livre ia lutando conscientemente, ia levando a cabo, e na medida do possível, a sua íntegra e adequada formação humana no âmbito dessas Associações.

Contrabalançados ou pelo menos apoucados os efeitos negativos da Universidade, denunciada na sua ignorância das necessidades sociais por força do contraste em presença, duas atitudes se esperavam: ou essa mesma Universidade se submetia por força do anacronismo demonstrado a uma profunda reforma, de modo a assumir como lhe competia o comando da sua missão cultural e social; ou então, reforçando o erro nele insistindo, se ia

* Excerto do Programa de Candidatura elaborado pela Direcção eleita em 1963.

fazer prevalecer a posição dessa Instituição atacando — com armas bem pouco dignas e válidas porque além de tudo essencialmente demagógicas — o espírito da criação e a vida das associações. Preferiu-se esta última atitude aliás “condicionada por inúmeros factores objectivos que nem sempre houve coragem necessária para derrubar”. E nesse ataque geral às AAEE veio naturalmente a ser envolvida a CEI, não só pelas razões já aludidas, como também por outras óbvias e inerentes à sua condição específica de Associação de Estudantes Ultramarinos: politização dos problemas no sentido de iludir as questões essenciais, o “fazer” colidir os fins prosseguidos pelas Associações com o interesse nacional — critério de verdade e tantos outros qualificativos do já conhecido vocabulário foram outras tantas fórmulas estafadas e as figuras de retórica utilizadas nessa campanha. Sem dúvida que a carência de razão se socorre da demagogia! E foi com base nela que se instituiu dentro dessa agressão uma medida de certo modo discriminatória em relação à CEI que, porque depende dos dinheiros públicos ultramarinos, se viu privada desse suporte económico; meio este não incidente sobre as outras AAEE e que naturalmente tem o condão de se revelar dos mais enérgicos e resultantes, quando é certo a sobrevivência da Associação depender fundamentalmente da regular percepção desses subsídios.

Mas adiante...

As AAEE, e como tal a CEI, têm-se, por definição, dedicado a uma actividade de preparação e formação dos estudantes que os tornem permeáveis às várias correntes políticas e religiosas, lhes atribuam o bom senso e elevado pendor intelectual, que lhes permitam, já amanhã, realizar com segurança e lastro científico uma actividade, como homens socialmente válidos e participantes. Aliás, função que cabe perfeitamente no âmbito da missão, não realizada, da Universidade: “Universidade é tudo o que pode concorrer, dentro ou fora da escala, se bem que centrado sobre ela, para fazer dos Estudantes dos cursos superiores o verdadeiro corpo de escol que eles devem constituir”.

É evidente, assim, que as AAEE não realizam nem tão pouco visam fazer política (entenda-se no sentido estrito). Ocorre no entanto afirmar que tudo, neste capítulo de taxar, se tem resumido ao simplista e demagógico argumento de quem não faz política por nós é contra nós e... faz política. Aceitar este espírito e concretizá-lo equivale a me-

recer-se o rótulo da “verdadeira neutralidade”; a isenção e independência, essas, correspondem à posição de quem faz política. É por vezes, e sem dúvida, estranha esta labilidade e mesmo inversão do sentido das palavras; não admira pois que andemos tão confundidos neste jogo formal que nos é imposto no sentido de colocarmos à margem da razão a discussão, franca e aberta, daquilo que é verdadeiramente essencial. Ao fim e ao cabo, uma tática de que somos vítima e que desde já importa denunciar, pois que ela de há muito vem encobrindo as razões que sempre nos têm acompanhado na propositura das soluções mais justas para o nosso problema.

Mas a ninguém restarão dúvidas, aliás, como se consigna nos seus Estatutos, que a nossa Associação com base numa policultura originária tem de facto que realizar e dar vida a uma actividade cultural que lhe seja sucedânea, baseada na apresentação dos seus aspectos variados — dança, música, poesia, estudos etnográficos, etc... — fomentando-se, inclusive, uma emulação entre os sócios de origens diferentes, criando-se, assim, um ambiente mais sadio, mais dinâmico, mais edificante. É desenvolvendo, estimulando o que existe de heterogéneo, de policultural, permitindo a cada grupo definir perfeitamente a sua personalidade, que atingiremos o estado monolítico respeitando a realidade objectiva da Casa e conservando o espírito dos estatutos — mas nunca o divórcio em relação aos problemas culturais ultramarinos, quer dizer, nunca a separação do estudante ultramarino dos seus verdadeiros problemas. Nesta base e numa base de autonomia a defesa intransigente da CEI. *Erraremos, segundo o pensamos, no momento em que venhmos a reduzir a razão de existência da nossa Associação a uma cantina ou a um salão de estar.* Pensariamos supérfluo e até ridículo chegarmos a lutar por uma Associação nesses moldes, quando é bem certa a existência, dentro desse espírito, de organismos similares — a diferença então iria provavelmente (e com certo optimismo) para a bandeira!

Parece-nos pois indispensável localizar a diferença de essências não na maneira de confeccionar ou servir refeições ou ainda na realização de bailes, mas antes no aspecto básico em que aqui se pretende criar um ambiente livre e independente, com o seu programa circum-escolar próprio que, subtraído à influência dos condicionalismos políticos, se possa constituir então em meio verdadeiramente apolítico, *em meio em que cada um dos jovens ultramarinos forme a sua mentalidade no*

seio de uma sã vida colectiva, enriqueça, dentro dos quadros directivos, a sua experiência de organização, desperte a sua consciência de cidadão e coloque as suas generosas disponibilidades ao serviço da sua terra.

Nunca será, pensamos, e permanecendo fiéis ao espírito que presidiu à institucionalização da CEI, de sacrificar o segundo ao primeiro aspecto, quanto mais não seja sob pena de virmos a rotular a luta que há muito desenvolvemos pela nossa sobrevivência, como uma luta de irreverência, quando ela é verdadeiramente uma luta de consciência. (...)

II Análise da situação

Causas próximas

1. Ora, *do valor afirmado e da existência legitimada da CEI* falam de modo inequívoco o sentimento cultural e filantrópico das actividades desenvolvidas. Através delas se procuram resolver os problemas dos estudantes ultramarinos (económicos e culturais) e, outrossim, inculcar-lhe hábitos morais, cívicos e de trabalho que lhe preparem a cidadania integrando, assim, uma tarefa de evidente interesse público ultramarino. Aceite pois na sua missão, bem cedo as *dotações orçamentais dos Governos das Províncias Ultramarinas e das Autarquias Locais a que há ainda a adicionar subsídios por parte de Empresas particulares radicadas no Ultramar, constituíram uma realidade.*

É evidente que, pela regularidade de percepção bem como pelo seu valor substancial, o núcleo dos subsídios provenientes dos Governos das Províncias Ultramarinas é o mais necessário, diríamos mesmo, para uma situação normal indispensável. Chegava ele até nós através do Ministério do Ultramar.

E assim...

2. Em 30 de Dezembro de 1960 os Ministérios da Educação Nacional e do Ultramar, em decisão conjunta, *nomearam uma Comissão Administrativa para gerir a CEI.* Ao pedido então feito, de esclarecimento do espírito e razões que pudessem informar tal atitude os referidos Ministérios responderam apenas com três versões diferentes.

Houve que enfrentar pois objectivamente a situação; em uma tomada de atitude que foi bem um sinal de razão e uma promessa de vitória, venceu a nossa personalidade e valor através das manifestações em que sempre transpareceu o espírito jovial e sereno, a cordura intelectual e a vontade

de de sacrifício da massa associativa.

Essa reacção veio a culminar com a exoneração da referida Comissão Administrativa em 28 de Julho de 1961, tendo-nos na altura sido afirmado (ao que pensamos a título de consolação) que o relatório daquele “Comité” Administrativo tinha sido “extremamente favorável à CEP”.

Este facto parecia então constituir um sinal de abertura de perspectivas menos sombrias e mais justas. No entanto...

3. A portaria de exoneração da referida Comissão Administrativa incluía um certo número de sugestões, para os estatutos a apresentar: a) mudança de nome da Associação; b) admissão da gerência dum professor Universitário com *direito de veto*; c) não concordância ou colisão com os fins das outras Associações de Estudantes e da Mocidade Portuguesa.

Parece-nos inútil acrescentar qualquer consideração; as decisões tomadas e aqui transcritas falam por si e tornam desnecessárias quaisquer justificações, pelo atentado evidente que algumas delas representam contra a dignidade e existência duma associação que sempre nos habituámos a ver livre e independente. Então para ninguém restaram dúvidas acerca dos verdadeiros propósitos das entidades competentes.

4. Entretanto, em Maio de 1962, fez-se a entrega nos Ministérios da Educação Nacional e do Ultramar dos *solicitados Estatutos.* A partir dessa altura e dada a ausência de resposta, inúmeros pedidos de entrevistas têm sido solicitados, aliás, com grande insistência sem qualquer resultado. Também grande número de exposições dando conta da situação económica da CEI, têm sido enviadas sem qualquer resposta remetida.

Tem-se procurado o estabelecimento de um diálogo franco, aberto e sincero, com vista à resolução do problema; propôs-se um encontro de uma plataforma de entendimento que tendo em conta os desejos daqueles Ministérios salvaguardasse os interesses dos Estudantes Universitários.

A todas as tentativas têm os mesmos Ministérios respondido com o silêncio ou, pronunciando-se, fazendo-o de uma maneira ambígua que adiando o problema, de modo algum mostram, pelo menos aparentemente, querer resolvê-lo.

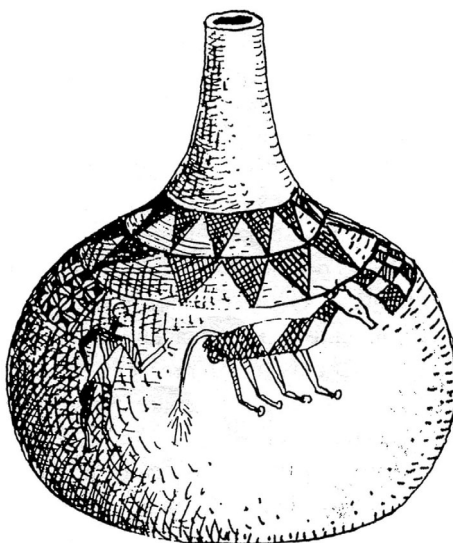
5. Concretamente, pois, citemos agora um número: o subsídio mensal atrás referido orça pela

ordem dos 14 850\$00; por uma simples operação de multiplicar se pode chegar à bem triste conclusão de que temos a receber do Ministério do Ultramar a soma de 148 500\$00. Uma soma que pelo seu montante facilmente nos levará à compreensão de quão acentuado teve de ser o abrandamento de actividades e a redução de vida da CEI; isto, evidentemente, a par do desenvolvimento de um desprestigiante e desonroso endividamento sempre crescente e neste momento prestes a asfixiar-nos. Também não deixaremos de salientar — no sentido de evocar responsabilidades — os reflexos da

situação de ruína no estado de espírito e situação económica dos Estudantes Ultramarinos. É uma anotação que se impõe prestando culto à verdade e à justiça!

Nem mesmo assim, nos parece, contudo, que devamos desanimar em face deste acto de injustiça ainda que eventualmente ele se viesse a perpetuar. *Ao fim e ao cabo é apenas uma maior actividade que se exige de todos*, quer no sentido do ressurgimento económico da CEI (sempre possível), quer ainda no sentido dum aumento do seu dinamismo.

[...]



CEI na Imprensa

A Casa do Estudante de Angola em Lisboa

PELO DR. GANDARA DE OLIVEIRA

A imprensa local do passado dia 7 noticiou a abertura em Lisboa da CASA DOS ESTUDANTES DE ANGOLA, acontecimento cuja relevância merece toda a atenção que se lhe possa dar. Está finalmente convertida em realidade uma das grandes e já antigas aspirações dos estudantes desta parcela mais vasta do Império. A CASA DOS ESTUDANTES incumbirão várias funções, mas dessas são de destacar, pela sua maior importância, as três seguintes, das quais uma é a resultante das outras duas.

A primeira é de carácter predominantemente afectivo, e consiste em criar e manter, à volta dos estudantes angolanos residentes na Metrópole, na sua quasi totalidade separados das

famílias, um ambiente espiritual que seja tanto quanto possível, a continuação do do próprio lar, e em que a doce imagem da terra natal se projecte luminosamente por sobre as fadigas e dificuldades inerentes à vida académica. A CASA DOS ESTUDANTES será portanto, no Portugal da Europa, o verdadeiro «home» dos universitários de Angola, no qual ainda se sintam pairar o odor das suas florestas virgens.

É incalculável o apoio moral que este facto dará aos estudantes residentes na capital do Império, que, embora seja uma cidade universitária, é também uma babilónia (sobretudo para os que vêm de meios sociais menos densos, como os africanos) cujas desvairadas solicitações, múltiplas e contraditórias, se fazem sentir de forma mais ou menos intensa sobre todos os que alguma vez transpuseram os seus limiares. Isolado nesse grande meio citadino, raramente o estudante de Angola encontraria o apoio moral e afectivo indispensável, e, começando por sentir bem viva a nostalgia da terra natal, desafogada em lágrimas choradas soitadamente no seu pobre quarto de académico, quantas vezes não terminava, seduzido pelo inegável requinte das formas de vida europeia, por olvidar o regresso, findos que fôsem os seus estudos.

Outra função, conexas com esta, que cabe à CASA DOS ESTUDANTES, é facilitar, o mais possível, sob o ponto de vista económico, a afluência

dos estudantes angolanos às escolas superiores da Mãe Pátria. O Governo da Nação tem já sobre os seus ombros muitos encargos, e alguns pesadíssimos; à iniciativa particular, designadamente em Angola, compete facilitar, na medida do possível a prossecução desta finalidade. E ainda que este auxílio económico prestado pela CASA DOS ESTUDANTES se reduzisse, pelo menos de início, a tornar possível uma mais barata manutenção dos estudantes angolanos residentes em Lisboa, através da criação dum messe e d'outras instituições similares, isso representaria já um incalculável benefício, meramente nestes tempos de «mercado negro» que vão correndo, em que grande contingente das vítimas se recruta precisamente entre os que estudam, que têm estômago e cérebro que reclama uma alimentação sã e substancial, mas em cujas bolsas não raro surgem vazios interplanetários...

A outra função é resultante destas duas: conseguir este resultado prático, de os estudantes angolanos que tenham podido fazer a sua preparação superior nas universidades metropolitanas, regressarem findos os seus cursos, à terra natal. É justo e é lógico. Quando a densidade populacional do Continente aumenta, e o excesso demográfico se canaliza em parte para as Colónias, estranho seria que os naturais de Angola, desprezando os recursos incomen-

(Continua na 6.ª página)

A Casa do Estudante de Angola, em Lisboa

(Conclusão da 1ª página)

suráveis e inexplorados que ela lhes oferece, se fôsem fixar, com carácter definitivo, na Europa, onde os esperaria um nível de vida inevitavelmente mais baixo por virtude da saturação dos elementos das chamadas camadas dirigentes que aqui ainda se não verifica.

Se do coração desejamos o progresso económico e cultural de Angola, o caminho a seguir tem de ser o assim preconizado, e que a CASA DOS ESTUDANTES se propõe. Todos nós, é certo, somos portugueses: mas é compreensível e humano que sejam os que aqui nasceram, cujos olhos pela primeira vez fitaram o sol tropical, as florestas verdes o mar sonhador e o luar de magia da nossa Angola aqueles que por ela hão-de sentir mais enternecido amor, e nêle busquem estímulo para, pelo seu trabalho e pela sua acção, a elevarem cada vez mais alto.

A leitura do telegrama noticiando a abertura da Casa dos Estudantes foi para mim evocadora. Com o presidente da Comissão, o Alberto Marques Mano de Mesquita, meu íntimo amigo, e com os outros, o Angelo Dias também meu antigo colega na Faculdade de Direito de Lisboa com o Alberto Diogo (meu contemporâneo no Liceu de Luanda) e o Acrísio Nunes, estes últimos agora no Técnico, com o Torres de Sousa e outros, com todos esses quantas vezes, agrupados todos nós no ambiente modesto mas íntimo dos nossos quartos de escolares não acarinhámos longamente o projecto agora tornado realidade, duma CASA DOS ESTUDANTES DE ANGOLA em Lisboa! E quantas vezes mesmo no meio do entusiasmo mais aceso e da alegria mais ruidosa das festas académicas, não evocámos saudosamente, sentados à mesma mesa, a terra natal distante, e erguemos comovidos as nossas taças, para beber por Angola!

Luanda, 9 de Dezembro de 1943

Ao fechar da coluna

O português tem o hábito de criar filarmónicas — e de as multiplicar incessantemente, a maior parte das vezes por inveja, frequentemente por vaidade, nunca por um sentido prático ou consciente. Por isso, em 200 % dos casos, nunca elas sobrevivem, nunca elas produzem obra ou coisa de jeito. São aglomerados raquíticos de esforços dispersos, nos quais aparece quasi sempre, como regente de orquestra, um flautista qualquer, destes flautistas nossos conhecidos que reúnem á sua volta, apenas, meia dúzia de gatos pingados e se apresentam em público, depois, inchados que nem perús, como se fôsem uns génios . . . a tocar flauta.

Todas estas considerações, vêm a propósito da notícia, que nos chega de Lisboa, de ter sido fundada, o mês passado, em Lisboa, a «Casa dos Estudantes de Cabo Verde», — a imitar a «Casa dos Estudantes de Angola». Temos a convicção de que nem mesmo uma «Casa dos Estudantes Coloniais», com todos eles reunidos e unidos, tem condições para se aguentar e exercer a sua missão na capital do Império, dado o nosso proverbial individualismo e até, neste caso especial, as prosápias que desunem cordialmente os naturais e residentes de cada Colónia, — cada um a supôr-se mais esperto do que o outro.

Resultado: — há mais uma filarmónica estudantina em Lisboa, com uma direcção possivelmente eleita, estatisticamente e prestigiosamente, com 9 décimos dos sócios inscritos, — sob a superior regência de algum antigo flautista.

E' de prever, portanto, que as suas actividades acabem por se desenvolver em patuscadas nas hortas: — ou em Caciilhas ou em Belas, com retrato nos jornais.

A CASA DOS ESTUDANTES DO IMPERIO

Os objectivos da Casa de Macau que acaba de constituir-se

A Casa dos Estudantes do Império ganha consistência e força. Ao apêlo feito pelo presidente da Casa dos Estudantes de Angola, respondem os escolares das diferentes províncias do Ultramar que, entre nós, se encontram nos bancos das Faculdades do País.

Assim, acabam de ser constituídas duas novas casas de estudantes — as que agrupam os filhos de Cabo Verde e os de Macau.

A comissão organizadora desta última ficou assim constituída: Presidente — Gonçalo Castel-Branco da Costa de Sousa de Macedo Mesquita, da Faculdade de Direito de

Lisboa; Vice-presidente — Fernando Hugo de Lima Saraiva Jorge, do I. S. C. E. F.; Secretário-Tesoureiro — Humberto Fernando Rodrigues, do I. S. T.; Vogais — José Júlio Santos Soares, do I. S. C. E. F. e Alexandrino Arménio de Freitas Gonçalves, da Faculdade de Medicina.

Acêrca dos objectivos em vista com esta Casa dos Estudantes de Macau quisemos ouvir o seu presidente, que nos diz como nasceu a ideia da constituição do novo organismo.

— Esta ideia é já bastante antiga, pois é aspiração de todos os macaenses terem na Metrópole um lar para os seus filhos que aqui vêm estudar. Só agora podemos ver realizado êste desejo, graças á Casa dos Estudantes de Angola, embora nos últimos anos se tenha tentado, activamente, pôr de pé tal ideia. Por isso, quando a Casa dos Estudantes de Angola lançou o seu apêlo aos restantes estudantes ultramarinos, imediatamente os estudantes de Macau começaram a organizar-se.

— Quais os objectivos que a Casa dos Estudantes de Macau se propõe realizar?

(Conclui na 8.ª pág.)

A CASA

dos Estudantes do Império

(Continuação da 1.ª pág.)

— Proporcionar aos estudantes de Macau, durante o seu curso, um ambiente familiar e amigável, representar e defender na Metrópole os seus interesses e fazer a propaganda de Macau por todos os meios que nos forem possíveis. E, claro está, colaborar com os nossos colegas das outras províncias para que, o mais depressa possível, consigamos fundar a Casa dos Estudantes do Império.

A conversa incide sobre esta aspiração magna.

— O estudante que acaba o seu curso secundário num liceu do Ultramar sente, por vezes, ao chegar à Metrópole, uma impressão de desamparo e desconforto moral. A Casa dos Estudantes do Império, tal como a concebemos, eliminaria todos ou quasi todos estes inconvenientes. Seria uma força consciente e homogênea, que agruparia todos os estudantes do Império.

— São muitos os rapazes de Macau?

— Cerca de 60 e todos nas Universidades. A maioria, porém, estuda em Lisboa e nenhuma Faculdade deixa de ter um representante de Macau. Apesar de não sermos muitos, dado que nos últimos dois anos o contingente normal de 16 estudantes por semestre deixou de vir frequentar os cursos superiores na Metrópole, formamos um núcleo que é moralmente forte. A recordação de Macau liga-nos a todos no mesmo sentimento de ternura e carinho por aqueles quilómetros quadrados que constituem longínquo padrão da lusitanidade.

PREPARAÇÃO IMPERIAL

por F. DE SANTOS E CASTRO

Constitui factó inegável a moderna evolução do pensamento português num sentido verdadeiramente imperial. E é precisamente nas camadas jovens da população que, mais acentuadamente, essa evolução se faz sentir. A pouco e pouco, todos os portugueses vão-se convencendo de que Portugal não é apenas esta pequena faixa do continente europeu, mas que, muito principalmente, é um agregado de províncias, separadas pelo oceano sim, mas intimamente ligadas pelo poderoso vínculo da lusitanidade. Portugal projecta-se para além dos oceanos onde estabeleceu, desde há séculos, vias imperiais. Portugal não é unicamente aquele país que possui uma missão colonizadora, antes, é confundido com a própria missão. Portugal não é somente a metrópole, é todo o Império.

Plenamente cónscios da nossa missão de conduzir as parcelas ultramarinas do nosso Império para o plano a que têm direito pela ampliação das suas possibilidades, forçoso se torna preparar convenientemente todo aquêle a quem mais directamente couber ser uma das peças da gigantesca máquina colonizadora. Quem quer que vá desenvolver a sua actividade no vasto campo ultramarino, muito melhor produzirá, se, para a sua missão, estiver devidamente preparado.

Em território metropolitano, o funcionário necessita unicamente conhecer a mecânica do seu serviço, ou no caso de ser um técnico, ter cursado esta ou aquela escola. Em meio colonial, a situação torna-se muito diferente. Não lhe basta ter cursado engenharia ou veterinária numa faculdade europeia, ter um conhecimento perfeito do meio que lhe é totalmente desconhecido, não no campo meramente especial, mas sobretudo sob os pontos de vista económico, climático, político, administrativo, etc.

nece conhecimentos a respeito da missão que, acima de tudo, é vai desempenhá. Todo aquêle a quem o destino atirar para as províncias ultramarinas vai ser ali um agente da obra colonizadora que empreendemo. Para que nesse sentido encaminhe toda a sua actividade, para que seja uma peça da tal «máquina», mas peça absolutamente consciente da sua missão, é preciso indubitavelmente de saber para onde vai, e o que d'elle pretende o superior interesse do Império.

Torna-se pois necessário que os alunos dos cursos superiores e técnicos que se destinam ao Império, adquiram em estabelecimento de ensino oficial, conhecimentos de Colonização, História Colonial, Higiene, Etnografia Colonial, Geografia, etc. Talvez que a Escola Superior Colonial, não evidentemente com a organização presente, pudesse ser o estabelecimento onde, pela frequência de algumas determinadas cadeiras, adquiríssemos uma especialização colonial eminentemente prática.

(Conclui na 3.ª pág.)

PREPARAÇÃO IMPERIAL

(Continuação da 5.ª pág.)

Naturalmente, para aqueles que para as ciências coloniais revelassem especiais aptidões, existiria um Instituto de Altos Estudos Coloniais, cuja missão consistisse precisamente na preparação de colonialistas. Quão triste é verificar que, se alguns técnicos de colonização têm existido no nosso país, foi porque adquiriram essa técnica unicamente á sua própria custa.

Então, uma vez formada uma elite de homens conhecedores profundos de todos os problemas coloniais, dirigindo no ultramar outros homens que desses problemas possuam uma noção perfeitamente clara, o Império Colonial Português será aquêle modelo a que aspiramos por direito de primazia.

Agora que éle caminha á largos passos para um invejável estado de progresso, mercê de uma magnífica política de fomento colonial, muito mais saliente se torna a necessidade de fazer no domínio da cultura e do espirito obra paralela, fazendo com que todos aqueles que para lá vão, constituam um verdadeiro escol mentalidade nacional.

Ao preparar a juventude de hoje para o brilhante futuro que amanhã nos espera, é que no Império tem a sua base, não devemos esquecer de dar a essa juventude uma educação imperial. Para aqueles que a paixão dos assuntos coloniais prenda e seduz, deverá o Estado ter as coisas preparadas de modo a que possam obter a cultura colonial que desejam.

Não necessitamos de fazer um esforço de imaginação para vislumbrarmos através da bruma do tempo o que será o futuro de Portugal, com um Império economicamente desenvolvido, servido no ultramar unicamente por homens de elite. Só assim conseguiremo: o pleno aproveitamento da grandeza dos nossos domínios.

E, jovem leitor, quando te referires ao Império Português ou áqueles que lá labutaram, fá-lo sempre debaixo de um superior sen-

timento de respeito e admiração. Eles foram os que construíram a história de que legitimamente te orgulhas e que no solo africano viram a imagem da própria Pátria. Se erraram, foi porque o entusiasmo e a fé não chegaram para resolver os problemas coloniais. Faltou-lhes a preparação. Mas se acertaram, então muito mais valiosa foi a sua obra.

E nós, estudantes do Império, preparemos o corpo e o espirito para a missão que o futuro nos reserva. Não lhe devemos regatear qualquer sacrificio pois éle constitui razão da nossa existência e é luz brilhante que ilumina o próprio destino.

A "CASA DOS ESTUDANTES

DO IMPÉRIO"

QUE O NOSSO JORNAL PATROCINOU

DESDE A PRIMEIRA HORA

está prestes a tornar-se uma bela realidade

A India Portuguesa

vai também ter a sua Casa na Metrópole

Um dia, vieram até nós meia dúzia de rapazes. Eram estudantes do Ultramar. A nostalgia do torrão distante levava-os a associar-se. Tinham a sua casa. Ali recordavam os pais e as irmãs, a flora luxuriante que lhes assistira aos primeiros passos, o clima diferente onde pela primeira vez tinham visto a luz do Sol.

Eram poucos e desamparados. Faltava-lhes tudo. E o seu sonho estava em riscos de perder-se.

Jovens como eles, compreendem-lhes os anseios e a esperança. Nós, também, tínhamos começado a realizar uma obra, pelos chamados homens práticos classificada com paternal piedade como ingénuia inconsciência de rapazes

Caminhávamos a passos firmes e

rápidos para a bela realidade que hoje somos. Porque não dar-lhes, a eles, aos estudantes das praias soalheiras da Africa ou das montanhas enigmáticas do Oriente, o apoio da nossa força crescente e da nossa popularidade cada vez maior?

Assim fizemos, aconselhando-os, porém, a alargar os horizontes do seu sonho. Foi, em muito, dos nossos conselhos que surgiu, das várias «casas» de estudantes ultramarinos, a ideia da «Casa dos Estudantes do Império». De aspirações dispersas, fizemos nascer um esforço doeso.

Hoje, o sonho realizou-se. Outros apoios vieram ajudá-los, chamados porque a ideia era boa, chamados porque nós a tirámos do silêncio em que se estagnava e perdia, aos olhos e aos ouvidos de toda a gente. A consciência do dever cumprido nos recompensa.

Depois de Angola, Cabo Verde e Macau, depois da adesão da «Casa de Moçambique» ao movimento do qual surgiram as bases da «Casa

«Conclui na 8.ª pág.»

ESTUDANTES DO IMPÉRIO

(Continuação da 1.ª pág.)

dos Estudantes do Império», acabam, agora, os estudantes da Índia, de fundar a sua «Casa».

A sua direcção, a primeira a arrostar com as dificuldades que no principio sempre se acumulam, é constituída pelos seguintes estudantes, tendo como presidente o primeiro: Vasco Benedito Gomes, Armando Bragança Pereira, Jorge Fernandes, Reis Lima, António Gracías e António Barreto.

Procurámos o presidente que, numa rápida conversa, nos disse de sua justiça:

— A ideia da «C. E. I.» não é nova. Esteve no espirito de gerações e gerações de indo-portugueses que a Portugal acofriam para continuar os seus estudos nas Universidades portuguesas. Distanciados e dispersos nas suas relações afectivas, sentiram-se como num meio estranho, dominados pela nostalgia da Índia. E por várias vezes resolveram agrupar-se em colectividade e coordenar os seus esforços. De então para cá quantas iniciativas não surgiram e não fracassaram, quantas realizações não puderam ter continuidade de acção por motivos de variada ordem!

— Pode expor-nos os traços gerais do seu projecto?

— Queremos criar aos sócios da nossa Casa uma atmosfera familiar que lhes lembre a terra, tão distante dos olhos, mas tão perto do coração. Um dia conseguiremos que o estudante da nossa terra seja aguardado na metrópole por verdadeira família que o acompanhe e aopia nos seus primeiros passos.

— Além disso...

— Por meio de conferências, palestras e artigos nos jornais, far-se-á a propaganda social, artística e intelectual de modo que a espiritualidade em que vive o nosso meio da Índia seja conhecido da Metrópole, por vezes ignorante de certas realidades ultramarinas. Tais são, de uma maneira geral os nossos propósitos. Com coragem havemos de vencer obstáculos que natural e fatalmente nos surgirão pelo caminho. Aliás, navegar em águas tranquilas, não é meritório.

A «Casa dos Estudantes do Império» foi ontem visitada pelo Ministro das Colónias

O Ministro das Colónias visitou ontem a Casa dos Estudantes de Angola.

O presidente da mesma, Alberto Marques Mano de Mesquita, apresentou-lhe cumprimentos. Teve palavras de agradecimento para quantos ajudaram a eger aquela iniciativa e, referindo-se ao «Diário Popular», disse que o nosso jornal foi um grande pioneiro. A ele se deve em grande parte — afirmou — a existência da Casa dos Estudantes de Angola que com a Casa da Índia, a Casa de Moçambique e todos os organismos da juventude ultramarina formam a Grande Casa do Império.

O dr. Francisco Vieira Machado, pronunciou também algumas palavras exaltando a camaradagem, e declarando que Portugal é um só e a Casa do Império, fundada por rapazes, alimentada por rapazes e seguida com entusiasmo será o grande prolongamento da Nação.

Casa dos Estudantes do Império

A Casa dos Estudantes do Império inaugura, oficialmente, a sua delegação em Coimbra, nos próximos dias 24, 25 e 26.

Do programa, ainda não totalmente aprovado, faz parte um sarau artístico no Teatro Avenida, pelas 21 horas do dia 26, em que tomarão parte o Teatro dos Estudantes, o Orfeão Académico, Tuna e o grupo de Variedades da Casa dos Estudantes do Império. O produto d'êste sarau reverte a favor da Sociedade Filantrópico-Académica.

O Grupo de Variedades da Casa apresenta-se pela primeira vez em público, embora já tenha participado nalguns saraus particulares na noite, em Lisboa. Do seu programa faz parte a música incipiente das nossas Províncias Ultramarinas e assim, ao lado da «morna» caboverdeana e dos exóticos cantares indianos, figurarão as cações, menos conhecidas mas também belas, de Angola e Moçambique.

O sarau em si é um pretexto para um mais estreito intercâmbio entre estudantes da Metrópole e do Império, intercâmbio aliás já iniciado em Lisboa, com a visita do Teatro dos Estudantes à sede da Casa, onde foi recebido com tôda a galhardia.

Nêsses dias deslocar-se-à propositadamente a Coimbra, o presidente da Casa, Alberto Marques Mano.

A delegação de Coimbra tem como director o quintanista de Direito, Henrique Beirão.

Casa dos Estudantes do Império

Sr. Redactor do *O Brado Africano*

Tem esta por fim participar a V. Ex.^a a extinção da Casa de Moçambique. A Casa de Moçambique foi integrada na Casa dos Estudantes do Império, que funciona actualmente, com a sua Sede em Lisboa, e uma De'egação em Coimbra.

A Casa dos Estudantes do Império, organização que merece todo o auxilio e carinho a sua Excelência o Senhor Ministro das Colónias, Senhor Doutor Marcelo Caetano, e da qual Sua Excelência o Senhor Presidente da República disse ser uma obra alevantada, patriótica e necessária, pode ser considerada como um dos mais significativos indícios da vida progressiva do Império Português.

A Casa dos Estudantes do Império trabalha pela valorização dos nossos Dominios Ultramarinos.

Certos da compreensão de V. Ex.^a, rogamos-lhe todo o apoio, que V. Ex.^a através de um jornal como o «O Brado Africano», nos poderá dar, em prol desta obra de alto interesse nacional.

Somos respeitosamente

De V. Ex.^a. Att.^o e Obgd.^o

Pela Direcção da Delegação

a) *Rogério de Carvalho*
(Secretário)

Actividades RECREATIVAS E CULTURAIS promovidas pela Casa dos Estudantes do Império

E' já hoje que, por iniciativa da Delegação em Coimbra da Casa dos Estudantes do Império, será inaugurada no salão próprio do Posto de Turismo, á Portagem, a Exposição de Fotografia Etnográfica, de Neves Dias, patrocinada pelo Grupo Camara e que estará patente até 15 do corrente.

Por outro lado, o concerto de piano por Sequeira Costa, marcado para o próximo dia 17, ás 21,45, no Anfiteatro-Maior da Faculdade de Letras e que a Casa dos Estudantes do Império dedica á Academia, em geral, e aos estudantes ultramarinos, em particular, é aguardado com justificado interesse.

Já na próxima 4.ª-feira, para comemorar o dia de S. Martinho, a Delegação da Casa dos Estudantes do Império promove uma excursão á Mealhada, Sangalhos, Luso, Buçaco e Penacova, com visita a algumas caves.

O espectáculo que, como já anunciou o «Diário de Coimbra», a Sociedade de Instrução Tavadense, vem efectuar, a convite da Casa dos Estudantes do Império, no próximo dia 16, ás 21,30 horas, no Teatro Avenida, a favor do Asilo da Infancia Desvalida, e que será dedicado á população de Coimbra, está a despertar verdadeira ansiedade. O facto de ser levada á cena a peça «Frêi Luis de Sousa», de Almeida Garrett, aquela com que José Ribeiro alcançou, recentemente, o Prémio de Encenação, no Concurso de Teatro do S. N. I., justifica bem o entusiasmo que existe por esse espectáculo.

Também a Delegação da Casa dos Estudantes do Império, dentro do seu variadíssimo programa de actividades recreativas e culturais marcadas para este início do ano lectivo, estabeleceu que, no próximo dia 21, se efectue um almoço de confraternização dos ultramarinos; e, á noite, um baile no C. E. I..

M
E
N
S
A
G
E
M



Os estudantes ultramarinos na Metrópole

A Casa dos Estudantes do Império

**necessita de uma nova sede
para corresponder às exigências actuais**

Chegados à Metrópole, os rapazes e raparigas que vêm das províncias ultramarinas, frequentar as escolas superiores, encontram-se imediatamente perante um problema, que é, muitas vezes, subestimado — a mudança de meio ambiente.

Não nos esqueçamos que são, na grande maioria dos casos, jovens entre os 18 e 19 anos, isto é, em plena formação psíquica, abruptamente afastados do meio familiar, e, também separados das suas relações e amizades, que entregues a si próprios têm, perante si, uma triplíce adaptação: no plano económico, a administração do seu orçamento; no plano social, problemas de convívio,

etc.; e, no plano pedagógico, os novos processos de estudo.

Este último, correspondente à transição do ensino liceal para o universitário, é comum a todos os que estudam, sejam da Metrópole, ou de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné, Índia e S. Tomé. Simplesmente, enquanto o estudante metropolitano pode ser amparado e estimulado pela família, perante as novas dificuldades — e dizemos que pode, porque nem sempre isso acontece — o jovem do Ultramar já não tem possibilidade desse apoio moral próximo — tantas vezes de importância decisiva — afastado, como está, dos seus, por milhares de quilómetros.

Em boa lógica, dessa lógica traçada a régua e esquadro, o rapaz vem para estudar e não para perder tempo, em conversas ou outros fazeres.

Mas, desde que há mais de dois séculos, um desconhecido saiu da sombra do anonimato para nós ficarmos a ter a noção de que, mais importante do que aprender muitas coisas, é a formação do homem, nos seus múltiplos aspectos psíquico, intelectual e físico, não mais podemos esconder ou ignorar tais problemas.

Portanto, temos que partir desta base: o estudante não necessita apenas de aprender a curar um doente ou construir uma ponte; precisa, e primeiro de tudo, de encontrar as condições que lhe possibilitem uma formação humana integral.

Ora, para o jovem ultramarino, o problema toma aspectos específicos, especialmente no campo social e económico — alojamento, alimentação e convívio.

Consideremos, por agora, este último.



penúltima do ditador salazar: intervenção em entidades estudantis

Salazar intervém, na União Geral dos Estudantes da África Negra (UGEAN) em represália à sua tomada de posição contra o governo que defende exploradores que monopolizam todas as riquezas das colónias portuguesas na África e empobrecem o povo por meio de um trabalho escravizador. A Casa do Estudante do Império, única representação da UGEAN em Portugal, embora mantenha «neutralidade» política em suas manifestações externas, vem, dia a dia, perdendo seus direitos, inclusive o de promover atividades culturais e educativas de caráter ultramarino.

Na XV Sessão da Assembleia Geral da ONU foi debatido o problema das colónias portuguesas na África, o que suscitou séria campanha colonialista apoiada pelo governo do ditador Salazar. Estudantes africanos, através da UGEAN fizeram publicar um «Manifesto ao Povo Português» explicando a premente necessidade de serem apoiados, dados os abusos praticados em seus países.

represália

Salazar, em represália à corajosa atitude dos universitários africanos, resolve intervir na única associação legal dos estudantes das colónias, a Casa do Estu-

do Império. Em 30 de dezembro de 1960, o governo português publicou no Boletim Oficial que o Comité dirigente da CEI — livremente eleito, — deveria ser substituído por uma junta administrativa nomeada pelo ministro de Educação. Em Portugal, perde o estudante a liberdade de associar-se, e nada o protege contra a arbitrariedade da ditadura.

cei oprimida

A Casa do Estudante do Império tem como primeiro objetivo «a proteção e defesa dos estudantes ultramarinos», sendo organizada de forma que todas as colónias possam ter seus represen-

tantes. Cada região sob domínio português tem uma série de problemas como o racismo e a aculturação, e a CEI tem procurado não só estudá-los, mas trabalhar pela sua solução. Foi da Casa do Estudante que partiu um movimento pró-divulgação da moderna literatura colonial, que viu-se concretizado com a publicação de uma antologia de autores africanos.

Porém há uma política colonial com ideais «integracionistas de assimilação» que, sob esse disfarce, procura reprimir (mesmo pela intervenção da polícia) qualquer manifestação cultural e artística, de caráter ultramarino.

no. Aos associados da CEI é mesmo dificultado, quando não proibido, qualquer intercâmbio internacional.

tráfico humano

No «Manifesto ao Povo Português» os estudantes das colónias desejam apenas esclarecer que as acusações feitas ao governo de Salazar eram verdadeiras e que havia ainda muito mais a denunciar: que há trabalho forçado na Guiné, São Tomé, Angola e Moçambique, que exporta-se trabalhadores «indígenas» de Angola e Moçambique para as Minas da União Sul-Africana, a troca de certas compensações, como o pagamento ao governo português de uma taxa anual por cada trabalhador exportado: que a fome, por culpa da incompetência e improvidência dos representantes do governo português, tem vitimado periodicamente milhares de pessoas em Cabo Verde, sendo de 17 mil o número de últimas perdas; que concentram-se forças militares repressivas naquelas colónias; que o massacre de 1953 em São Tomé vitimou 200 africanos, abatidos por civis europeus, armados pelo Governador Gorgulho; e que, além de não existirem universidades há tremenda carestia de escolas de ensino médio e primário.

geração de angola

Esses universitários, minoria que pôde estudar, reclamam frente a essa exploração do homem em seus mínimos direitos. Na qualidade de futuros dirigentes de seus países é que procuram demonstrar que não estão contra o povo português, mas contra o governo salazarista que permite e observa todas as monstruosidades praticadas. É na qualidade de universitários, que querem ver suas nações em paz, que aderem a movimentos populares de libertação de Angola e reivindicam: reconhecimento solene e imediato do direito dos povos das colónias africanas de Portugal à auto-determinação;

reportagem de bernarda verde

anistia total e incondicional e libertação imediata de todos os prisioneiros políticos; estabelecimento das liberdades públicas, nomeadamente a de formação legal de partidos políticos, e garantias concretas para o exercício efetivo dessas liberdades: retirada imediata das forças armadas portuguesas e liquidação imediata das bases militares existentes nas colónias de Portugal; convocação de mesas redondas constituídas por representantes de todos os partidos políticos das colónias e por representantes do Governo Português, para a solução pacífica do problema colonial português, no interesse das partes em presença».

universitários

portuguêses

Prova de que esta revolta dos estudantes africanos tem apoio dos universitários portugueses é que, com exceção de meia dúzia de estudantes vendidos a Salazar, nenhuma entidade ultramarina ou mesmo lusitana participou de manifestações favoráveis à repressão praticada pelo governo. Meia dúzia mesmo, pois reuniram-se clandestinamente em Coimbra delegados dos estudantes das Colónias com representantes das três cidades universitárias de Lisboa, Porto e Coimbra para deliberar sobre quais medidas possíveis para fazer o governo retirar seus atos intervencionistas em entidades estudantis. Reuniram-se clandestinamente para fazer um apelo à solidariedade mundial dos estudantes, pois temem a recrudescência da perseguição policial aos estudantes africanos e estarem na iminência de não mais lhes ser reconhecido o direito de se constituírem em associações livres, que congregam não agitadores mas estudantes que visam apenas a paz e impedir que se desencadeie uma guerra que sacrificaria, inutilmente, não só jovens africanos mas, também a juventude portuguesa.

Governo Português Tolhe Liberdade de Estudantes

O PRESIDENTE da União Geral dos Estudantes da África Negra, José, Carlos Horta, dirigiu uma carta à União dos Estudantes Portugueses no Brasil, denunciando a repressão policial do governo português contra a liberdade da reunião.

Os dirigentes da UGEAN, alunos das Universidades de Lisboa, Coimbra e Porto, reuniram-se em Coimbra para protestarem contra a intervenção policial na Casa do Estudante do Império, em Lisboa, organização que têm por finalidade "a protecção e defesa dos estudantes ultramarinos".

A INTERVENÇÃO

Acredita-se que a intervenção policial no CEI verificou-se em virtude dos recentes incidentes em Angola, pois tendo uma manifestação estudantil o governo decretou a intervenção naquela organização proibindo-a de qualquer reunião, mesmo de carácter social ou cultural, e nomeando para a sua direcção uma comissão de elementos do Ministério do Ultramar e da PIDE, sem dar quaisquer razões.

No dia imediato à publicação da intervenção policial, reuniram-se os representantes das Associações Académicas de Lisboa para lavrarem seu enérgico protesto contra a violação da liberdade de associações e pedindo ao Ministério da Educação garantias de posse para os dirigentes da CEI, livremente eleitos e tornados ilegais em virtude de decreto governamental.

Queixaram-se os estudantes, também, junto ao Ministério do Ultramar, solicitando a volta à normalidade acrescentando que até as suas residências foram molestadas.



Na morte de Carlos Ervedosa

Desapareceu uma biblioteca

Geólogo de formação universitária, arqueólogo por obra deixada, ensaísta e estudioso da literatura por gosto, romancista por vocação, Carlos Ervedosa, recentemente desaparecido, foi um nome grande da cultura angolana

Manuel Ferreira

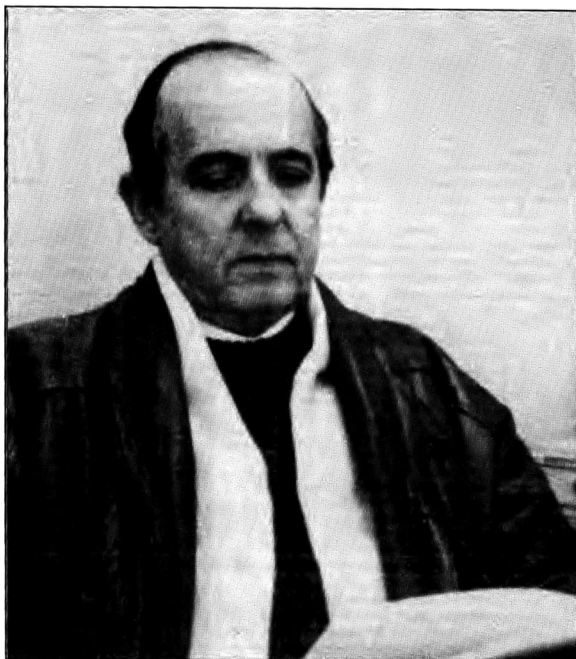
EM ÁFRICA, OU DE ÁFRICA, SE diz, quando morre um «Mais-Velho», que desaparece uma biblioteca. Naturalmente que isto é fortemente sentido nas sociedades ágrafas, cujo imaginário se cumpre na literatura oral, ou melhor, na oratura, onde o registo do saber não se contém nos testemunhos escritos nem nas fitas magnéticas ou do vídeo. Aí, a herança social transmite-se oralmente. O saber acumulado tende a ser tanto maior quanto mais idoso for o indivíduo.

E bem se pode dizer que com o falecimento, ora ocorrido, de Carlos Ervedosa, natural de Luanda, onde fez os seus estudos primários e secundários, se perdeu uma biblioteca. Um saber adquirido na larga vivência angolana e em Portugal, no âmbito das movimentações culturais e associativas africanas. Não obstante o *corpus* que nos foi legado, muito ficou por dizer e agora se perdeu, definitivamente.

Com efeito, logo após a sua chegada à universidade portuguesa, conheceu e participou empenhadamente da pulsão associativa dessa que, bizarramente, se transmudou de Casa dos Estudantes do Império em Casa dos Estudantes contra o Império. Fundada em 1945, viria a ser destruída pela PIDE em 1964, altura em que a sanha fascista se abateu ferozmente sobre algumas instituições e organizações progressistas, como a Sociedade Portuguesa de Escritores, a pretexto do «escândalo» que representou a atribuição do Grande Prémio de Novelistas a Luandino Vieira, então no campo de concentração do Tarrafal a cumprir 14 anos de prisão; ou sobre a editora Imbondeiro, de Sá da Bandeira (hoje Huambo), dirigida por Garibaldi de Andrade e Leonel Cosme, estas e outras prévias e insistentemente denunciadas pelos meios de comunicação social, afectos ao governo, na utilização de estratégias de orquestração perversamente organizadas que justificariam e pré-annunciavam a intervenção policial.

No programa «Horizontes», da Emissora Nacional, de Amândio César e Mário António Fernandes de Oliveira (mas, neste caso, concretamente da pena de Amândio César) se insistia no perigo nacional que representava a Casa dos Estudantes do Império, que aliás já havia sido neutralizada de 1951 a 1958 por uma oficial Comissão Administrativa.

O mesmo crítico, numa audaciosa diatribe, considerava a Casa o antro onde se albergavam os universitários africanos, a maioria deles contaminada pela subversão oriunda da *Mensagem* de Luanda (1951-1952). Assim: «É perante este conjunto de factos que surge a geração da *Mensagem* que, nas suas linhas gerais, deu até agora um grande escritor — M. António — e uns tantos sub-escritores que da poesia fizeram arma política, nada mais a validando como tal. Refiro-
: aos casos de Mário Pinto de Andrade, Agosti-



nho Neto, Viriato da Cruz e Manuel Lima. O mais curioso é que, tendo-se colocado contra a sua Pátria (leia-se Portugal), no exacto momento em que isso sucedia eles eram editados em Lisboa, através da Casa dos Estudantes do Império (...). Simplesmente, a poesia deste grupo, para lá do demagógico da temática, nada deixa que interesse à arte ou mesmo ao sentido humano da arte». Não hesitando em dizer que «no fim, resta do conjunto de *Mensagem* a agitação político-social que os seus representantes mais activos não enganavam e que os factos vieram a comprovar da maneira dramática que 1961 e os anos seguintes documentaram», Amândio César remata a denúncia frisando que esta é «a geração que tem sobre si graves responsabilidades humanas e a quem a História um dia julgará implacavelmente, como acontece com todos os juízos históricos. Estamos demasiado perto dos factos sangrentos em que ela tomou parte, para que a possamos absolver» (sublinhado nosso).

Activo, dinamizador, cultural

Transcrição comprida, mas com ela desejámos dar melhor a ideia do ambiente policial em que Carlos Ervedosa houve de movimentar-se. Com efeito, ele era dirigente da CEI, director da revista «*Mensagem*» (não confundir com a *Mensagem* de Luanda), e, sem dívida nenhuma, um dos mais activos dinamizadores culturais, inclusive de colaboração com Costa Andrade na criação da Coleção Autores Ultramarinos (a tal que Amândio César anatematizava), a mais importante e significativa colecção de autores africanos publicada no período colonial (treze pequenos volumes de poesia e prosa); e ainda na organização da que seria a primeira antologia de poesia angolana (*Poetas angolanos*,

1959), editada pela CEI. Tudo isto no lapso de tempo decorrido entre 1958 e 1964, que ele viveu e encarnou com nobre e corajoso empenhamento cívico. Ainda por militância cultural foi-se dando ao cuidado de armazenar informações e documentação relativa aos anos anteriores. Deles sabia tudo. Porventura com excepção para a fase inicial (1947-1952) cuja memória associativa repositava noutros, tais como Telo Crato Monteiro que, Amílcar Cabral, teria sido um dos principais responsáveis dos dez primeiros números de «*Mensagem*».

Quiseram espoliá-lo do privilégio que lhe cabia enquanto autor da primeira tentativa de um esboço histórico intitulado «*A literatura angolana*» (1963), trabalho a que se seguiram, posteriormente, outros: «*Itinerário da literatura angolana*» (1972), «*Breve resenha da literatura angolana*» (1973), «*Roteiro da literatura angolana*» (1974).

Mas se esta participação na Casa dos Estudantes do Império, em período tão significativo e decisivo para a evolução política e cultural dos africanos, exigia de Carlos Ervedosa uma forte dose de sonho e esperança, quando houve de regressar a Angola, ao tempo que ensinava na Universidade de Luanda, punha em suas mãos a página de «*Artes e Letras*» de «*A Província de Angola*», em 1969, dela fazendo, nesse tempo de suspensão, em plena guerra de libertação nacional, o possível lugar de encontro de escritores angolanos, alguns deles dos mais importantes, de parceria com estudiosos do fenómeno literário e cultural do país.

Cada número, cada artigo sob a vigilância da Censura e o olhar de linces policiais. E, para além de uma ou outra colaboração menos pertinente, «*Artes e Letras*», pela sua qualidade, regularidade e duração, foi a principal chama viva que alumina a incómoda vida literária e cultural de Angola, nessa

altura. Geólogo de formação universitária, seria, no entanto, na arqueologia onde mais investiria: «*Arqueologia do Thitundo-Hulo Mulume*» (1974) e, sobretudo «*Arqueologia angolana*» (1980), uma espessa obra de 446 páginas que mereceu o aplauso da crítica e dos investigadores do mesmo ramo científico. De caminho ia-se dando à poesia, («*Saudades de Luanda*», 1983), numa linha intimista e nostálgica, repassada de amor pela sua terra, a espriar-se no exorcismo das ansiedades que na distância e na separação germinam.

Uma obra recente

Mas onde Carlos Ervedosa, literalmente, e em jeito de memorialismo, melhor exprimiu esse profundo sentimento por aquela que fora a sua pátria de origem, de cultura, de acção e do coração, seria na recente obra: «*Era no tempo das acácias floridas*», que tivemos o prazer de editar, depois de editoras comerciais não se terem mostrado interessadas em fazê-lo.

Um longo roteiro de saudades e de história, de vinculação à origem matricial, entumescida pela descrição de uma vivência cultural, associativa, com incidência na Casa dos Estudantes do Império, carregada de factos, de acontecimentos, de medos e de premonição. Uma obra de ternura, mas também de melancólica frustração.

Um estranho na sua terra

Carlos Ervedosa que entretanto havia tornado a Portugal, depois da independência, vai deabalada até ao seu país para aí se fixar, de vez. E, ao contrário da festa, veio a estepe. No seio dos seus velhos amigos e no aparelho do Estado havia muita confusão. O cidadão culturalmente militante anticolonialista, companheiro de Agostinho Neto, de Luandino Vieira, de Costa Andrade, de Henrique Abranches, de António Cardoso, de Arnaldo Santos, de António Neto, de Arménio Ferreira, e longa seria a lista que, só por cometimento de espaço, encurtamos — amigos de Luanda ou de Lisboa, surpreendentemente por motivos vários e até por étnicas razões (!), em vez da fraternal disponibilização, deparou-se-lhe a ambiguidade, a hesitação calculada ou a rejeição descuidada ou a ignorante indiferença. Um estranho na cidade sua. Sem passado e sem presente. Regressou a Portugal, magoado e infeliz. Regressara magoado e infeliz e não mais lograra libertar-se dessa obsessiva rejeição.

A publicação de *Era no tempo das acácias floridas* trouxe-lhe um ânimo novo. Durante as provas sempre muito cuidadoso, trocava impressões comosco. Queixas tinha muitas, e de muitos, evitava, porém, pessoalizar as questões.

Felicidade houve-a quando os amigos e os jornais de cá (apesar dos duvidosos silêncios de alguns) lhe louvaram a obra. E destaque-se o excelente artigo de Leonel Cosme, no «*Letras & Letras*». Antes, andara inquieto. Nas longas e nocturnas conversas telefónicas que fomos mantendo de Vila Real para Linda-a-Velha ou de Linda-a-Velha para Vila Real, vimos como ele exultava, particularmente pelo facto de o livro ter sido acarinhado em Angola. No fundo, esses os seus destinatários preferidos, porque esses foram os narratários vitais. A leucemia entretanto minava-lhe cada vez mais o corpo. Ele sabia-o e sabia que tinha curta a vida.

Enfim, um homem que se deu e viveu inteiramente para Angola. A Angola em trânsito para a independência. Que tem uma urgente dívida para com ele.

Irão agora as instituições oficiais, a União dos Escritores, a Universidade de Luanda, enfim, irão agora todos, inclusive os seus velhos amigos e companheiros de luta ficar indiferentes à sua memória?...

A guerra
fez amigos

RECUPERAÇÃO DA CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

A presença entre nós, a partir de amanhã, dos ministros da Educação dos cinco países africanos de língua portuguesa coincide com a decisão do Governo de adquirir e restaurar o velho edifício da Avenida do Duque de Ávila, em Lisboa, onde funcionou durante cerca de vinte anos a Casa dos Estudantes do Império (CEI). Fontes ligadas à cooperação com os países africanos, escritores e antigos elementos da CEI, hoje residentes em Portugal, referiram ao JN o «grande interesse» com que neste momento se encara a possibilidade da recuperação do edifício para nele desenvolver actividades ligadas à cooperação cultural e ao refor-

ço dos laços de amizade com os novos países.

Praticamente esquecido desde 1965, ano em que a PIDE fez cessar todas as actividades culturais e de apoio aos estudantes africanos em Portugal ali desenvolvidas, o edifício da Avenida do Duque de Ávila tem uma história riquíssima e está no centro do florescimento da consciência cultural e política de sucessivas gerações de jovens que faziam os seus estudos em Portugal. Como recorda, nesta página, Carlos Ervedosa, antigo dirigente da CEI, passaram por aquele edifício, cuja história talvez agora venha a ser melhor conhecida, praticamente todos os futuros dirigentes dos novos países

e os nomes mais destacados das novas gerações de escritores dos países lusófonos.

Pode dizer-se que a história cultural e literária dos países cujos ministros da Educação reúnem agora em Lisboa não pode ser feita, nos anos que vão de finais da década de 40 até 1965, sem falar da Casa dos Estudantes do Império e da sua revista «Mensagem», em cujas páginas se revelaram muitos dos melhores escritores africanos de língua portuguesa.

Carlos Ervedosa, no texto que lhe pedimos para evocar esse passado que é hoje património comum de Portugal e dos cinco países luso-

fonos, refere um dos aspectos mais significativos dessa «geração da CEI»: a solidariedade e a ligação profunda da «república livre» que era a Casa dos Estudantes do Império com a luta estudantil, em Lisboa e em Coimbra, nos anos 50 e 60.

Ligada a todos os momentos altos da presença em Portugal dos estudantes provenientes dos que são hoje os cinco países lusófonos de África, a restauração da CEI é vista como uma possibilidade singular de construir, sobre um património, um passado em que todos se reconhecem, um lugar de encontro e de relançamento da amizade e das iniciativas comuns.

JOSÉ GOMES BANDEIRA

PARA UMA APOSTA NUM FUTURO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO

Por CARLOS ERVEDOSA *



Antiga sede da Casa dos Estudantes do Império, na Avenida do Duque de Ávila. (Foto, tirada em 1960).

estudantes ultramarinos aproveitaram a ocasião para fazerem ouvir também as razões da sua luta.

E assim, no dia 25 de Janeiro de 1957, discutiam-se e aprovavam-se em assembleia geral os novos estatutos da Casa dos Estudantes do Império, elaborados com algumas condições impostas pelo Governo. Desapareceram, por exemplo, as antigas secções regionais, secções que eram consideradas, pelo Governo, como potenciais focos de nacionalismos.

• Escritores e dirigentes «A geração da CEI»

Há muito que os antigos e marcados dirigentes estudantis, concluídas as for-

Fonseca, o Ovidio Martins e o Corsino Fortes, de Cabo Verde; Francisco José Tenreiro e a Manuela Margarido, de S. Tomé; a Noémia de Sousa, o Gualter Soares e o Orlando de Albuquerque, de Moçambique.

Também ali começaram praticamente a rabiscar as primeiras linhas o Pepetela, o Costa Andrade, o Manuel Lima, o Tomás Medeiros, o Sérgio Vieira, o Fernando Ganhão, o João Vário, o Pedro Sobrinho e o Ernesto Lara Filho.

Pela CEI passou então uma plêiade de jovens intelectuais e políticos que vieram a ser, mais tarde, líderes dos movimentos de emancipação, como o Amílcar Cabral, o Mário Pinto de Andrade, o Agostinho Neto, o António Viana, o Vasco Cabral, o Miguel

que tinha encontrado tudo em ordem e não vendo ele brecha na muralha por onde penetrar na cidadela, devolveu a normalidade estatutária à Casa dos Estudantes do Império.

• Solidária com as lutas estudantis

A 4 de Fevereiro de 1961, em Angola, o MPLA assaltava as cadeias de Luanda para libertar os seus dirigentes.

A 15 de Março a UPA atacava fazendas de café e pequenas povoações do Norte de Angola e massacraram um milhar de europeus. Homens, mulheres e até crianças arrancadas dos berços. Era o início da luta armada.

Para os jovens estudantes angolanos da CEI, a



Imagens da Memória

NOTA: As fotografias inseridas nas págs. 241 a 242 da 1ª edição foram amavelmente cedidas por sócios da CEI: Homero Pedro, Alberto Marques Mano de Mesquita, Edmundo Rocha, Miguel Hurst, Tomás Medeiros, Augusto Pestana Heineken, Manuel Monteiro e Vasco Valadares.

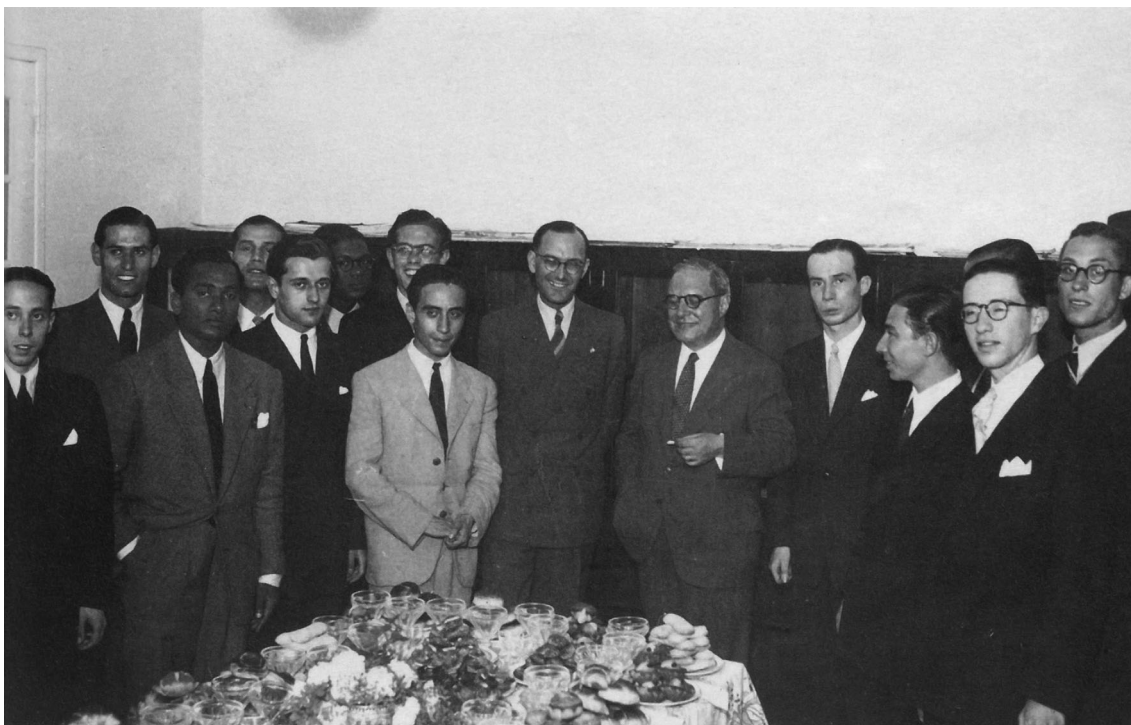
Rearranjo e legendagem das fotografias (pp. 243-259), Arquiteto Carlos Brito (UCCLA).



Comissão organizadora da Casa dos Estudantes de Angola (CEA). Lisboa, 1944

Da esquerda para a direita:

Não identificado, não identificado, Emílio Leite Velho, Alberto Marques Mano de Mesquita, Fernando Santos e Castro, não identificado, Ângelo Vidigal Dias, não identificado.



Comemoração do 1.º aniversário da CEA, onde se decidiu a criação da CEI. Lisboa maio de 1944

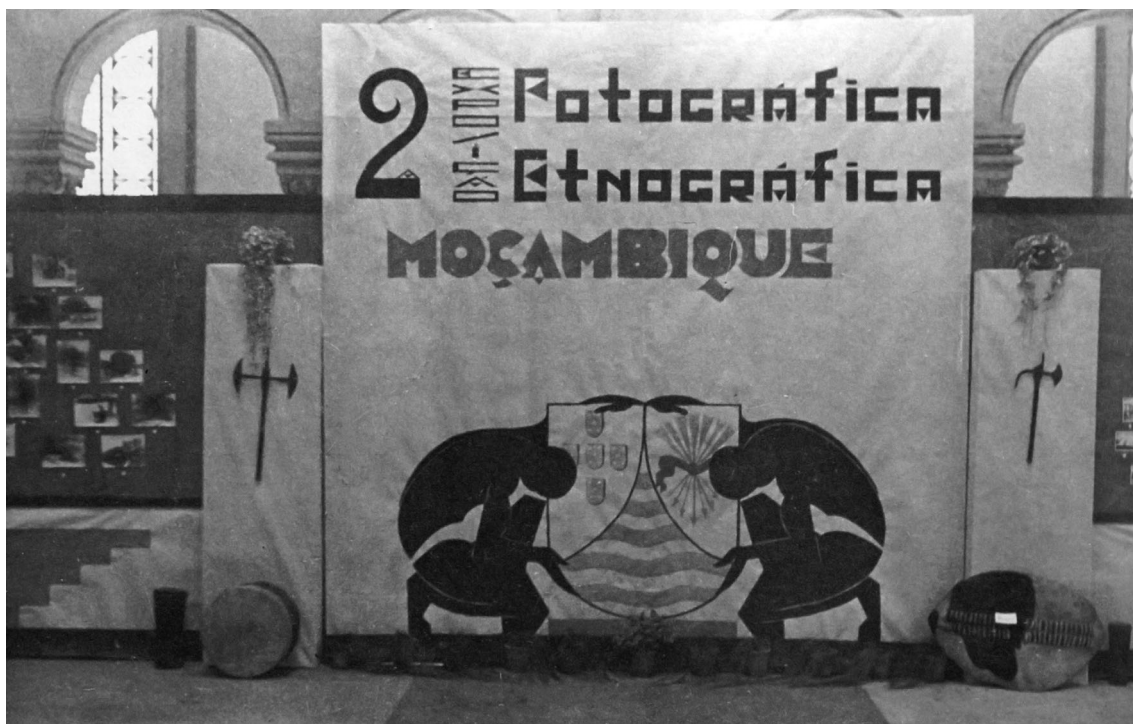
Da esquerda para a direita:

Em primeiro plano

Carlos Torres de Sousa, Vasco Benedito Gomes, Alberto Diogo, Emilio Leite Velho, Marcelo Caetano, Francisco Vieira Machado, Alberto Marques Mano de Mesquita, Ângelo Vidigal Dias, Fernando Santos e Castro.

Em segundo plano

Francisco Maria Martins, não identificado, Aguinaldo Veiga, Gonçalo Mesquitela, Acrísio Sampaio Nunes.



Exposição inaugurada na Faculdade de Letras de Coimbra pela Casa de Moçambique, em 1944



Grupo de estudantes da Delegação da CEI em Coimbra, c. 1949-50

1. Carlos MacMahon 2. Antero Pires Quental 3. Jorge Madeira de Abreu 4. Marcelo dos Santos
5. Edmundo Rocha 6. Fernando Costa Campos 7. Campinos 8. Lúcio Lara 9. Campos Dias
10. Joaquim Forte Faria 11. José Figueira 12. Homero Pedro 13. Agostinho Neto.



Sessão musical na CEI de Lisboa, c. 1960

Da esquerda para a direita, em pé:

Rui de Carvalho (Kiki), Gourgel, José Júlio Zuzarte Mendonça, Carlos Pestana (Katiana), Augusto Pestana, Jorge Hurst.

Da esquerda para a direita, sentados:

Não identificado, Augusto Teixeira (Tutu), não identificado.



Equipa de futebol da CEI Lisboa, c. 1959

Da esquerda para a direita, em pé:

Paulo Jorge, Jorge Araújo, não identificado, não identificado, Gabi Antunes, não identificada, não identificado, Tomás Medeiros, David Bernardino, não identificado.

Da esquerda para a direita, em baixo:

Carlos Pestana (Katiana), não identificado, Gentil Viana, Jorge Hurst, J.J. Zuzarte Mendonça.



Grupo Ngola Kizomba, c. 1960

Da esquerda para a direita:

Augusto Teixeira (Tutu), Ingo Vieira Lopes, Augusto Pestana, Carlos Pestana (Katiana), Ruy Mingas, Jorge Hurst.



Grupo Ngola Kizomba, c. 1960

Da esquerda para a direita, em pé:

Jorge Hurst, Tomás Medeiros, Augusto Teixeira (Tutu), Augusto Pestana, Carlos Pestana (Katiana).

Em baixo:

Ingo Vieira Lopes.



Grupo Ngola Kizomba, c. 1960

Da esquerda para a direita:

Augusto Pestana, Passos, Augusto Teixeira (Tutu), Jorge Hurst, Ingo Vieira Lopes, Tomás Medeiros, não identificado.



Duas equipas de futebol da CEI, c. 1960

Da esquerda para a direita, em pé:

David Bernardino, não identificado, Brás Menezes, José da Paz Monteiro, Paulo Jorge, Eduardo Gomes, Jorge Hurst, não identificado, Emídio Serrano, António Cohen, Hélder Dantas Reis, António Saint-Aubyn, Carlos Pestana, não identificado, J.J. Zuzarte Mendonça, não identificado, Jorge Serrano, não identificado.

Da esquerda para a direita, em baixo:

Rui Sá, Armando Gomes, Renato Pessoa, Alípio Gomes, Augusto Teixeira, não identificado, não identificado, não identificado, Tomás Medeiros, não identificado, Homero Bastos Júnior (Cuio).



Equipa de futebol da CEI de Lisboa, c. 1960

Da esquerda para a direita, em pé:

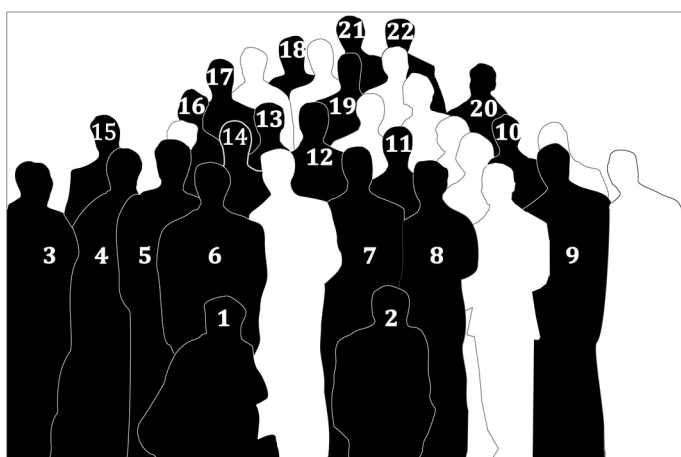
David Bernardino, J. J. Zuzarte Mendonça, Paulo Jorge, Jorge Hurst, Brás Menezes, Emídio Serrano, Hélder Dantas Reis, Tomás Medeiros, Carlos Pestana, Jorge Serrano.

Da esquerda para a direita, em baixo:

Rui Sá, Augusto Teixeira, Renato Pessoa, não identificado, Homero Bastos Júnior.



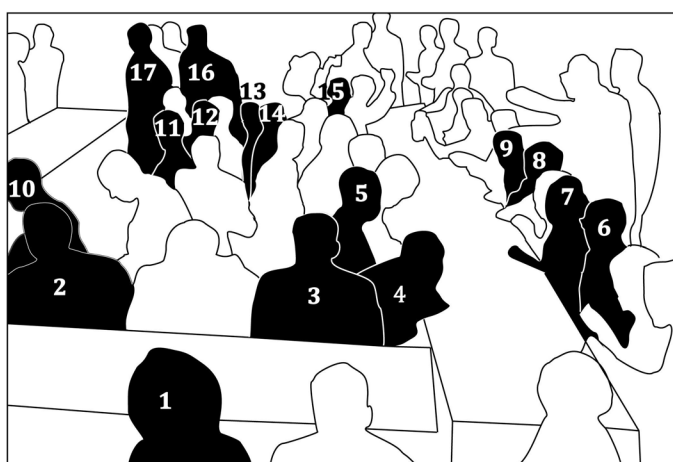
Estudantes da CEI. Fotografia tirada em Coimbra, c. 1959-60.



1. Rebelo 2. Brás Meneses 3. José Paz Monteiro 4. Armando Gomes 5. António Saint Aubyn 6. António Cohen 7. Gardett B. David Bernardino 9. Jorge Hurst 10. Eulália 11. Tomás Medeiros 12. Augusto Teixeira 13. Emídio Serrano 14. Hélder Dantas Reis 15. Camões 16. Homero Bastos Júnior 17. Jorge Serrano 18. Paulo Jorge 19. Carlos Pestana 20. Higino Pedro Gomes 21. Renato Pessoa 22. Eduardo Gomes



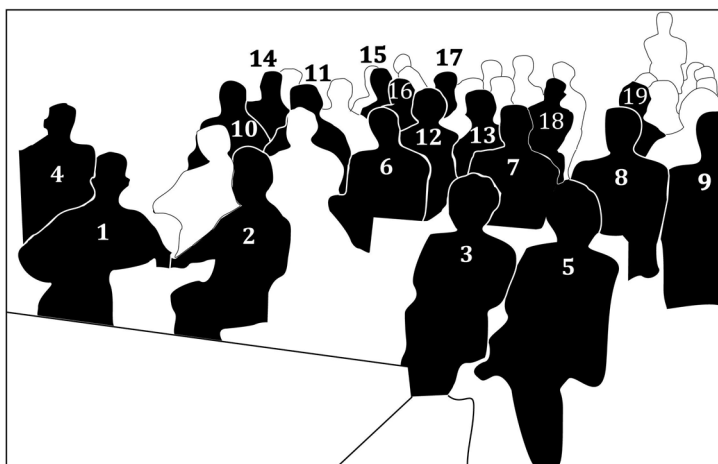
Almoço de confraternização na CEI de Lisboa em 1962



1. Rute Magalhães 2. F. Bruheim 3. Jorge Rebelo 4. Armando Machado 5. Lito Machado 6. Augusto Pestana 7. Aurora 8. Gracinda 9. Manuel Monteiro 10. Osvaldo Cruz 11. Milú 12. Sonnemberg 13. Rosário Monteiro 14. Júlia Monteiro 15. Manuel Vilar 16. Pires Guerra (Picas) 17. Álvaro Mateus (Dallas).



Sócios da CEI de Lisboa assistem a uma conferência sobre jazz em 1962



1. Joaquim André 2. Eduarda (Dada) 3. Aida Faria 4. Rodinhas 5. Conceição 6. Caetano Gonçalves
 7. António Silva 8. José Ilídio 9. Eduardo Medeiros 10. Jorge Amado 11. Mina Gourgel 12. Gracinda
 13. Manuel Monteiro 14. Artur Costa 15. Grade Ribeiro (Jimmy) 16. Ângelo Almeida 17. Rosário 18. Gringas
 19. Vitória Almeida e Sousa.



«Grupo do Ghana» na sua chegada à Alemanha (agosto de 1961)

Foto cedida pela Fundação Amílcar Cabral à Associação Tchiweka de Documentação que permitiu a sua utilização.

Sentados à frente da esquerda para a direita:

Maria da Luz Boal; Isabel de Sá Hurst; Lucília Wilson; Fátima Wilson; Elisa Andrade; Virgínia Vieira Lopes e o filho Johnny; Amélia Araújo e a filha; Embaixador do Ghana em Paris; Margarida Mangureira; Ilda Carreira; Ângela Guimarães e o filho «Chico»; Ana Maria Videira; Ana Wilson e Teresa Gomes.

Na 2.^a fila de pé:

Manuel Boal; Tomás Medeiros; Jorge Hurst; Osvaldo Lopes da Silva; Mário Assis; Luís Alves Monteiro; Aladino Van-Dúnem; Carlos Pestana Heineken; José E. F. Araújo; Gentil Viana; Bento Ribeiro; José Lima de Azevedo; Rui de Carvalho; Rui V. de Sá; Armindo Fortes; Manuel Videira; Carlos Rúbio; Antonette José Carlos.

Na última fila de pé:

Fernando Chaves Rodrigues; Fernando França Van-Dúnem; Pedro V. Pires; Augusto T. Bastos; Higinio P. Gomes; Francisco X. B. Rodrigues; Henrique Carreira; Africano Neto; Augusto Lopes Teixeira; Fernando C. Paiva; João Vieira Lopes; Henrique Santos; Salvador Ribeiro.



O presidente da CEI Manuel Monteiro apresenta o conferencista Eng.º Humberto da Fonseca por ocasião do 18.º aniversário da Casa em abril de 1962.

Da esquerda para a direita:

Eng.º Humberto da Fonseca Manuel Monteiro Dr. Arménio Ferreira Álvaro Mateus (Dallas)



Equipa de futebol da CEI de Lisboa em 1961.

Da esquerda para a direita em pé:

Rui Morais Luís Cília não identificado Borges de Sousa Hélder Dantas Reis Ângelo Almeida Vasco Raimundo Traça

Da esquerda para a direita em baixo:

Pires Guerra (Picas) não identificado José Ilídio Rui Pereira Álvaro Santos (Zefo) Pedro Borges, António Faria



Café Rialva na Av. Duque d'Ávila em frente da CEI c. de 1960



Pastelaria Mimo na Av. Duque d'Ávila em frente da CEI c. de 1960

Bibliografia sobre a Casa dos Estudantes do Império

AIDA FREUDENTHAL

Justifica-se esta primeira recolha de referências bibliográficas à CEI, com o objectivo de possibilitar o estudo de uma associação cuja actividade revela os percursos de uma parte significativa dos estudantes africanos em Portugal, durante o período colonial. Além da atenção de que foi alvo após o 25 de Abril em Portugal, várias obras referenciadas extravasaram o mundo de língua portuguesa, reconhecendo à CEI um papel editorial pioneiro numa fase de gestação das literaturas africanas em língua portuguesa.

Além disso, importa a obtenção de informação que proporcione o entendimento das sucessivas gerações que passaram pela CEI, na sua dimensão cultural e política. Nesse sentido foram incluídas algumas obras referentes a personalidades que integraram a CEI, e cuja actividade profissional ou política de algum modo esclarece o papel da Casa na formação de várias gerações de estudantes africanos. O número de referências até agora coligidas, muito superior às expectativas, pode dar-nos uma ideia aproximada não só da sua importância como associação, bem como da intervenção que tiveram alguns dos seus associados no panorama político e cultural africano e português.

Contudo o conhecimento da história da CEI não poderá prescindir da análise da documentação vastíssima que ali foi produzida ao longo dos 21 anos da sua existência. Ergue-se porém um sério obstáculo à sua consulta, já que o encerramento da CEI em 1965 foi seguido da dispersão do seu valioso espólio documental que incluía os ficheiros de sócios de Lisboa, Coimbra e Porto, os Estatutos, os livros de Actas das Assembleias Gerais

e da Direcção, os Relatórios e Contas da Direcção, os Programas de Candidatura e de Actividades, as conferências proferidas, os Relatórios das Secções, o arquivo fotográfico, os recortes de imprensa, os troféus desportivos, e em particular as Bibliotecas de Lisboa e Coimbra que conteriam mais de três mil livros, na sua quase totalidade sobre África, bem como a colecção dos Boletins *Meridiano e Mensagem*, e de todas as edições que a CEI promoveu.

Embora se afigure impossível voltar a reunir todo esse vasto património, encontra-se no entanto em curso a inventariação de documentos até hoje preservados em mãos de antigos sócios e amigos, na esperança de se poder reconstituir minimamente a memória da Casa. Muito há decerto ainda a fazer neste domínio, nomeadamente o necessário e exaustivo levantamento de artigos dispersos em jornais e revistas, assim como o inventário da documentação existente em Arquivos portugueses e ainda europeus e africanos. O seu estudo impõe-se a fim de esclarecer não apenas a função cultural e política que a CEI exerceu ao longo de duas décadas, como a projecção da sua acção. Pela sua importância, remetemos o leitor para os estudos inseridos nesta edição, que contêm referências documentais e bibliográficas essenciais.

AA.VV.

Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

Colóquio organizado pela Acarte, F.C. Gulbenkian. Lisboa 1987.

AA.VV. Um postal para Luanda. Vega. Lisboa 1986.

- ALBUQUERQUE, Orlando de
Introdução in João Dias, *Godido e Outros Contos*.
Casa dos Estudantes do Império, Lisboa 1952.
Reedição em Maputo 1990?
- ANDRADE, Costa
Literatura Angolana (Opiniões) UEA. Ed. 70.
- ANDRADE, Mário Pinto de (Ver também B. FELE)
Antologia da Poesia Negra de Expressão portuguesa precedida de *Cultura Negro-africana e Assimilação*. Pierre Jean Oswald Paris 1958
Colonialismo, culture et révolution. Tricontinental, vol. 13, Julho/Agosto de 1969.
Antologia temática de poesia africana. Lisboa Sá da Costa, 1.º vol. 1975; 2.º vol. 1979. Amílcar Cabral. Essai de biographie politique, Paris, Maspero 1980.
A Geração de Cabral. Instituto de Amizade PAIGC. s/l. 1973.
- ANDRADE, M. e TENREIRO, F.
Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa. Lisboa 1953. 2.ª edição fac-similada ALAC Lisboa 1982.
- ANTOLOGIAS DE POESIA DA CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO. 1951-1963. 2 volumes. Associação Casa dos Estudantes do Império, Lisboa 1994.
- ANTUNES, J. Freire
História da Guerra Colonial. 2 vols. Círculo de Leitores, Lisboa 1996.
- CABRAL, Amílcar
O Papel do Estudante Africano. in *A Arma da Teoria. Unidade e Luta.*, I vol. Seara Nova, Lisboa 1976.
- CAMPOS, Fernando Costa
O ambiente coimbrão e a presença da produção literária entre os estudantes ultramarinos. in *A Voz Igual. Ensaios sobre Agostinho Neto*. Fund. Eng. António de Almeida, Porto 1989.
- CARREIRA, Henrique
A última batalha do general. Revista do Expresso, n.º 1251 de 17.10.1996, p. 42-43.
- CARVALHO, Alberto
A Propósito de uma Historiografia Literária Angolana. Vértice, Lisboa, n.º 55, Julho/Agosto de 1993
- CASTELO, Cláudia O.
A Casa dos Estudantes contra o Império. Público Magazine, p. 70. 28.05.1995.
- Casa dos Estudantes do Império. in *DICIONÁRIO DO ESTADO NOVO*. I vol. Círculo de Leitores, Lisboa 1996.
- CHABAL, Patrick
Amílcar Cabral. Cambridge 1983
The Political and Cultural Context of Neto's Poetry. in *A Voz Igual. Ensaios sobre Agostinho Neto*. Fund. Eng. António de Almeida, Porto 1989
Vozes Moçambicanas. Literatura e Nacionalidade. Vega, Lisboa 1994.
- COSME, Leonel
Cultura e Revolução em Angola. Afrontamento. Porto 1978.
- COSTA, Orlando da
Os Netos de Norton. Porto, Asa. 1994.
- CROWDER, M. (ed)
Cambridge (The) History of Africa. 1940-1975. Vol. 8. Cambridge University Press 1988. 2.ª ed.
- CRUZ, Viriato da
Des responsabilités de l'intellectuel noir. *Présence Africaine.*, n.º 27-28, Paris 1959.
- DÁSKALOS, Sócrates
Memórias. A Casa dos Estudantes do Império. Fundação e primeiros anos de vida. C.M. Lisboa, Lisboa 1993.
- DAVIDSON, Basil
L'Angola au coeur des tempêtes. Maspero 1972. (Angola no centro do Furacão. Lisboa, Edições Delfos, 1974).
Mãe Negra. África os Anos de Provação. Lisboa, Sá da Costa, 1978
- DJASSI, Abel (pseud. de Amílcar Cabral)
The facts about Portugal's african colonies. Prefácio e tradução de B. Davidson. Union of Democratic Control. London 1960.

- ERVEDOSA, Carlos
Roteiro da Literatura Angolana. [1974]. 3.^a edição, Luanda, UEA 1985.
 Para uma Aposta num futuro de Amizade e Cooperação. JN Porto, 21.03.1989
 Era no Tempo das Acácias Floridas. Linda-a-Velha, ALAC 1990.
- EVARISTO, Vítor
 Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, Lisboa, in *África*, n.º 10, p. 563-570, 1980.
- FARIA, António
A Casa dos Estudantes do Império: itinerário histórico. C.M. de Lisboa, 1995.
- FELE, Buanga (pseud. de M. Andrade)
 Qu'est-ce que le "lusó-tropicalismo"? *Présence Africaine*, Paris, n.º 4, 1955.
 Crise de l'enseignement dans les colonies portugaises. *Présence Africaine*, Paris, n.º 7, 1956.
 Littérature et Nationalisme en Angola. *Présence Africaine*, Paris, n.º 41, 1962.
- FERREIRA, Manuel
Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, I e II vols., Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.
 Prefácio in *A Cidade e a Infância* de J.L. Vieira, 2.^a ed., Lisboa, Edições 70 1987.
 Prefácio in *Poesia Negra de Expressão Portuguesa* de M. Andrade e F. Tenreiro. 2.^a ed. Linda-a-Velha, 1982.
50 Poetas Africanos. Lisboa Plátano 1989.
O Discurso no Percurso Africano. I vol. Plátano Editora, Lisboa 1989.
- GENERAL HISTORY OF AFRICA. Vol. VIII, Unesco 1985.
- GUERRA, J. P.
Memória das guerras coloniais. Porto Afrontamento 1994.
- HAMILTON, Russell
Literatura Africana, Literatura Necessária. Lisboa, Ed. 70, 1.º vol. 1981, 2.º vol. 1983.
- IGNATIEV, Oleg
Amílcar Cabral, filho de África. Prelo, Lisboa 1975.
- LABAN, Michel
Angola. Encontro com Escritores. Porto Fundação Eng.º António de Almeida. 2 vols., 1991.
Cabo Verde. Encontro com escritores. Porto Fundação Eng.º António de Almeida. 2 vols., 1992.
Luandino — José Luandino Vieira e a sua obra. Organização de Michel Laban. Lisboa 1980.
- LARANJEIRA, Pires
Literatura Calibanesca. Porto, Afrontamento 1985.
De Letra em Riste. Identidade, autonomia e outras questões... Porto Afrontamento, 1992.
A Negritude Africana de Língua Portuguesa. Porto Afrontamento, 1995.
 Uma Casa de Mensagens anti-imperiais. Introdução a MENSAGEM. Boletim da Casa dos Estudantes do Império. ALAC 1996. 1.º vol.
- LES ÉTUDIANTS NOIRS PARLENT. *Présence Africaine*, número especial, 14, Paris 1953.
- LIMA, Manuel dos Santos
As Lágrimas e o Vento. ALAC Lisboa 1989.
- MARCUM, John
The Angolan Revolution. TA, MIT Press, Cambridge Mass. 1969.
- MARGARIDO, Alfredo
Estudos sobre literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa. A Regra do Jogo, Lisboa 1980.
 Les Difficultés des Histoires des Littératures des Pays Africains de Langue Portugaise. Actes du Colloque *Les Littératures Africaines de Langue Portugaise*. Paris 1984.
 A literatura e a Consciência Nacional. in *Antologias de Poesia da CEI*, vol. I, CEI, Lisboa 1994.
 Projectos e Limites da CEI in *DISCURSOS*, n.º 9, Fev. de 1995, Universidade Aberta de Lisboa.
- M'BOKOLO, Elikia
Afrique Noire. Histoire et Civilisations. Tome II. XIXe-XXe. siècles. Hatier-Aupelf 1992.
- MENDONÇA, Fátima e SAÚTE, Nelson
Antologia da Nova Poesia Moçambicana, 1975/1988. Maputo Associação dos Escritores Moçambicanos, 1989.
- MENSAGEM. Boletim da Casa dos Estudantes do Império. ALAC 1996. 2 vols.

- MOSER, Gerald
Essays in Portuguese-African Literature, Pennsylvania 1969.
- MOSER, G. e FERREIRA, M.
Bibliografia das literaturas africanas de expressão portuguesa. Lisboa IN-CM, 1983.
- MOURÃO, Fernando A.
O contexto histórico-cultural da criação literária em Agostinho Neto: Memória dos anos cinquenta. *ÁFRICA-USP*, 14-15, S. Paulo, 1991-92 (anteriormente publicado in *A Voz Igual*, Porto 1989).
- NEVES, João Alves das
Poetas e Contistas Africanos de Expressão Portuguesa. S. Paulo, Editora Brasiliense 1963.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de
A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)
Tese de Doutoramento. Universidade Nova, Lisboa 1985.
Reler África. Instituto de Antropologia — Universidade de Coimbra. 1990.
- PÉLISSIER, René
La colonie du Minotaure, Nationalisme et Revoltes (1926-61). Orgeval 1978.
- PEPETELA
A Geração da Utopia. Lisboa, D. Quixote 1992.
- PETROV, Petar
50 Anos de Poesia Moçambicana. Lisboa, Vértice, n.º 55, Julho/Agosto de 1993.
- PINTO, Marcelo Bittencourt
As linhas que formam o EME. Um estudo sobre a criação do MPLA. Dissertação de Mestrado — USP S. Paulo 1996.
- QUERIDO, Jorge
Cabo Verde. Subsídios para a história da nossa luta de libertação. Lisboa, Vega (1989).
- REIS, Maria do Céu Carmo
Representation Sociale de la Femme dans le discours nationaliste: le cas de la generation des années 50 en Angola. *ÁFRICA — USP*, 10, S. Paulo 1987.
- RIBEIRO, Maria Aparecida
O Momento Coimbra nas literaturas de Angola e Moçambique. Separata do vol. 3 das Actas do Congresso de História da Universidade (Março de 1990). Coimbra 1991.
- ROSAS, Fernando (Coorden.)
Portugal e o Estado Novo (1930-60). Lisboa Presença 1992.
- SANTOS, Eduardo dos
A Negritude e a luta pelas independências na África Portuguesa. Lisboa, Editorial Minerva, 1975.
- SAÚTE, Nelson
Portugal na Imaginação de África. in *LER*, Lisboa Verão de 1996, n.º 35.
- SOARES, A. e TRIGO, Salvato
Angolana. Luanda 1974.
- TRIGO, Salvato
Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa. Porto 1977.
A Poética da "Geração da Mensagem", Porto, Brasília Editora, 1979.
- UN GROUPE D'INTELLECTUELS DES PAYS SOUS DOMINATION PORTUGAISE: "Message", in *Presente Africaine. II Congrès des Écrivains et des Artistes Noirs*. Roma 1959. p. 356-58.
- VENÂNCIO, Fernando
Alexandre Pinheiro Torres (entrevista). *LER*, n.º 32, Lisboa, 1995, Círculo de Leitores.
- VENÂNCIO, J.C.
Uma perspectiva etnológica da literatura angolana. Lisboa Ulmeiro 1987.

Adenda bibliográfica (para a edição da Mensagem de 2015)

- AA.VV.
«Os filhos de África em Portugal.» *Antropologia, multiculturalidade e educação*. ICS Lisboa 2004
- AA.VV.
A Voz Igual. Ensaios sobre Agostinho Neto. I Simpósio Internacional sobre Cultura Angolana. Fundação António de Almeida. Porto, Angolê 1989
- AA.VV.
A Noção de Ser. Lisboa, Fundação A. Neto 2014
- ACCOMERO, Guya
«Efervescência Estudantil. Estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)». Lisboa, tese de doutoramento em Ciências Sociais, ICS 2009
- ALMEIDA, M. Vale de e BASTOS, Cristiana
Trânsitos Coloniais. Diálogos Críticos Luso-brasileiros. ICS, Lisboa 2007
- AMORIM, Maria Adelina
Dicionário da Lusofonia. Texto Editora Lisboa 2006
- ANDRADE, Mário P. de
Origens do nacionalismo africano. Lisboa Dom Quixote 1997
Amílcar Cabral. Uma biografia política. Cabo Verde 2014
- ANDRADE, Mário Pinto de e MESSIANT, Christine
«Sur la première génération du MPLA: 1948-1960. Mário P. de Andrade, entretiens avec Christine Messiant. 1982». *Lusotopie* 1999:185-221
- BARBER, Helder M. e DRUMOND, A. J.
Depoimentos para a história. Luanda, Ed. Autores, 1999
- BARRADAS, Acácio (ed)
Agostinho Neto, uma vida sem tréguas 1922-1979. Lisboa 2005
- BENNICI, Michela
«Memorie Coloniali: La Casa dos Estudantes do Império». Centro Documentazione Memorie Coloniali, Modena 2012
- BRAGANÇA, Sílvia
Aquino de Bragança: batalhas ganhas, sonhos a continuar. Maputo, Ndjira 2009
- CAMPOS, Fernando
«O ambiente coimbrão e a presença da produção literária entre os estudantes ultramarinos» in *A Voz Igual. Ensaios sobre Agostinho Neto*. Porto, Fundação António de Almeida 1989
- CARREIRA, Iko
Memórias. Luanda, Nzila, 2005
- CASIMIRO, Isabel
«O Movimento Associativo como foco do nacionalismo: o movimento estudantil — NESAM e AAM» [Maputo 1979] in *Os Outros da Colonização*. Lisboa ICS 2012
- CASTELO, Cláudia
«A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anti-colonial» in 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos — *50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade: Actas*. Lisboa: CEA, 2010.
«Casa dos Estudantes do Império» in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito. Vol I. Círculo de Leitores 1996
- CHISSANO, Joaquim Alberto
Vidas, Lugares e Tempos — Texto Editores. Maputo 2011
- CORDEIRO, Jorge Rabaça C.
Crónicas de um antigo estudante de Coimbra. Minerva, Coimbra 2007
- CORREIA, Fernando
Américo Boavida. Tempo e Memória (1923-1968). Luanda 2008
- COSME, Leonel
Agostinho Neto e o seu Tempo. Porto, Caminho das Letras 2004
- COSTA, Ana B. e FARIA, Margarida L. (org.)
Formação Superior e Desenvolvimento. Estudantes Universitários Africanos em Portugal. Coimbra, Almedina 2012

- CRUZ, Viriato da
Cartas de Pequim. Coordenação de M. Laban. Editora Chá de Caxinde, Luanda 2004
- CRUZEIRO, Maria Manuela e BEBIANO, Rui
Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra [1961-1974]. Edições Afrontamento, Porto 2006
- DÁSKALOS, Sócrates
Do Huambo ao Huambo. Um testemunho para a história de Angola. Lisboa, Vega 2000
- DJASSI, Abel
Factos sobre as colónias portuguesas. Londres 1960
- DUARTE, Manuel
«Caboverdianidade e africanidade». *Vértice*. Coimbra 1950
- DUARTE, Dulce Almada
«Os fundamentos culturais da unidade» in *Continuar Cabral*. Ed. Grafedito, Praia 1984
- FARIA, António
Linha estreita da liberdade. A CEI. Lisboa, Colibri 1997
- FERREIRA, Manuel (org.)
No Reino de Caliban. Antologia Panorâmica de poesia africana de expressão portuguesa. 3 vols. Seara Nova 1975
- FERREIRA, Manuel e AMARILIS, Orlanda (ed.)
Mensagem. Boletim da Casa dos Estudantes do Império. ALAC, 2 vols. 1996
- FERREIRA, Pedro
«Casa dos Estudantes do Império: pelo regime e contra o regime.» in Maria Fernanda Rollo et al. (org.), *Atas I Congresso de História Contemporânea [Em linha]*. [s.l.]: Rede de História Contemporânea, 2013, p. 468-478
- GOMES, Aldónio e CASACAS, Fernanda
Dicionário de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa. Lisboa, Caminho 1997
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.)
O Império Colonial em questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições. Lisboa, Ed. 70, 2012
- JERÓNIMO, M. B. e PINTO, A. C. (eds.). (2014)
Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais. Lisboa, Edições 70, 2014
- LABAN, Michel
Mário Pinto de Andrade. Uma entrevista. Lisboa, João Sá da Costa 1997
- LARA, Lúcio
Documentos e Comentários para a História do MPLA (até Fevereiro de 1961). Lisboa: Dom Quixote 2000
- LARA, Lúcio
Um amplo movimento — itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara. Vol I: até Fev. 1961; Vol II: 1961-1962; Vol. III: 1962-63), Associação Tchiweka. Luanda, 1997-2006
- LARANJEIRA, Pires
«Uma casa de mensagens anti-imperiais» Introdução in Manuel Ferreira e Orlanda Amarilis (dir.) *Mensagem — Boletim da Casa dos Estudantes do Império*. Linda-a-Velha: ALAC 1996, 1.º vol., pp. XI-XXXI
- LARANJEIRA, Pires e ROCHA, Ana T. (org.)
A Noção de Ser. Luanda, Fundação António Agostinho Neto 2014
- LIMA, Manuel dos Santos
As sementes da Liberdade. Lisboa 1965 *Os anões e os mendigos*. Lisboa 1984
- MARTINS, Hélder
Porquê Sakrani? Memórias dum médico de uma guerrilha esquecida. Maputo, Editorial 3.º Milénio 2001
- MATA, Inocência e PADILHA, Laura (org.)
Mário Pinto de Andrade, um intelectual na política. Lisboa, Edições Colibri, 2000
- MATEUS, Dalila C.
A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC. Mem Martins, Inquérito 1999
- MENEZES, Maria Paula
«Reconfigurações identitárias e a fractura colonial». Colóquio *Memórias de África*. Portimão 2009
- MIGUEL, Salim
Cartas de África e alguma Poesia. Rio de Janeiro, Topbooks 2005
- MONTEIRO, Maria Rosa Valente Sil
CEI, ceifeiro do sonho. Centro de Estudos Humanísticos. Universidade do Minho 2001

- MONTEIRO, Óscar
De todos se faz um país. Maputo, Associação de Escritores Moçambicanos. Maputo 2012.
- MOURÃO, Fernando A.
Continuidades e discontinuidades de um processo colonial. S. Paulo 2006
«O Contexto histórico-cultural da criação literária em Agostinho Neto» in *A Noção de Ser*, Luanda 2014:51-64
- NAVARRO, Eduardo Almeida
Os Órfãos de Portugal. Rio de Janeiro, Livre Expressão 2013
«Goa: identidade diferente da indiana». *Via Atlântica* USP, 17 (2011)
- PEREIRA, Aristides
O meu testemunho. Uma luta, um partido, dois países. Lisboa, Notícias Editorial, 2003
- PIMENTA, F. Tavares
Angola no Percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria. Porto, Edições Afrontamento 2006
Branços de Angola: autonomismo e nacionalismo (1900-1961). Coimbra 2005
Angola, os Brancos e a Independência. Edições Afrontamento, Porto 2008
- PIRES, Daniel Sousa
Dicionário da Imprensa Periódica Portuguesa do século xx. 3 vols. Grifo 1997 e 2000
- Présence Africaine II Congrès des Écrivains et des Artistes Noirs. Roma 1959
- QUERIDO, Jorge F.
Um demorado olhar sobre Cabo Verde — o país, sua génese, seu percurso, suas certezas e ambiguidades. Lisboa, Chiado Editora, 2011
- RIBEIRO, Maria Aparecida
«Casa dos Estudantes do Império» in *Biblos*, vol. I, Lisboa, Editorial Verbo 1995
- ROCHA, Edmundo
Angola. Contributo ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (1950-1964). 2 vols. Luanda, Kilombelombe 2002; 2.^a ed. Lisboa, Dinálivro 2009
- ROCHA, Edmundo, Francisco Soares e Moisés Fernandes (coord)
Angola. Viriato da Cruz. O Homem e o Mito. Luanda, Chá de Caxinde, 2008
- SANCHES, Manuela Ribeiro (org.)
«Lisboa, capital do Império. Trânsitos, afiliações, transnacionalismos». In *Cidade e Império*, organização de Nuno Domingos e Elsa Peralta. Lisboa, Ed. 70 2013:279-318
(org.) *Deslocalizar a «Europa»*. *Antropologia, Arte, Literatura e História na pós-colonialidade*. Lisboa, Livros Cotovia 2005
Malhas que os Impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa, Edições 70, 2011: 309-332
- SANTOS, Mariana Lagarto
«A escola e a ideologia colonial. Contribuição para as nacionalidades africanas de expressão Portuguesa» in Luís Reis Torgal; Fernando Tavares Pimenta; Julião Soares Sousa — *Comunidades Imaginadas — Nações e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008: pp. 49-58
- SOUSA, Julião Soares
Amílcar Cabral (1924-1973). Vida e morte de um revolucionário africano. Lisboa, Nova Vega 2011
- TOMÁS, António
O fazedor de utopias. Uma biografia de Amílcar Cabral. Lisboa, Tinta da China 2007
- TORGAL, Luís Reis, PIMENTA, Fernando Tavares e SOUSA, Julião Soares
Comunidades Imaginadas — Nações e Nacionalismos em África. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008
- VALENTIM, Jorge Alicerces
Esperança. Época de ideias da independência e dignidade (1954-1975). Luanda, Nzila, 2005
- VELOSO, Jacinto
Memórias em voo rasante. Maputo, JVC 2007
- VIEIRA, Sérgio
Participei, por isso testemunho. Maputo, Ndjira 2010
- VILAÇA, Alberto
O MUD juvenil em Coimbra — Histórias e estórias. Porto, Campo das Letras 1998.

JOÃO DIAS



Edições da CEI

* Colecção Autores Ultramarinos

ABRANCHES, Henrique — *Diálogo*. Lisboa 1963.

ANDRADE, Costa — *Terra de Acácias Rubras*. Lisboa 1961.

ANTÓNIO, Mário — *Amor*. Lisboa 1960.

CARDOSO, António — *Poemas de Circunstância*. Lisboa 1961.

CRAVEIRINHA, José — *Chigubo*. Lisboa 1963.

CRUZ, Tomás Vieira da — *Poesia Angolana*. Lisboa 1961

CRUZ, Viriato — *Poemas*. Lisboa 1961.

DÁSKALOS, Alexandre — *Poesia*. Lisboa 1961.

DIAS, João — *Godido e outros Contos*. Colecção África Nova. Lisboa 1952.

ERVEDOSA, Carlos — *Literatura Angolana*. Lisboa 1963.

FONSECA, Aguinaldo — *Linha do Horizonte*. Lisboa 1951.

JACINTO, António — *Poemas*. Lisboa 1961.

LAMBO, Gonzaga — *Cancioneiro Popular Angolano (Subsídios)*, Lisboa 1962.

LIMA, Manuel — *Kissanje*. Lisboa 1961.

MARGARIDO, Alfredo — *Negritude e Humanismo*. Lisboa 1964.

— *Canções Populares de Nova Lisboa*. Lisboa 1964.

MARTINS, Ovídio — *Caminhada*. Lisboa 1963.

NETO, Agostinho — *Poemas*. Lisboa 1961.

SANTOS, Arnaldo — *Fuga (Poemas)*. Lisboa 1960.
— *Quinaxixe*. Lisboa 1965

SILVEIRA, Onésimo — *Consciencialização na Literatura Caboverdiana*. Lisboa 1963.

VIEIRA, Luandino — *A Cidade e a Infância*. Lisboa 1961

Antologias

* *Poesia em Moçambique*. Separata da Mensagem. Org. de O. Albuquerque e V. Evaristo. Casa dos Estudantes do Império 1951.

* *Poetas Angolanos*. Org. de Carlos Eduardo com um Estudo de Mário António. Lisboa 1959.

Contistas Angolanos. Prefácio de E. Mourão. Lisboa 1960.

* *Poetas de Moçambique*. Colectânea da CEI. Compilação de L. Pollanah e Prefácio de A. Margarido. Casa dos Estudantes do Império 1960.

* *Poetas de Moçambique*. Antologia da Casa dos Estudantes do Império. Prefácio de A. Margarido. Casa dos Estudantes do Império, Lisboa 1962.

* *Poetas Angolanos*. Org. e Prefácio de A. Margarido. Lisboa 1962.

* *Poetas de S. Tomé e Príncipe*. Org. e Prefácio de A. Margarido. Lisboa 1963.

Boletins

MENSAGEM. Lisboa. I série 1948-1952; II série 1957-1964.

MENSAGEM ANGOLANA. Número único. Lisboa 1948.

MERIDIANO (1946-1953). Coimbra.

* Estas colecções foram integralmente reeditadas pela UCCLA, em 2014-2015

Cronologia

CEI

- 1943 Fundação da Casa dos Estudantes de Angola em Lisboa (Nov.) R. Praia da Vitória, 6
- 1943 Fundação da Casa dos Estudantes de Moçambique em Coimbra (Maio)
- 1944 Fundação da CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO em Lisboa (Julho) e em Coimbra (Dez.)
Arrendamento da sede da CEI na R. Duque d'Ávila, 23, Lisboa (Nov.)
- 1946 *Meridiano*. Boletim da CEI-Coimbra
- 1947 Edição de *Batuque Negro*, de O. Albuquerque. CEI Coimbra
- 1948 *Mensagem*, Circular da CEI em Lisboa — I série. Julho
Mensagem Angolana, publicação da Secção de Angola em Lisboa. Número único (Agosto)
- 1950 *Momento*. Antologia de Literatura e Arte. Coimbra
- 1951 *Linha do Horizonte*, de Aguinaldo Fonseca. Lisboa. *Poesia em Moçambique*. Separata da *Mensagem*. Fundação do Centro de Estudos Africanos (R. Actor do Vale, 37, Lisboa)
- 1952 *Godido e Outros Contos*, de João Dias. CEI-Lisboa. Nomeação da 1.ª Comissão Administrativa (Maio 30)
- 1953 *Poesia Negra de Expressão Portuguesa* de M. Andrade e F. Tenreiro

CONTEXTO GERAL

- 1936 *Claridade*, S. Vicente (Cabo Verde) n.º 1 Março
- 1942 *Ilha de Nome Santo*, de Francisco J. Tenreiro
Movimento Quit India com repercussão em Goa
- 1944 *Certeza*, S. Vicente (Cabo Verde)
- 1945 *Itinerário*, Lourenço Marques (Maputo)
- 1946 Manifestação de desobediência civil em Goa (Margão, 18 Junho)
- 1947 Independência da Índia
- 1948 “Vamos Descobrir Angola”, movimento iniciado em Luanda por jovens intelectuais.
- 1951 A derrota dos Franceses em Dien-Bien-Phu (Indochina)
Movimento dos Novos Intelectuais de Angola
Mensagem, Luanda (Anangola) 4 números
Cultura I. Sociedade Cultural de Angola. Luanda
- 1952 *Msaho*. L.M. (Maputo)
Revolta dos Mau-Mau (Quênia)
- 1953 “Guerra do Batepá”, S. Tomé (3-5 Fev.)
- 1954 Guerra da Argélia
Fundação da UPNA (Angola)

- 1955 Conferência de Bandung
Fundação do PCA (Partido Comunista Angolano)
- 1956 Manifesto do Amplo Movimento Popular de Libertação de Angola
Fundação do PAI (Partido Africano para a Independência) da Guiné
Fundação do PLUAA (Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola)
Cultura II. Luanda
Fundação do PAIGC (Guiné e Cabo Verde) (18 Set.)
Fundação do MPLA (Angola)
I Congresso dos Escritores e Artistas Negros. Paris (Set.)
- 1957 Retirada da 1.^a Comissão Administrativa. Novos Estatutos da CEI (Jan. 25)
Mensagem, boletim da CEI em Lisboa, II série
- 1957 Reunião de Paris (15-18 Nov.), para o desenvolvimento da luta contra o colonialismo português
Organização de Solidariedade Afro-Asiática (Cairo)
Criação do MAC (Movimento Anticolonialista), em Paris
- 1958 Secção de Estudos Ultramarinos inicia a sua actividade em Lisboa
- 1958 Incidentes em Dadrá e Nagar-Aveli
Fundação da UPA (União das Populações de Angola)
- 1959 *Antologia de Poetas Angolanos*
Abertura da Delegação da CEI no Porto (Março 14)
Retoma da actividade da Secção Editorial
- 1959 II Congresso dos Escritores e Artistas Negros. Roma (Março)
Processo dos 50 (Angola)
Massacre de Pidgiguiti. Bissau (3 Agosto)
- 1960 Mensagem ao Povo português (Nov.)
- 1960 Manifesto do Movimento Anticolonialista (1 Jan.)
Constituição da FRAIN (Túnis 28 Jan.)
Memorando ao Governo Português (13 Jun.)
Massacre de Mueda (16 Junho)
Resoluções 1514 e 1542 da ONU sobre o Direito à Independência dos povos colonizados (14 Dez.)
- 1961 2.^a Comissão Administrativa (de Jan. a Julho)
Encerramento da Delegação do Porto por decisão da C. Administrativa (Jan.)
“Fuga dos cem” estudantes das colónias (Junho/Julho)
Suspensão da actividade da CEI de Coimbra
- 1961 Conferência dos Chefes de Estado Africanos em Casablanca (4-7 Jan.)
Massacre da Baixa de Cassanje (Jan./Fev.)
Início da guerra de libertação em Angola (4 Fev.)
1.^a Reunião da CONCP em Casablanca (18-20 Abr.)
Movimento dos Países Não-Alinhados — Belgrado
1.^o Congresso da UGEAN em Rabat
Fim da ocupação colonial portuguesa em Goa, Damão e Diu (18 Dez)
- 1962 Constituição do Kimbo dos Sobas, em Coimbra
Auto de busca e apreensão de panfletos na CEI Lisboa.
- 1962 Movimento estudantil em Portugal
Fundação da FRELIMO (Moçambique 25 Junho)
- 1963 Corte de subsídios à CEI
- 1963 Criação da OUA, em Adis-Abeba
Início da guerra de libertação na Guiné
- 1964 Último número da *Mensagem* (Julho)
- 1964 Início da guerra de libertação em Moçambique
- 1965 Extinção da CEI em Lisboa e Coimbra pela PIDE, em 2 e 6 de Setembro
Evacuação dos haveres da CEI para o reduto sul do Forte de Caxias (12.10)
- 1965 Encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores (21 Maio)
Encerramento do Centro Associativo dos Negros de Moçambique onde funcionava o NESAM (Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique) (Julho)

Origem das Ilustrações

Pág.	
13	O edifício da Sede da CEI entre 1945 e 1965, sita na av. Duque de Ávila, 23 (ao Arco do Cego). Foto dos finais dos anos 50, autor desconhecido.
23, 42, 46, 102, 138, 150 e 222	Lavra & Oficina. Caderno Especial. VI Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos. UEA. Luanda 1979.
51, 100, 124, 142 e 148	Heintze, Beatriz. Lwimbi. Desenhos etnográficos. Luanda 1994.
73	Edifício da Delegação da CEI em Coimbra desde 1947 (?) até 1961 (?). Rua Aires de Campos, 18. Foto de Anabela Carvalho em 2014.
88 e 95	Ervedosa, C. — <i>Arqueologia Angolana</i> . Lisboa, Ed. 70, 1980:p. 272 e 277.
91 e 120	Gerdes, Paulus. <i>Geometria Sona</i> . Vol. 1, Instituto Superior Pedagógico, Maputo 1993.
98	África. n.º 3. Lisboa Jan-Mar. 1979.
114	Capa do Programa de Comemoração do 20º Aniversário da CEI (autor desconhecido)
116	Desenho de Luandino Vieira in Programa da Semana “Aos Jovens Ultramarinos”. CEI 1960.
121	A colheita do algodão. Desenho (a nanquim) de Henrique Abranches 1961 (inédito)
127	Jacinto, A. <i>Vovô Bartolomeu</i> . Ed. 70 Lisboa 1979.
154	Música Tradicional de Moçambique. Maputo 1980.
163	MERIDIANO. CEI Coimbra, n.º 6, 24 Jan 1948.
218	Capa dos Boletins <i>Mensagem</i> de 1962, da autoria de Noémia Delgado
234	Capa do Boletim <i>Mensagem</i> de Abril de 1963, da autoria de José Pádua
241	Foto cedida por Edmundo Rocha
268	Capa do livro <i>Godido</i> , da autoria de António Aires